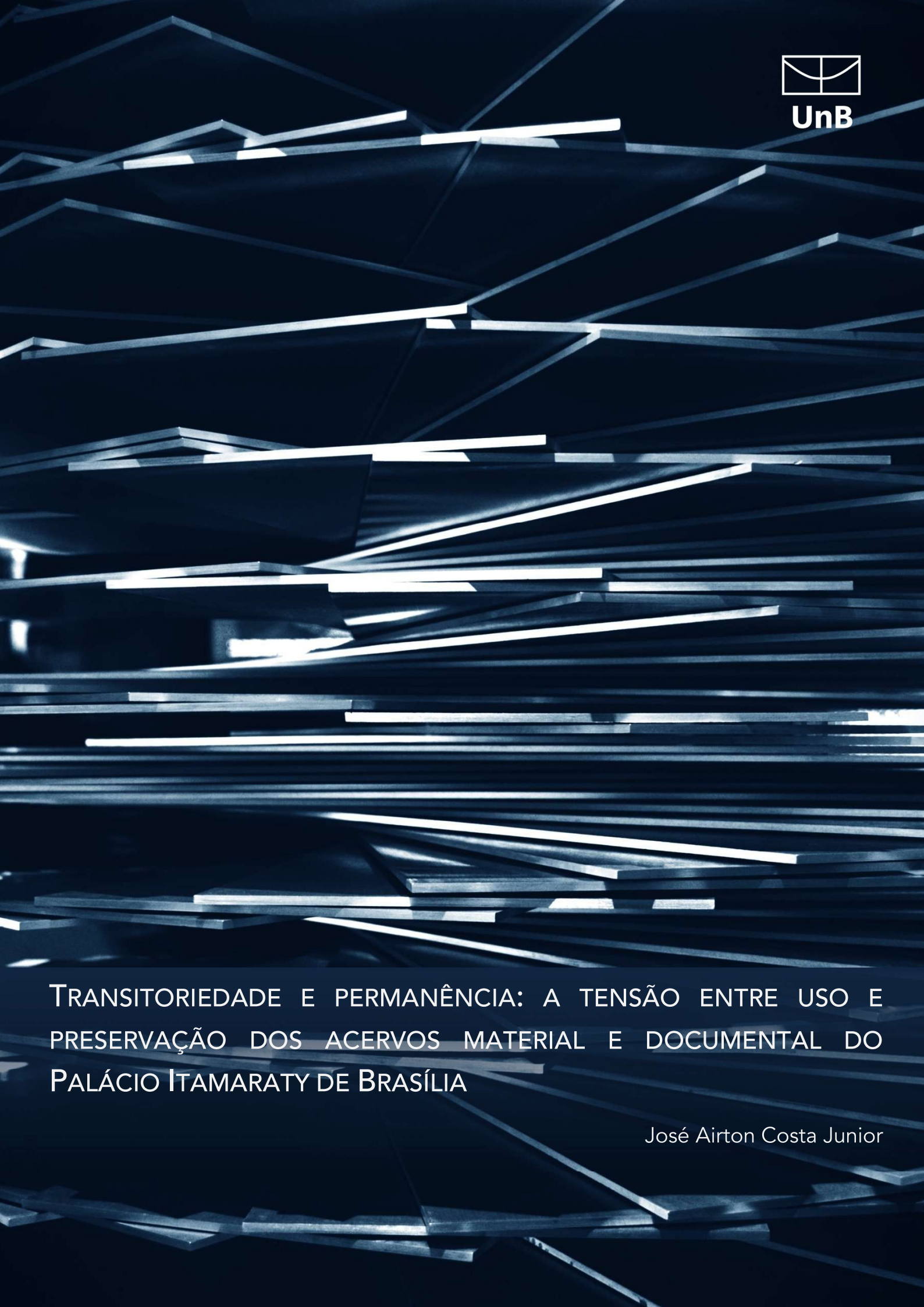


# Transitoriedade e permanência: a tensão entre uso e preservação dos acervos material e documental do Palácio Itamaraty de Brasília

José Airton Costa Junior

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação – PPG/FAU

Tese de doutorado

# Transitoriedade e Permanência: a tensão entre uso e preservação dos acervos material e documental do Palácio Itamaraty de Brasília

Doutorando: José Airton Costa Junior
Matrícula: 190008172
Área de Concentração: Teoria, História e Crítica
Orientadora: Professora Doutora Elane Ribeiro Peixoto

Brasília, 30 de maio de 2025.

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação – PPG/FAU

# Transitoriedade e Permanência: a tensão entre uso e preservação dos acervos material e documental do Palácio Itamaraty de Brasília

José Airton Costa Junior
Orientadora: Professora Doutora Elane Ribeiro Peixoto

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade De Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor, área de concentração Teoria, história e crítica.

Brasília, 30 de maio de 2025.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Costa Junior, José Airton
CC838t TRANSITORIEDADE E PERMANÊNCIA: A TENSÃO ENTRE USO E PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS MATERIAL E DOCUMENTAL DO PALÁCIO ITAMARATY DE BRASÍLIA / José Airton Costa Junior; orientador Elane Ribeiro Peixoto; co-orientador Jorge Figueira . Brasília, 2025.
260 p.

Tese(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, 2025.

1. Arquitetura Moderna Brasileira. 2. Design Industrial Brasileiro . 3. Palácio Itamaraty de Brasília. 4. Acervos documental e material. 5. Arquivos e acervos. I. Ribeiro Peixoto, Elane, orient. II. Figueira , Jorge , co-orient. III. Título.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação – PPG/FAU

# Transitoriedade e Permanência: a tensão entre uso e preservação dos acervos material e documental do Palácio Itamaraty de Brasília

José Airton Costa Junior
Orientadora: Professora Doutora Elane Ribeiro Peixoto

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade De Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor, área de concentração Teoria, história e crítica

Banca examinadora:

_____
Elane ribeiro Peixoto
Orientadora – FAU/UnB

_____
Eduardo Pierrotti Rossetti
Examinador interno – FAU/UnB

_____
Ana Claudia Maynardes
Examinadora interna – DIN/UnB

_____
Priscilla Alves Peixoto
Examinadora externa - UFRJ

_____
José Clewton do Nascimento
Examinador externo - UFRN

Brasília, 30 de maio de 2025.

## RESUMO

Esta tese apresenta os acervos documental e material do Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, e investiga a tensão entre a utilização e a preservação desses conjuntos. Partindo do entendimento de que grande parte do mobiliário moderno e histórico continua a ser utilizada no cotidiano, propõe-se compreender o Palácio como um espaço híbrido, no qual arquitetura, design e documentação se articulam. Fundamentada no trinômio Arquivo–Museu–Lugar de Representação, a pesquisa analisa como essa articulação pode fortalecer a preservação e a valorização do patrimônio institucional. O estudo organiza-se em torno de três eixos principais: a formação do acervo documental (com ênfase nos registros de arquitetura e design); a constituição do acervo material (móveis expostos ou em uso); e os desafios contemporâneos da conservação em contextos institucionais. A análise tem em conta os diversos valores atribuídos a documentos e objetos – documental, probatório, artístico, patrimonial, simbólico, entre outros – com base em autores como Schellenberg, Bellotto e Riegl. A metodologia adotada é de base qualitativa, combinando pesquisa documental, levantamento fotográfico e revisão crítica da bibliografia especializada. Conclui-se que a formulação de diretrizes específicas para acervos em uso e a integração entre as dimensões arquitetônica, museológica e arquivística são fundamentais para garantir a integridade e continuidade do legado material e simbólico do Itamaraty.

Palavras-chave: Itamaraty; acervo; arquitetura moderna; Arquivo; Design moderno brasileiro.

## ABSTRACT

This thesis presents the documentary and material collections of the Itamaraty Palace, the headquarters of the Ministry of Foreign Affairs, and investigates the tension between the use and preservation of these collections. Based on the understanding that much of the modern and historic furniture continues to be used in everyday life, it is proposed to understand the Palace as a hybrid space, in which architecture, design and documentation are articulated. Based on the Archive-Museum-Place of Representation trinomial, the research analyses how this articulation can strengthen the preservation and enhancement of institutional heritage. The study is organised around three main axes: the formation of the documentary collection (with an emphasis on architectural and design records); the constitution of the material collection (furniture on display or in use); and the contemporary challenges of conservation in institutional contexts. The analysis considers the various values attributed to documents and objects – documentary, evidential, artistic, heritage, symbolic, among others – based on authors such as Schellenberg, Bellotto and Riegl. The methodology adopted is qualitative, combining documentary research, photographic surveys and a critical review of specialised bibliography. The conclusion is that the formulation of specific guidelines for collections in use and the integration of the architectural, museological and archival dimensions are fundamental to guaranteeing the integrity and continuity of Itamaraty's material and symbolic legacy.

Keywords: Itamaraty; collection; modern architecture; Archive; Modern Brazilian design.

## RESUME

Cette thèse présente les collections documentaires et matérielles du Palais Itamaraty, siège du Ministère des Affaires étrangères, et étudie la tension entre l'utilisation et la préservation de ces collections. Partant du constat qu'une grande partie du mobilier moderne et historique continue d'être utilisée dans la vie quotidienne, elle propose de comprendre le Palais comme un espace hybride dans lequel s'articulent architecture, design et documentation. Basée sur le trinôme Archives-Musée-Lieu de représentation, la recherche analyse comment cette articulation peut renforcer la préservation et la valorisation du patrimoine institutionnel. L'étude s'articule autour de trois axes principaux : la formation du fonds documentaire (avec accent sur les archives d'architecture et de design) ; la constitution du fonds matériel (mobilier exposé ou en usage) ; et les défis contemporains de la conservation dans un contexte institutionnel. L'analyse prend en compte les différentes valeurs attribuées aux documents et aux objets – documentaire, probatoire, artistique, patrimoniale, symbolique, entre autres – en se basant sur des auteurs tels que Schellenberg, Bellotto et Riegl. La méthodologie adoptée est qualitative et conjugue recherche documentaires, inventaire photographique et revue critique de la bibliographie spécialisée. En conclusion, l'détermination de lignes directrices spécifiques pour les collections en usage et l'intégration des dimensions architecturale, muséologique et archivistique sont fondamentales pour garantir l'intégrité et la pérennité de l'héritage matériel et symbolique du palais Itamaraty.

Mots-clés : Itamaraty ; collection ; architecture moderne ; archives ; design moderne brésilien.

## RESUMEN

Esta tesis presenta las colecciones documentales y materiales del Palacio Itamaraty, sede del Ministerio de Relaciones Exteriores, y estudia la tensión entre el uso y la conservación de estas colecciones. Partiendo de la constatación de que gran parte del mobiliario moderno e histórico sigue utilizándose en la vida cotidiana, propone entender el Palacio como un espacio híbrido en el que se articulan la arquitectura, el diseño y la documentación. Basada en el trinomio Archivo-Museo-Lugar de representación, la investigación analiza cómo esta articulación puede reforzar la preservación y la valorización del patrimonio institucional. El estudio se articula en torno a tres ejes principales: la formación del fondo documental (con énfasis en los archivos de arquitectura y diseño); la constitución del fondo material (mobiliario expuesto o en uso); y los retos contemporáneos de la conservación en un contexto institucional. El análisis tiene en cuenta los diferentes valores atribuidos a los documentos y objetos – documental, probatorio, artístico, patrimonial, simbólico, entre otros – basándose en autores como Schellenberg, Bellotto y Riegl. La metodología adoptada es cualitativa y combina la investigación documental, el inventario fotográfico y la revisión crítica de la bibliografía especializada. En conclusión, la determinación de directrices específicas para las colecciones en uso y la integración de las dimensiones arquitectónica, museológica y archivística son fundamentales para garantizar la integridad y la perdurabilidad del patrimonio material y simbólico del palacio Itamaraty.

Palabras clave: Itamaraty; colección; arquitectura moderna; archivo; diseño moderno brasileño.

À memória de meu pai, Airton, de minha mãe, Aurineide, e de meu irmão, Aderbal.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Elane Ribeiro Peixoto. Nenhuma palavra basta para retribuir a confiança, o cuidado e a generosidade que me acompanham desde o mestrado. Sua presença serena, firme e inspiradora guiou cada decisão desta tese; meu respeito e gratidão são permanentes.

Ao meu irmão André e à minha irmã Andrea, guardiões de uma vida inteira, agradeço o amor que foi abrigo, alento e esperança nas horas difíceis, quando o caminho se estreitou.

A Marcos e Marlene, porto seguro desde a infância, agradeço pelo apoio incondicional e pelo acolhimento sem reservas em cada etapa da minha vida.

Ao Mark Greiner, pela calma com que faz qualquer distância parecer perto, convertendo cuidado em abrigo e presença em estímulo cotidiano.

A Renata Montenegro pela cumplicidade de rara tessitura e pela inteligência que gera ideias afiadas, fazendo-me compreender o valor de uma amizade. Seu auxílio luxuoso fez crescer o próprio texto que aqui se revela.

A Aline Zim, pela amizade e inspiração constante. Sua sensibilidade aguçada e inteligência generosa transformaram cada encontro num impulso tranquilo que me fez avançar.

Ao professor Jorge Figueira, coorientador no doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra, pelo acolhimento em Portugal, decisivo para o rumo desta pesquisa.

Ao diplomata Heitor Sette Granafei, pela generosidade com que compartilhou seus conhecimentos sobre o Itamaraty, iluminando caminhos fundamentais desta investigação.

A Ângela Figueiredo, pela confiança e pela abertura do acervo de seu pai. Nossas conversas ampliaram a visão deste trabalho e a vontade de prosseguir.

Ao professor Eduardo Pierrotti Rossetti, por desbravar caminhos no Palácio, incentivando e facilitando o acesso a fontes essenciais.

Ao professor Ricardo Trevisan, pelos direcionamentos precisos, desde o mestrado, que continuam a me levar pelos caminhos certos.

A Malou von Muralt pela amizade e pelas trocas lúcidas sobre o patrimônio moderno brasileiro, sempre pontuais e enriquecedoras.

A Mariana Bertelli Pagotto, por integrar-me às oficinas e treinamentos do Itamaraty, viabilizando experiências práticas fundamentais.

Aos funcionários do PPG-FAU-UnB, que se tornaram amigos, Francisco Neto da Silva Junior e Diego Lopes Luna Souza, agradeço a constante disponibilidade e atenção cuidadosa ao longo de todo o percurso.

À banca examinadora, composta pela professora Ana Cláudia Maynardes, pela professora Priscilla Alves Peixoto e pelo professor Eduardo Pierrotti Rossetti, registro minha gratidão. Suas observações rigorosas na qualificação delinearam a rota desta pesquisa.

Ao professor José Clewton do Nascimento, pela amizade que remonta à graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Ceará (UFC), agradeço pela presença generosa, pelo incentivo e pelo companheirismo de sempre.

A presente tese teve o apoio do PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior através de concessão de bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação subordinada ao Ministério da Educação do Brasil, que viabilizou o Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra (PT) – Departamento de Arquitetura.

## SUMÁRIO


**APRESENTAÇÃO ..... 19**

**INTRODUÇÃO ..... 24**

**1 UM PALÁCIO EM RECONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ..... 30**

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ..... 30

1.2 O TRAÇO DO ARQUITETO ..... 36

1.3 DA NEGLIGÊNCIA AO RECONHECIMENTO ..... 40

1.4 CAMINHOS, FONTES E MÉTODOS ..... 46

**2 ARQUIVOS E ACERVOS ..... 59**

2.1 O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ARQUIVOS NACIONAIS ..... 59

2.2 OS PRIMEIROS ARQUIVOS NO BRASIL ..... 66

2.3 ARQUIVOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN ..... 68

2.4 ARQUIVOS: POLISSEMIA E AMBIGUIDADES ..... 78

2.5 O DEBATE ATUAL SOBRE OS ARQUIVOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN ..... 101

**3 ACERVOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: FORMAÇÃO, CONTINUIDADE E DESAFIOS ..... 111**

3.1 ACERVO DOCUMENTAL ..... 116

3.1.1 Do Rio de Janeiro a Brasília ..... 116

3.1.2 O acervo documental de Arquitetura e Design no Itamaraty de Brasília ..... 130

3.1.3 Problemas e desafios ..... 136

3.2 ACERVO MATERIAL ..... 143

3.2.1 O Palácio do Rio de Janeiro ..... 143

3.2.2 O Palácio Itamaraty de Brasília ..... 148

3.2.3 Entre o uso e a preservação ..... 165

**4 DO OBJETO ISOLADO AO SISTEMA INTEGRADO ..... 182**

4.1 A CRESCENTE VALORIZAÇÃO DOS ACERVOS DE ARQUITETURA ..... 182

4.2 ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE PRESERVAÇÃO ..... 200

4.3 O CASO DO ITAMARATY DE BRASÍLIA ..... 213

4.4 UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE ACERVOS: O OBJETO E SUA HISTÓRIA ..... 219

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 232**

**6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 238**

**7 APÊNDICE ..... 249**

## Lista de figuras

**Figura 1.** Quantitativo de itens em acervos no Brasil ..... 77
**Figura 2.** Localização do complexo do MRE na Praça dos Três Poderes ..... 112
**Figura 3.** O Palácio Itamaraty e seus anexos ..... 114
**Figura 4.** Localização dos acervos documental e material do MRE ..... 115
**Figura 5.** Depósitos do Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro, década de 1970 ..... 121
**Figura 6.** Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro ..... 128
**Figura 7.** Mapa com localização de tapetes – Bloco Representativo ..... 134
**Figura 8.** Planta baixa com localização de tapetes – Bloco Representativo ..... 134
**Figura 9.** Distribuição de móveis – Bloco Representativo ..... 135
**Figura 10.** Distribuição de móveis - Bloco Administrativo ..... 136
**Figura 11.** Arquivo Central do MRE ..... 138
**Figura 12.** Exemplo de planta baixa para identificação e localização de mobiliário ..... 140
**Figura 13.** Palácio Itamaraty - Imagens da atividade "caça ao tesouro" ..... 141
**Figura 14.** Cópia de projeto de mobiliário padrão de Chancelaria (1927) ..... 145
**Figura 15.** Mobiliário padrão de Chancelaria – Palácio Itamaraty – Brasília ..... 145
**Figura 16.** Inauguração da Biblioteca do Itamaraty e Arquivo Histórico ..... 146
**Figura 17.** Palácio Itamaraty. Sofá Conversadeiras – Bernardo Figueiredo, 1967. ..... 156
**Figura 18.** Tapeçaria de Madeleine Colaço ..... 157
**Figura 19.** Escultura Ponto de Encontro – Mary Vieira, 1969 ..... 161
**Figura 20.** Luminária Revoada de Pássaros ..... 162
**Figura 21.** Palácio Itamaraty – Brasília. Bloco Representativo – Varanda (terceiro pavimento). ..... 164
**Figura 22.** Cadeira Bahia - Croqui de Bernardo Figueiredo, 1960 ..... 169
**Figura 23.** Cadeiras Bahia – Gabinete do Ministro de Estado ..... 169
**Figura 24.** Palácio Itamaraty (1968) – Discurso de Costa e Silva ..... 170
**Figura 25.** Cadeiras Arcos, de Bernardo Figueiredo ..... 171
**Figura 26.** Desenhos de Sergio Rodrigues para a Mesa Itamaraty – 1960 ..... 173
**Figura 27.** Mesa Itamaraty e cadeira Kiko Alta – Gabinete do Ministro de Estado ..... 173
**Figura 28.** Palácio Itamaraty. Poltronas e Sofá Rei – Bernardo Figueiredo, 1967 ..... 178
**Figura 29.** Poltrona Rei (1967), de Bernardo Figueiredo ..... 179
**Figura 30.** Poltrona Rei em três momentos ..... 179
**Figura 31.** Inauguração da exposição Souto de Moura - Memória, Projectos, Obras ..... 188
**Figura 32.** Exposição Paulo Mendes da Rocha: Geografias Construídas ..... 189
**Figura 33.** Triagem e armazenamento de documentos – Fundação Instituto Marques da Silva ..... 195

**FIGURA 34.** INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS DE ARQUITETURA EM PORTUGAL E NO BRASIL ..... 197
**FIGURA 35.** VISTA EXPLODIDA PARA RECONSTITUIÇÃO EM 3D DA ESTRUTURA DO CORO E DAS ABÓBADAS ..... 209
**FIGURA 36.** NUVEM DE PONTOS FOTOGRAMÉTRICOS EM 3D - RECONSTITUIÇÃO DE TODA A EDIFICAÇÃO ..... 210
**FIGURA 37.** NUVEM DE PONTOS DA COBERTURA VISTA POR BAIXO. ..... 210
**FIGURA 38.** SITUAÇÃO ATUAL – DISPERSÃO ..... 221
**FIGURA 39.** SISTEMA SUGERIDO A PARTIR DA METODOLOGIA HBIM – INTEGRAÇÃO ..... 224
**FIGURA 40.** SUGESTÃO DE FICHA DIGITAL PARA DADOS COMPARTILHADOS – PALÁCIO ITAMARATY ..... 227

## LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1.** ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS DA PESQUISA ..... 53
**QUADRO 2.** CATEGORIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL DA PESQUISA. – DOCUMENTAÇÃO ..... 55
**QUADRO 3.** CATEGORIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL DA PESQUISA – PROJETOS ..... 56
**QUADRO 4.** CATEGORIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL DA PESQUISA – IMAGENS ..... 56
**QUADRO 5.** INICIATIVAS PARA FORMAÇÃO DOS ACERVOS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL ..... 76
**QUADRO 6.** PRINCIPAIS DIFERENÇAS CONCEITUAIS DO TERMO "ARQUIVO" ..... 84
**QUADRO 7.** PRINCIPAIS FUNÇÕES, CARACTERÍSTICAS E CONTEÚDO EM DIFERENTES TIPOS DE INSTITUIÇÕES ..... 89
**QUADRO 8**. CONCEITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS À ARQUIVÍSTICA ..... 91
**QUADRO 9.** DESAFIOS ENFRENTADOS PELA PRESERVAÇÃO DIGITAL ..... 100
**QUADRO 10.** PESQUISA DE ARQUIVOS DE ARQUITETURA – EVENTOS ..... 104
**QUADRO 11.** PROBLEMAS ENFRENTADOS NOS ARQUIVOS DE ARQUITETURA, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ..... 106
**QUADRO 12**. VALORES E IMPORTÂNCIA – PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS ..... 108
**QUADRO 13.** FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DO MRE ..... 129
**QUADRO 14.** VALORES DE RIEGL ..... 176
**QUADRO 15.** INSTITUIÇÕES DEDICADAS À DOCUMENTAÇÃO, PRESERVAÇÃO E ESTUDO DA ARQUITETURA ..... 184
**QUADRO 16.** SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÓNICO ..... 191
**QUADRO 17.** ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO ..... 192
**QUADRO 18.** ARQUIVO DA DIREÇÃO-GERAL DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES ..... 192
**QUADRO 19.** FUNDAÇÃO MARQUES DA SILVA ..... 193
**QUADRO 20.** CASA DA ARQUITETURA ..... 193
**QUADRO 21.** INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS DE ARQUITETURA EM PORTUGAL E NO BRASIL – TIPOS DE ARQUIVO ..... 198
**QUADRO 22**. SÍNTESE DA PESQUISA NOS ACERVOS DOCUMENTAL E MATERIAL DO MRE ..... 214
**QUADRO 23.** PRINCIPAIS FUNÇÕES, CARACTERÍSTICAS E CONTEÚDO – PALÁCIO ITAMARATY ..... 216
**QUADRO 24.** POTENCIAIS BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DE SE ADOTAR HBIM ..... 227
**QUADRO 25.** PALÁCIO ITAMARATY - BLOCO REPRESENTATIVO - CATALOGAÇÃO DE MOBILIÁRIO. ..... 250

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIM – *BUILDING INFORMATION MODELING*

CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CCA – CENTRO CANADENSE DE ARQUITETURA

CM-UNICAMP – CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP

CONARQ – CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

DF – DISTRITO FEDERAL

DOCOMOMO – *DOCUMENTATION AND CONSERVATION OF BUILDINGS, SITES AND NEIGHBORHOODS OF THE MODERN MOVEMENT*

FAU/UFBA – FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FAU/UFRJ – FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FUNAG – FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

HBIM – *HISTORIC BUILDING INFORMATION MODELING*

ICA – *CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES*

ICOMOS – *INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES*

MES – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

MHD – MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO DO ITAMARATY

MRE – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NIBS – *NATIONAL INSTITUTE OF BUILDING SCIENCES*

RELARQ – REDE LATINO-AMERICANA DE ARQUIVOS DE ARQUITETURA

SIPA – *SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÓNICO*

SNEIB – SECRETARIA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO IMPÉRIO DO BRASIL

UFAM – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Encontra-se sobre a mesa de leitura, geralmente em pilha, amarrado ou cintado, em suma, em forma de feixe, os cantos carcomidos pelo tempo ou pelos roedores; precioso (infinitamente) e danificado, manipula-se com toda delicadeza por medo de que um anódico princípio de deterioração se torne definitivo. Ao primeiro olhar, é possível saber se já foi ou não consultado, uma única vez que seja, desde sua conservação. Uma pilha intacta é fácil de reconhecer. Não por seu aspecto (pode ter-se mantido ao abrigo por longo tempo entre porões e inundações, guerras e debacles, geadas e incêndios), mas por esse modo específico de estar uniformemente recoberta por uma poeira não volátil que se recusa a dissipar-se ao primeiro sopro, fria escama cinzenta depositada pelo tempo.*

Arlette Farge,
O Sabor do Arquivo

## APRESENTAÇÃO

A pesquisa abrangente sobre o mobiliário moderno do Ministério das Relações Exteriores (MRE)[1], realizada em 2017, foi fundamental para a escolha de concentrar o doutorado no trabalho com os arquivos de documentos relacionados à arquitetura e ao design pertencentes a esse Ministério. A obra de Bernardo Figueiredo[2], principalmente os móveis que esse arquiteto e designer desenhou para o Palácio dos Arcos[3], surgiu como uma possibilidade de dar continuidade à pesquisa do mestrado[4], nomeadamente a relação entre a arquitetura moderna e o design industrial brasileiro.

A abordagem inicial ganhou força com a descoberta de um pequeno acervo constituído por documentos originais do arquiteto armazenados em uma garagem de uma casa em São Paulo. Esses documentos, cuidadosamente preservados por uma das filhas do arquiteto e, até então, não explorados academicamente, consistiam em pastas repletas de cópias de projetos, desenhos e fotografias antigas, armazenados em arquivos de metal, em meio a instrumentos musicais e caixas acústicas. A garagem, usada como escritório, revelou um acervo importante e as informações, relevantes para a pesquisa. O contato com esses valiosos documentos revelou as várias facetas de atuação de Figueiredo como designer, projetista de arquitetura, programador visual e projetista de exposições e feiras internacionais.

---

[1] A pesquisa, iniciada em 2017, foi concebida e coordenada pelo diplomata e conselheiro Heitor Sette Granafei, e resultou na realização da Exposição "Desenhando para um Palácio", celebrando os cinquenta anos deste edifício, em 2018.

[2] Bernardo Figueiredo (1934 -2012), formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro (1957), interessou-se por design ainda como estudante e aproveitou-se da verticalização dos espaços na década de 1960, momento em que o projeto de interiores começou a absorver a mão de obra de arquitetos, para dedicar-se ao projeto de móveis residenciais. Recebeu influência de Sergio Rodrigues, com quem trabalhou entre 1959 e 1961, e de Joaquim Tenreiro, com quem aprendeu a usar a madeira, o couro e a palha. Fonte: Costa Junior, 2014.

[3] Palácio dos Arcos foi o primeiro nome dado ao Palácio Itamaraty de Brasília em referência aos arcos de suas fachadas.

[4] No mestrado, tratou-se sobre os arquitetos-designers autores do acervo de mobiliário moderno da Universidade de Brasília (UnB) nos anos de sua implementação. Como resultado dos estudos realizados ao longo do mestrado e doutorado, este pesquisador lançou, em 2022, o livro e a exposição Sergio Rodrigues e o Mobiliário Moderno da Universidade de Brasília, ambos apresentados no Museu de Arte de Brasília (MAB). A publicação já abordava o trabalho realizado por Sergio Rodrigues para o Palácio Itamaraty de Brasília.

Ângela Figueiredo, filha do arquiteto, guardou o pequeno acervo logo após a morte do pai em 2012. Durante as suas idas a São Paulo, este autor sistematizou, sob o olhar cuidadoso de Ângela, a documentação encontrada, tendo em conta a sua natureza. A título de exemplo, foram organizadas pastas com dois temas principais: as que reuniam os projetos de arquitetura e as que guardavam os projetos de design. As pastas dedicadas à arquitetura continham cópias de projetos de casas, de shopping centers, de prédios e de um de posto de gasolina. Nas pastas dedicadas ao design foram organizados os projetos de mobiliário e os de pavilhões de feiras nacionais e internacionais. Cumpre destacar que Bernardo Figueiredo demonstrava notável organização, como evidenciado pela pequena, mas meticulosa coleção de recortes de jornais, fotografias de projetos, croquis e algumas anotações manuscritas. Este zelo revela-se como um hábito característico de arquitetos que apreciam registrar sua trajetória profissional.

No final de 2019, durante as frequentes viagens do pesquisador entre São Paulo e Brasília, Ângela Figueiredo disponibilizou o arquivo familiar para outra pesquisa que se desenvolvia em paralelo, resultando no livro "Bernardo Figueiredo: designer e arquiteto brasileiro", assinado por Maria Cecília Loschiavo e publicado pela Editora Olhares. O livro apresenta a produção desse arquiteto, até então, pouco conhecido. Lançado em 2021, tornou público o acervo considerável, guardado na garagem em Alto de Pinheiros, em São Paulo.

Diante disso, decidiu-se articular a obra do arquiteto numa perspectiva mais ampla, desviando o debate da construção biográfica para o entendimento do próprio Palácio Itamaraty como um arquivo, devido à grande quantidade de documentação guardada em seu acervo, inclusive os desenhos de Bernardo Figueiredo. A obra de Figueiredo passou a ser discutida mais como um exemplar de documentação necessária para afirmar a importância do Palácio Itamaraty como arquivo.

A viabilidade de adotar essa perspectiva foi confirmada ao se examinar a extensa documentação e os acervos expostos e preservados nos interiores do Palácio em Brasília. Este edifício abriga uma coleção de objetos e uma variedade de documentos que possibilitam uma ampla compreensão da história do mobiliário e do design no Brasil. Além de exemplares de móveis coloniais que remontam aos séculos XVII e XIX, o acervo destaca a evolução do design brasileiro a partir da segunda metade do século XX.

A pesquisa, então, foi direcionada para dois focos relacionados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE): o acervo físico – exposto no Bloco Representativo, conhecido como Palácio – assim chamado uma parte do edifício projetado por Oscar Niemeyer; e a documentação existente em seu arquivo que se refere aos projetos de arquitetura e design de mobiliário.

As imagens escolhidas para a capa e contracapas desta tese retratam a escultura cujo título original é "polivolume: ponto de encontro" (1970), de Mary Vieira[5]. A escolha não se deve somente ao impacto visual da obra, mas à força simbólica que ela carrega como metáfora do percurso proposto nesta pesquisa. A obra de Vieira, um polivolume, localizado no pavimento térreo do Palácio, insere-se na proposta da artista de criar esculturas interativas, concebidas para serem manipuladas, deslocadas e reconfiguradas pelo público.

Com suas lâminas móveis, articuladas em composições infinitas, a obra convida à interação e à descoberta. Assim como nos arquivos, cada gesto de aproximação e de manuseio modifica a configuração do conjunto e revela camadas até então ocultas. É como se cada lâmina guardasse em sua superfície um fragmento do tempo – como

[5] Mary Vieira (1922 – 2001) fez parte do grupo dos primeiros artistas chamados por Oscar Niemeyer para colaborar, com suas respectivas obras, nos palácios de Brasília. Eram eles, além de Mary Vieira: Portinari, Di Cavalcanti, Ceschiatti e Franz Weissmann.

os documentos que, consultados, interpretados ou simplesmente revisitados, devolvem ao presente a experiência do passado.

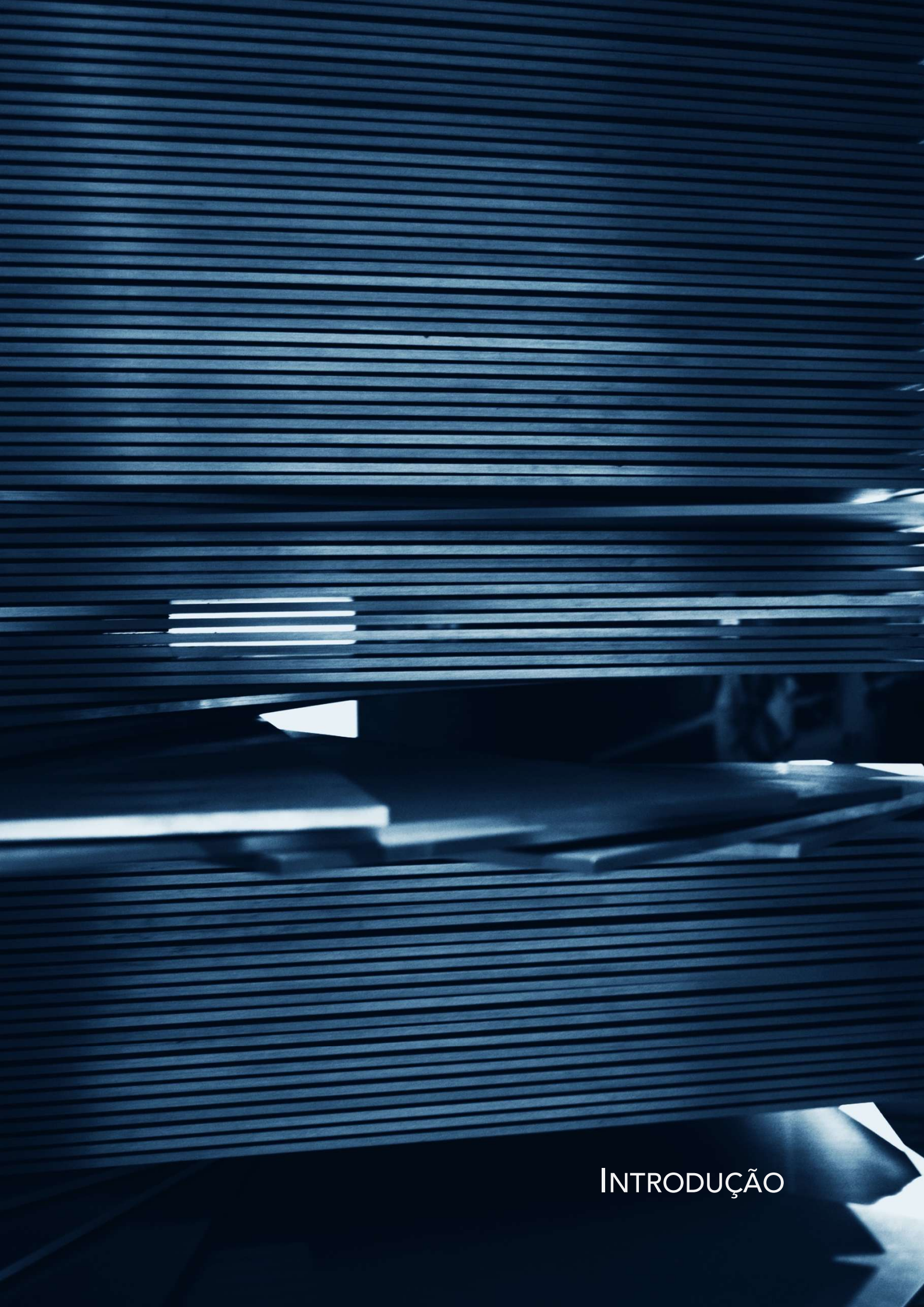
A metáfora se estende à própria tensão que atravessa esta pesquisa: entre transitoriedade e permanência, entre o uso cotidiano e a preservação dos acervos material e documental. A poeira acumulada entre as lâminas – invisível à distância, mas perceptível ao toque – remete ao silêncio e à espera dos arquivos, à ação do tempo sobre as coisas, e à responsabilidade de quem os manipula com o desejo de descobrir, compreender e cuidar.

Tal como a escultura, o arquivo não é estático: ele se transforma à medida que é acessado e interpretado. Assim como a obra de arte, o arquivo em uso é também um campo de negociação entre conservação e exposição, entre memória e ação.

Esta tese parte, portanto, da análise do Palácio Itamaraty de Brasília enquanto lugar de convergência entre arquitetura, design e documentação. Com base no estudo de fontes documentais e materiais, investiga-se a tensão entre uso e preservação de um acervo institucional que permanece ativo, revelando como a permanência de objetos em circulação desafia práticas convencionais de conservação e de gestão patrimonial.

As imagens apresentadas nas capas da tese[6], simbolizam a dinâmica complexa que envolve o acesso, a manipulação e a interpretação de documentos e objetos que compõem os acervos – arquivísticos e materiais – presentes nos espaços institucionais. Essa perspectiva orienta a abordagem da tese, que trata da tensão entre transitoriedade e permanência nos acervos do Palácio Itamaraty de Brasília.

[6] Imagens registradas pelo autor em visita ao Palácio Itamaraty com alunos do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 19 de Ceilândia – DF. A atividade integrou o projeto *Um Rolê pela CEI*, da professora Elane Ribeiro Peixoto e Julia M. B. Solé.



# Introdução

## INTRODUÇÃO

Uma importante fonte tradicional de pesquisa nas áreas de arquitetura, urbanismo e design são os arquivos de projetos. Esse tema, relacionado à documentação de projetos de arquitetura e sua salvaguarda, alcançou relevância e causou controvérsia no Brasil, principalmente após o arquiteto Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) ter confiado, antes de falecer, seu acervo de 8.800 desenhos e croquis ao centro de documentação da Casa da Arquitectura, em Matosinhos, Portugal[7]. À doação de Mendes da Rocha em 2020 seguiu-se a entrega do espólio de Lucio Costa[8] em 2021, para esse mesmo Centro de Arquitectura.

Os acervos desses dois arquitetos têm uma particularidade: o de Mendes da Rocha foi doado pelo próprio autor, enquanto o de Costa foi doado por sua família. Não obstante a essa característica, tal situação não só destaca a importância de se dedicar atenção especial à cultura material gerada por arquitetos e designers, como indica uma necessidade crescente de políticas voltadas à preservação de acervos de projetos de arquitetura e de design no Brasil. A valorização do documento de arquitetura e o recente destaque dado aos arquivos se justificam em um contexto mais amplo de preservação e torna-se necessário, diante de sua importância, incluir o acervo do Palácio Itamaraty nessas discussões.

Nesse sentido, esta tese propõe que, além das diversas designações atribuídas ao Itamaraty de Brasília – como Palácio-Museu, Sala de Visitas do Brasil, Caixa de Joias[9], entre outras – o edifício pode ser compreendido como um complexo

[7] Esse assunto é tratado no texto: Paulo Mendes da Rocha: exílio de um acervo, de Danilo Matoso, disponível em: <https://opartisano.org/contracultura/paulo-mendes-da-rocha-exilio-deum-acervo/>. Acesso: 10 out. 2023.

[8] A doação foi feita pela família do arquiteto e urbanista e abrange cerca de onze mil documentos produzidos entre 1910 e 1998. Fonte: <https://design.archdaily.com.br/br/970467/acervo-de-lucio-costa-e-doado-a-casa-da-arquitectura-em-portugal> Acesso: 10 out. 2023.

[9] Essas designações são frequentemente utilizadas pela imprensa televisiva e pela mídia impressa no Brasil. No caso específico da denominação "Palácio-Museu", trata-se de uma expressão usada por Graça Ramos (2017), que qualifica o Itamaraty como "o único palácio-museu da capital do país". De acordo com Brandão (2023), outras referenciações foram dadas pelo arquiteto e crítico de arte Flávio de Aquino (1967, p. 16), escreveu na revista Manchete que o Itamaraty era "mais uma obra-prima do arquiteto [Niemeyer]". Na revista Arquitetura do IAB, Olavo Redig de Campos (1968, p. 20), que trabalhou no projeto, considerou ser "a melhor obra de Oscar Niemeyer"; e para Cláudio Gomes (1970, p. 29), na Acrópole, era "o mais requintado edifício do Eixo Monumental".

fundamentado na relação intrínseca entre três elementos que o compõem: a estrutura física, o acervo de objetos expostos e em uso, e os documentos arquivados – incluindo aqui os projetos e outros materiais que integram o seu patrimônio.

O emprego do termo "arquivo" no âmbito da tese, tem um significado que vai além das definições convencionais, comumente associadas a locais destinados exclusivamente à guarda e preservação de documentos escritos. Pretende-se construir uma abordagem ampliada de arquivo que situe o Itamaraty para além de um lugar de convergência e preservação de materiais de diferentes categorias e épocas. No contexto da pesquisa, esses materiais, com exceção das obras de arte, serão considerados como fontes documentais, tendo em conta sua natureza física e temporal.

As obras de arte sob a guarda do Itamaraty de Brasília constituem-se como um acervo de inestimável valor. A relevância dessas peças, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade, posiciona o Itamaraty como uma fonte inesgotável de pesquisa para estudiosos interessados no campo das artes. Contudo, o estudo detalhado e abrangente de todas as obras representaria uma tarefa monumental, que extrapola os limites de tempo e produção da tese. Embora essas obras de arte façam parte do contexto analisado, elas não estão no foco central da investigação, que se concentra em outras dimensões do Itamaraty.

O intuito da tese é averiguar, entender e situar o Itamaraty como um espaço que transita entre as denominações de museu, arquivo e lugar de representação. Ou, mais ainda, como um espaço híbrido que incorpora todas essas denominações, levando-se em conta os desafios e possibilidades envolvidos na preservação de seus acervos documentais e materiais.

Para isso, a pesquisa desenvolve-se em torno de dois universos principais que compõem o acervo do Itamaraty em Brasília: o primeiro abrange o acervo exposto e em uso no Bloco Representativo do Palácio, incluindo o mobiliário e os objetos de

design que juntos definem a ambiência moderna dos interiores do edifício. O segundo refere-se à vasta documentação histórica preservada nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que complementa e enriquece a compreensão desse acervo. Ambos os universos são elementos fundamentais para o estudo e a preservação do patrimônio do Itamaraty em Brasília e são distintos do acervo existente no Itamaraty do Rio de Janeiro.

No caso da documentação arquivada, a pesquisa concentra-se principalmente nos projetos de arquitetura, design e nos documentos relacionados à aquisição do mobiliário – tais como plantas, cortes, especificações e *layouts*. Embora a tese reconheça a existência de outras formas de documentação (como contratos, notas e recibos variados), estas serão consideradas apenas de forma complementar. A documentação diplomática, diretamente relacionada às atividades do MRE em Brasília, está deliberadamente excluída do escopo da pesquisa.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, histórico-interpretativa e aplicada, organizada em quatro módulos metodológicos que correspondem aos quatro capítulos. Com essa estrutura, cada capítulo, além de constituir um recorte temático, também é concebido como recorte metodológico. Cada módulo mobiliza técnicas específicas – documentais, teóricas e empíricas – adequadas ao respectivo objetivo analítico. Além dos quatro capítulos, descritos a seguir, a tese inclui considerações finais, referências bibliográficas e um apêndice. Neste último, apresenta-se a catalogação das peças de mobiliário expostas e acessíveis ao público no Bloco Representativo.

O capítulo 1, intitulado *Um Palácio em reconstrução historiográfica*, apresenta a problematização da pesquisa a partir de uma contextualização sobre a construção de Brasília como um momento decisivo para a história do design nacional. A partir desse cenário, apresenta-se a atual situação do Palácio Itamaraty, ressaltando a relevância de seus acervos. Destacam-se dois problemas centrais: a fragmentação entre os acervos

documental e material, que compromete sua gestão, preservação e acesso para pesquisa e a tensão entre o uso e a preservação desses conjuntos.

Em seguida, são apresentados os fundamentos que justificam o estudo, com ênfase no papel ativo dos acervos na constituição da identidade e da ambiência institucional. Destaca-se, ainda, a ausência de sistematização da documentação técnica, fator que dificulta a consulta e compromete o entendimento do acervo como um todo. Ao final do capítulo, descrevem-se as fontes utilizadas – bibliográficas e documentais – que fundamentam a investigação, seguidas pela exposição dos objetivos e das estratégias metodológicas adotadas.

O capítulo 2, *Arquivos e Acervos*, trata da origem e a evolução dos arquivos como instituições voltadas à preservação documental, com ênfase na constituição dos acervos de arquitetura. Parte-se das práticas ancestrais de guardar registros importantes como forma de transmissão da memória, até a formação dos primeiros arquivos no Brasil. Em seguida, discute-se o surgimento dos arquivos específicos de arquitetura, urbanismo e design e a polissemia do termo "arquivo". O capítulo também traça um panorama do debate contemporâneo sobre arquivos de arquitetura.

O capítulo 3, *Acervos do Ministério das Relações Exteriores: Formação, Continuidade e Desafios*, é dividido em duas partes. A primeira trata do acervo documental, abordando a formação histórica dos arquivos do Ministério, com destaque para o processo de transferência dos documentos da antiga sede no Rio de Janeiro para Brasília. Em seguida, abordam-se os documentos relacionados à arquitetura e ao design. Por fim, discute-se o estado dessa documentação, destacando os principais problemas e desafios de preservação, tais como a fragmentação do acervo, a ausência de catalogação sistemática e as restrições de acesso.

A segunda parte do capítulo é dedicada ao acervo material. Inicialmente, apresenta-se a trajetória dos móveis e objetos que compõem antiga sede do MRE no Rio de Janeiro, enfatizando o papel desses elementos na construção da memória

institucional. Em seguida, examina-se a composição do acervo material do Palácio de Brasília. O capítulo se encerra com a discussão sobre a tensão entre uso e preservação, tendo o mobiliário como exemplo para evidenciar as complexidades envolvidas na gestão de um acervo que, ao mesmo tempo em que é funcional – composto por peças em uso cotidiano –, também possui valor patrimonial e caráter museológico, incluindo exemplares destinados à contemplação.

O capítulo 4, *Do objeto isolado ao sistema integrado*, consolida os principais resultados da pesquisa e aponta a necessidade de adotar estratégias de preservação integrada para os dois acervos do Palácio Itamaraty. Inicialmente, analisa-se a crescente valorização dos acervos de arquitetura, urbanismo e design no contexto internacional, com ênfase em iniciativas portuguesas voltadas à preservação, digitalização e exposição.

Em continuidade, o capítulo examina estratégias contemporâneas baseadas na integração de sistemas de informação, apresentando exemplos internacionais, como a reconstrução da Catedral de Notre-Dame, e nacionais, como os estudos aplicados à Casa de Vidro e ao Palácio Gustavo Capanema. Esses casos evidenciam o potencial da metodologia *Historic Building Information Modeling* (HBIM) para preservar, de forma integrada e colaborativa, tanto a materialidade quanto a memória arquitetônica.

Na sequência, reúnem-se as constatações da pesquisa que confirmam a hipótese sobre a condição híbrida do Itamaraty, evidenciando sua atuação simultânea como arquivo, museu e lugar de representação.

Por fim, com base na articulação entre a complexidade identificada e as tendências contemporâneas apresentadas, o capítulo sugere a implementação de um sistema integrado de gestão e preservação como modelo-piloto para o acervo do Palácio, buscando garantir sua continuidade material e simbólica.

1

# 1 UM PALÁCIO EM RECONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os palácios que integram a Praça dos Três Poderes, em seus espaços internos, são dotados de grande quantidade de mobiliário, objetos e obras de arte que juntos formam um valioso acervo e fundamentam histórias que acompanham o protagonismo da arquitetura moderna brasileira, tão divulgada, apreciada ou criticada internacionalmente desde o projeto para o Ministério da Educação e Saúde – MES (1936) no Rio de Janeiro[10].

O MES foi considerado notável por revelar o talento de jovens arquitetos e designers cariocas, sob o comando de Lucio Costa e consultoria de Le Corbusier, adquiriu especial importância por responder aos esforços do modernismo na tentativa de integrar as artes e servir como inspiração para a futura construção dos edifícios governamentais em Brasília. Todo o mobiliário, luminárias e tapeçarias, por exemplo, utilizado nos interiores desse prédio, inspiravam-se em desenhos modernos, à semelhança dos experimentos de Le Corbusier e Mies van der Rohe, que também estavam presentes no interior do edifício[11].

Segundo Katinsky (1983, p. 929), "os arquitetos procuraram equipar o ambiente do novo prédio com mobiliário coerente com as intenções de valorização da indústria – bandeira estética que os distinguia de outras correntes de arquitetos brasileiros". A busca pela valorização da indústria, ainda de acordo com Katinsky, foi influência direta de Le Corbusier quando de sua participação no projeto do MES. A partir das considerações do arquiteto de origem suíça, os arquitetos brasileiros

[10] Mesmo antes de ser oficialmente inaugurado em 1945, o edifício causou repercussão internacional a partir da publicação de 1943, *Brazil Builds: Architecture New and Old 1652–194.* Tratava-se do catálogo de uma exposição itinerante do Museu de Arte Moderna de Nova York. Distribuído em mais de 47 países, em um período de três anos, deu grande visibilidade à moderna arquitetura brasileira. Fonte: Lauro Cavalcanti, *When Brazil Was Modern: Guide to Architecture, 1928–1960*, trans. Jon Tolman (New York: Princeton Architectural Press, [2001] 2003), 9.

[11] Sobre o uso de mobiliário e objetos utilitários no MES, ver Harris, Elizabeth Davis, Le Corbusier: Riscos Brasileiros. São Paulo: Nobel, 1987.

integrantes desse grupo passaram a manter articulações com os designers, os artesãos e os produtores de móveis da época.

Brasília insere-se nesse contexto a partir da construção do Catetinho, em 1956, até a inauguração do Palácio Itamaraty, em 1970. No período que separa a construção desses dois edifícios, é possível notar uma intenção em equipar os espaços internos de muitos edifícios governamentais seguindo-se o propósito de reiterar a moderna ambiência concebida por Oscar Niemeyer.

A concepção desses dois edifícios relaciona-se com dois momentos históricos que, de acordo com Santos (1995), influenciaram a evolução do design industrial brasileiro e, ao mesmo tempo, impulsionaram a indústria no país.

O primeiro momento foi marcado pelo uso de mobiliário moderno em edifícios públicos da cidade nas décadas de 1950 e 1960. Esse cenário representou uma junção entre as ideias estrangeiras e a produção nacional, resultado da chegada no país de criações de renomados designers internacionais. Esse período é considerado por Santos (1995, p. 145) como um marco na história do mobiliário moderno brasileiro.

Para a autora de Móvel Moderno no Brasil, em 1952, a empresa Móveis Artesanal, dos irmãos Hauner[12], tornou-se parceira da Knoll International[13]. A partir de então, sob o nome Forma, a empresa passou a ser a fabricante exclusiva no Brasil da

[12] Carlo Hauner (1927–1996), designer italiano radicado no Brasil desde 1948, fundou em 1950 a Móveis Artesanal, dedicada à produção de móveis modernos. Atuou como principal designer até 1953, quando se associou ao arquiteto austríaco Martin Eisler (1913–1977), vindo da Argentina. A empresa também contou com a colaboração de Ernesto e Georgia Hauner e de Sergio Rodrigues. Em 1955, passou por uma reestruturação e recebeu o nome de Forma, ocasião em que Hauner deixou a sociedade. Fonte: Carlo Hauner, Martin Eisler e a modernização do móvel no Brasil. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.143/7452. Acesso em: 4 mar. 2024.

[13] A Knoll International, fundada por Hans Knoll em 1938 nos Estados Unidos, é reconhecida por suas colaborações com designers como Florence Knoll, Eero Saarinen e Harry Bertoia, e por sua influência na difusão do design moderno em ambientes corporativos. Fonte: https://design.knoll-int.com/discover-knoll/our-story. Acesso em: 4 nov. 2024.

coleção da Knoll, que incluía peças de designers como Marcel Breuer[14], Mies van der Rohe[15], Eero Saarinen[16], Florence Knoll[17] e Harry Bertoia[18].

Segundo Santos (1995), a Forma trouxe uma renovação ao mercado brasileiro ao introduzir o design consagrado da Bauhaus, permitindo que palácios e instituições públicas fossem equipados com os melhores móveis disponíveis no Brasil à época. Como resultado, esses espaços foram equipados com peças de autores estrangeiros e brasileiros, como Mies van der Rohe, Le Corbusier, Charles e Ray Eames, Eero Saarinen, em conjunto com peças de Oscar Niemeyer, Anna Maria Niemeyer, Joaquim Tenreiro, Jorge Zalszupin e Sergio Rodrigues, criando ambientes que refletiam uma modernidade coerente.

No segundo momento, os designers brasileiros encontraram motivação para produzir e impulsionar a indústria por meio de uma grande encomenda destinada a mobiliar os edifícios de Brasília, especialmente o Palácio Itamaraty. Muitas peças desse Palácio foram trazidas do antigo Palácio no Rio de Janeiro; outras foram presentes de embaixadas estrangeiras e visitantes ilustres. A elas, somam-se as peças criadas especialmente para o edifício – e, juntas, formam o acervo atual de peças históricas.

---

[14] Marcel Breuer (1902–1981), arquiteto e designer húngaro formado na Bauhaus, destacou-se pelo design de móveis em tubo de aço, como a cadeira Wassily. Fonte: WILK, Christopher. Marcel Breuer: Furniture and Interiors. New York: MoMA, 1981; ou Bauhaus-Archiv: https://design.bauhaus.de. Acesso em: 4 nov. 2024.

[15] Ludwig Mies van der Rohe (1886–1969), arquiteto alemão e figura central do modernismo, é conhecido por obras como a cadeira Barcelona e pelo lema "menos é mais". Fonte: FRANZ; WINDHORST, Edward. Mies van der Rohe. Chicago: University of Chicago Press, 2012; ou https://design.miessociety.org. Acesso em: 4 nov. 2024.

[16] Eero Saarinen (1910–1961), arquiteto e designer finlandês-americano, criou móveis como a cadeira Tulip e projetos arquitetônicos como o terminal TWA no aeroporto JFK. Fonte: PELKONEN, Eeva-Liisa; ALBRECHT, Donald. Eero Saarinen: Shaping the Future. New Haven: Yale University Press, 2006; ou https://guides.library.yale.edu/saarinen. Acesso em: 4 nov. 2024.

[17] Florence Knoll (1917–2019), designer e arquiteta americana, transformou os interiores corporativos ao integrar arquitetura e mobiliário moderno como cofundadora da Knoll Associates. Fonte: LUTZ, Brian. Florence Knoll: Defining Modern. New York: Rizzoli, 2010; ou https://design.knoll.com. Acesso em: 4 nov. 2024.

[18] Harry Bertoia (1915–1978), artista e designer ítalo-americano, é conhecido por suas cadeiras em estrutura metálica, como a Diamond Chair, e por sua pesquisa nas intersecções entre arte, som e mobiliário. Fonte: SCHIFFER, Nancy N. The World of Bertoia. Atglen: Schiffer Publishing, 2003; ou https://design.bertoia.com. Acesso em: 4 nov. 2024.

A demanda por complementos modernos para o interior desse espaço propiciou a criação de empresas e incentivou novas maneiras de utilização e associações de materiais na incipiente indústria de móveis e objetos utilitários no país. Empresas como a Oca (1955), de Sergio Rodrigues, e a Mobilínea (1958), de John de Souza e Ernesto Hauner, expandiram-se consideravelmente.

Sergio Rodrigues, por exemplo, já havia chamado a atenção ao mobiliar o Catetinho, a pedido de Oscar Niemeyer, em 1957. Posteriormente, ele recebeu do embaixador Wladimir Murtinho (1919 – 2003) a incumbência de decorar grande parte dos interiores do Itamaraty, além de fornecer mobiliário para a embaixada brasileira na Itália, localizada no antigo Palácio Doria Pamphilj[19], em Roma. Essa encomenda teve uma parcela importante em alavancar a indústria de móveis brasileira, como também valorizou o design nacional ao incluir criações de outros nomes de destaque, como Joaquim Tenreiro e Bernardo Figueiredo. Até os dias de hoje, peças assinadas por esses designers permanecem em uso e preservadas nos grandes salões cerimoniais do Itamaraty, testemunhando o impacto duradouro dessa iniciativa na consolidação do design brasileiro.

Diante desse cenário, é apropriado concordar com Heitor Granafei (2020) ao afirmar que a construção de Brasília representa um caso singular na história do design brasileiro no século XX. A necessidade de projetar e produzir grandes quantidades de móveis e objetos utilitários impulsionou o desenvolvimento de uma indústria que, embora ainda mantivesse características artesanais, começava a migrar gradualmente para a produção em série.

[19] A Embaixada do Brasil em Roma está localizada no Palácio Pamphilj, situado na Piazza Navona. O edifício foi adquirido pelo Estado brasileiro na década de 1960. No estilo renascentista, projetado no século XVII pelo arquiteto italiano Girolamo Rainaldi, desempenhou um papel importante na transformação da Piazza Navona e no processo de reurbanização de Roma durante o período barroco, em meados dos anos 1600. Fonte: CHAIM, G. M. C. A Arquitetura Da Diplomacia: Projetos Das Embaixadas do Brasil no Exterior (1962-1981). Tese de Doutorado. Brasília: FAU – UnB, 2024.

Entretanto, se por um lado os jovens criadores do mobiliário moderno ganharam notoriedade, por outro, a autoria de muitos projetos e produtos do incipiente design industrial brasileiro de então, como luminárias, tapeçarias, talheres, cinzeiros, entre outros, permanece menos conhecida. Isso resulta na desvalorização e no desaparecimento de peças importantes do patrimônio dos palácios de Brasília. A situação se agrava quando as discussões sobre a proteção de edifícios modernos frequentemente negligenciam o patrimônio material móvel e documental neles presentes, ignorando sua contribuição para a formação da ambiência do espaço moderno.

Ao abordar os projetos de mobiliário e objetos criados para o Palácio Itamaraty durante a implementação de seus espaços interiores, esta tese explora a relação entre arquitetura, design e documentação – temas que se cruzam em diversas disciplinas e variados campos de pesquisa, como a história e historiografia da arquitetura, curadoria de design e arquivologia aplicada à arquitetura, entre outros. Essas conexões permitem um entendimento mais amplo sobre a concepção dos interiores, onde mobiliário e objetos integram funcionalidade e estética, refletindo a identidade do Palácio.

Em seus interiores, observa-se um contraste entre seus componentes: de um lado, os objetos do cotidiano da instituição – principalmente mobiliário – marcados pelo uso constante e pelo desgaste do tempo; de outro, as peças museológicas e arquivísticas – mobiliário histórico e documentos arquivados – destinadas à contemplação e resguardadas, como se o tempo as reverenciasse em sua aparente resistência.

Essa tensão entre uso e preservação, entre transitoriedade e permanência, constitui o ponto central da tese, que se dedica a refletir sobre a natureza e o tratamento dos dois acervos do Palácio.

É nesse contexto que a documentação histórica preservada pelo Itamaraty se revela indispensável para se compreender o processo de criação dos espaços internos e dos elementos que os compõem. Projetos, croquis, fotografias e registros de uso ao longo do tempo constituem ferramentas fundamentais para compreender o percurso desses móveis, permitindo sua identificação e valorização, além de contribuir para uma possível reprodução, restauração ou substituição com base em parâmetros coerentes.

Experiências internacionais, como na Casa da Arquitectura e na Fundação Marques da Silva, em Portugal[20], mostram que a convergência entre arquivologia e museologia pode ser uma solução eficiente para tais problemáticas. Essas instituições integram objetos e documentos, promovendo uma abordagem unificada para a preservação e o acesso a seus acervos.

Por sua própria concepção institucional e simbólica, o Palácio Itamaraty reúne condições para a convergência entre as práticas arquivísticas[21] e museológicas. Desde sua implementação, abriga um acervo formado por documentos históricos, mobiliário e objetos de valor histórico e cultural, configurando-se como um lugar que tensiona os limites tradicionais entre arquivo e museu.

Nesse contexto, sugere-se que a relação entre os objetos, os documentos e o edifício que os contém é central para a preservação da autenticidade e da integridade desse patrimônio. Diretrizes claras e específicas são necessárias, portanto, para que essa preservação ocorra de forma a equilibrar a permanência da memória da instituição com as exigências de uso e funcionalidade.

---

[20] Essas instituições portuguesas integram espaços que funcionam como arquivos e locais de exposições, e foram objeto de pesquisa de campo realizada por este pesquisador durante o doutorado sanduíche em Portugal, em 2024, financiado por bolsa da CAPES.

[21] Sob o enfoque conceitual, **arquivística** designa o micro-campo operacional – procedimentos técnicos de classificação, avaliação, descrição e preservação ao longo do ciclo de vida documental –, ao passo que **arquivologia** corresponde ao macro-campo teórico que estuda a memória registrada em diálogo com história, diplomática, paleografia e ciência da informação. Fonte: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2025).

## 1.2 O TRAÇO DO ARQUITETO

As peças de design e mobiliário do Palácio Itamaraty são responsáveis pela caracterização de uma ambientação moderna, integrando passado e presente em um espaço que é, ao mesmo tempo, expositivo e funcional. Esses objetos não são apenas decorativos, mas elementos ativos no cenário institucional, refletindo a convivência entre tradição e modernidade. A relação entre esses objetos e a documentação arquivada – como projetos, croquis e desenhos – reforça a importância desses registros para compreender o edifício e sua ambiência moderna.

No caso da arquitetura moderna, também os projetos, desenhos e croquis, "desempenham importante papel na própria valoração da obra como bem cultural" e "por isso, a documentação da Arquitetura Moderna, o traço do arquiteto, não é um mero registro acessório, mas parte integrante da obra" (Macedo, 2022, p. 86). Isso se aplica também às peças de design criadas por arquitetos e designers para o Itamaraty, cuja documentação arquivada desempenha um papel central na preservação da autenticidade e no entendimento do percurso histórico dos palácios da capital federal.

A falta de sistematização da documentação técnica, como destaca Silva (2014), tem gerado desafios na leitura da trajetória histórica desses prédios. Isso é especialmente relevante quando se trata de garantir a verificação e a preservação dos elementos projetuais originais, tanto nos documentos quanto nos próprios objetos de design, fundamentais para a valoração cultural dessas obras. Assim, um possível vínculo entre os objetos em uso e a documentação arquivada estabelece uma narrativa simultânea, em que o presente material do Itamaraty se conecta ao passado a partir da sua massa documental arquivada:

> [...] ressaltam-se como evidências comuns aos primeiros palácios, além da ausência de documentação técnica sistematizada, as dificuldades em reconhecer autenticidade nos testemunhos do percurso histórico desses prédios. Nesse contexto, a falta de verificação dos preceitos estabelecidos para projetos a partir das fontes primárias – cadastrais e

> objetos concretos – constitui uma das principais lacunas no conhecimento dos edifícios e, conforme apontado, encontra-se no cerne dos problemas para a leitura dos eventos ocorridos e para a seleção de critérios que possam auxiliar na condução das tarefas de preservação (Silva, 2014, p. 25).

O Palácio Itamaraty é um caso incomum entre os edifícios públicos de Brasília que conserva documentação em papel, principalmente originais e cópias dos projetos, em seu acervo material de design e arquitetura. Por isso, é importante destacar sua relevância como testemunho histórico do período de implementação da arquitetura e do mobiliário modernos no Brasil e como lugar de salvaguarda de importante parte do patrimônio material da cultura brasileira. De acordo com Eduardo Pierrotti Rossetti:

> Toda essa massa documental está sob a guarda de diferentes instâncias administrativas internas à própria instituição, armazenada parte no Rio de Janeiro, parte em Brasília, sendo compartilhada em diferentes espaços, seja na biblioteca, seja no setor de comunicação, seja na documentação sigilosa, ou francamente exposta ao público como as inúmeras obras de arte, como o Meteoro de Bruno Giorgi. Os documentos, os arquivos e o acervo do Itamaraty se apresentam como um universo documental materializado em suportes (ou em categorias) distantes das especificidades do campo arquitetônico. Tal fato explica, em parte, sua pouca exploração, em que pese ser um material de extremo valor para pensar questões sobre todo o campo da arquitetura, sobre Brasília e sobre a arquitetura moderna brasileira ou ampliar a questão das relações entre a arquitetura moderna com o Estado (Rossetti, 2010, p. 3).

Os documentos arquivados no Ministério das Relações Exteriores englobam, além de projetos de móveis e instalações, desenhos e estudos relativos à disposição dos ambientes do Palácio. Essa documentação abrange trabalhos inéditos de designers como Sergio Rodrigues e Bernardo Figueiredo, evidenciando o contínuo interesse do Ministério das Relações Exteriores pela arquitetura e o design. Esse conjunto de informações arquivadas, além de oferecer uma visão abrangente da evolução dos ambientes do Palácio, destaca o papel central desempenhado pelo design nacional na projeção da cultura brasileira no cenário diplomático ao longo do tempo.

O Setor de Arquitetura, localizado no Anexo II do MRE, é responsável por armazenar a documentação relacionada aos três edifícios do ministério e pela manutenção de embaixadas brasileiras no exterior. A Divisão de Comunicação e Arquivo do Arquivo Central do Itamaraty gere 33 milhões de faces de documentos em suportes analógicos, seguindo as Leis de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), colaborando com órgãos da Administração Pública em diversos níveis[22].

Durante a pesquisa, na fase de levantamento de dados, foram encontradas 19 caixas contendo projetos e desenhos relativos aos projetos de arquitetura, iluminação, paisagismo e mobiliário. Todo esse material data dos anos de 1963 a 1970, mas há também documentos referentes a obras de manutenção do edifício dos anos de 1980. Há ainda uma pequena quantidade de notas e solicitações de projetos da Construtora Pederneiras, responsável pela obra do Palácio.

Nem todas as documentações e projetos relativos a esses objetos que compõem os interiores do Palácio foram guardados ou estão preservados no arquivo do MRE. Grande parte da documentação importante se perdeu com o tempo ou simplesmente não existiu – como é o caso da mobília histórica que veio da antiga sede do Itamaraty do Rio de Janeiro, cujo trabalho, feito por artesãos, não há referências de projeto.

Apesar dessa situação, o crescente número de pesquisas acadêmicas surgidas nos últimos anos com base na documentação histórica sobre o Palácio, indica que, mesmo não existindo em quantidades colossais, se comparada a outros acervos como o do Arquivo Público do Distrito Federal, o acervo do Itamaraty tem a qualidade de prova histórica. Sua preservação e acesso podem possibilitar uma maior contribuição

[22] As informações sobre a Divisão de Comunicação e Arquivo do Arquivo Central do Itamaraty foram obtidas em: BRASIL. Governo Federal. Consultar acervo do Arquivo Central do Itamaraty. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-acervo-do-arquivo-central-do-itamaraty. Acesso em: 13 jan. 2024.

para a revisão da historiografia sobre o próprio Palácio, sua arquitetura e o design modernos.

Todavia, um desafio para os pesquisadores continua sendo a burocracia, que é justificável para a sua função diplomática e inerente a todas as interações relacionadas ao Ministério das Relações Exteriores. A pesquisa nos arquivos do MRE enfrenta características específicas, como a constante alteração no quadro de servidores. O fluxo de busca por informações nos acervos do Itamaraty, ainda fortemente dependente do conhecimento informal sobre os responsáveis pelo acesso, é frequentemente interrompido devido à rotatividade dos servidores. Em especial no corpo da chancelaria, é comum que os funcionários sejam transferidos de cargo em prazos que variam entre um e três anos, o que compromete a continuidade e a memória institucional sobre os acervos. O fluxo de busca por informações nos acervos do Itamaraty, ainda fortemente dependente do conhecimento dos responsáveis pelo arquivo, é frequentemente interrompido devido à rotatividade dos servidores. Em especial no corpo da chancelaria, é comum que os funcionários sejam transferidos de cargo em prazos que variam entre um e três anos, o que compromete a continuidade e a memória institucional em relação aos acervos.

Diante desse cenário, justifica-se a presente tese por evidenciar a necessidade de sistematizar, catalogar, exibir e comunicar a vasta documentação e os diversos acervos do Palácio Itamaraty, com base nas técnicas mais avançadas da arquivística contemporânea.

A tese enfatiza que é preciso facilitar o acesso a esses registros para pesquisadores interessados na história do modernismo brasileiro – quando o foco for o edifício e seu mobiliário moderno – e em períodos anteriores – quando o tema for o mobiliário histórico exposto –, promovendo uma compreensão mais abrangente de suas manifestações.

Nesse sentido, a tese também se justifica ao sublinhar a necessidade urgente de se criar uma conexão mais eficiente entre o acervo material e os documentos históricos do Itamaraty, uma integração que não existe ou ainda não foi plenamente alcançada. Essa articulação é fundamental para a concepção do conceito proposto nesta pesquisa, pois promove uma abordagem de integração para a preservação e representação histórica, além de reforçar o papel do Palácio como um espaço dinâmico e acessível de memória e cultura brasileiras.

## 1.3 DA NEGLIGÊNCIA AO RECONHECIMENTO

A pesquisa acadêmica relacionada ao Palácio Itamaraty de Brasília e sua ambiência interna permaneceu, segundo Granafei (2020), negligenciada por muitos anos. Mesmo entre os pesquisadores especializados nos diversos artistas e designers que contribuíram para o projeto da sede MRE em Brasília, o tema não recebia a devida atenção. Arquitetos e designers, como Bernardo Figueiredo e Jorge Hue[23], que desempenharam papéis importantes na concepção dos interiores do Palácio, ainda não haviam sido objeto de estudos acadêmicos aprofundados.

Um exemplo disso é Bernardo Figueiredo, cujos móveis desenhados para o Palácio apareceram, provavelmente pela primeira vez, em uma publicação acadêmica na dissertação de mestrado de Maria Cecília Loschiavo dos Santos, publicada em 1985 como o pioneiro e fundamental livro *Móvel Moderno no Brasil*. Vale salientar que, desde a década de 1980 até recentemente, Figueiredo permaneceu amplamente ignorado nos debates acadêmicos, o que ressalta a pouca importância dada à questão dos interiores, um tema ainda pouco explorado em trabalhos acadêmicos.

[23] Jorge Hue (1923 – 2021), arquiteto e sociólogo formado pela PUC-Rio, destacou-se em projetos de restauro e ambientação de interiores. Atuou ao lado de Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Bernardo Figueiredo, com contribuições como o mobiliário do Salão de Recepções do Palácio Itamaraty. Também desenvolveu trabalho artístico, tendo realizado a exposição *Desenhos* (2014), com curadoria de Vik Muniz. Fonte: HUE, Jorge de Souza: Jorge Hue. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

Granafei (2020) pontua que essa lacuna começou a ser preenchida a partir de 2008, com os estudos de Eduardo Rossetti, que inauguraram uma nova fase de interesse acadêmico pelo Palácio Itamaraty e se tornaram referenciais importantes. O livro *Itamaraty: a arquitetura da diplomacia*, desenvolvido em 2017 em conjunto com a historiadora Graça Ramos, explora aspectos relacionados à arquitetura do edifício, suas obras de arte integradas e seu acervo de móveis e peças de design expostos.

Esse movimento de interesse foi reforçado, ainda segundo Granafei (2020), com a publicação, em 2017, do capítulo *National Identity and Modern Furniture in Brasilia's Itamaraty Palace*, de autoria das professoras Elane Ribeiro Peixoto, Luciana Saboia e este autor, além do lançamento, em 2021, do livro *Bernardo Figueiredo: designer e arquiteto brasileiro*, organizado por Maria Cecília Loschiavo.

É relevante destacar a obra *Os Palácios Originais de Brasília*, de Elcio Gomes da Silva (2014), embora o Itamaraty não seja nela um tema central. Este estudo de fôlego aborda a história dos projetos iniciais dos palácios, reunindo uma quantidade substancial e valiosa de documentação que se concentra nos aspectos projetuais e na execução das construções palacianas.

Como consequência dessas primeiras obras e publicações, pode-se afirmar que surgiu outro importante conjunto de referências. São as produções acadêmicas mais recentes desenvolvidas a partir da documentação do Itamaraty ou através de estudos cujo foco foi a construção do Palácio. Entre elas é importante citar os trabalhos dos pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), interessados nos assuntos do Palácio, a saber: a dissertação de Leandro Leão Alves, que estudou as relações entre arte e arquitetura, a chamada Síntese das Artes, indicando a emergência das questões curatoriais e museológicas, colocando o Itamaraty no vértice das questões historiográficas;  a dissertação, publicada em livro em 2020, de Karen Matsuda, que se deteve sobre o projeto do Palácio Itamaraty nos anos da sua construção, 1959 e 1970, a partir da documentação existente no arquivo do MRE,

considerando-os como fontes primária; e os estudos de Claudio Roberto Comas Brandão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que analisa o Palácio a partir da sintaxe da linguagem visual e, mais recentemente, em sua tese de doutorado, que considera os diversos atores que participam desde a concepção até a concretização do edifício.

Consoante aos estudos de Rossetti e Ramos, os trabalhos de Matsuda, Alves e Brandão permitem aprofundar o tema perante os aspectos curatoriais, museológicos e historiográficos do Itamaraty, trazendo para a discussão a importância do acervo histórico do MRE, o que fornece base para entender as várias facetas do Palácio na sua atuação cultural e diplomática.

Conforme explicitado por Granafei (2020), o Palácio Itamaraty e seus ambientes interiores, por muito tempo, não receberam a devida atenção por parte da Academia, o que torna os estudos de Eduardo Rossetti e Graça Ramos, por exemplo, essenciais para o desenvolvimento da tese. Ao mostrarem uma visão consolidada sobre a situação do Palácio, esses estudos vão além do prisma arquitetônico possibilitando uma maior abordagem acerca da ambiência do Palácio. Esses trabalhos têm como fontes principais as documentações arquivadas, além do arquivo do MRE, nos acervos do Arquivo Público do Distrito Federal, em arquivos privados, como o de Milton Ramos e Olavo Redig de Campos, entre outros.

Outra contribuição imprescindível foi encontrada na Revista do Arquivo Nacional "Acervo". No volume 36, de setembro de 2023, foi publicado o esclarecedor artigo de Rogério de Souza Farias e Fernando Sousa Leite, que se debruça exatamente sobre "a documentação valiosa, mas desordenadamente arquivada do Itamaraty" (Faria; Leite, 2023). Nele são esclarecidas questões, que nem mesmo as entrevistas com servidores antigos, feitas por este pesquisador, elucidaram, como é o caso da transferência do arquivo da sede antiga no Rio de Janeiro para Brasília.

Mesmo antes da repercussão do "exílio dos acervos" (Macedo, 2022) de Lucio Costa e Paulo Mendes da Rocha, discussões em torno do assunto arquivo e seus mecanismos especializados em documentação arquivada relacionada à arquitetura, ao urbanismo e – em escala menor – ao design, são a pauta dos importantes grupos de pesquisas e professores de várias universidades pelo país, o que resultou em publicações.

O livro *Arquitetura e Documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura*, organizado pelo professor Leonardo Castriota (2011), reúne uma série de artigos que propõem uma reavaliação crítica da história da arquitetura, com ênfase na importância da documentação e dos arquivos para esse campo de estudo. O livro reúne artigos derivados de seminários organizados pela UFMG desde 2008, enfatizando como a valorização dos arquivos e documentos permite uma nova leitura da história da arquitetura, superando mitos e abordagens reducionistas. Os textos abordam a relação entre arquitetura e historiografia, destacando como o estudo de arquivos e documentos pode revelar influências e contextos muitas vezes ocultados pelas narrativas convencionais. O trabalho destaca também a importância da preservação e manutenção de acervos arquitetônicos, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, conforme discutido nos textos de autores como Lourdes Cruz Franco e Graciela Viñuales.

A edição temática Acervos e Arquivos, da revista Paranoá (nº 32, janeiro/junho de 2022), concentra-se em discutir a importância dos acervos e arquivos para os estudos de arquitetura e urbanismo. Por meio de um ambiente de reflexão, que promove a ampliação da compreensão e do reconhecimento da importância dos acervos e das questões levantadas a partir das experiências nos arquivos para os estudos de arquitetura e urbanismo, os artigos abordam a preservação do patrimônio cultural, destacando a relevância dos arquivos de projetos e suas interações com políticas de planejamento urbano e preservação histórica. Essa edição explora como as fontes documentais e acervos podem contribuir para uma compreensão mais

profunda da história da arquitetura e do urbano no Brasil e em outros contextos latino-americanos.

Outra obra importante para o desenvolvimento da tese é o livro *Arquivos, Memórias da Cidade, Historiografias da Arquitetura e do Urbanismo*, organizado, em 2021, por Ana Claudia Veiga de Castro, Joana Mello de Carvalho e Silva e Eduardo Augusto Costa. A obra, publicada pela FAU-USP, reúne vários artigos e ensaios que discutem a relação entre arquivo, memória urbana e historiografia, sendo dividida em seções que abordam aspectos distintos da preservação acerca dos arquivos relacionados à arquitetura e urbanismo em especial, no contexto brasileiro.

Uma das seções principais do livro trata da relevância dos arquivos na construção da memória urbana. Nela, os autores discutem como os documentos arquivísticos podem ser usados como fontes primárias para a reconstituição da história das cidades, propiciando um panorama detalhado do desenvolvimento urbano e suas mudanças ao longo do tempo. Essa seção focaliza na necessidade de preservação documental para futuras gerações e a pertinência de torná-los acessíveis para o meio acadêmico e a sociedade em geral.

Além de apresentar diversos estudos de caso sobre historiografia arquitetônica e a aplicação prática dos conceitos discutidos nas seções anteriores, a obra também explora perspectivas contemporâneas sobre a preservação e o uso de arquivos no campo da arquitetura. Isso inclui o uso de novas tecnologias e metodologias desenvolvidas para melhorar a gestão e a acessibilidade documental, bem como as implicações dessas inovações para a pesquisa e a prática profissional. A obra destaca a importância da integração de abordagens interdisciplinares e colaborativas para enfrentar os desafios atuais e futuros relacionados à preservação de arquivos.

O livro *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, de Heloísa Liberalli Bellotto (2006) constitui referência fundamental para a arquivologia, pois elucida, de modo sistemático, os procedimentos de gestão e salvaguarda de fundos

permanentes. Bellotto reforça que o arquivo ultrapassa a condição de mero repositório, configurando-se como fonte informacional estratégica cuja viabilidade depende de práticas que garantam, simultaneamente, acesso e fidedignidade ao longo do tempo.

Esse estudo revelou-se decisivo no percurso desta investigação, uma vez que, por meio de exposição didática e rigor conceitual, tornou compreensíveis noções-chave da disciplina. A autora percorre o ciclo documental completo – da gênese ao uso corrente –, sublinhando as fases de avaliação, seleção e eliminação, bem como os protocolos de identificação e classificação. Destaca, ainda, que a compreensão da proveniência e da função institucional de cada fundo é condição para uma descrição orgânica e coerente, advertindo para a adoção de métodos estritos que preservem a integridade e a continuidade dos acervos.

Com relação à literatura sobre *Building Information Modeling* (BIM), nota-se um avanço, nos últimos quinze anos, do enfoque em edificações novas para a documentação de patrimônio histórico. O marco conceitual ainda é o relatório do *National Institute of Building Sciences* – NIBS (2007), que define o BIM como "recurso de compartilhamento de conhecimento ao longo de todo o ciclo de vida da edificação". Na sequência, o BIMForum (2013;2024) consolidou a noção de *Level of Development*, estabelecendo parâmetros de maturidade informacional que, nas pesquisas mais recentes, são aplicados também a bens culturais. Em contexto lusófono, Vieira (2009) antecipou a ideia de um sistema integrado em dois módulos – objeto construído e documentação correlata –, defendendo a documentação como metainformação essencial para leitura histórica e intervenções. Essa preocupação com integração reaparece em Tolentino (2018), que denuncia a ausência, no Brasil, de cadastros digitais padronizados para acervos arquitetônicos.

Outros estudos como os de Banfi (2016) e Groetelaars (2015), apresentam BIM como metodologia capaz de articular nuvens de pontos, fotogrametria digital e fontes

arquivísticas. Pesquisas aplicadas reforçam esse potencial: Cuperschmid et al. (2018) modelaram a Casa de Vidro[24] de Lina Bo Bardi, enquanto Canuto e Salgado (2020) desenvolveram um modelo HBIM para o Palácio Gustavo Capanema, ambos evidenciando benefícios – consolidação de dados dispersos, criação de bibliotecas paramétricas – e limitações, tais como lacunas documentais e dificuldades de usabilidade em plataformas de gestão. Em síntese, o corpus analítico indica que a adoção de HBIM ainda carece de protocolos nacionais e de instrumentos adaptados à realidade de edifícios modernos em uso.

A escolha da bibliografia utilizada nesta tese buscou servir de aporte teórico às reflexões desenvolvidas permitindo um diálogo com as fontes abordadas. A partir do exposto, apresenta-se a seguir o percurso metodológico da pesquisa. Esta etapa busca explicitar os objetivos gerais e específicos da tese e os procedimentos adotados para a coleta, organização e análise das informações.

## 1.4 CAMINHOS, FONTES E MÉTODOS

A presente tese tem como objetivo geral demonstrar que, ao estabelecer uma conexão efetiva entre o edifício, seu acervo material e sua documentação histórica arquivada, o Palácio Itamaraty pode ser compreendido como um conceito inovador de edifício: um complexo no qual preservação, exibição museológica e representação simbólica coexistem de maneira interdependente.

Parte-se da identificação de um dilema central: a tensão entre o uso cotidiano de seus acervos documental e material, frequentemente marcados por lacunas de identificação, fragilidade física e ausência de políticas integradas, e a necessidade de preservá-los.

[24] Construída na década de 1950, em São Paulo, a antiga residência da arquiteta Lina Bo Bardi e de Pietro Maria Bardi passou a ser conhecida como "Casa de Vidro" em 1953, após menção feita por Gio Ponti na revista italiana *Domus*. Atualmente, abriga a sede do Instituto Bardi/Casa de Vidro. Fonte: Instituto Bardi/Casa de Vidro. Disponível em: <https://institutobardi.org.br/a-casa-de-vidro/a-casa-dos-bardi/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

Como hipótese, sustenta-se que o Itamaraty se configura como um espaço híbrido que, embora desempenhe função primordialmente diplomática, transita entre as categorias de museu, arquivo e lugar de representação. A coexistência de um acervo documental vasto – porém ainda desarticulado – e de um acervo material em uso cotidiano – porém com reconhecido valor histórico, artístico e patrimonial – revela um campo de tensões em que práticas arquivísticas, museológicas e de administração pública se sobrepõem, muitas vezes sem convergência.

A tese propõe, portanto, uma abordagem integradora entre esses acervos, fundamentada no trinômio Arquivo–Museu–Lugar de Representação, de modo a contribuir com diretrizes teórico-metodológicas para a preservação e valorização do patrimônio do Itamaraty. Essa proposta busca assegurar a continuidade e integridade do legado sob sua guarda e, eventualmente, oferecer elementos para futuras políticas aplicáveis a outras instituições públicas com acervos complexos e em uso.

Para isso, a tese define os seguintes objetivos específicos:

**A.** TRAÇAR A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DOS ARQUIVOS:

RECONSTRUIR, A PARTIR DA LITERATURA ESPECIALIZADA, A TRAJETÓRIA DOS ARQUIVOS ENQUANTO INSTITUIÇÕES DE GUARDA, ENFATIZANDO A EMERGÊNCIA DE FUNDOS ESPECÍFICOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN E OS DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE SUA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO.

**B.** RECONSTRUIR A FORMAÇÃO E IDENTIFICAR O ESTADO ATUAL DO ACERVO DOCUMENTAL DO MRE EM BRASÍLIA:

IDENTIFICAR AS ETAPAS DE TRANSFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO PARA BRASÍLIA DOS PRINCIPAIS CONJUNTOS DOCUMENTAIS E ENTENDER A FORMAÇÃO DOS CONJUNTOS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DO PALÁCIO (PROJETOS, PLANTAS, *LAYOUTS* DOS AMBIENTES E DESENHOS DE MÓVEIS E OBJETOS) E APONTAR LACUNAS DE CATALOGAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ACESSO.

**C.** LEVANTAR E CARACTERIZAR O ACERVO MATERIAL DO PALÁCIO:

DESCREVER TIPOLOGIAS, PROCEDÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE USO, ASSINALANDO A TENSÃO ENTRE FUNÇÃO COTIDIANA, VALOR HISTÓRICO E DESAFIOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO.

**D.** ANALISAR EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO:

APRESENTAR CASOS DE REFERÊNCIA PESQUISADOS EM PORTUGAL E EXPERIÊNCIAS NACIONAIS VOLTADAS À PRESERVAÇÃO INTEGRADA DE ACERVOS ARQUITETÔNICOS, DE URBANISMO E DE DESIGN, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS METODOLOGIAS DIGITAIS, COMO O *HISTORIC BUILDING INFORMATION MODELING* (HBIM).

**E.** ENTENDER A CONDIÇÃO HÍBRIDA DO ITAMARATY:

INVESTIGAR O CONCEITO DE HIBRIDISMO INSTITUCIONAL APLICADO AO PALÁCIO ITAMARATY, SUSTENTANDO A HIPÓTESE DE SUA ATUAÇÃO SIMULTÂNEA COMO MUSEU, ARQUIVO E ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA.

Esses objetivos orientaram todas as etapas da pesquisa, desde a delimitação das fontes até a análise dos acervos. Para alcançá-los, foi necessário adotar uma abordagem metodológica que considerasse, além da descrição dos acervos, as questões que emergem de seu uso e preservação.

Diante desse contexto, uma passagem de Paul Ricoeur serviu como inspiração para o início da pesquisa. A ideia de que "é armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação dos arquivos" (Ricoeur, 2007, p. 188) orientou a organização preliminar dos dados e informações. Embora esta tese não tenha somente um enfoque historiográfico, mas também investigativo e propositivo, foi necessário igualmente armá-la de perguntas para a condução da pesquisa.

Assim, o esboço da pesquisa foi desenvolvido a partir de uma lista de perguntas sobre o tema. Essas perguntas foram elaboradas sem uma ordem específica de importância ou prioridade, mas foram guiadas pelas dúvidas que surgiam à medida em que se avançava as leituras e a busca por dados.

Essas questões foram formuladas por alguém que já possuía experiência com os assuntos relacionados ao Palácio Itamaraty, especialmente após o trabalho de pesquisa e contato com pessoas da área, participação em palestras e seminários realizados desde as comemorações dos 50 anos do Palácio, como no levantamento para a Exposição *Desenhando para um Palácio*, em 2018.

Essa experiência sinalizava que a vasta quantidade e diversidade dos materiais arquivados, bem como a complexidade dos documentos a serem consultados e a existência de informações frequentemente desencontradas, representariam um desafio a ser enfrentado ao longo da pesquisa. Embora algumas das questões iniciais possam ser consideradas incipientes, elas desempenharam um papel importante em orientar o ponto de partida e em definir a metodologia a ser empregada.

As perguntas iniciais foram as seguintes:

- Como se deu o início da acumulação dos documentos de arquitetura e *design* nos arquivos do Itamaraty?
- Qual a característica principal do arquivo do MRE em Brasília?
- Como os Arquivos do Itamaraty lidam com a documentação desde a sua origem?
- O arquivo é específico de arquitetura?
- Considerando as classificações usuais de arquivologia, como está classificado o arquivo do Itamaraty? Ele é corrente ou permanente?
- Qual a diversidade, dimensão e suportes do arquivo?
- Onde se enquadra o arquivo na classificação internacional e brasileira sobre arquivos?
- Como se encontram arquivados os documentos? Existe dissociação dos projetos? Ou seja, existe a desagregação de projetos, separando-se plantas, cortes, elevações etc. de outros documentos textuais, tais como fotos, notas, mapas, processos, entre outros, ou os documentos estão arquivados em conjunto?
- Quais são as ações práticas de preservação do edifício e seu acervo? Para a sua preservação, são consultados esses documentos e projetos arquivados? Ou seja, há uma relação direta entre documentação e acervo material exposto e em uso?
- Como estão organizados os projetos; por arquitetos, por assunto?
- Quais são os profissionais de arquitetura e *design* que estão documentados no arquivo do Itamaraty?
- Como são produzidos os documentos e como ocorre a entrada de documentos no arquivo?
- Qual é o perfil de pesquisador que acessa ou que tem interesse aos documentos arquivados no MRE, (ou a seu acervo de peças?)

As perguntas iniciais suscitaram uma série de outras questões ainda mais complexas. Embora o objetivo não fosse responder exaustivamente a cada uma dessas indagações como se estivesse a responder um formulário – e, de fato, algumas

delas ainda permanecem sem resposta – buscou-se preencher as lacunas iniciais de conhecimento pessoal para continuar a pesquisa com base mais fundamentada.

No desenvolvimento da tese, as questões centrais foram organizadas em dois eixos. O primeiro envolve questões históricas e conceituais relacionadas à história dos arquivos em geral e, posteriormente – e especialmente – ao período da arquitetura moderna, que se debruça sobre sua influência na ambiência do Palácio de Brasília. A partir desse primeiro eixo, emergiu um segundo debate necessário: a discussão sobre a documentação arquitetônica e arquivos de arquitetura na atualidade. Esse entendimento preliminar foi importante para explorar a origem e o funcionamento atual do Itamaraty e sua posição no âmbito do debate atual sobre preservação de patrimônio material e documental.

Um ponto central que emergiu ao longo dessa investigação inicial foi a necessidade de compreender se há uma relação intrínseca entre o acervo físico – tanto aquele exposto quanto o em uso – e os documentos arquivados. Esse vínculo, se existente, pode fornecer informações sobre como o Itamaraty se configura, além de um local de representação, preservação e exibição, também como um espaço que articula, de maneira específica, memória, cultura material e diplomacia.

Diante do desafio representado por essa gama de questões e pela vasta quantidade e diversidade dos materiais que foram consultados, uma passagem do texto de Eduardo Rossetti emerge como ponto de referência para abordar qualquer pesquisa diante de um conjunto tão diversificado de materiais expostos e arquivados:

> Uma vez que as fontes de pesquisas do Itamaraty são muito substantivas, os trabalhos sistemáticos de pesquisa reforçaram o cuidado com os procedimentos de recorte, a fim de não perder os enfoques almejados em diferentes pesquisas, definindo objetivos e estabelecendo limites circunstanciais: seja para um artigo, seja para uma aula, seja para uma exposição. Assim, se as fontes se mostram crescentemente profícuas, é preciso ser cauteloso com os objetivos em questão, quando se explora um documento, sendo estratégico deixar suas possibilidades latentes para outros trabalhos. Ou seja, uma determinada questão que se manifesta ou que deve ser periférica num artigo, pode ser retomada

> como a questão fundamental em outro, reconsiderando o mesmo documento, para dele extrair novas abordagens e questões. Assim, torna-se possível ampliar a complexidade não apenas das abordagens, mas das correlações estabelecidas entre o campo da arquitetura e campos conexos, numa complexidade surpreendente, a partir do Itamaraty e de suas fontes documentais (Rossetti, 2010, p. 4).

Tomando a citação acima como um valioso conselho e, para organizar a pesquisa e a produção de resultados, seguiu-se um método que começou com a definição dos procedimentos de recorte. O primeiro recorte foi temporal, abrangendo a época da construção, a inauguração e o momento atual do Palácio Itamaraty. Em seguida, foram delimitados os espaços a serem investigados no Itamaraty, contemplando o Bloco Representativo e o Arquivo Central do MRE, localizado no Anexo II. Também, foram especificados os documentos consultados, incluindo projetos arquitetônicos e registros históricos. Foram investigados documentos sobre objetos específicos, parte deles existentes, como a Cadeira dos Arcos, e outros que desapareceram com o tempo – como o sofá Rei, ambas as peças criações de Bernardo Figueiredo.

Assim, a pesquisa foi organizada em seis etapas, começando pela definição do escopo, onde foram estabelecidos os objetivos e delimitado o estudo ao Palácio Itamaraty, em Brasília, com foco nos Blocos Representativo[25] e Bloco Administrativo, no período de 1960 a 1970. Nessa fase, identificaram-se os temas centrais, como a documentação sobre móveis e objetos de design projetados pelos arquitetos que colaboraram com a construção do palácio.

Na segunda etapa, o levantamento bibliográfico, foram identificadas e selecionadas fontes bibliográficas divididas em três temas principais: textos sobre o Palácio Itamaraty, textos sobre cultura material e textos sobre arquivo e museu. O

[25] A denominação se refere ao Bloco Representativo – edifício de planta quadrada e cercado por espelhos de água com jardins de Burle Marx – aberto à visitação pública. Fazem parte do Ministério das Relações Exteriores no Palácio Itamaraty o Bloco Administrativo, conhecido como o Anexo I, que abriga gabinetes e subsecretarias e o Anexo II, conhecido como Bolo de Noiva, uma referência à sua forma circular.

conjunto desses textos abrange principalmente conceitos empregados na arquivologia e, consequentemente, o tema arquivo tem grande incidência nesta tese.

A bibliografia sobre arquivo e arquivos de arquitetura foi inicialmente pesquisada e, posteriormente, acrescida e atualizada a partir da participação deste pesquisador no Curso de Pós-graduação em Arquivos de Arquitetura ofertado pela *Universidade Autónoma de Lisboa*[26]. Uma parte da bibliografia sobre o Itamaraty foi recolhida na biblioteca da Fundação Alexandre de Gusmão (MRE) e a maior parte foi recolhida a partir da leitura de teses e dissertações que relacionavam textos sobre os temas a serem abordados nesta tese.

Em seguida, na terceira etapa, procedeu-se a revisão bibliográfica que consistiu na análise dos textos levantados, com o objetivo de compreender o contexto histórico e cultural e identificar lacunas na literatura para refinar a investigação.

A quarta etapa, planejamento de levantamento de dados, envolveu a elaboração de um plano para a consulta aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, com a definição de critérios para a seleção dos documentos. O planejamento incluiu mapeamento dos setores do MRE e agendamento de visitas ao Palácio e ao Arquivo Central.

A quinta etapa, de levantamento de dados, incluiu visitas aos arquivos, onde estão guardados os documentos em papel para pesquisa, classificação e digitalização, quando permitida, de documentos. Vale salientar que essa fase enfrentou desafios, como o fechamento do Palácio Itamaraty durante a pandemia de covid-19 e, especialmente, a dificuldade de acesso devido às limitações impostas

[26] Entre várias questões técnicas e de terminologia, o curso apresentou os principais eventos e iniciativas relacionados à preservação e pesquisa de arquivos de arquitetura no Brasil e no mundo, destacando a cooperação técnica internacional, os congressos e os seminários realizados ao longo das últimas décadas. O curso foi oferecido pela Autónoma Academy, da Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal, e realizado em 2024.

pelo governo da época e alterações no quadro de servidores[27]. Após a pesquisa documental, realizou-se a sexta etapa, que consistiu em levantamento fotográfico no Bloco Representativo, onde se encontram os móveis e objetos.

O levantamento fotográfico, concluído de acordo com as políticas de reprodução do MRE, envolveu este pesquisador, em 2019 e 2024, e a fotógrafa Paula Caruso, em 2023[28]. As fotos foram feitas com a autorização da Coordenação-Geral de Patrimônio Histórico (CGPH) do Ministério das Relações Exteriores. Atendendo às exigências de não se retirar nenhum objeto ou móvel de seu lugar original, o levantamento fotográfico não pode seguir uma linha pré-definida de padrões para tomadas e posições das fotos desses objetos, o que resultou em diferentes ângulos, distâncias, nível de iluminação e texturas para cada foto.

Além dessas fotos, recorreu-se ainda ao levantamento fotográfico, feito pelo autor, entre 2016 e 2018, para a pesquisa sobre reconhecimento e catalogação do mobiliário moderno e palaciano do Itamaraty[29]. O quadro 1, sintetiza essas etapas.

**Quadro 1.** Organização das etapas da pesquisa

| ETAPAS | | ATIVIDADES |
|---|---|---|
| PESQUISA INICIAL | ETAPA 1. DEFINIÇÃO DO ESCOPO DE PESQUISA | Recorte temporal<br>Delimitação dos espaços a serem investigados;<br>definição dos documentos a serem consultados. |

[27] De 2019 a 2021, durante o segundo e terceiro ano do governo Bolsonaro, o acesso ao Palácio e aos arquivos foi impossibilitado devido ao "clima" de incertezas e conflitos políticos imposto. De acordo com o jornalista Jamil Chade, "Saíram de cena a tradição e as nomeações técnicas, que sempre guiaram de forma explícita desde a promoção de diplomatas até as posições do Brasil no exterior, e entraram as indicações políticas e o alinhamento ideológico compulsório ao núcleo Bolsonarista". Chade baseou suas considerações, para a criação de uma reportagem para o site UOL, a partir da pesquisa coordenada pela professora Gabriela Lotta em um artigo não publicado até a escrita desta tese (LOTTA, Gabriela; COSTA, Mariana; YESILKAGIT, Kutsal; CORREA, Izabela. *Unforging Autonomy: political interference on the bureaucracy in a context of democratic backsliding*. 2023. [S.L.].). Reportagem disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/07/como-diplomatas-sabotaram-bolsonaro-de-dentro-do-itamaraty.htm. Acesso em: 23 abr. 2023.

[28] Paula Caruso é arquiteta e fotografa de arquitetura e de interiores em Brasília.

[29] Este autor participou como pesquisador integrante da equipe composta pelo Ministério das Relações Exteriores e o Grupo de Pesquisa do Curso de Design da Universidade de Brasília, sob coordenação do diplomata Heitor Sette Granafei. A pesquisa resultou na exposição *Desenhando para um Palácio: o Itamaraty e o design*, em abril de 2018.

| | | |
|---|---|---|
| Pesquisa bibliográfica | Etapa 2. Levantamento bibliográfico | Busca por textos sobre o Itamaraty (Rio de Janeiro e Brasília), textos sobre cultura material e textos sobre arquivo e museu. |
| | Etapa 3. Revisão Bibliográfica | leitura dos textos recolhidos |
| Pesquisa documental | Etapa 4. Planejamento de levantamento de dados | Definição de plano para a consulta aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores:<br>definição de critérios para a seleção dos documentos; mapeamento dos setores do MRE e agendamento de visitas ao Palácio e ao Arquivo Central. |
| | Etapa 5. Levantamento de dados | Visitas aos arquivos, onde estão guardados os documentos em papel, para pesquisa, classificação e digitalização, quando possível, de documentos. |
| Pesquisa fotográfica | Etapa 6. Levantamento fotográfico | Sessão de fotos no Bloco representativo em diferentes datas. |

Fonte: Elaboração do autor, 2023.

Durante o processo de pesquisa, uma grande quantidade de material foi reunida, incluindo fotografias, projetos e documentos históricos. Para organizar essa vasta documentação, foi criado um plano de categorização que dividiu os materiais segundo os seguintes temas:

### A. Organização de material reunido

- Fotografias de móveis de diferentes autores registradas no Bloco Representativo;
- Fotografias feitas pelo autor;
- Imagens históricas encontradas em livros, jornais e revistas;
- Documentos digitalizados de projetos, desenhos e croquis recolhidos do acervo de Bernardo Figueiredo;
- Documentos e imagens recolhidos no Arquivo histórico do MRE – Rio de Janeiro.
- Projetos e documentos recolhidos no Arquivo Central do MRE – Brasília.

### B. Plano de organização de material - categorização por tema ou assunto

- PROJETOS: compreendendo os documentos relativos a projetos de arquitetura e *design*, como desenhos, croquis etc.
- DOCUMENTAÇÃO: compreendendo notas fiscais, etiquetas, recibos e propostas de projeto etc.

- IMAGENS: compreendendo todas as imagens encontradas, incluindo as fotografias produzidas por esse pesquisador, divididas nas seguintes subcategorias:

- FOTOS DOS MÓVEIS (FEITOS DURANTE O LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EM 2019, 2023 E 2024);
- FOTOS DO ACERVO BERNARDO FIGUEIREDO;
- FOTOS DE EVENTOS (EXPOSIÇÃO DESENHANDO PARA UM PALÁCIO).

Esses materiais foram sistematicamente organizados em categorias para facilitar o acesso e cruzamento de informações, assegurando que o acervo levantado seja utilizado de forma eficiente durante a pesquisa. Para isso, foi criada a seguinte nomenclatura:

CAIXA 117 - PROJETOS DE ARQUITETURA

CONTEÚDO: 31 PROJETOS

LOCALIZAÇÃO FÍSICA: SETOR DE ARQUITETURA, ARQUIVO CENTRAL DO MRE

EXEMPLO DE NOMENCLATURA ADOTADA NO ÂMBITO DA TESE: MRE-PROJ-ARQ-CA117-31

SIGNIFICADO: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – PROJETOS - ARQUITETURA - CAIXA 117 -31 ITENS

Os quadros 2, 3 e 4 ilustram os planos de organização de material, divididos em Documentação, Projetos e Imagens. Seguindo as leituras sobre arquivo, esses planos foram importantes para definir a organização pessoal do material de pesquisa.

**Quadro 2.** Categorização e organização do material da pesquisa. – Documentação

| 1 | ORGANIZAÇÃO DE MATERIAL | | | |
|---|---|---|---|---|
| DOCUMENTAÇÃO | | | | |
| NOME OU NÚMERO DA PASTA OU ARQUIVO | CONTEÚDO | QUANTIDADE DE ITENS | NOMENCLATURA PASTAS | LOCALIZAÇÃO FÍSICA |
| Caixas 127 | Notas da Construtora Pederneiras sobre a construção do Palácio | 17 | MRE-DOC-PDR-17 | Setor de Arquitetura Arquivo Central do MRE |
| Etiquetas pastas | Etiquetas e identificações das pastas | 04 | MRE-DOC-IDT-04 | |

Fonte: Elaboração do autor, 2023.

**Quadro 3.** Categorização e organização do material da pesquisa – Projetos

| 2 | ORGANIZAÇÃO DE MATERIAL | | | |
|---|---|---|---|---|
| PROJETOS | | | | |
| NOME OU NÚMERO DA PASTA OU ARQUIVO | CONTEÚDO | QUANTIDADE DE ITENS | NOMENCLATURA PASTAS | LOCALIZAÇÃO FÍSICA DO ACERVO |
| Caixas 117 | Projetos de arquitetura | 31 | MRE-PROJ-ARQ-CA117-31 | Arquivo Central do MRE - Setor de Arquitetura |
| Caixa 118 | Projetos de arquitetura | 54 | MRE-PROJ-ARQ-CA118-54 | |
| Caixa 119 | Projetos de arquitetura | 66 | MRE-PROJ-ARQ-CA119-66 | |
| Caixa 120 | Projetos de arquitetura | 63 | MRE-PROJ-ARQ-CA120-63 | |
| Caixa 121 | Projetos de arquitetura | 35 | MRE-PROJ-ARQ-CA121-01 | |
| Caixa 122 | Projetos de Iluminação | 30 | MRE-PROJ-ILUM-CA122-30 | |
| Caixa 123 | Projetos Hidráulicos | 30 | MRE-PROJ-HIDR-CA123-30 | |
| Caixa 124 | Projetos de Paisagismo | 12 | MRE-PROJ-PAIS-CA124-12 | |
| Caixa 126 | Projeto de pontos elétricos | 16 | MRE-PROJ-ELET_16 | |
| Caixa 125 - Mobiliário | Projetos Mobiliário Herman Miller | 21 | MRE-PROJ-MOB-HM-CA125-21 | |
| | Projetos Mobiliário Bernardo Figueiredo | 08 | MRE-PROJ-MOB-BF-08 | |
| | Projetos Mobiliário Sergio Rodrigues | 03 | MRE-PROJ-MOB-SR-03 | |
| | Projetos de mobiliário diversos | 85 | MRE-PROJ-MOB-DV-85 | |
| *Foram adotadas as siglas: SR, para Sergio Rodrigues; BF, para Bernardo Figueiredo e HM, para Herman Miller, à medida que foram surgindo citações a estes designers nos projetos e nas documentações consultadas. | | | | |

Fonte: Elaboração do autor, 2023.

**Quadro 4.** Categorização e organização do material da pesquisa – Imagens

| 3 | ORGANIZAÇÃO DE MATERIAL – ATÉ OUTUBRO DE 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| IMAGENS | | | | |
| NOME OU NÚMERO DA PASTA OU ARQUIVO | CONTEÚDO | QUANTIDADE DE ITENS | NOMENCLATURA PASTAS | LOCALIZAÇÃO FÍSICA |
| Pesquisa arquivo | Fotos colhidas na sala de pesquisa individual | 35 | MRE-IMG-ARQV-35 | Arquivo MRE. Anexo II |
| Pesquisa em São Paulo | Fotos de pesquisa acervo Bernardo Figueiredo | 25 | MRE-IMG-ACERV-BF | Bairro de Altos de Pinheiros, São Paulo |
| Pesquisa Bloco Representativo | Fotos de pesquisa móveis e objetos | 167 | MRE-IMG-BL-REP-167 | Bloco Representativo |
| Pesquisa Bloco Administrativo | Fotos de pesquisa móveis e objetos | 125 | MRE-IMG-BL-ADM-125 | Bloco Administrativo |

Fonte: Elaboração do autor, 2023.

Buscando um padrão lógico e consistente, essas nomenclaturas foram aplicadas com o intuito de facilitar a organização, o acesso e a recuperação dos documentos, tanto fisicamente quanto nos *drives* de armazenamento em nuvem[30].

Concluída a contextualização inicial, em que se apresentaram o tema, os objetivos, as fontes utilizadas e as estratégias metodológicas adotadas na investigação, torna-se possível avançar em direção à discussão sobre arquivos e acervos propriamente ditos.

[30] Todo o material reunido e categorizado, como peças escritas, desenhos técnicos e fotografias de documentos, projetos já digitalizados etc., foi mantido exclusivamente em formato digital. Para peças escritas, foi adotado o formato de longo prazo PDF, enquanto para desenhos, croquis e projetos o formato adotado foi JPG. Em formato DWG (AutoCad) e PDF foram mantidos os projetos de arquitetura dos três blocos, Administrativo (Anexo I e II) e Palácio.

2

# 2 ARQUIVOS E ACERVOS

Com o intuito de fornecer fundamentação teórica para o desenvolvimento de reflexões sobre os acervos do Palácio Itamaraty, objetos da tese, o presente capítulo explora a origem e a evolução das instituições arquivísticas dedicadas à preservação documental, enfatizando, particularmente, a formação dos acervos voltados à arquitetura. Parte-se de práticas ancestrais relacionadas à guarda e transmissão da memória por meio de registros documentais, percorrendo a trajetória até o surgimento dos primeiros arquivos no Brasil. Em seguida, são abordadas as especificidades dos arquivos que tratam dos campos da arquitetura, do urbanismo e do design, além da complexidade associada ao conceito polissêmico do termo "arquivo". Por fim, o capítulo apresenta um panorama sobre o debate contemporâneo que envolve os arquivos de arquitetura, apontando suas implicações para a preservação e gestão documental.

## 2.1 O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ARQUIVOS NACIONAIS

A prática de guardar artigos, objetos, artefatos ou elementos considerados importantes evoluiu ao longo da história e continua a ser uma parte fundamental da preservação cultural e da compreensão do passado. Por razões diversas, incluindo a transmissão de conhecimento, a continuidade cultural e a garantia de evidências para futuras gerações, o gesto de guardar qualquer registro que se considerasse importante era prática comum em diferentes civilizações e continua a ser até os dias atuais. Configurando-se como fontes valiosas para a pesquisa histórica e a construção do conhecimento, o resultado dessa prática contribuiu para a criação do local, sítio, espaço, edifício que hoje é conhecido como arquivo.

Com sua provável origem na civilização grega, os arquivos como instituição surgem com a função de guarda de documentos considerados valiosos. De acordo com Theodore Roosevelt Schellenberg (2003), nos séculos V e IV a.C., tratados, leis, minutas da assembleia popular, entre outros documentos oficiais, foram conservados

não em um edifício específico para esse fim, mas em templos, como o *Metroon*, principal arquivo de Atenas, situado junto à corte de justiça, na praça pública[31].

Ao se avançar no tempo, nota-se que durante a Idade Média os documentos eram frequentemente armazenados junto com outros objetos e eram constantemente deslocados de um local para outro devido à grande mobilidade das cortes reais[32]. Esse cenário de descentralização das coleções de documentos oficiais representava o principal obstáculo para o desenvolvimento de um espaço físico de guarda e armazenamento de documentos nesse período. Segundo Peter Burke (2003), embora os arquivos oficiais tenham permanecido itinerantes por um longo período, a formação dos Estados nacionais aumentou a necessidade de registrar e preservar os atos dos poderes reais, resultando em crescimento quantitativo dessa documentação.

Nesses tempos mais antigos, foram os governos, reinados e impérios produtores e detentores de grande parte de documentações, primeiramente para fins próprios e, posteriormente, esses documentos passaram a ter caráter público. Outra parte significativa da documentação principalmente gerada para fins de controle, de acordo com Peter Burke (2003), foi estabelecida na Igreja da Idade Média, tendo o papado como pioneiro em áreas tão diversas como finanças e arquivos. Nesse sentido, para Burke (2003), a Inquisição foi a instituição eclesiástica mais interessada na reunião de conhecimentos e, consequente, responsável pelo acúmulo de grande quantidade de documentação, principalmente na Espanha e Itália.

---

[31] Os atenienses conservaram e transmitiram esses documentos desde os tempos primitivos, até talvez o século III da era cristã. Na forma de rolos de papiro, o discurso que Sócrates escrevera em defesa própria, manuscritos de peças de Ésquilo, Sófocles e Eurípides e listas dos vencedores das olimpíadas, entre outros, chegaram até a atualidade graças ao uso do templo como arquivo. Embora não estejam atualmente depositados em arquivos, a sua preservação inicial ocorreu em tais instituições. Fonte: *Modern Archives: Principles and Techniques.* Schellenberg, 2003. p.3.

[32] A instituição da capital moderna, definida em uma determinada área geográfica, não se constituiu como uma realidade histórica constante. Durante o período medieval na Europa Ocidental, predominava uma estrutura governamental caracterizada pela mobilidade, conhecida como "corte itinerante" ou "reino itinerante". Este arranjo político representava a forma predominante de monarquia na Europa Ocidental nos estágios iniciais da Idade Média, persistindo como tal até aproximadamente meados do século XIV. Fonte: *World History Encyclopedia*. Disponível em: < https://design.worldhistory.org/trans/es/1-16975/corpus-iuris-civilis/>. Acesso: 8 jun. 2024.

Na Europa, desde o início do período moderno, definido por Burke (2003) como o intervalo entre 1450 e 1750 – abrangendo desde a invenção da imprensa até a publicação da Enciclopédia – o conhecimento sempre desempenhou um papel essencial para que os governantes mantivessem seu poder e controle sobre a população. Essa circunstância desencadeou uma fase significativa de investigação, coleta[33] e preservação de informações. A acumulação desses registros caracterizava-se como uma forma tanto de reação como de autoestímulo ao desejo crescente dos governantes de controlar as vidas do povo em geral, fosse para aumentar os impostos, alistá-lo no exército ou alimentá-lo em tempos de fome (Burke, 2003). Por esse motivo, os Estados se tornaram os principais coletores e acumuladores de informações sobre as populações que governavam.

Com o aumento de volume, principalmente em forma de documentos escritos, surgiu a necessidade de organizar as informações de maneira eficaz, o que seria, de acordo com Burke, uma tentativa de se utilizar métodos tabulares e estatísticos. Essa necessidade crescente de armazenamento e organização de informações deu origem a um novo tipo de edifício, que funcionava como repositório para documentos, mesmo que inicialmente de forma desorganizada. Se por um longo período, os documentos reais seguiram a natureza móvel das cortes reais, gradualmente, entendeu-se que seria necessário preservar os papéis e pergaminhos de forma segura, protegendo-os contra os riscos associados à mobilidade, guerras e condições climáticas adversas (Bacellar, 2008, p. 46).

Os acervos documentais não teriam, portanto, mais a possibilidade de permanecerem sendo deslocados de um local para outro. Como consequência, começaram a ser criados espaços fixos e relativamente seguros em edifícios, muitas

[33] Embora seu significado específico varie conforme o contexto, o termo "coleta" é amplamente empregado em áreas como arquivologia, antropologia, história e arqueologia. Em quase todos os textos analisados sobre arquivos durante a pesquisa, o termo aparece com o sentido de colher, apanhar, reunir e juntar.

vezes existentes, para abrigar esses acervos documentais. Esses locais são considerados os precursores dos modernos arquivos. Burke (2003, p. 108) acrescenta:

> À medida que aumentavam de volume, os registros passaram a precisar de repositórios especiais, os arquivos, com guardiães especiais, os arquivistas profissionais, com catálogos, índices etc. Governos medievais já haviam produzido e preservado grande massa de documentos. O rei Filipe Augusto da França criara um "acervo de documentos" (Trèsor des Chartes) mais tarde mantidos na Sainte Chapelle em Paris, e os rolos de pergaminho de um reino medieval relativamente pequeno, a Inglaterra, continuam a abarrotar um expressivo número de prateleiras do *Public Records Office*.

Três situações tiveram grande importância para a fixação de acervos de documentos em locais específicos para esse fim. A invenção da imprensa, a crescente centralização dos governos e suas gradativas instalações definitivas em palácios, caracterizaram o início do período moderno como um ponto de inflexão, indicando o nascimento dos edifícios destinados a serem arquivos:

> Em primeiro lugar, a invenção da imprensa transformou os manuscritos em um tipo particular de documento e levou a seu armazenamento em separado, numa parte especial das bibliotecas ou em prédio próprio. Em segundo lugar, a crescente centralização do governo resultou num aumento sem paralelo do que Filipe II certa vez chamou de "esses demônios, meus papéis" (ele às vezes chegava a assinar 400 documentos num único dia). No caso de governantes como Luís XIII da França, que não estavam preparados para passar tanto tempo em suas mesas como Filipe II, os secretários eram autorizados a forjar a assinatura real. Em terceiro lugar, os governos começaram a instalar-se nos Uffizi, no Escorial, em Versalhes, em Whitehall etc. A segunda tendência tornou os arquivos necessários e a terceira os tornou possíveis. A centralização do governo foi seguida da centralização dos documentos. No curso dos séculos XVI e XVII, certo número de depósitos foi criado ou pelo menos reorganizado, principalmente para permitir que os funcionários recuperassem informações com agilidade. Documentos que eram antes tratados como propriedade privada de funcionários – até mesmo Richelieu deixou seus papéis para uma sobrinha – eram agora considerados como pertencentes ao Estado (Burke, 2003, p. 108).

Nesse contexto, de início da era moderna na Europa, surge um outro elemento importante: a burocracia. Tendo se tornado, desde então, uma tendência dominante, acompanhada pelo aumento do número de funcionários nos edifícios

governamentais, seu surgimento foi uma condição essencial para o estabelecimento de espaços destinados a arquivos.

A tendência ao acúmulo de documentações, resultante da busca regular e sistemática de informações no processo governamental, acompanhou a crescente centralização da administração que exigia dos governantes um conhecimento muito mais aprofundado sobre a vida dos governados do que na Idade Média. Para Burke, essa centralização também possibilitou a ascensão da "burocracia" no sentido atribuído por Weber[34] como "o exercício do controle com base no conhecimento". Para Burke, um dos indicadores mais visíveis da ascensão da burocracia, tanto no sentido coloquial pejorativo quanto no sentido "weberiano", foi o surgimento de edifícios construídos especificamente para servir como repartições. Exemplos disso incluem os Uffizi, em Florença – inicialmente um complexo de escritórios, como a própria palavra indica, antes de se transformarem em galerias de arte – e Versalhes, onde parte do novo palácio foi projetada para uso dos funcionários civis (Burke, 2003, p. 94).

Embora a tendência à burocracia, com seu foco na eficiência e racionalidade, tenha organizado o processo de conhecimento dos governantes sobre a vida dos governados – permitindo o exercício do controle baseado nesse conhecimento –, ela também aumentou a dificuldade de acesso público à informação e gerou uma quantidade excessiva de papelada e procedimentos formais, frequentemente desnecessários.

[34] Max Weber (1864 – 1920), sociólogo e economista alemão, define a burocracia como um modelo ideal de organização fundamentado em princípios de racionalidade e eficiência, aplicável a todas as formas de organização humana. Para Weber, a burocracia está intrinsecamente ligada ao conceito de autoridade, que ele classifica em três tipos: autoridade tradicional, baseada em tradições, costumes e práticas passadas, legitimada por crenças religiosas e sociais; autoridade carismática, fundamentada nas características pessoais do líder, sendo temporária e dependente do reconhecimento do grupo; autoridade racional-legal, baseada em regras e normas aceitas pelo grupo, no qual a autoridade reside no cargo, e não na pessoa. Peter Burke observa que, embora Weber não seja geralmente lembrado como sociólogo do conhecimento, sua teoria da burocracia é uma importante contribuição para o campo. Weber associava o "poder da função" ao governo impessoal, baseado em regulamentos formais e comunicações escritas transmitidas através dos canais apropriados. Fonte: Peter Burke (2003, p. 94).

A partir da descentralização da administração dos governos, os documentos, antes não liberados para consulta pública, tornaram-se bens públicos. De acordo com Frederico Antônio Ferreira e Rodrigo Pereira (2019), a Revolução Francesa foi o fator que retirou a centralidade da vida do Estado, antes voltada para a figura do rei, para uma ideia de nação. Os documentos, antes restritos aos reis e nobres, tornaram-se bens públicos e deveriam ser guardados para garantirem os direitos do cidadão. Foi durante esse período, de descentralização dos poderes do Estado, segundo os autores, enquanto a chama revolucionária se espalhava pelo Mundo Atlântico[35], que surgiram os arquivos de natureza pública, os chamados Arquivos Nacionais. Seria correto afirmar que essa condição implicou na construção de edifícios específicos em diversos países, para receber os imensos acervos documentais acumulados até então?

Sob este cenário, surgem ainda duas questões importantes apresentadas e esclarecidas por T. R. Schellenberg (2003). A primeira, considerando a tentativa de apagar qualquer vestígio do odiado antigo regime: o que teria acontecido com os documentos da sociedade no fervor inicial da Revolução, em 1789? A segunda questiona: o que se deveria fazer com os documentos do passado e como eles foram tratados quando da queda do regime? Para responder a primeira questão, o autor afirma que a Assembleia Nacional estabeleceu um arquivo destinado à preservação e exibição de seus atos. Em 12 de setembro de 1790, um ano após a Revolução, por meio de decreto, esse arquivo foi transformado nos *Archives Nationales de Paris*.

[35] O conceito de "Mundo Atlântico" refere-se a uma esfera geográfica e histórica que engloba as interações entre os povos e nações situados ao redor do Oceano Atlântico. Este termo é frequentemente utilizado para descrever a complexa rede de relações econômicas, sociais, culturais e políticas que se desenvolveram entre a Europa, as Américas e a África a partir do final do século XV, com a Era dos Descobrimentos, e que se estendem até o início do século XIX. David Armitage, em sua obra "T*he Declaration of Independence: A Global History*", argumenta que o conceito de Mundo Atlântico é fundamental para entender a história global, pois as interações atlânticas influenciaram significativamente eventos históricos como a Revolução Americana, a Revolução Haitiana e as guerras de independência na América Latina. Bernard Bailyn, em *"Atlantic History: Concept and Contours"*, destaca que o estudo do Mundo Atlântico oferece uma visão holística das transformações ocorridas entre os séculos XVI e XIX, mostrando como a interconectividade atlântica moldou a modernidade através da troca de pessoas, mercadorias e ideias. Fonte: Armitage, 2008 – Bailyn, 2005.

Segundo o autor, este foi o primeiro arquivo nacional criado no mundo [36]. Nele deveriam ser conservados os documentos que refletiam as conquistas e evidenciavam as glórias da Nova França.

Em relação à segunda questão, o autor explica que o principal problema era a divergência entre os revolucionários mais radicais e os mais conservadores quanto ao destino dos documentos. Os revolucionários mais radicais defendiam a destruição desses documentos, uma vez que eles consolidavam os direitos e privilégios do antigo regime. De forma contrária, os conservadores argumentavam que esses documentos, considerados agora como patrimônio público, deveriam ser preservados (Schellenberg, 2003, p. 4).

Um decreto emitido em 25 de junho de 1794, estabeleceu que a administração dos arquivos públicos passaria a ser, em todo o território nacional, centralizada, resolvendo o empasse. Por meio desse decreto, os *Archives Nationales* passaram a ter jurisdição sobre os documentos de diversos órgãos do governo central em Paris. Anteriormente, esses órgãos mantinham seus próprios depósitos de arquivos, que incluíam documentos provenientes de províncias, comunas, igrejas, hospitais, universidades, famílias nobres e arquivos distritais.

Durante a Revolução, os documentos de órgãos extintos foram incorporados a esses arquivos distritais. Segundo o autor, o reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das principais conquistas da Revolução Francesa. Essa valorização resultou em três realizações marcantes no campo da arquivística e inspirou a criação e organização de arquivos nacionais em diversos países: a criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; a

[36] No Arquivo Nacional estão preservados alguns marcos na história da França: os papiros merovíngios, os processos dos Templários, o diário de Luís XVI, o Testamento de Napoleão, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o juramento de *Jeu de Paume*, entre outros. Fonte: Novo Arquivo Nacional da França / Studio Fuksas" [*New National Archives of France* / Massimiliano & Doriana Fuksas]. ArchDaily Brasil. Acesso em: 22 mai. 2024. Disponível em: <https://design.archdaily.com.br/br/01-100882/novo-arquivo-nacional-da-franca-slash-studio-fuksas>.

proclamação do princípio de acesso público aos arquivos; o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela preservação de documentos de valor histórico. O período seguinte à Revolução de 1789, principalmente entre anos 1809 e 1934, é marcado pelo surgimento de Arquivos Nacionais em vários países cuja razão imediata, e mais importante, era a necessidade prática de melhorar a eficiência governamental (Schellenberg, 2003).

## 2.2 Os primeiros arquivos no Brasil

No Brasil, a formação dos arquivos se deve, em princípio, a duas situações: o surgimento dos primeiros arquivos reais ou senhoriais nos tempos das capitanias hereditárias, e a chegada dos arquivos e biblioteca reais portugueses, no tempo da transferência da corte de Portugal para a colônia.

Na primeira situação, com a criação das capitanias hereditárias em 1534 e a subsequente instalação do Governo-Geral em Salvador em 1548, estabeleceram-se duas formas de acumulação de documentação. A primeira era privada, sob a custódia dos capitães-donatários, que em sua maioria ainda residiam em Portugal. A segunda era pública, localizada na sede do governo local e metropolitano (Bacellar, 2008).

Os primeiros arquivos reais ou senhoriais resultaram do acúmulo diário de documentos relacionados à cobrança de impostos, concessão de títulos e terras, correspondências e registros fiscais. Esses arquivos eram destinados exclusivamente a consultas internas do corpo administrativo, sem acesso ao público, indicando que a instituição Arquivo Público ainda não existia no país. Eles funcionavam apenas como arquivos de serviço internos, consequência da crescente burocracia estatal. Ainda assim, esse acúmulo de documentos deu origem à massa documental que, ainda atualmente, é inerente à administração pública:

> Desde o momento em que o europeu desembarcou no continente americano, teve início, embora de maneira bastante desorganizada, a produção de documentos de caráter público, seja para o registro da correspondência, seja para o registro de atos. A prática foi, na realidade,

> a continuação de procedimentos surgidos ao longo da Idade Média europeia, em que as tentativas de criação dos estados nacionais foram acompanhadas pela crescente necessidade de se registrar e conservar os atos emanados dos poderes reais (Bacellar, 2008, p. 45).

Uma segunda situação de formação dos arquivos no país foi estabelecida durante instalação da corte portuguesa em 1808[37]. A colônia representava um porto seguro diante da ameaça francesa, então se decidiu enviar os mais importantes documentos pertencentes aos acervos reais, incluindo suas bibliotecas e arquivos. "Era a primeira leva que partia em segredo, como se os livros e documentos carregassem simbolicamente muitas vitórias, vários trunfos e tantas conquistas" (Schwarcz, 2002, p. 363). Porém, muito desse acervo se perdeu ou não foi transferido. A Real Biblioteca da Ajuda foi uma exceção, sendo transferida logo no início de 1810:

> Ela, que havia escapado do fogo em 1795, quando o antigo Barracão Real da Ajuda sofrera um incêndio; que havia se livrado dos castigos da chuva e do sol quando fora abandonada no porto durante os preparativos do embarque para o Brasil; e que tinha por fim se safado da rapina das tropas francesas, começava a ser transferida para o Rio de Janeiro em princípios de 1810, antes que uma nova invasão chegasse a Portugal. O ambiente era inseguro, e melhor seria atravessar o oceano de uma vez para restar, tranquila, na nova sede da monarquia portuguesa. Assim partiria a primeira leva de caixotes, acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca, que vinha trazendo também os "estratégicos" Manuscritos da Coroa e uma coleção de 6 mil códices que se achavam em um arquivo reservado na Livraria do Paço das Necessidades, em Lisboa (Schwarcz, 2002, p. 363).

Com uma terceira tentativa de ocupação francesa, novas ordens para embarcar arquivos e bibliotecas foram dadas. Parte do acervo da Biblioteca Pública de Lisboa foi encaixotada, mas não embarcada. Apenas a segunda remessa da Real Biblioteca da Ajuda partiu de Lisboa em março de 1811, enquanto os restantes arquivos e acervos nunca saíram de Portugal (Schwarcz, 2002).

[37] Nesse ano, a família real portuguesa desembarcou no Brasil como parte de uma migração forçada devida à iminente invasão de Portugal pelo líder militar francês Napoleão Bonaparte. Com o apoio da Inglaterra, rival da França, essa foi a estratégia de Dom João VI para assegurar a soberania portuguesa: transferir-se para sua colônia além-mar e proteger a vida da família real.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a implementação dos arquivos públicos no Brasil tem sua origem a partir da demanda administrativa trazida pela chegada da família real portuguesa. A necessidade de administrar um vasto território e, consequentemente, a produção de grande quantidade de documentos oficiais demandou a criação desse novo tipo de equipamento no país, culminando com a formalização do Arquivo Público do Império[38], em 1838 (Bacellar, 2008). Essa instituição desempenhou um importante papel na organização, conservação e disponibilização dos registros da administração pública imperial, atendendo à necessidade de uma estrutura formal para o gerenciamento dos documentos oficiais.

Esses eventos históricos foram determinantes para o desenvolvimento da prática arquivística no país, estabelecendo os fundamentos para a preservação e gestão do patrimônio documental público.

## 2.3 Arquivos de Arquitetura, Urbanismo e Design

A necessidade de registrar e comunicar ideias e projetos de construção, utilizando-se de desenhos claros e precisos se manifestou de diferentes maneiras ao longo da história da arquitetura. Produzidos durante o processo de criação e execução, os documentos relativos à atividade da arquitetura acumularam-se, ao longo do tempo, até mesmo nas primeiras evidências da existência de arquivos nas sociedades pré-clássicas (Viana, 2015). A produção de documentos gerados por esse processo remonta ao Antigo Egito – quando se usaram papiros e tábuas para registrar desenhos de pirâmides e templos, nos quais eram descritas as proporções, materiais e técnicas de construção – e à Grécia Antiga – quando se desenvolveram proporções e estilos arquitetônicos registrados em tratados e desenhos.

[38] Fundado em 2 de janeiro de 1838, o Arquivo Público do Império, que posteriormente se tornou o Arquivo Nacional, foi criado para organizar, conservar e disponibilizar documentos da administração pública imperial. Esta instituição foi uma resposta direta à necessidade de uma estrutura formal para gerenciar os registros oficiais.

Em geral, esses documentos são resultantes diretamente da atividade de planejar e construir, necessidades básicas que acompanham a humanidade, e são o campo de atuação do profissional de arquitetura, ou seja, os acervos relacionados aos documentos de arquitetura são diretamente resultantes da atividade profissional do arquiteto.

Desde o século XIX, a arquitetura, apesar de sua estabilidade temporal e espacial, passou a ser registrada de maneira mais consciente, devido às transformações radicais do ambiente construído e à emergência de preocupações arqueológicas, patrimoniais e historiográficas relacionadas à memória e à preservação (Lira et al., 2021). Nesse período, a Revolução Industrial trouxe mudanças na engenharia e na tecnologia de construção, possibilitando que os desenhos começassem a ser mais padronizados e precisos, utilizando técnicas de projeção ortográfica, além da criação de normas e regulamentos de construção que produziram documentação especialmente detalhada para garantir a conformidade e padronização.

Contudo, de acordo com Viana (2015, p. 127), somente após a Segunda Guerra Mundial ocorre um estreitamento das relações interdisciplinares entre a arquitetura e a arquivística. Essa crescente aproximação entre as duas áreas é predominantemente atribuída aos avanços tecnológicos nos meios de comunicação e transmissão de dados. Esses avanços têm levado a um aumento expressivo no volume de documentos gerados, impulsionado, principalmente nas últimas décadas, pelas novas técnicas de elaboração de documentos digitais e eletrônicos.

Ainda na década atual, são as etapas inerentes ao projeto de arquitetura o grande fator de produção de grandes quantidades de documentos, seja os de projeto em si, seja os de complementação com os projetos auxiliares, os projetos para aprovação etc. Consequentemente, surge a necessidade de implementar métodos mais eficazes para o tratamento arquivístico, a fim de gerenciar eficientemente esta

crescente massa documental e assegurar a preservação, organização e acessibilidade dos documentos a longo prazo.

Vale salientar que a primeira definição de documento de arquitetura foi estabelecida durante a conferência "*Towards Standards for Architectural Archives*", realizada em Washington DC em 1982 (GUARDA, 2022, p. 98). Esse evento contou com a participação da *International Confederation of Architectural Museums* (ICAM), do *International Council on Museums* (ICOM), *do International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS), da *Union International des Architects* (UIA) e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). A definição abrange qualquer material documental e tudo o que esteja relacionado à sua história, teoria e prática da arquitetura, incluindo áreas afins, independentemente dos suportes e características físicas. Esses documentos podem ser criados ou recebidos por entidades públicas ou privadas no decorrer de suas atividades e podem ter diversas origens.

A partir da segunda metade do século XX, de acordo com Lucca e Camargo (2022), verifica-se uma ênfase ao desenho arquitetônico não só como produto do processo de projeto, mas como produção artística. Na década de 1970, houve um aumento no reconhecimento e valorização dos desenhos de arquitetura, impulsionado ao mesmo tempo pelo interesse dos museus e pelo apoio ativo dos profissionais da área, como o grupo de arquitetos conhecido como *The New York Five Architects*. Este grupo, especialmente a figura de Peter Eisenmann, defendeu a autonomia da arquitetura como uma forma de expressão artística (Lucca; Camargo, 2022, p. 3).

Os desenhos arquitetônicos começaram a ser reconhecidos e comercializados como peças de arte no mercado especializado, destacando o valor estético e intelectual que esses registros sempre possuíram. O movimento liderado por Eisenmann não inaugurou o valor artístico da arquitetura – que é amplamente

reconhecido desde os tratados antigos –, mas contribuiu para que os desenhos e representações arquitetônicas fossem vistos como objetos autônomos, capazes de existir e serem apreciados fora de sua função prática e utilitária.

Todavia, ainda segundo os autores, com poucas exceções, como na Rússia em 1934 e na Finlândia em 1956, os museus especializados em arquitetura, focados na constituição, preservação, investigação e exposição de acervos abertos ao público, consolidaram-se apenas no último quartel do século XX. Instituições mais antigas, como o Departamento de Arquitetura e *Design* do Museu de Arte Moderna de Nova York, criado em 1932, ganharam mais impulso nas últimas décadas do século XX. Os autores enfatizam que os arquivos especializados em documentos de arquitetura e urbanismo, emergiram com o fortalecimento da ideia de preservação dos documentos históricos e, por consequência, da documentação arquitetônica. Foi nesse período que setores de arquitetura começaram a se estabelecer em novos museus, como o Centro Cultural Georges Pompidou, em Paris (1979), e surgiram museus e centros de documentação especializados em arquitetura em diversos países, incluindo o Centro Canadense de Arquitetura (CCA) em 1979; os Museus de Arquitetura de Frankfurt e de Munique em 1983 e 1986, respectivamente; o Centro de Arquivos de Arquitetura do Século XX em Paris em 1986; e o Instituto Holandês de Arquitetura (NAI) em Rotterdam em 1988 (Lucca; Camargo, 2022, p. 4).

No Brasil, a partir da década de 1930, surgiram esforços sistemáticos de levantamento, reconstituição e análise com o objetivo de preservar e restaurar bens arquitetônicos. Esses esforços representaram, segundo o professor José Lira, um dos primeiros momentos em que os arquitetos se aproximaram das fontes primárias, utilizando testemunhos diversos encontrados em inventários antigos, provisões, relatórios, cartas, publicações e outros documentos arquivísticos, tanto eclesiásticos quanto oficiais ou privados (Lira et al., 2021, p.3).

De acordo com Lira, essas atividades de preservação além de estabelecer a interação constante entre arquivos e obras remanescentes como procedimento padrão para a análise histórica e construtiva, também criaram seus próprios acervos. Esses acervos incluíam conjuntos organizados de fontes, registros de campo, levantamentos gráficos, fotográficos, fotogramétricos e estratigráficos, inventários, pareceres técnicos, projetos e planos. Segundo o autor, uma nova literatura técnica de apoio foi desenvolvida, composta por livros, revistas, guias e catálogos de fontes, como aqueles produzidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, por muitos anos, formaram a base da bibliografia disponível sobre a história da arquitetura no Brasil.

Nesse contexto de produção e documentação, Marlice N. S. de Azevedo (2010, p. 41) observa que a intensa produção arquitetônica que marcou a fase inicial do modernismo brasileiro atingiu seu auge com o concurso para o projeto de Brasília, mobilizando amplamente a classe profissional e deixando um legado de projetos urbanos e habitacionais reconhecidos internacionalmente. No entanto, segundo a autora, muitos dos arquitetos modernos demonstravam pouca preocupação com a preservação de seus próprios registros, adotando uma postura voltada à inovação e ao futuro, em detrimento da memória. Essa atitude pode ajudar a explicar as frequentes dispersões, extravios e perdas nos acervos documentais de diversos profissionais, sobretudo daqueles que encerraram suas atividades.

Contudo, os arquivos de arquitetura começaram a se consolidar no Brasil no âmbito das faculdades de arquitetura das universidades públicas. A formação dos primeiros grandes acervos históricos nas universidades de arquitetura ocorreu principalmente a partir dos anos 1970 e 1980. De acordo com Lira (2021), a consolidação desses acervos é creditada a diversos fatores a reboque do desenvolvimento e a valorização da pesquisa acadêmica em arquitetura e urbanismo. As universidades passaram a investir na criação de espaços dedicados

à preservação e estudo de acervos históricos relacionados à área e criaram os primeiros programas de pós-graduação. Essa situação contribuiu para a formação de pesquisadores mais especializados e para o estabelecimento de ambientes propícios à constituição de acervos históricos nas universidades.

Um dos maiores e mais importantes acervos formados nesse período é o da FAU/USP, como foi explicado por Lucca e Camargo (2022), ao ser concebido a partir da livre iniciativa dos professores no âmbito da Biblioteca da Faculdade, recebeu, como consequência, uma dimensão arquivística[39].

Outra circunstância que contribuiu para a formação dos acervos de arquitetura no país foi o crescimento do interesse acadêmico e público pela história da arquitetura brasileira, principalmente com as grandes exposições internacionais de arquitetura. E, talvez por isso, deu-se o surgimento de agências de fomento à pesquisa em arquitetura e urbanismo, o que possibilitou o desenvolvimento e a expansão dos acervos históricos nas instituições de ensino, promovendo a aquisição, preservação e catalogação de materiais relevantes para a área.

Nesse sentido, de acordo com Lucca e Camargo (2022), a preservação dos acervos de arquitetura e urbanismo modernos ganhou destaque no Brasil à medida que a arquitetura moderna passou a ser reconhecida como parte da história. Uma evidência dessa valorização, segundo os autores, é a criação da organização *Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighborhoods of the*

[39] Em 1965, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP recebeu a doação de 70 projetos do arquiteto Carlos Millan, marcando o início da formação de um dos maiores acervos mundiais de arquitetura, urbanismo e design. A Biblioteca da FAU já se destacava na década de 1960 pelo acervo bibliográfico e audiovisual, além de serviços como o Índice Brasileiro de Arquitetura. Desde então, a FAU incorporou coleções de mais de 40 profissionais, abrangendo diferentes estilos e tipologias, o que contribuiu significativamente para a conformação de campos profissionais no Brasil e a ampliação do escopo de pesquisas multidisciplinares. Fonte: LANNA, Ana. *Os frutos de um valioso acervo em arquitetura e urbanismo:* Coleções da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP geram ensino, pesquisa e extensão de alto nível. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/cultura/os-frutos-de-um-valioso-acervo-em-arquitetura-e-urbanismo/. Acesso em: 17 jan. 2023.

*Modern Movement* (DOCOMOMO), na Holanda, e sua subsequente implementação no Brasil em 1992, no programa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Segundo os autores, esse movimento de valorização do passado reflete uma mudança na forma como o tempo passou a ser percebido, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Nesse período, em diversas partes do mundo, houve crescimento na criação de museus e instituições dedicadas à preservação do patrimônio e à documentação histórica, bem como um esforço intensificado para a renovação dos centros históricos urbanos, resultando em uma espécie de "museificação" das cidades (Lucca; Camargo, 2022), o que seria uma indicação à tendência de patrimonialização ou ascensão do patrimônio.

Contudo, a formação e manutenção desses acervos enfrentam diversos desafios e dificuldades, tais como a variação de metodologias de pesquisa, a negligência ou dispersão de conjuntos documentais e obstáculos na preservação e interpretação dos acervos.

Azevedo (2010) revela que, mesmo constituindo um dos mais importantes patrimônios documentais, os arquivos de arquitetura e urbanismo geralmente encontram-se "espalhados nos organismos públicos onde foram produzidos, em instituições acadêmicas e culturais ou em fundações e institutos privados", muitas vezes "dispersos, perdidos e em condições inadequadas de custódia e conservação, pela ausência de uma política que valorize, adequadamente, a memória profissional" (Azevedo, 2010, p. 38).

De acordo com Lira (2021), em alguns casos de grandes acervos, como os dos arquitetos Rino Levi e Vilanova Artigas, os materiais são guardados separadamente, o que pode resultar na perda dos vínculos entre os diferentes tipos de documentos. Isso significa que os desenhos, por exemplo, podem acabar não sendo associados aos documentos que os complementam, prejudicando a

compreensão integral dos projetos e da produção dos arquitetos. O autor sugere que a organização e tratamento desses acervos devem considerar a integração dos diferentes tipos de documentos, evitando a separação que pode comprometer a contextualização e interpretação dos materiais. O que significa que é importante manter os vínculos entre desenhos, documentos arquivísticos, correspondências, fotografias e outros registros relacionados, a fim de preservar a integridade e a riqueza das informações contidas nos acervos de arquitetura.

É importante enfatizar que no Brasil, há ainda uma tradição de receber arquivos privados e institucionais em universidades, contribuindo para a preservação de acervos especializados. Arquivos privados incluem coleções pessoais de arquitetos e corporativos de escritórios de arquitetura, enquanto os institucionais provêm de associações de classe. Algumas universidades que possuem esses acervos são: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), UFBA, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UnB), Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CM-UNICAMP), Escola da Cidade (SP), Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com atuação em vários estados do país. Para ilustrar as iniciativas e a formação dos acervos universitários no Brasil, o quadro 5 apresenta a síntese dessas informações.

Quadro 5. Iniciativas para formação dos acervos universitários no Brasil

| PERÍODO | EVENTO | ACONTECIMENTO |
|---|---|---|
| DÉCADAS DE 1930 | Estudos e intervenções no patrimônio edificado;<br>Pesquisa em fontes primárias:<br>Constituição pioneira de **conjuntos organizados de documentos**, como inventários, levantamentos, pareceres técnicos, registros de campo, desenhos artísticos e projetos de arquitetura;<br>Produção de **literatura técnica de apoio**, elaborada pelo recém-criado **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**, em 1937. |
| DÉCADAS DE 1940 - 1960 | **Demandas didáticas** advindas do currículo da **Faculdade Nacional de Arquitetura**, com a introdução da cadeira de **"Arquitetura no Brasil"**:<br>**Materiais de apoio às disciplinas**: apostilas, coleções de fotografias e slides, compilações de desenhos originais.<br>**Bibliografia pioneira** sobre a arquitetura no Brasil: os livros *Quadro da Arquitetura no Brasil*, de Nestor Goulart Reis Filho; *Morada Paulista*, de Luís Saia; *Cozinhas, Etc*, de Carlos A. C. Lemos. |
| DÉCADAS DE 1950 E 1960 | **Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG)**:<br>**Recolhimento pioneiro** de cerca de 50 mil documentos da arquitetura colonial brasileira, especialmente mineira. Incluem-se **fotografias e mapas** representativos de obras arquitetônicas e objetos artísticos. Esses materiais foram salvaguardados no **Serviço de Fotodocumentação** da **Escola de Arquitetura da UFMG**, criado por **Sylvio de Vasconcellos**; |
| DÉCADAS DE 1970 - 1980 | **Consolidação das instituições de pesquisa**<br>Início dos **primeiros programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil**.<br>**Produção intelectual**, baseada em experiências profissionais e acadêmicas. |
| DÉCADA DE 1970 | Formação do **acervo do Setor de Projetos** (hoje Setor Técnico de Materiais Iconográficos) da **Biblioteca da FAU/USP**:<br>**Incorporação de coleções** de projetos de arquitetos e escritórios de arquitetura importantes, como:<br>**Ramos de Azevedo, Severo & Villares, Victor Dubugras, Samuel e Christiano das Neves.**<br>O acervo compreende **46 coleções**, cerca de **400 mil desenhos originais, 100 mil fotografias** e uma vasta documentação complementar, principalmente de profissionais paulistas. Entre eles:<br>**Gregory Warchavchik, Rino Levi, Vilanova Artigas, Rosa Klias, Eduardo de Almeida, David Libeskind, Eliseu Antônio da Cunha Bahiana, Ícaro de Castro Mello, Jacques Emile Paul Pilon, João Walter Toscano, Julio Roberto Katinsky, Marcello Accioly Fragelli, Oswaldo Arthur Bratke, Philipp Lohbauer, Roberto José Goulart Tibau, Rodrigo Brotero Lefevre, Telésforo Giorgio Cristófari, Waldemar Cordeiro**, entre outros. |
| DÉCADA DE 1980 | **Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU/UFRJ)**<br>Criado em 1982, constituído com base em doações de escritórios de arquitetura de diferentes gerações, em sua maioria formados no Rio de Janeiro e vinculados à **arquitetura moderna carioca**.<br>Atualmente contém mais de **200 mil itens organizados em bases arquivísticas**.<br>Entre os fundos arquivísticos estão nomes como: **Adolfo Morales de los Rios, Affonso Eduardo Reidy, Aldary Toledo, Ângelo Bruhns, Amaro Machado, Carlos Leão, Gastão Bahiana, MM Roberto, Jorge Machado Moreira, Luiz Paulo Conde, Oscar Niemeyer, Paulo Candiota, Paulo Santos, Severiano Mário Porto, Stélio Alves de Souza, Ulysses Burlamaqui**, entre outros. |

Fonte: Elaboração do autor com base em FERREIRA (2021).

A figura 1 revela a quantidade de itens de arquitetura e *design* preservados em acervos brasileiros, totalizando mais de 840.670 itens distribuídos entre diferentes instituições de referência[40]. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) se destaca, possuindo o maior acervo com 500 mil itens, seguida pela FAU-RJ, com 200 mil itens. Outras instituições, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (EAU-MG), possuem acervos de 50 mil itens cada.

Figura 1. Quantitativo de itens em acervos no Brasil

Fonte: Elaboração do autor com base em endereços eletrônicos das instituições.

[40] Os dados quantitativos de itens em acervos foram obtidos nos seguintes endereços eletrônicos institucionais:

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.147/7580>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/nucleo-de-pesquisa-e-documentacao-da-faculdade-de-arquitetura-e-urbanismo-da-ufrj>. Acesso em: 20 jan. 2024. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – EAU/UFMG. Disponível em: <www.arq.ufmg.br/ea/museu-da-escola-de-arquitetura/>. Acesso em: 22 jan. 2024. Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. Disponível em: <https://iabsp.org.br/nosso-acervo/>. Acesso em: 23 jan. 2024. Instituto Lina Bo e P.M. Bardi. Disponível em:< https://institutobardi.org.br/o-acervo/sobre-o-acervo/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Centro de Documentação Edgar Graeff – CEDIARTE. Disponível em: https://anuario-estatistico-unb-2020.netlify.app/org#. Acesso em: 31 jan. 2024.

Casa da Arquitetura – Curitiba. Disponível em: <https://www.cac.arq.br/acervo>. Acesso em: 2 fev. 2024.

Esses números destacam a importância e a responsabilidade dessas instituições na preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do Brasil, oferecendo um recurso valioso para pesquisa e conservação da história da arquitetura. Até mesmo os acervos menores, como o da Casa da Arquitetura, em Curitiba, com 1.670 itens, mostram a *diversidade* e o alcance dos esforços de preservação, abrangendo desde grandes universidades até centros especializados. Essa distribuição de acervos sugere um panorama atual, mas também aponta para a necessidade de políticas contínuas de apoio e expansão dos acervos, visando à preservação da memória e ao incentivo à pesquisa na área de arquitetura e design.

Diante da relevância e do crescimento desses acervos, torna-se oportuno explorar a diversidade de significados atribuída ao termo "arquivo". A multiplicidade de sentidos é um desafio para a definição clara do que constitui um arquivo e para a delimitação de suas principais características. A seguir serão discutidas as diferentes interpretações que envolvem o termo.

## 2.4 ARQUIVOS: POLISSEMIA E AMBIGUIDADES

Considerada como causa de ambiguidade e falta de precisão, a multiplicidade de significados atribuída ao termo "arquivo" dificulta a construção de uma definição clara e consensual. O emprego de diferentes designações, muitas vezes, torna difícil o estabelecimento de limites precisos para a sua conceituação e pode afetar a identificação de seu escopo e de suas características essenciais.

Segundo Margareth Silva (2017), ao longo do tempo, desde as civilizações da Antiguidade clássica até as definições contemporâneas, a evolução dos significados reflete a complexidade e a diversidade de interpretações do termo. Prédio, instituição, lugar, mobiliário, conjunto de documentos e dados, são os mais conhecidos significados atribuídos ao termo ao longo da história e estão listados no Dicionário de terminologia arquivística.

Não obstante à problemática de definição e conceituação, o emprego do termo "arquivo" tem se transformado, refletindo as mudanças nas práticas de gestão documental, nas concepções de memória e na organização da informação. Nesse sentido, vale apresentar, ainda que brevemente, o emprego do termo em diferentes períodos históricos.

Na Antiguidade clássica, o termo estava associado à ideia de preservação de documentos considerados importantes, como registros administrativos, leis, decretos e documentos sagrados. Os arquivos eram vistos como locais de guarda e conservação de informações essenciais para a sociedade. Com origem na palavra grega *archeîon* e dela originados os vocábulos em latim *arcivum* e *archivum*.", o termo manteve o sentido de "lugar onde se guardam documentos oficiais". A partir do latim, o termo migrou para as línguas românicas, incluindo o português.

De acordo com Silva (2017), a definição mais antiga apresenta-se no Código de Justiniano[41]: o arquivo é um *Locus*. Expressão que definia arquivo como, além de um lugar público de conservação de documentos, uma entidade que ocupa uma construção física existente nas cidades, onde os cidadãos e magistrados tinham acesso; um lugar de conservação. O Código dispôs sobre a responsabilidade, a custódia, o acesso, a permanência e o caráter ininterrupto dos arquivos. O lugar, de acordo com a jurisprudência, incluía o próprio lugar público de conservação, os documentos ali custodiados e o responsável pela custódia. Isto significava que os documentos eram uma extensão do lugar (Silva, 2017, p. 87). Nesse sentido, a autenticidade dos documentos estava vinculada à sua preservação em um arquivo.

[41] Também conhecido como Corpus Iuris Civilis, o código foi uma reforma importante do direito bizantino, criada pelo imperador justiniano I durante seu governo (527 a 565). Nele consta a afirmação, atribuída ao jurista Ulpiano, "*locus publicus* in quo instrumenta *deponuntur* (lugar público onde os documentos são guardados). Com o objetivo de esclarecer e atualizar as antigas leis romanas, erradicar inconsistências e simplificar os processos jurídicos, a coleção de editais imperiais e opiniões de especialistas abrangia tudo, desde penalidades para delitos específicos até casamento e herança de propriedades. Além de ter sido usada como base da lei bizantina por mais de 900 anos, suas leis continuam a influenciar muitos sistemas jurídicos ocidentais até hoje. Fonte: *World History Encyclopedia*. Disponível em: < https://design.worldhistory.org/trans/es/1-16975/corpus-iuris-civilis/>. Acesso: 8 jun. 2024.

Ainda segundo Silva, isto significava que se os documentos estivessem num arquivo, sua validade não seria questionada.

Em períodos como o Império Romano, os arquivos eram considerados espaços públicos de preservação de documentos oficiais e registros jurídicos, refletindo a importância da memória institucional e da autenticidade documental. Autores como Tertuliano, destacavam a antiguidade dos documentos como um critério de autoridade e autenticidade[42], atribuindo valor aos registros mais antigos em comparação com os mais recentes.

Durante a Idade Média, assim como no período Romano, a definição de arquivo estava associada à ideia de um local de preservação de documentos públicos e atos oficiais. A partir dessa concepção medieval de arquivo como um repositório de documentos autênticos e fidedignos, especialmente de influência romana, aparece a noção de arquivo como um espaço de memória e preservação de documentos históricos. Essa transição da concepção de repositório para espaço de memória e preservação ganhou destaque, refletindo a importância da documentação para a manutenção da ordem social e política (Silva, 2017).

A partir do século XIX, uma nova concepção emergiu considerando os próprios conjuntos de documentos como elementos essenciais do conceito de arquivo. Durante o século XX, buscou-se definir o conceito de arquivo a partir de seus elementos essenciais e distinguir os arquivos de outros materiais similares. Como consequência, na contemporaneidade o conceito de arquivo expandiu-se para além

[42] Na obra "*Apologeticum*" de Tertuliano, escrito em 197 d.C., o autor destaca a importância da antiguidade dos escritos sagrados dos hebreus como um argumento de autoridade e legitimidade. Ao ressaltar que os escritos sagrados dos hebreus existiam antes de qualquer documento público, inscrição, forma de governo, livro romano, divindade romana, templo, oráculo ou sacrifício, Tertuliano enfatiza a primazia e a antiguidade dos textos hebraicos como fundamentos da religião judaica e, por extensão, da religião cristã. Essa argumentação de Tertuliano sobre a antiguidade dos escritos hebraicos como um critério de autoridade reflete a importância atribuída à tradição, à autenticidade e à continuidade histórica na fundamentação das crenças religiosas. A ideia de que a antiguidade confere uma legitimidade especial aos documentos e práticas religiosas é um tema recorrente na história da religião e da cultura, demonstrando como a noção de autoridade está muitas vezes associada à longevidade e à tradição. Fonte: *World History Encyclopedia*. Disponível em: < https://design.worldhistory.org/trans/es/1-16975/corpus-iuris-civilis/>. Acesso: 8 jun. 2024.

do *locus,* suporte físico de documentos, abrangendo também os arquivos digitais e os eletrônicos. A gestão da informação e a preservação digital tornaram-se desafios importantes para os profissionais da área. A diversidade de tipos de documentos, suportes e contextos de produção ampliou a compreensão do termo que passou a englobar uma variedade de materiais e práticas de gestão documental.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), as principais diferenças conceituais do termo ocorrem nos seguintes contextos: arquivo como prédio, referindo-se ao edifício físico onde os documentos são armazenados e preservados. É o espaço arquitetônico destinado à guarda e organização dos arquivos, proporcionando condições adequadas de conservação e acesso; arquivo como instituição, refere-se a uma entidade organizacional responsável pela gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos, podendo abranger diversos setores, como arquivos públicos, privados, históricos, entre outros; arquivo como lugar, entendido como o local físico onde os documentos são armazenados e organizados, pode referir-se a salas de arquivos, depósitos, estantes, entre outros espaços destinados à guarda dos documentos; arquivo como mobiliário, refere-se aos móveis e equipamentos utilizados para acondicionar e organizar os documentos, como armários, estantes, caixas, pastas, entre outros e é essencial para a organização e preservação dos documentos; arquivo como conjunto de documentos, referindo-se ao conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados por uma entidade ou pessoa no decorrer de suas atividades. Nessa situação, para preservar sua integridade e garantir seu acesso, os documentos arquivísticos são organizados e mantidos de acordo com princípios arquivísticos, como a proveniência e a organicidade – conceitos que serão abordados logo adiante.

A confusão maior de sentidos se dá, especialmente, ao se conceituar o objeto e a instituição. Por isso, torna-se importante enfatizar sua diferenciação: como objeto, "Arquivo é o conjunto dos documentos que, independentemente de gênero, suporte, formato, forma ou espécie, são acumulados por pessoas físicas ou jurídicas,

públicas ou privadas, como instrumento e prova de suas atividades práticas" (Ferreira, 2021, p. 5), e como instituição de custódia, "Arquivo é órgão receptor, que recebe por transferência ou recolhimento o material naturalmente acumulado por instituições públicas ou privadas" (Ferreira, 2021, p. 6).

Os arquivos podem ser classificados ainda em arquivos públicos e arquivos privados. Os arquivos públicos são aqueles acumulados por instituições de caráter público, como resultado de suas atividades administrativas, legislativas e judiciárias. Já os arquivos privados são formados por documentos acumulados por pessoas físicas ou entidades de direito privado, decorrentes de suas atividades particulares.

É importante esclarecer as peculiaridades que caracterizam tanto os documentos em geral quanto os documentos de arquitetura em particular. Ainda de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), documento refere-se à unidade de informação registrada em um suporte específico, sendo capaz de instruir, elucidar ou provar algo. Um documento é composto pelo conteúdo informativo e pelo suporte físico que assegura sua existência e acessibilidade. Os documentos de arquitetura representam uma categoria específica dentro dos documentos arquivísticos, originada das atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas. Esses documentos são preservados como prova, referência ou patrimônio cultural, desempenhando um papel essencial para a compreensão da evolução dos espaços construídos e das práticas arquitetônicas ao longo do tempo.

À totalidade dos documentos conservados em uma instituição de custódia dá-se o nome de acervo. O acervo representa, então, um elemento essencial para a preservação da memória e do patrimônio cultural, já que reúne todos os documentos sob responsabilidade de uma determinada instituição. As instituições de guarda de documentos, também conhecidas como instituições de custódia, desempenham um papel fundamental no processo de preservação, gestão e acesso à informação. Embora compartilhem a responsabilidade pela guarda e preservação, cada uma delas

difere em relação à natureza do acervo, aos procedimentos técnicos aplicados e às ações voltadas para sua difusão.

Torna-se importante, diante do exposto, elencar as principais diferenças entre as instituições de custódia: Arquivo; Museu; Biblioteca e Centros de Documentação. Arquivo é uma instituição que recebe documentos por meio de transferência ou recolhimento. Esses documentos são acumulados naturalmente em decorrência das atividades de instituições públicas ou privadas. Com uma natureza predominantemente administrativa e jurídica, os arquivos têm como objetivo principal organizar os documentos conforme sua origem e função, atendendo tanto às demandas das instituições produtoras quanto à pesquisa histórica. Museu, por outro lado, reúne documentos e objetos com base em um processo seletivo que considera o conteúdo e o significado cultural dos itens. O museu tem como foco o grande público e os pesquisadores, com objetivos educacionais e culturais. Biblioteca é também uma instituição colecionadora, porém seu foco está em documentos impressos, como livros e periódicos. O tratamento dado aos documentos nas bibliotecas prioriza a organização por temas, com o intuito de atender diferentes públicos e interesses específicos.

Além dessas instituições existem, de acordo com Ferreira (2021, p. 6), os Centros de Documentação, que são bibliotecas especializadas em um determinado campo do conhecimento e, em uma formulação mais recente, o Centro de Memória de natureza híbrida, que reúne atributos de arquivos, museus e bibliotecas. Esse tipo de instituição tem como objetivo preservar a história e a identidade cultural de uma comunidade ou instituição, combinando diferentes tipos de documentos e métodos de preservação. Essas instituições desempenham um papel importante na conservação e organização de documentos que atendem a demandas mais específicas de pesquisa.

Vale ressaltar que documentos de arquitetura podem ser encontrados em diferentes tipos de instituições de custódia, de acordo com o seu propósito (Ferreira, 2021). Por exemplo, quando esses documentos estão ligados a funções estatais, como projetos de edifícios públicos, eles ficam sob a responsabilidade dos arquivos públicos. Já quando têm caráter cultural ou educativo, podem ser encontrados em museus ou centros de documentação. Assim, cada instituição de custódia desempenha um papel específico na preservação e acesso aos documentos, considerando as características do acervo e seu valor para a memória social, cultural e histórica. O quadro 6 demonstra, considerando os parâmetros explicados anteriormente, as principais diferenças conceituais do termo "arquivo", suas características e peculiaridades.

**Quadro 6.** Principais diferenças conceituais do termo "arquivo"

| Conceito | Definição | Características |
|---|---|---|
| Arquivo como Prédio | Edifício físico onde os documentos são armazenados. | Edifício projetado e mantido com condições adequadas de preservação, como controle de temperatura, umidade e segurança física. |
| Arquivo como Instituição | Entidade responsável pela gestão, preservação e disponibilização de documentos arquivísticos. | Pode ser pública ou privada, e possui políticas e procedimentos de gestão de documentos, preservação e acesso. |
| Arquivo como Lugar | Espaço físico dentro de um edifício onde os documentos são organizados e guardados. | Pode ser uma sala, depósito ou arquivo de acesso restrito, focado na organização dos documentos. |
| Arquivo como mobiliário | Refere-se aos móveis e equipamentos utilizados para o acondicionamento e organização dos documentos | Inclui estantes, armários, caixas, gavetas e pastas, essenciais para o manuseio e conservação dos arquivos físicos. |
| Arquivo como Conjunto de Documentos | Agrupamento de documentos acumulados por uma pessoa ou entidade ao longo de suas atividades. | Organizados de acordo com os princípios arquivísticos da proveniência e organicidade, esses conjuntos formam parte da memória institucional ou pessoal. |
| Arquivo como Patrimônio Documental | Reconhece o arquivo como um bem cultural, parte do patrimônio histórico, cultural e científico. | Exige políticas de preservação e gestão adequadas para assegurar sua integridade e acessibilidade às futuras gerações. |
| Arquivo como Recurso de Informação | Refere-se ao uso do arquivo como fonte de informação para pesquisas acadêmicas, históricas e institucionais. | Envolve a disseminação de informações contidas nos documentos para a sociedade, respeitando direitos de acesso e propriedade intelectual. |

Fonte: Elaboração do autor com base em FERREIRA (2021).

O conceito de arquivo, segundo Silva (2017), abrange ainda duas características importantes: a universalidade, ou amplitude do conceito, e a singularidade. Compreender essas características é essencial para uma melhor compreensão do termo. Ambas as características estão relacionadas à complexidade e à abrangência do termo "arquivo" dentro de campos como a Arquivologia, a Ciência da Informação e ao campo dos arquivos de arquitetura. A autora explica que a universalidade ou amplitude do conceito de arquivo refere-se à diversidade e à variedade de aspectos que o termo pode abranger. Isso significa que os arquivos podem ser compostos por documentos de diferentes tipos, suportes, gêneros, datas, lugares e naturezas jurídicas, podendo ser produzidos, recebidos ou acumulados por uma variedade de organizações ou indivíduos.

Por outro lado, a singularidade do conceito de arquivo refere-se às características distintivas que tornam os arquivos únicos em relação a outros materiais de informação. Essa singularidade é evidenciada pela ligação entre a proveniência dos documentos, a atividade que os gerou e o local de custódia, revelando a organicidade e a integridade dos conjuntos documentais. Segundo Silva (2016), a singularidade do conceito de arquivo destaca a importância do contexto na compreensão e na gestão dos documentos, ressaltando a necessidade de considerar a origem e a relação entre os documentos para preservar sua autenticidade e significado.

Com relação aos conceitos de Fundo Arquivístico e Proveniência, suas definições também se encontram no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e na Norma Brasileira de Descrição – (Nobrade). De acordo com essas fontes, um Fundo Arquivístico é um conjunto de documentos que compartilham a mesma proveniência, ou seja, que foram produzidos ou acumulados por uma mesma entidade produtora. O termo "proveniência" indica a origem dos documentos no contexto da Arquivologia, sendo um princípio fundamental dessa área. Esse princípio estabelece que os documentos de diferentes produtores não devem ser misturados. Essa relação de proveniência é essencial para identificar e preservar a confiabilidade dos documentos arquivísticos.

Nesse caso, o arquivo é caracterizado pela ligação direta entre os documentos e a entidade produtora, o que garante a autenticidade, a integridade e a contextualização dos registros; Organicidade, que diz respeito à organização e à estrutura interna do conjunto de documentos que refletem a atividade que os gerou e a relação entre eles. Os documentos em um arquivo são organizados de acordo com princípios arquivísticos, como a ordem original, a manutenção da integridade dos conjuntos documentais e a preservação do contexto de produção e uso. Esse esquema orgânico dos documentos permite compreender as relações e os significados dos registros de forma mais ampla (Silva, 2017).

Surge uma questão: *por que um determinado conjunto de documentos pode ser chamado de arquivo e o que o diferencia de outros materiais similares?*

Quando se trata do termo empregado como conjunto de documentos, ele pode ser chamado de arquivo quando atende a certos critérios e princípios arquivísticos que o distinguem de outros materiais similares. O termo "arquivo" é atribuído a um conjunto de documentos que compartilham uma origem comum, uma organização específica e uma finalidade arquivística. Como exemplo, pode ser citado o arquivo Lucio Costa, o arquivo de Paulo Mendes da Rocha, o arquivo Coimbra Bueno[43], entre outros.

Considerando a importância da gestão e da preservação adequadas dos documentos arquivísticos, a partir desses elementos, pode-se afirmar que um conjunto de documentos ao ser chamado de "arquivo" apresenta uma origem comum e uma organização que reflete a atividade que os gerou, seguindo os princípios de proveniência e organicidade. São esses elementos que diferenciam, portanto, um arquivo de outros materiais similares, como bibliotecas, coleções ou simples acumulações de documento.

[43] O material do espólio do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, proprietário da empresa urbanizadora Coimbra Bueno e Cia. Ltda. foi organizado sob a coordenação do professor Ricardo Trevisan e da professora Carolina Pescatori, ambos da FAU / UnB. Projeto financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) que envolveu equipe de alunos de graduação e pós-graduação entre 2022 e 2023.

Vale lembrar que até poucas décadas se empregava o termo “arquivo morto” para designar documentos que já haviam cumprido sua função administrativa ou legal e, portanto, eram considerados sem utilidade imediata. Esses documentos eram arquivados em locais de menor acesso e só consultados em situações específicas, como auditorias ou litígios. A expressão indicava que esses documentos tinham pouca ou nenhuma relevância cotidiana, apesar de ainda serem mantidos para eventual consulta.

Nos últimos 20 a 30 anos, o termo “arquivo morto” passou a ser substituído por "arquivo permanente"[44], isso reflete uma mudança na percepção sobre os documentos: em vez de serem considerados irrelevantes após o término de sua função administrativa imediata, os documentos são agora vistos como fundamentais para preservar a história institucional e fornecer acesso a informações importantes para a vida social, política, jurídica e econômica.

Cada tipo de instituição lida com uma variedade de suportes, como manuscritos, impressos e objetos tridimensionais, e organiza seus acervos com base em critérios de proveniência, conteúdo ou função. Enquanto o arquivo tende a concentrar-se em documentos administrativos e históricos, com o objetivo de provar e testemunhar eventos, a biblioteca foca em materiais impressos e audiovisuais, com o propósito de instruir e informar o público, e o museu preserva objetos bi/tridimensionais, com uma função tanto informativa quanto de entretenimento. O centro de documentação/banco de dados diferencia-se pela ênfase em dados digitais e audiovisuais, servindo principalmente a fins científicos e informativos.

Os métodos de entrada dos documentos também variam: enquanto os Arquivos lidam com uma passagem natural de fontes geradoras, as bibliotecas e

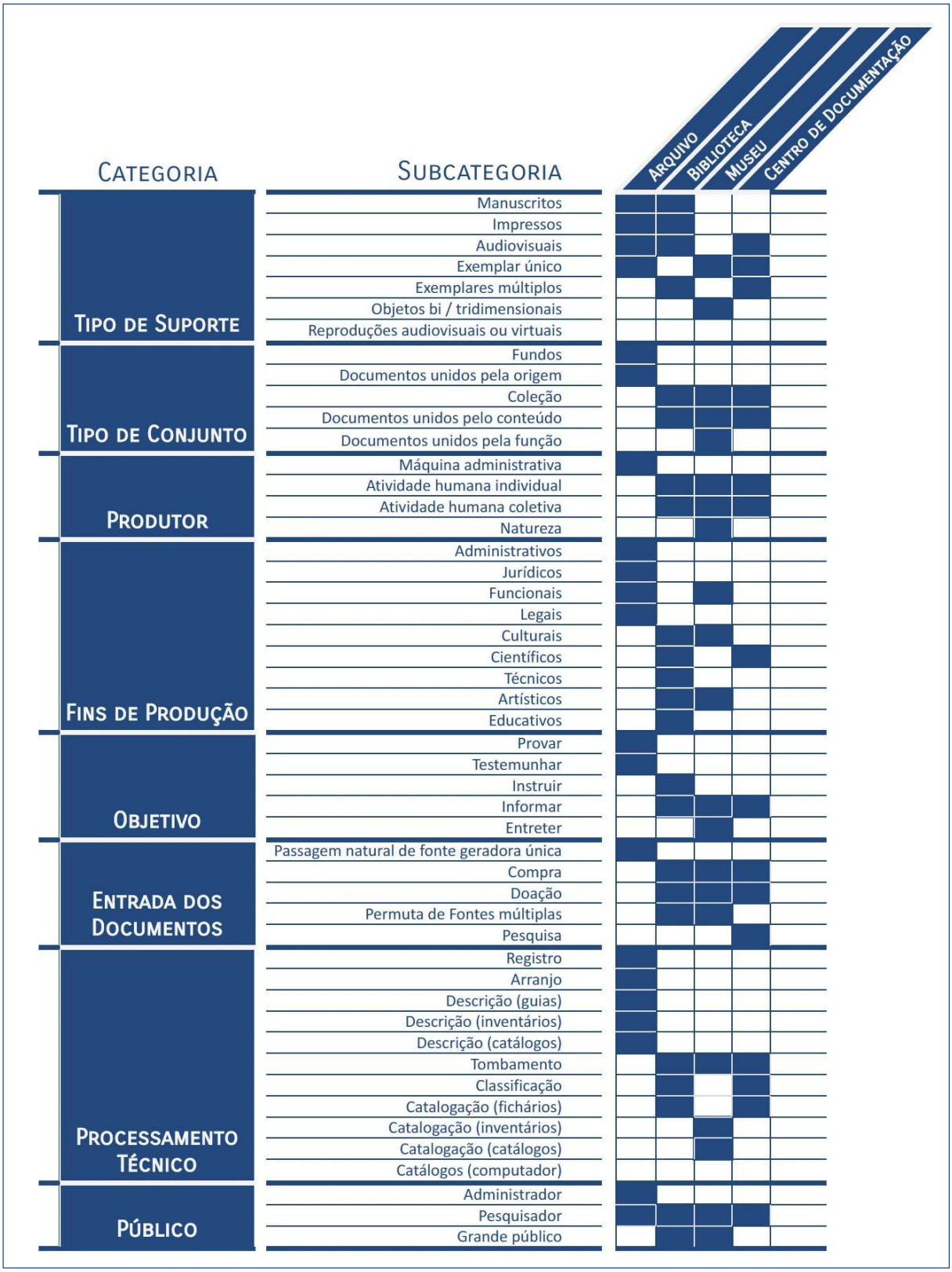
[44] De acordo com a professora Ana Fernandes (2021), em palestra proferida no II Seminário Arquivos, Historiografia e Preservação, transmitido ao vivo em 6 de dez. de 2021. Mesa: Os acervos e a cidade: Salvador entre planos de urbanismo e práticas de memória Mediação: Junia Cambraia Mortimer (FAUFBA) organizar, operar, pensar acervos: onde as coisas tomam sentido? Ana Fernandes (FAUFBA). Canal da extensão da FAUUSP do grupo de pesquisa do CNPQ "Arquivos, fontes, narrativas: entre cidade, arquitetura e design". Disponível em: https://design.youtube.com/@arquivosfontesnarrativas-c6459. Acesso em: 19 jan. 2022.

museus dependem de compra, doação ou permuta. Quanto ao processamento técnico, as instituições adotam procedimentos distintos de catalogação, classificação e tombamento. Por fim, o público-alvo de cada uma dessas instituições também varia, indo de administradores e pesquisadores em arquivos a um público mais amplo em bibliotecas e museus, com centros de documentação focando no pesquisador especializado.

Essa diversidade de funções e operações na guarda, gestão e preservação de acervos representa as distintas necessidades de acesso à informação e preservação da cultura material e imaterial. O desenvolvimento na forma como os documentos são entendidos também pode ser observado em contextos linguísticos e culturais. No inglês, por exemplo, a diferenciação entre os termos "*archives*" e "*records*" indica o estado e a função dos documentos. O quadro 7 demonstra as principais funções e características de diferentes tipos de instituições – Arquivo, Biblioteca, Museu e Centro de Documentação – em relação à preservação de documentos e materiais.

De acordo Ana Márcia Rodrigues (2006), os documentos que são preservados permanentemente devido ao seu valor histórico, cultural ou informativo, ou seja, aqueles que devem ser mantidos indefinidamente, são chamados de "*archives*". Esses documentos geralmente não estão mais em uso ativo, mas são conservados para referência futura, pesquisa ou consulta por seu significado duradouro. Por outro lado, os documentos que estão em uso corrente e que ainda são necessários para o funcionamento diário de uma organização, ou que possuem relevância administrativa temporária, são denominados "*records*". Estes podem ser eventualmente descartados ou transferidos para "*archives*" quando não forem mais necessários para as operações rotineiras, mas possuem valor a longo prazo.

Quadro 7. Principais funções, características e conteúdo em diferentes tipos de instituições




Fonte: Elaboração do autor com base em Bellotto (2006, p. 35).

No contexto brasileiro, é importante diferenciar arquivo corrente de arquivo permanente. O arquivo corrente refere-se a documentos que ainda são usados ativamente no cotidiano de uma organização, enquanto o arquivo permanente consiste em documentos que, apesar de não serem mais utilizados de forma regular, possuem valor histórico, legal ou cultural, e devem ser preservados indefinidamente.

De acordo com o art. 8º da Legislação Arquivística[45], os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes. Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes; consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente; consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. E, ainda, de acordo com o art. 10, os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis.

Todavia, a transição de um documento de uma fase para outra não ocorre de forma aleatória, mas sim seguindo critérios previamente estabelecidos por um instrumento chamado Tabela de Temporalidade. Esta tabela é elaborada com base em um processo de avaliação dos documentos, no qual são definidos os prazos de permanência nas fases corrente e intermediária. Ela também determina o destino dos documentos: se devem ser eliminados ou transferidos para o arquivo permanente, onde serão preservados definitivamente.

Com base nos conceitos e considerações apresentadas, foi elaborado o quadro 8, no qual se verifica os conceitos fundamentais relacionados à arquivística. O quadro explora a abrangência e diferenciação dos arquivos, abordando dois aspectos

[45] Lei Federal nº 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

principais: universalidade, que reflete a diversidade de documentos e origens; e singularidade, que preserva a autenticidade dos documentos. Também menciona a proveniência e organicidade, essenciais para garantir a integridade e o contexto original dos documentos. Por fim, trata da natureza da atividade nos arquivos, diferenciando entre arquivos correntes (documentos em uso) e permanentes (preservados por valor histórico).

Quadro 8. Conceitos fundamentais relacionados à arquivística

| Quanto à: | Conceito | Definição | Peculiaridades |
|---|---|---|---|
| Abrangência | Universalidade | Abrange a diversidade de documentos em termos de tipos, suportes, datas, lugares e origens jurídicas, mostrando a amplitude do conceito de arquivo. | Permite que arquivos sejam compostos por uma ampla variedade de documentos e tipos, refletindo sua complexidade. |
| | Singularidade | Refere-se às características distintivas dos arquivos, ligados à sua origem, atividade geradora e local de custódia, preservando a integridade dos documentos. | Relacionada à preservação da autenticidade e do contexto dos documentos, evitando misturas de origens. |
| Diferenciação de um arquivo frente a outros materiais similares | Proveniência | Indica a origem dos documentos e a relação com a entidade ou pessoa que os produziu, sendo essencial para garantir autenticidade e integridade. | Fundamental para a compreensão e preservação da confiabilidade e do valor arquivístico dos documentos. |
| | Organicidade | Diz respeito à organização interna dos documentos, mantendo a ordem original e a integridade do conjunto, refletindo a atividade que os gerou. | Facilita a compreensão das relações entre documentos e seu significado dentro de um contexto mais amplo. |
| Natureza da atividade | Arquivo Corrente | Documentos que ainda estão em uso ativo, atendendo às necessidades administrativas ou operacionais de uma organização. | Utilizados ativamente nas operações diárias da organização, com importância funcional. |
| | Arquivo Permanente | Documentos que não possuem mais uso regular, mas são preservados por seu valor histórico, legal ou cultural, garantindo sua preservação permanente. | São mantidos indefinidamente por seu valor para a história institucional e social, mesmo após sua função administrativa. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Bellotto (2006); art. 8º da Legislação Arquivística.

Por um outro viés em torno desta problemática do termo arquivo, alguns dos conceitos e ideias, formulados principalmente por autores franceses, incluem questões de memória, preservação, acesso, poder, interpretação, arte e muito mais.

Jacques Derrida (2011), em sua obra *Mal d'archive*, explora as complexidades da arquivística, incluindo a ideia de que o arquivo é inseparável da noção de traço e ausência. Para o autor, o traço refere-se a algo que permanece, uma marca deixada para trás. No contexto arquivístico, o traço é o que é deixado nos documentos, registros ou vestígios. No processo de arquivamento, o traço é a representação do passado, um vestígio que carrega significados e que é interpretado pelos leitores, historiadores ou arquivistas. O autor destaca que o traço não é uma representação direta ou transparente do passado, mas uma construção complexa e sujeita a interpretações. A ausência, para Derrida, está relacionada à incompletude intrínseca dos arquivos. O arquivo nem sempre pode capturar completamente o que aconteceu, e há sempre uma ausência fundamental em qualquer tentativa de arquivar.

Mesmo que os documentos e registros forneçam traços, eles não podem capturar a totalidade da experiência ou do evento. Derrida argumenta que essa ausência é inevitável e que, de fato, é parte integrante da natureza do arquivo. Questionando a ideia tradicional de arquivo como um depósito neutro de informações, o autor enfatiza que os arquivos são construções complexas, permeadas por elementos subjetivos, interpretações e lacunas. Portanto, ao considerar o traço e a ausência, ele destaca a natureza falha e sempre em processo dos arquivos, desafiando a visão de que os registros arquivados representam uma verdade objetiva e completa.

Em um texto que se tornou clássico, *O sabor do Arquivo,* Arlette Farge (2017) enfatiza a análise de fontes primárias, como documentos escritos, de uma maneira que vai além da simples coleta de informações factuais. A autora argumenta que, tão evidentes como enigmáticos, pode-se fazer os arquivos dizerem tudo e o contrário, pois falam do real sem jamais descrevê-lo. Farge explora a natureza dos arquivos como lugares onde o Estado, instituições e indivíduos mantêm registros e documentos para preservar a memória, exercer autoridade e estabelecer identidades.

Em relação à metodologia de consulta, Farge sugere dois atos iniciais: despojar e recolher. Ela explica que o despojamento consiste em organizar os documentos em séries, e o ato de focar em um tema específico desvia o real, pois a classificação redireciona a pesquisa para um olhar específico sobre o objeto analisado:

> O trabalho é simples; consiste em despojar, depois recolher um certo gênero de documento: a série, assim organizada, serve como objeto de pesquisa. Aparentemente infantis, esses gestos desviam uma primeira vez o real, ao menos pela operação de classificação que eles exigem, e a focalização expressa sobre um tema bem particular (embriaguez, roubo ou adultério) cria um olhar específico que merece explicação, pois o espaço se redistribui forçosamente a partir do objeto pesquisado (Farge, 2017, p. 65).

No ato de recolher, Farge afirma que, durante a coleta, é necessário capturar o conjunto de dados sobre a questão estudada, dentro dos limites cronológicos e espaciais estabelecidos. Porém, ao selecionar os documentos, o pesquisador deve estar atento ao inesperado[46]. Arquivos fora do campo estipulado podem emergir como surpresas, oferecendo um contrapeso à monotonia da coleção e revelando novas perspectivas.

Em uma outra abordagem, Paul Ricoeur (2007), no capítulo "Fase Documental: a memória arquivada", estrutura suas reflexões em cinco partes: o espaço habitado, o tempo histórico, o testemunho, o arquivo e a prova documental. Na discussão sobre o espaço habitado, Ricoeur argumenta que a transição da memória para a historiografia transforma a maneira como o espaço e o tempo são percebidos. A

[46] Com base na citação de Farge, que destaca a importância de estar atento ao inesperado durante a busca de dados, a pesquisa para esta tese revelou uma descoberta valiosa nos arquivos do Itamaraty de Brasília: o acervo, guardado em São Paulo, do arquiteto e *designe*r Bernardo Figueiredo. Como explicado anteriormente, este acervo, composto por pastas com projetos e fotografias, não havia sido, até então, explorado academicamente e ofereceu novas perspectivas sobre a correspondência entre a arquitetura moderna e o design industrial brasileiro. A descoberta foi um exemplo do "inesperado" que enriqueceu a pesquisa e ampliou seu escopo, permitindo uma análise dos móveis e objetos criados por Figueiredo para o Palácio dos Arcos. A descoberta enriqueceu o estudo e orientou a pesquisa em um movimento de mão dupla: os arquivos do Itamaraty indicaram a existência do acervo de Figueiredo, e este acervo, por sua vez, direcionou a pesquisa de volta ao Itamaraty, exigindo uma investigação mais aprofundada.

memória pessoal de lugares, como uma casa ou uma viagem, torna-se uma narrativa socialmente construída. O espaço vivido e o tempo subjetivo da memória são reorganizados em uma estrutura histórica, no qual locais e datas são formalizados e deslocados da experiência pessoal imediata. Isso significa que o espaço deixa de ser apenas físico e se torna um campo de inscrição histórica, em que a ação humana ocorre e se registra (Ricoeur, 2007, p. 156 – 162).

Sobre o tempo histórico, Ricoeur analisa a maneira como o tempo da memória, fluido e pessoal, é inserido em um sistema formal de datas. O calendário se torna um marcador externo que organiza as experiências pessoais em uma narrativa histórica mais ampla. Para Ricoeur, o tempo histórico não é linear nem cíclico, mas segmentado em períodos que distinguem a história contada da experiência direta do tempo vivido (Ricoeur, 2007, p. 164 – 165).

No que se refere ao testemunho, Ricoeur afirma que esse ato não se limita a um simples relato, mas constitui um processo epistemológico que atravessa a memória pessoal, o arquivo e a prova documental. Ele ressalta que o testemunho é inseparável da presença do narrador, pois quem testemunha relata um fato e, ao mesmo tempo, atesta sua própria participação no acontecimento. Para Ricoeur (2007, p. 170 – 175), a autenticidade do testemunho depende de sua recepção por outra pessoa, que o valida e o torna crível, sendo, portanto, fundamental para a formação do vínculo social.

Já sobre o arquivo, Ricoeur descreve o "momento do arquivo" como o “momento do ingresso na escrita da operação historiográfica”, ou seja, o ponto em que a memória é formalizada. O testemunho, originariamente oral, é escutado; o arquivo, por sua vez, é escrito e consultado, tornando o historiador um leitor. O arquivo formaliza a memória, organizando e preservando registros para consulta futura. Enquanto o testemunho é subjetivo e pessoal, o arquivo é um espaço social que envolve a reunião e classificação de documentos. Assim, o arquivo rompe com a

oralidade do testemunho, permitindo uma abordagem mais sistemática à pesquisa histórica.

Ricoeur observa que o arquivo, além de físico, é um espaço social onde os atos de arquivar e organizar documentos criam uma forma de narrar o passado. Para ele, o documento se torna uma prova quando é conservado por uma instituição para consulta, permitindo que o historiador o interrogue, transformando-o em fonte de informação sobre o passado (Ricoeur, 2007, p. 176 – 188).

Sobre prova documental, o autor argumenta que esta é o resultado do trabalho do historiador nos arquivos, onde os documentos são preservados com a intenção de serem consultados por aqueles que estão habilitados a isso. Nesse sentido, a prova documental é vista como um recurso que pode ser interrogado para encontrar informações sobre o passado. Ele destaca que, ao acessar os arquivos, o historiador chega com perguntas, buscando rastros que foram conservados por instituições.

A prova documental, portanto, além de um registro físico, é meio pelo qual o historiador pode estabelecer conexões com o passado e validar narrativas históricas. Ricoeur também levanta a questão de se a prova documental é mais um remédio ou um veneno para as falhas constitutivas do testemunho, sugerindo que, embora a documentação possa oferecer clareza e suporte, também pode introduzir confusões e desafios na interpretação da história. Assim, a prova documental é um componente que complementa e, em alguns casos, corrige as limitações do testemunho (Ricoeur, 2007, p. 188 – 192).

Outros autores contemporâneos, como Bellotto (2006), por sua vez, exploram as implicações desses conceitos em um mundo cada vez mais digital e interconectado analisando seu significado e sua importância de diferentes maneiras, considerando os aspectos físicos, mas também os de outras categorias como os digitais, sociais e culturais. A autora descreve uma série de desafios enfrentados na preservação de

arquivos digitais, destacando suas descrições, impactos e as soluções possíveis. Um dos primeiros obstáculos é a obsolescência tecnológica.

Outro desafio relevante é a integridade e autenticidade dos documentos digitais. A dificuldade de garantir que os documentos preservem sua integridade ao longo do tempo pode comprometer sua validade, tanto como evidência documental quanto como fonte histórica. Outra situação desafiadora é o crescimento exponencial do volume de dados gerados e armazenados, demandando mais capacidade de armazenamento e métodos mais eficientes de gerenciamento. A acessibilidade a longo prazo constitui outro desafio, uma vez que a falta de padronização pode tornar os arquivos digitais inacessíveis devido à incompatibilidade de formatos e *softwares*.

Bellotto esclarece que o documento em meio digital proporciona a densidade máxima da informação em um suporte mínimo pelo qual uma máquina será utilizada para decodificar a mensagem. Contudo, mesmo que o meio utilizado seja digital, não isenta de se seguir os processos arquivísticos básicos, pelos quais devem ser norteados pelo princípio da proveniência e organicidade dos fundos arquivísticos. Diante disso, determina que documentos virtuais, aqueles mantidos em meio digital, não devem se afastar das diretrizes arquivísticas.

> Preservam-se documentos por sua capacidade de servir como prova (*evidential value*) ou como testemunho (*informational valué*). Neste sentido, os arquivistas devem ter bem claro o quanto é preciso localizar, de imediato nos seus documentos, a procedência e a estrutura, funções e atividades do produtor nele refletidas. Só isso confere a eles autenticidade, no primeiro caso, e fidedignidade, no segundo (Bellotto, 2006, p. 299).

Diante desse cenário, a autora indaga se aspectos como imparcialidade, fidedignidade, autenticidade, natureza, unicidade e inter-relações orgânicas podem ser identificados nos sistemas digitais que gerenciam documentos virtuais. Essa reflexão evidencia a fragilidade do meio digital para a preservação documental, especialmente devido à ausência de normatização arquivística específica. A autora ressalta os desafios

jurídicos que essa questão tem gerado em diversos países e o quão necessário se faz a atuação de processos arquivístico voltados à conservação documental.

Em carta aberta à sociedade, intitulada *Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital* divulgada em 2005, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em parceria com a Unesco, afirma que os documentos digitais são evidências fundamentais para a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da memória social, uma vez que representam fontes de registro culturais, históricas, científicas, econômicas e administrativas.

Em consonância com o pensamento de Bellotto, a Carta do Conarq/Unesco ressalta a importância da adoção de procedimentos arquivísticos eficazes para a preservação dos arquivos digitais. O documento destaca que a eficácia de um arquivo está diretamente ligada à qualidade e ao rigor dos processos de produção e manutenção conduzidos pelo criador do documento.

Nesse contexto, a preservação dos documentos digitais exige a aplicação de práticas arquivísticas adequadas desde o início do ciclo de vida documental, garantindo a integridade dos registros. Dessa forma, assegura-se que os documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis, conforme as diretrizes da tabela de temporalidade documental.

> A preservação de documentos arquivísticos tem por objetivo garantir a autenticidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende de os documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos. O desafio da preservação dos documentos arquivísticos digitais está em garantir o acesso contínuo a seus conteúdos e funcionalidades, por meio de recursos tecnológicos disponíveis à época em que ocorrer a sua utilização (Conarq; Unesco, 2005, p. 2).

A questão da sustentabilidade financeira também é um desafio a se considerar, já que a preservação digital exige recursos contínuos para armazenamento, auditorias e adoção de novas tecnologias. A falta de financiamento pode comprometer a preservação e o acesso a longo prazo.

Outro ponto importante é a capacitação profissional. A constante evolução tecnológica requer que os profissionais responsáveis pela preservação digital possuam conhecimentos especializados. A falta de capacitação adequada pode prejudicar a eficácia dos processos de preservação, o que pode resultar na perda de informações. A aderência a normas e padrões internacionais é fundamental para garantir a interoperabilidade, longevidade e acesso universal aos documentos digitais. A falta de padronização dificulta a troca de informações entre sistemas e compromete a preservação a longo prazo. Além disso, a preservação de metadados também desempenha um papel fundamental. Sem metadados adequados, a autenticidade, acessibilidade e o valor informativo dos arquivos podem ser comprometidos.

Por fim, a existência de diferentes tipos de suporte para documentos digitais, como textos, áudios, vídeos e objetos 3D, representa um desafio à parte, pois cada tipo de suporte apresenta necessidades e exigências específicas de preservação.

O quadro 9 sintetiza, com base em Bellotto (2006) e na Carta Conarq/Unesco (2005), os principais desafios, consequências e possíveis soluções referentes à preservação de arquivos digitais.

Considerando que as mudanças tecnológicas têm influenciado a forma como os arquivos são criados, mantidos e acessados – é importante salientar que as perspectivas sobre arquivos podem variar amplamente, dependendo do campo de estudo, como a arquivologia, a história, a sociologia, a literatura, a arte e a própria arquitetura, entre outros.

Do ponto de vista da Arquitetura, a perspectiva sobre arquivos engloba fontes documentais que permeiam diversas etapas do projeto arquitetônico. Os arquivos nessa área possuem uma característica peculiar: seu valor é permanente, sendo destinados à guarda definitiva, inclusive no caso de obras demolidas. Essa permanência se justifica pelo fato de que as informações contidas nesses documentos servem como

testemunho do período em que foram criados, conferindo-lhes um valor histórico. Esse aspecto permite o estudo da evolução das construções ao longo do tempo.

Quadro 9. Desafios enfrentados pela preservação digital

| Desafio | Descrição | Consequências | Solução |
|---|---|---|---|
| Obsolescência Tecnológica | A tecnologia evolui rapidamente, tornando softwares e hardwares obsoletos em curto período. | Documentos armazenados em mídias antigas podem se tornar inacessíveis, exigindo a migração para novas tecnologias ou emulação de sistemas antigos. | Adotar estratégias de migração periódica e monitorar o surgimento de novos formatos e padrões. |
| Integridade e Autenticidade | Garantir que os documentos digitais mantenham sua integridade e autenticidade ao longo do tempo. | Alterações não intencionais podem comprometer a validade como evidência documental ou fonte histórica. | Implementar verificação de integridade, como somas de verificação (hashes) e assinaturas digitais, além de controles de acesso rigorosos. |
| Volume de Dados | A quantidade de dados cresce exponencialmente, exigindo capacidades de armazenamento maiores e gerenciamento eficiente. | Armazenar grandes volumes de dados é dispendioso e aumenta o risco de falhas de hardware e perda de dados. | Utilizar tecnologias de armazenamento escaláveis e políticas de gerenciamento de ciclo de vida para eliminar dados redundantes. |
| Acessibilidade a Longo Prazo | Garantir que os documentos digitais possam ser acessados e compreendidos no futuro, mesmo após décadas ou séculos. | A falta de padronização pode tornar arquivos inacessíveis devido à incompatibilidade de formatos e softwares. | Adotar formatos padronizados (PDF/A, TIFF, XML) e estratégias de emulação para acessar sistemas antigos. |
| Segurança Contra Ameaças | Arquivos digitais estão sujeitos a hackers, malwares e ataques de *ransomware*, comprometendo dados valiosos. | Perda, corrupção ou roubo de arquivos pode ter graves consequências, especialmente para informações sensíveis ou históricas. | Implementar criptografia, backups regulares, firewalls e estratégias de recuperação de desastres. |
| Sustentabilidade Financeira | A preservação digital exige recursos contínuos para armazenamento, auditorias e adoção de novas tecnologias | Falta de financiamento pode comprometer a preservação e o acesso a longo prazo. | Desenvolver planos de financiamento sustentáveis, buscar apoio institucional e parcerias colaborativas. |
| Capacitação Profissional | Profissionais precisam de conhecimentos especializados em arquivística e tecnologia para acompanhar a evolução tecnológica. | A falta de capacitação pode comprometer a eficácia dos processos de preservação, levando à perda de informações. | Investir em capacitação contínua, treinamentos e formação de equipes multidisciplinares. |
| Normas e Padrões Internacionais | A preservação digital requer aderência a normas para garantir interoperabilidade, longevidade e acesso universal aos documentos. | A falta de padronização dificulta a troca de informações entre sistemas e a preservação a longo prazo. | Adotar padrões como OAIS e seguir recomendações ISO para práticas de preservação. |
| Preservação de Metadados | É essencial preservar os metadados que descrevem o contexto e as características técnicas dos arquivos. | Sem metadados adequados, a autenticidade, acessibilidade e valor informativo dos arquivos podem ser comprometidos. | Desenvolver políticas de captura e preservação de metadados, garantindo informações contextuais como data de criação, formato e autor. |
| Diferentes Tipos de Suporte | Documentos digitais podem existir em vários tipos de suporte (texto, áudio, vídeo etc.), cada um com desafios específicos de preservação. | O tratamento uniforme pode não ser eficaz para todos os tipos de arquivos, como vídeos ou objetos em 3D. | Desenvolver estratégias específicas de preservação para diferentes tipos de suporte e formatos de arquivo. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Bellottto (2006); Conarq; Unesco (2005)

De modo geral, os arquivos de arquitetura enfrentam desafios relacionados ao armazenamento inadequado, à falta de procedimentos arquivísticos bem definidos e ao efeito das novas tecnologias na produção, modificação e conservação de documentos. Esses fatores dificultam a organização dos acervos e comprometem a preservação documental.

Segundo Azevedo (2010), a negligência com os arquivos de arquitetura e a consequente degradação documental decorrem, em grande parte, do armazenamento isolado do contexto de produção dos documentos, o que compromete a organicidade do arquivo e inviabiliza um tratamento arquivístico adequado.

Com relação ao Palácio Itamaraty, foco deste trabalho, os diversos sentidos do termo arquivo levam a uma reflexão sobre em que universo (sentido) se encaixa o seu acervo, considerando que o edifício pode ser entendido como arquivo de si mesmo (Martinelli, 2022), pois guarda os documentos que fazem parte de sua própria construção, formação, implementação e continuidade de atuação, sendo ele próprio um testemunho material de sua trajetória.

Paralelamente, o Palácio assume também uma função museológica ao custodiar e expor um grande acervo de móveis e objetos, igualmente relevantes para a memória institucional. Essa dualidade entre as funções de museu e arquivo revela-se um ponto crítico: ambos os acervos (material e documental) exigem cuidados específicos e técnicas arquivísticas apropriadas para garantir sua adequada preservação. Essas são questões serão retomadas nos capítulos 3 e 4.

## 2.5 O DEBATE ATUAL SOBRE OS ARQUIVOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

Durante o II Seminário Arquivos, Historiografia e Preservação, realizado em 2021, a professora Ana Fernandes, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), destacou a importância e a complexidade dos arquivos públicos, especialmente os de arquitetura e urbanismo, e sua conexão direta com os sistemas estatais e seus modos de operação. Segundo Fernandes, os arquivos públicos

são, por natureza, estado-cêntricos, estão ligados ao Estado, o que exige uma discussão aprofundada, especialmente no contexto brasileiro. Ela aponta que, em tempos atuais, essa reflexão é ainda mais necessária, pois a questão dos arquivos se tornou central em diversas esferas, particularmente em sua relação com a democracia. Isso envolve questões fundamentais: o que deve ser guardado ou descartado, o que deve ser acessível ao público e o que deve permanecer em segredo.

Além dessas questões, Ana Fernandes ressalta a importância de refletir sobre o que ainda falta ser preservado, pois novos significados e demandas sociais exigem a criação de novos registros e formulações. Ela questiona também o porquê de os arquivos terem tão poucos defensores, apesar de sua importância para a memória social e cultural. Para a professora, essas reflexões estão ligadas à relação entre os modos de construção da memória e da história, e à vida contemporânea.

Fernandes aponta que a situação atual dos arquivos no Brasil coloca em risco a sua própria existência, em grande parte devido ao desprezo pela memória, mesmo quando esta é seletiva e centrada no Estado. Ela identifica três tipos principais de perdas que estão acontecendo no país: o primeiro, a perda por destruição, envolve a queima literal de arquivos, um descaso que reflete as péssimas condições de acondicionamento dos documentos. Para a professora, essa destruição não afeta apenas a memória, mas também outros elementos que parecem não importar ao país, como as florestas, as pessoas em situação de rua e os aglomerados populares; o segundo tipo, a perda por relações com o mercado. Nessa perda, Ana Fernandes destaca dois aspectos principais: a compreensão do arquivo como carteira imobiliária, exemplificada pela situação do Arquivo Público do Estado da Bahia, localizado na Quinta do Tanque, um monumento tombado que atualmente está indo a leilão, apesar de abrigar coleções valiosas para a história de Salvador, da Bahia e do Brasil, e a mercantilização dos circuitos culturais que afeta tanto o setor público quanto o privado.

A saída de acervos importantes do Brasil, como os arquivos de Paulo Mendes da Rocha e Lúcio Costa, leva a um paradoxo: o país é capaz de produzir obras de referência, mas não consegue manter os registros dessas criações. O terceiro tipo, a perda por abandono ou desinteresse. Esse abandono gera questionamentos sobre a produção cultural das elites políticas e econômicas brasileiras contemporâneas. A professora questiona qual é o paradigma cultural que estamos seguindo, diante da primarização e internacionalização da economia, baseada na extração e posse da terra, com produtos como soja, cana, carne e minério. Ela pergunta que tipo de perspectiva esses elementos estão criando para o Brasil em termos culturais e políticos, qual o comprometimento existente e onde estão as oportunidades de expansão das instituições culturais. Ela também questiona se o país continuará dependente do papel dos bancos na área cultural. Para Fernandes, essa reflexão ressalta a necessidade de discutir o papel dos arquivos como instituições de preservação da memória e de construção de um futuro mais democrático, culturalmente rico e socialmente justo.

Esse cenário preocupante, apresentado pela professora Ana Fernandes, apresenta apenas uma faceta da problemática relacionada aos arquivos públicos, especialmente os que guardam acervos de arquitetura e urbanismo. Por outro lado, a relevância dessa discussão aumenta à medida que eventos, congressos e publicações passam a destacar, cada vez mais, a complexidade e a necessidade de um tratamento adequado desses arquivos.

O quadro 10 sintetiza as principais iniciativas relacionadas à preservação e à pesquisa de arquivos de arquitetura no Brasil, demonstrando um panorama de como essas discussões têm se materializado na prática, entre 1982 e 2024. Nota-se um desenvolvimento contínuo de iniciativas relacionadas à organização e preservação de arquivos de arquitetura, desde a década de 1980 até 2024. Com o ICA (Sessão Provisória), evidenciam os esforços iniciais para criar metodologias e estabelecer grupos especializados para lidar com arquivos de arquitetura, o que evoluiu para encontros internacionais e nacionais ao longo dos anos.

Quadro 10. Pesquisa de arquivos de arquitetura – Eventos

| | |
|---|---|
| 1982 | *CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES (ICA)* - GT especializado em Arquivos. |
| 1988 | *CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES (ICA)* - Sessão provisória: Metodologias. |
| 2000 | *CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES (ICA)* - Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR) - XIV Congresso Internacional de Arquivos (Sevilha, Espanha). |
| 2003 | *CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES (ICA)* – Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR) - 1° Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (Alcalá de Henares, Espanha). Participação: NPD/UFRJ + UFF + UFMG;<br>XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos sobre preservação e acesso a acervos de arquitetura;<br>30° Reunião CONARQ – Sugestão de criação de Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo. |
| 2006 | Portaria CONARQ n° 80/2006: Criação da Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo. Membros: NPD-FAU/UFRJ, IPHAN, Fundação Oscar Niemeyer, Casa de Lúcio Costa e UFF.<br>Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB) - Recomendação: II Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (RJ). |
| 2008 | I Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação (UFMG/CEDODAL) + Formação da Rede Latino-Americana de Arquivos de Arquitetura e Urbanismo (RELARQ). |
| 2011 | Seminários de Acervos de Arquitetura e Urbanismo: Perspectivas e Usos (Casa de Oswaldo Cruz). |
| 2019 | IAB-SP - Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo. |
| 2020 | Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) – CONARQ – Rede de Acervos. |
| 2021 | Lançamento do Manual de Tratamento de Documentação de Arquitetura - Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC);<br>II Seminário Arquivos, Historiografia e Preservação – FAU-USP - Grupo de pesquisa do CNPQ "Arquivos, fontes, narrativas: entre cidade, arquitetura e design". |
| 2022 | 1 ° Colóquio Brasil – Portugal, Documentos e Arquivos de Obras e Edificações (Diálogos) + Convênio de Cooperação Técnica Brasil – Portugal (APHRC+ARQ-SP+AML+CA);<br>CTC AU – CONARQ:<br>1° Seminário Nacional de Patrimônio (CAU/BR) e Recomendações de Ouro Preto;<br>1° Encontro da Comissão Especial de Patrimônio Cultura – CAU – SP;<br>8° Seminário DOCOMOMO SP – Arquitetura e Urbanismo Modernos e os Acervos;<br>13 ° Mestres e Conselheiros – UFMG.<br>Edição Cadernos de Arquitetura e Urbanismo I Paranoá 32 - Edição Temática Acervos e Arquivos;<br>Exposição Acervos de Urbanismo: Coimbra Bueno e Joaquim Guedes (organização: Centro de Documentação e Informação e Arte (CEDIARTE) + Laboratório de Arquivos Urbanos (LabArquivo - FAU-UnB); em parceria com a Seção Técnica de Materiais Iconográficos, o Laboratório de Planejamento LABPLAN e o Centro de Referência da Cultura Arquitetônica Paulista (CRCAP - FAU-USP). |
| 2023 | ICOMOS CAU-BR (Instituto Camões e Embaixada de Portugal);<br>GP (IAU/USP) Arquitetura Italiana - Mestre e Conselheiros UFMG; |
| 2024 | 8° ENANPARQ (FAU/UFRJ) - Historiografia da Arquitetura: os Arquivos em Foco. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Ferreira (2021).

Além da colaboração entre instituições brasileiras e internacionais, como o "Convênio de Cooperação Técnica Brasil-Portugal" e a "Formação da RELARQ" (Rede Latino-Americana de Arquivos de Arquitetura), nota-se a relevância de universidades e organizações como a UFMG, FAU/UFRJ, e o CONARQ que tiveram um papel central na criação de normativas, acervos, e redes de preservação de documentos arquitetônicos, reforçando a importância acadêmica e técnica dessas instituições na preservação do patrimônio arquitetônico brasileiro. Além de apresentar um marco importante que foi a criação da Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo em 2006 pela Portaria CONARQ nº 80/2006 e eventos recentes, a linha do tempo sugere que novos esforços estão sendo direcionados para acervos modernos, alinhando-se às necessidades contemporâneas.

Vale salientar que uma das primeiras iniciativas a concentrar esforços na discussão sobre a preservação e gestão dos arquivos de arquitetura foi o I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (ICA-SAR), realizado em 2003, em Alcalá de Henares, Espanha[47]. Durante o evento, foram apontados diversos problemas relacionados à preservação desses acervos, além de propostas soluções práticas. As discussões e recomendações apresentadas no congresso abordaram os desafios enfrentados na conservação dos arquivos de arquitetura e ofereceram diretrizes para aprimorar sua gestão e acessibilidade, reforçando sua importância como parte integrante do patrimônio cultural e científico. O congresso identificou seguintes problemas específicos enfrentados pelos arquivos de arquitetura e apontou as principais causas e consequências, elencadas no quadro 11.

[47] O evento contou com a participação de importantes profissionais da área, como Maria Luisa Conde Villaverde, arquivista do *Archivo General de la Administración da Espanha;* Manuel Blanco, professor de arquitetura da Universidade Politécnica de Madrid e diretor do I Congresso; e António Souza, arquivista e diretor do Arquivo Distrital de Braga, além de presidente da ICA-SAR.

Quadro 11. Problemas enfrentados nos arquivos de Arquitetura, causas e consequências

| Problemas | Causas | Consequências |
|---|---|---|
| Degradação dos suportes físicos | Acidez do papel; o uso constante do papel vegetal e a diversidade de cópias | O que compromete a estabilidade do suporte de papel; perda da documentação |
| Crescimento exponencial da documentação de arquitetura | A própria atividade profissional do arquiteto | Incapacidade de administrar e conservar adequadamente os acervos diante do grande volume de materiais. |
| Impacto das novas tecnologias de informação e comunicação sobre os métodos de conservação e gestão dos arquivos | O avanço e o acesso dos novos meios de organização e tratamento arquivístico | Necessidade de adaptação tecnológica para garantir sua atualização e preservação |

Fonte: Elaboração do autor com base em Ferreira (2021).

Diante desses desafios, o congresso resultou em importantes recomendações gerais, a serem consolidadas em 2004. Entre as recomendações, destacam-se: proteção do patrimônio documental de arquitetura por meio de sua valorização como um bem cultural da nação; criação de grupos de trabalho multidisciplinares, visando o desenvolvimento de estratégias de conservação de longo prazo e ampliação do acesso aos arquivos; desenvolvimento de um grupo de trabalho pelo ICA-SAR, com o intuito de confeccionar um guia de fontes de arquitetura para servir aos pesquisadores; definição de recomendações para o tratamento de arquivos, visando elevar o nível de tratamento dos arquivos de arquitetura e assegurar sua autenticidade em meio eletrônico; criação de grupos de trabalho para organizar e delinear recomendações sobre direitos de propriedade intelectual, para garantir o acesso e o uso adequado dos documentos de arquitetura; manutenção de um congresso virtual como fórum internacional, visando facilitar a colaboração contínua e o intercâmbio de informações entre os responsáveis pela documentação arquitetônica. E por último, a realização de congressos bienais sobre arquivos de arquitetura, com o objetivo de estabelecer encontros periódicos para discutir o estado e as necessidades dos arquivos de arquitetura.

Além dessas recomendações gerais, durante o congresso, outras contribuições importantes para o campo foram feitas: Maria Luisa Conde Villaverde[48] destacou a singularidade dos documentos de arquitetura. Para a arquivista do *Archivo General de la Administración de Espanha*, arquivistas frequentemente não reconhecem os tipos documentais produzidos por arquitetos, já que a dimensão artística desses profissionais pode interferir na percepção da estrutura orgânica dos documentos.

Enfatizando o valor artístico inerente à grande parte da documentação arquitetônica, Manuel Blanco reforçou que os documentos de arquitetura incorporam múltiplos valores, como o valor documental (primário, probatório), valor patrimonial (secundário, de pesquisa), valor artístico (relacionado à propriedade intelectual) e valor financeiro. Contudo, esse professor de arquitetura da Universidade Politécnica de Madrid e diretor do I Congresso, destacou que, frequentemente, há uma ruptura ou desmembramento da unidade documental, preservando-se apenas as partes consideradas de maior valor artístico.

Nesse sentido, de acordo com as contribuições de Villaverde e Blanco, durante o primeiro congresso ICA-SAR em 2003, os arquivos possuem múltiplos valores que se refletem na importância e na preservação dos documentos ao longo do tempo. São valores que garantem que os documentos arquivísticos tenham relevância para diversos campos, como a pesquisa histórica, cultural, legal e patrimonial.

O quadro 12 traz a reflexão sobre a variedade desses valores que justificam a preservação dos arquivos e a importância de sua conservação para diferentes contextos.

[48] A arquivista espanhola Maria Luiza Conde Villaverde é, de acordo com o *Portal de Archivos Españoles*, uma das figuras mais importantes da arquivística ibero-americana nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI. Autora de numerosas publicações e colaborações em revistas e monografias, o seu *Manual de Tratamiento de Archivos Administrativos* é uma obra de referência no domínio arquivístico em língua espanhola. Disponível em: http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/autoridad/136797. Acesso em 17 out 2024.

Quadro 12. Valores e importância – preservação dos arquivos

| Valor | Definição | Importância | Exemplos |
|---|---|---|---|
| Valor Documental (Primário) | Refere-se à função original dos documentos, ou seja, o propósito para o qual foram criados no contexto administrativo, legal, fiscal ou operacional. | Garantia do uso imediato pela entidade produtora para tomada de decisões, comprovação de atividades ou cumprimento de obrigações legais. | Contratos, atas de reuniões, relatórios financeiros, registros judiciais. |
| Valor Probatório | Relacionado à capacidade de um documento servir como prova de um fato ou evento específico. | Essencial em contextos jurídicos ou administrativos para comprovar transações, acordos ou atos oficiais. | Certidões de nascimento, escrituras de imóveis, contratos firmados. |
| Valor Patrimonial (Secundário) | Importância dos documentos para a preservação da memória histórica e cultural, após terem cumprido sua função original. | Preservação da história de uma instituição, comunidade ou país para gerações futuras. | Manuscritos históricos, correspondências de figuras públicas, mapas antigos. |
| Valor de Pesquisa | Refere-se ao uso dos documentos como fonte para estudos e investigações acadêmicas ou científicas. | Permite o desenvolvimento de novos conhecimentos em diversas áreas, como história, economia e arquitetura. | Coleções de jornais antigos, arquivos de correspondência, projetos arquitetônicos históricos. |
| Valor Artístico | Ligado à importância estética e criativa de documentos com caráter visual. | Reconhecimento das qualidades visuais e relevância no contexto das artes, design e arquitetura. | Plantas arquitetônicas, obras de arte em papel, ilustrações de livros. |
| Valor Financeiro | Refere-se ao valor econômico dos documentos devido à sua raridade, conteúdo ou relevância. | Valor associado a documentos de coleções raras que podem ser comercializados ou leiloados. | Cartas manuscritas de autores famosos, projetos arquitetônicos de edifícios icônicos. |
| Valor Legal | Documentos que servem como evidência ou comprovação de direitos, responsabilidades e ações passadas. | Utilizado em processos judiciais, auditorias ou litígios, garantindo validade legal. | Contratos, títulos de propriedade, documentos de identificação. |
| Valor Histórico | Importância de um documento como testemunho de eventos passados, fundamental para a preservação da memória coletiva. | Preservação como fonte primária de conhecimento sobre o passado e evolução das sociedades. | Documentos de governos, declarações de independência, tratados históricos. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Bellotto (2006); Ferreira (2021).

Diante das reflexões apresentadas, pode-se entender que os múltiplos valores descritos por Villaverde e Blanco também podem ser aplicados ao acervo documental de arquitetura e design sob a guarda do Itamaraty.

Como será visto adiante, nos capítulos sobre a formação de seus acervos, tais documentos carregam valor documental e probatório, já que foram produzidos no exercício das funções institucionais do MRE e comprovam decisões e ações relacionadas à construção e à ambientação interna do Palácio. Os documentos possuem também valor patrimonial e histórico, pois testemunham a trajetória do Itamaraty e sua participação no processo de modernização do mobiliário brasileiro.

Esses documentos também possuem um grande valor de pesquisa, pois oferecem elementos para investigações nos campos da arquitetura, do design, da história da instituição e de sua preservação. No caso específico dos croquis e desenhos assinados por arquitetos e designers que participaram da formação do Palácio, observa-se ainda um valor artístico vinculado à estética modernista. A raridade de alguns desses materiais e sua relação a bens relevantes conferem a eles valor financeiro e simbólico, enquanto o conteúdo de certos registros lhes atribui valor jurídico, principalmente no que diz respeito à propriedade, autoria e uso dos projetos.

O reconhecimento da existência desses múltiplos valores torna-se importante para compreender a relevância dos acervos do Itamaraty e para justificar sua preservação com base em critérios históricos, culturais e técnicos. Dessa forma, entender os diferentes atributos presentes na documentação do Itamaraty – do valor histórico ao valor artístico – é, ao mesmo tempo, reconhecer sua inclusão em um movimento mais amplo de atenção ao patrimônio documental.

No capítulo seguinte, examina-se a formação e o estado atual desses conjuntos, organizando-os por tipologia (documental e material) e por trajetória temporal (origem no Rio de Janeiro, continuidade em Brasília e problemáticas emergentes).

3

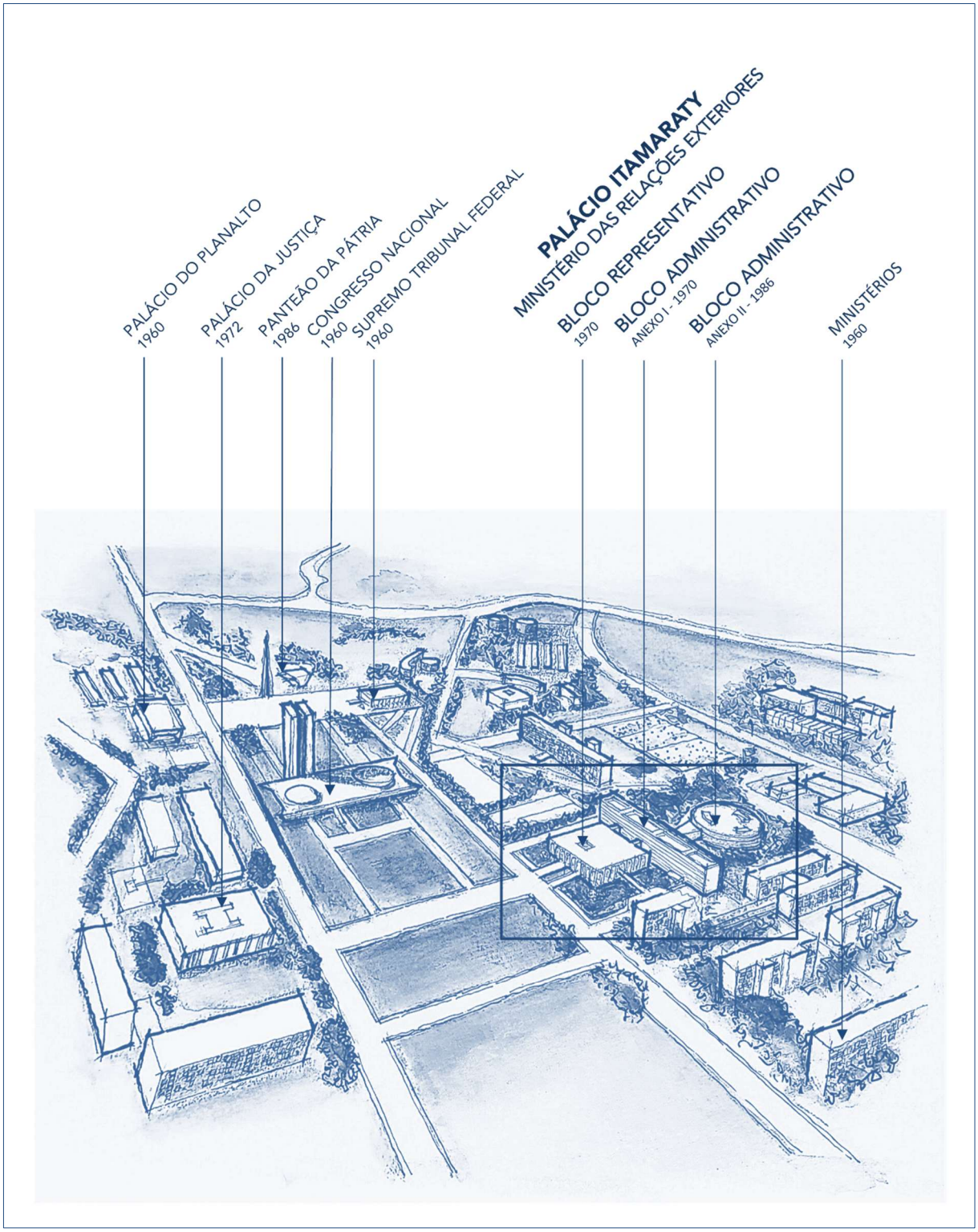
# 3 ACERVOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: FORMAÇÃO, CONTINUIDADE E DESAFIOS

Este capítulo dedica-se a apresentar dois dos principais acervos que compõem o patrimônio do Ministério das Relações Exteriores, averiguando sua formação, sua continuidade de atuação e os desafios enfrentados para a sua preservação.

Dividido em duas partes: Acervo Documental e Acervo Material, o capítulo investiga como se deu a formação dos arquivos do MRE, abordando o processo de transferência dos documentos da antiga sede no Rio de Janeiro para Brasília. Em seguida, evidenciam-se os documentos relacionados à arquitetura e ao design destacando os principais problemas e desafios de preservação, como a fragmentação, a ausência de catalogação sistemática e o acesso restrito. Essas questões foram identificadas com base na bibliografia consultada e em duas situações práticas vivenciadas diretamente por este pesquisador durante o desenvolvimento da tese. A segunda parte do capítulo dedica-se ao acervo material. Nele apresenta-se a trajetória dos móveis e objetos pertencentes à antiga sede do Rio de Janeiro. Em seguida, examina-se a composição do acervo material do Palácio em Brasília e discute-se a tensão entre uso e preservação no contexto do mobiliário no cotidiano e das peças destinadas à contemplação.

Como introdução ao capítulo, e considerando que o foco da tese é o Palácio Itamaraty de Brasília, apresenta-se o conjunto arquitetônico que compõe a sede do MRE. Projetado por Oscar Niemeyer a partir de 1959, o complexo é formado por três edifícios principais: o Bloco Representativo, conhecido como Palácio, e dois anexos. A construção do Palácio e do Anexo I ocorreu entre 1963 e 1970, enquanto o Anexo II foi concluído em meados da década de 1970. A figura 2 apresenta um croqui com a localização do complexo no contexto da Praça dos Três Poderes e seus edifícios principais.

Figura 2. Localização do complexo do MRE na Praça dos Três Poderes




Fonte: Croqui. Elaboração do autor.

Considerando as funções clássicas da carreira diplomática – representar, negociar e informar –, o Palácio foi concebido como espaço voltado à representação simbólica, enquanto o Anexo I – atualmente denominado Anexo Maria José de Castro Rebello Mendes[49] – assumiu a função administrativa, vinculada às atividades de negociação e informação. O Bloco Representativo abriga o gabinete do ministro, a sala de imprensa, o setor cerimonial e os salões destinados a eventos oficiais. O Anexo II, atualmente conhecido como "Bolo de Noiva" devido à sua forma circular e andares sobrepostos, foi projetado para abrigar o Arquivo, a Biblioteca do Ministério[50]. Sua construção iniciou em 1974, com a inauguração em 1986. A figura 3 mostra a disposição do Palácio e seus anexos; a figura 4 indica os locais dos acervos documental e material, além de oferecer uma visão interna do terceiro pavimento e do segundo subsolo do Anexo II – áreas que servirão de referência para as análises e proposições da tese.

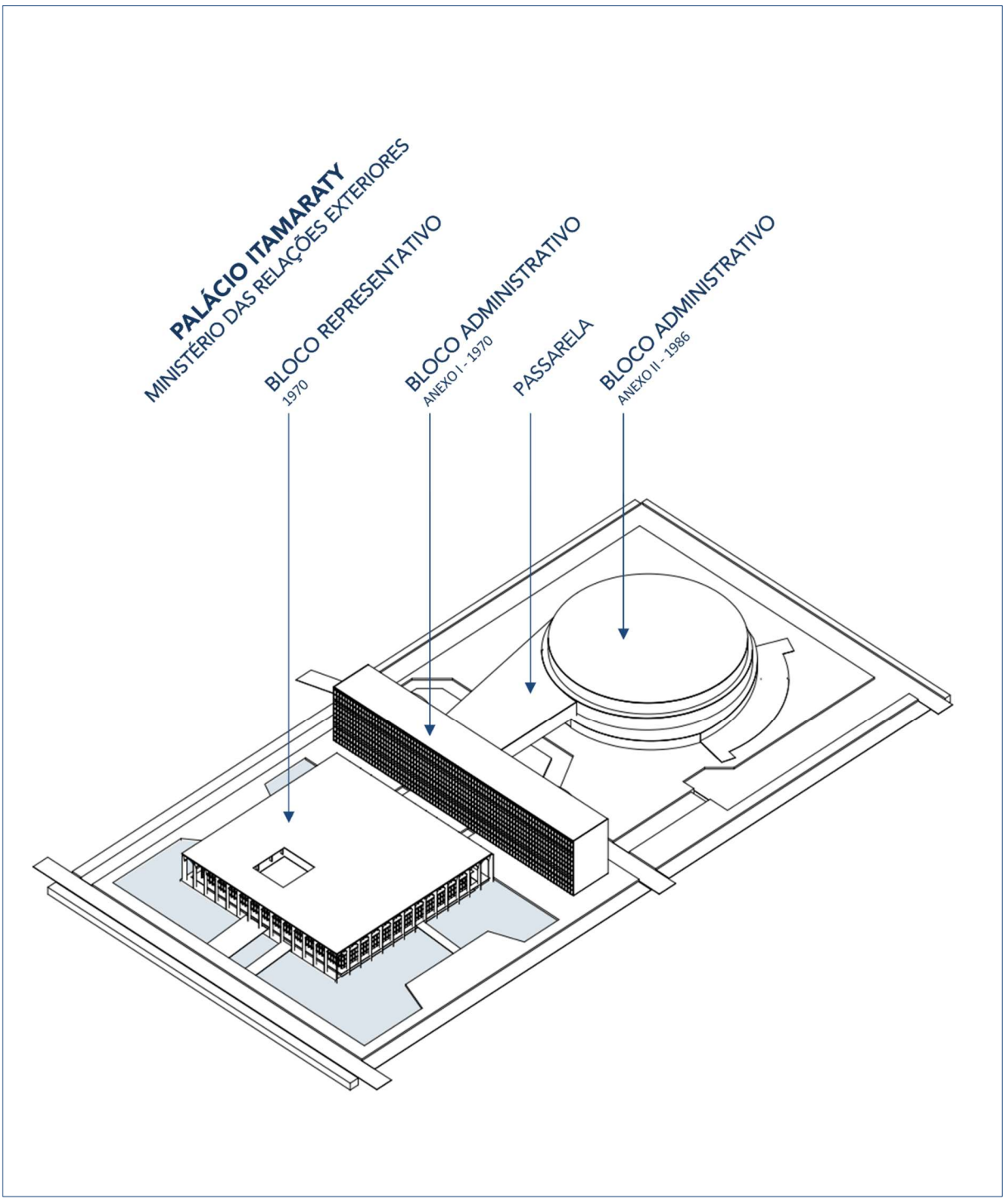
O entendimento da importância desse conjunto requer, para a tese, uma análise histórica dos acervos mencionados. Considerando as particularidades de seus componentes, desde a sua formação inicial até sua configuração atual, abordam-se a seguir questões relacionadas ao processo de constituição e à transferência da documentação do antigo Palácio no Rio de Janeiro para a nova sede em Brasília, com ênfase nos registros relacionados à arquitetura e ao design.

---

[49] Até 2018, o edifício era denominado apenas Anexo I. Naquele ano, passou a se chamar Anexo Maria José de Castro Rebello Mendes, em homenagem à primeira mulher a ingressar no serviço exterior brasileiro, por ocasião do centenário de sua admissão – em primeiro lugar – no concurso de carreira diplomática, realizado em 1918. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/palacio-itamaraty/patrimonio-historico/anexo-maria-jose-de-castro-rebello-mendes-antigo-anexo-i-ministerio-das-relacoes-exteriores-itamaraty. Acesso em: 17 abr. 2024.

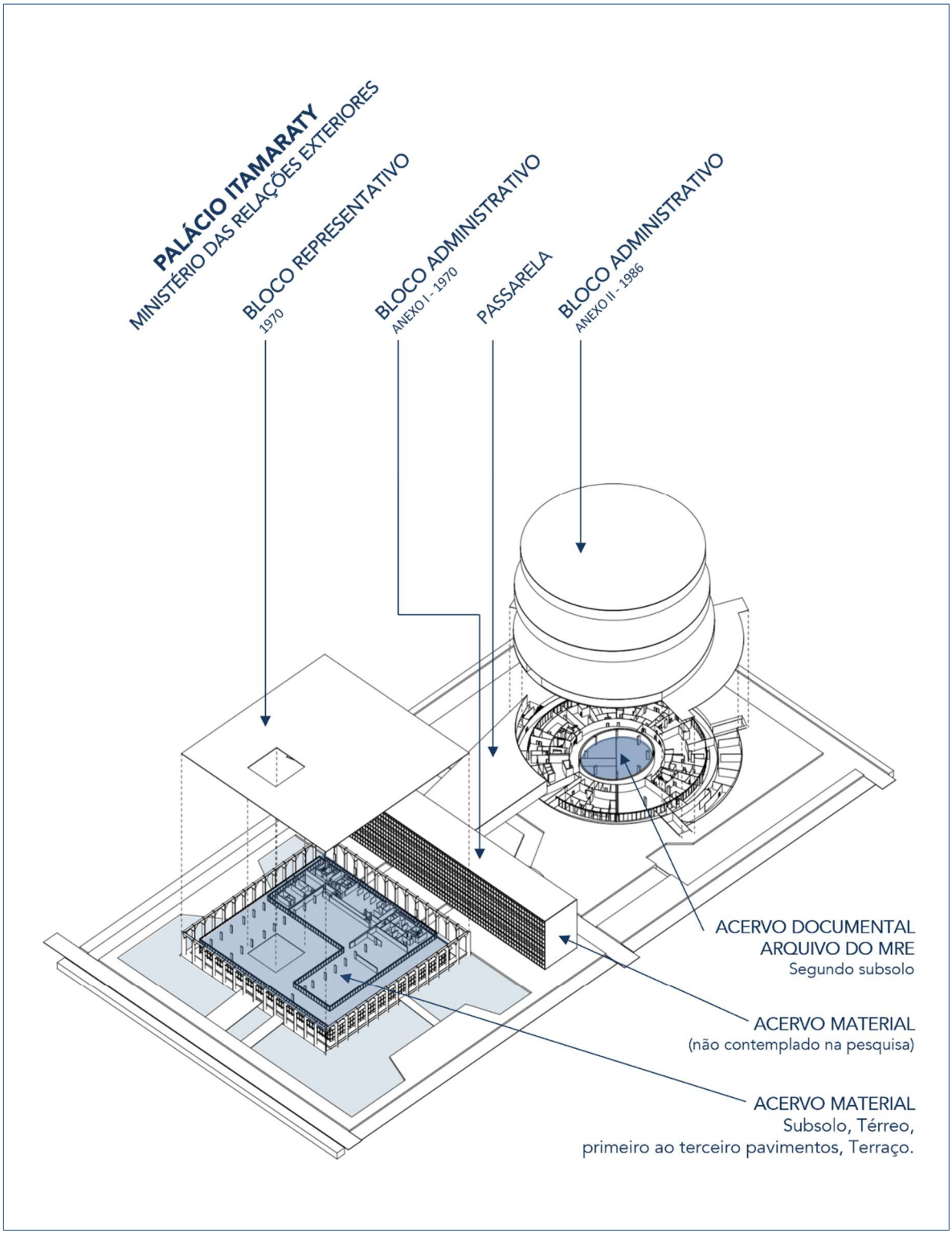
[50] A Biblioteca Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, vinculada ao Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação (DTIC) do Ministério das Relações Exteriores, destaca-se como a principal coleção brasileira na área de relações internacionais, sendo reconhecida como referência na América do Sul. Seu acervo reúne aproximadamente 170 mil volumes que abordam temas sobre a política externa brasileira, incluindo direito internacional, teoria e história das relações internacionais, história da diplomacia brasileira, geografia e ciência política. Possui ainda uma coleção de periódicos, composta por cerca de 590 títulos. Fonte: Biblioteca Azeredo da Silveira. Disponível em: < https://design.gov.br/mre/pt-br/biblioteca. >. Acesso: 23 out. 2024.

Figura 3. O Palácio Itamaraty e seus anexos




Fonte: Modelo 3D. Elaboração do autor.

Figura 4. Localização dos acervos documental e material do MRE




Fonte: Modelo 3D. Elaboração do autor.

## 3.1 ACERVO DOCUMENTAL

### 3.1.1 Do Rio de Janeiro a Brasília

Grandes recepções e jantares com autoridades de diferentes países fazem parte da rotina dos Palácios Itamaraty de Brasília e do Rio de Janeiro[51]. Esses eventos têm como testemunhas diversos acervos de obras de arte, mobiliários, tapetes e peças de design de variadas épocas, que atestam a história e a relevância diplomática desses espaços. Além dos objetos expostos nos dois Palácios, encontram-se outros acervos de grande relevância para a historiografia de arquitetura e para a cultura em geral. Um acervo, que nem sempre está evidente, como as peças de obras de arte e design, mas que está resguardado em seus respectivos arquivos.

Compostos por uma imensa quantidade de itens de documentos, livros, projetos, desenhos, notas de compras e atas de cerimônias, entre outros registros, esses dois acervos separados estão visíveis apenas para os mais curiosos e aguçados olhos de pesquisadores e estudiosos. Pode-se afirmar, sem exagero, que esses acervos se configuram como uma fonte rica e rara de informações e de pesquisa sobre a história dos dois Palácios – e de todo o seu caráter simbólico exercido nas diferentes épocas de atuação como sede da chancelaria brasileira.

Os acervos do Itamaraty abrangem uma variedade grande de suportes e está atualmente dividido entre o Arquivo Histórico, localizado na antiga sede do MRE, no Rio de Janeiro – antigo Palácio Itamaraty, hoje Palácio Rio Branco – e o Arquivo do MRE, no Itamaraty de Brasília. Nesse último, o acervo é composto de documentos

[51] A denominação "Palácio" atribuída às sedes do MRE merece esclarecimento. Segundo Guilherme Frazão Conduru (2013, p. 215), os espaços do Museu Histórico e Diplomático (MHD), localizado na sede do Rio de Janeiro, permitem que o Palácio Itamaraty seja caracterizado, ainda que de maneira imprecisa, como uma "casa histórica". Essa característica o aproxima do Museu Imperial e do Museu da República, que também ocupam edifícios onde residiram chefes de Estado, justificando a designação de "palácios". No caso do Itamaraty de Brasília, o termo foi mantido por tradição, apesar de nunca ter servido como residência para um chefe de Estado. Fonte: CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília: FUNAG, 2013.

diplomáticos, documentos históricos e documentos de arquitetura e design, entre outros documentos de seu próprio funcionamento e gestão.

A criação desses acervos remonta à transferência da família real portuguesa, em 1808, para o Brasil. Durante o período imperial, devido ao caráter centralizador da monarquia, documentos provenientes das províncias foram reunidos em um só local. Schwarcz (2002) aponta que, com a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, diversas representações estrangeiras presentes em Portugal, junto com seus embaixadores, também atravessaram o oceano para se estabelecer na nova capital. Da mesma forma, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, responsável pela guarda dos documentos, foi transferida para o Brasil. Com isso, o fluxo de documentos diplomáticos que antes era direcionado a Lisboa passou a ser enviado para o Rio de Janeiro.

Os arquivos da antiga Secretaria dos Negócios Estrangeiros e de Guerra e seu sucessor, o Ministério das Relações Exteriores, de acordo com Ferreira e Pereira (2019), não foram criados para atender aos interesses de historiadores, mas sim para servir aos governantes e formuladores de política externa. Esses arquivos foram organizados, mantidos e geridos para acesso restrito, com o propósito de subsidiar decisões e apoiar o exercício da política exterior brasileira. Assim, durante todo o período monárquico e nas primeiras décadas do século XX, esses acervos permaneceram inacessíveis ao público em geral.

No período republicano, com a natureza federativa do governo, o foco deslocou-se para a atuação no âmbito do Executivo Federal. O processo de formação do MRE iniciou-se com a estruturação dos serviços externos durante a época colonial, alcançando sua forma atual após a Proclamação da República em 1889. Com a transferência da corte portuguesa de volta a Lisboa em 1821, muitas estruturas de serviço exterior estabelecidas por D. João permaneceram no Brasil. Em 1823, foi

criada a Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil (SNEIB) que operou durante todo o período monárquico (Ferreira, 1943, p. 644).

Após a Proclamação da República, houve uma reorganização administrativa, resultando na substituição da Secretaria dos Negócios Estrangeiros pelo Ministério das Relações Exteriores (Farias; Leite, 2023, p. 4). Este ministério consolidou as funções de representação diplomática e gestão das relações exteriores do país. Anteriormente, os órgãos responsáveis pelos arquivos diplomáticos foram a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino de Portugal (SNEGRP), durante o período colonial com a Corte no Brasil, e o SNEIB, durante o período imperial. Desde a Proclamação da República, o Ministério das Relações Exteriores tem sido o principal responsável por essas funções de representação e gestão, acompanhando a evolução contínua da estrutura diplomática brasileira ao longo dos séculos.

Os Palácios Itamaraty do Rio de Janeiro e de Brasília, sedes da diplomacia brasileira em diferentes períodos, compartilham características que incluem seu simbolismo e o rico patrimônio material que conservam. Ambos são fontes valiosas para a pesquisa e documentação, abrangendo a história da arte, do design e da arquitetura brasileira. Além das narrativas referentes aos projetos, estilos arquitetônicos e suas respectivas épocas de construções, ambos podem ser considerados como "palácios-museus": uma prerrogativa alcançada principalmente pela relação intrínseca entre tradição e modernidade representada pela impressionante quantidade e variedade de peças de seus acervos: o primeiro, um palacete neoclássico do período imperial, situado na antiga corte, e o segundo, um palácio moderno que consolidou Brasília como a nova capital federal.

O Palacete do Rio de Janeiro, construído entre 1851 e 1854 como residência de Francisco José da Rocha Filho, o Conde de Itamaraty, foi adquirido pelo governo brasileiro em 1889, logo após a Proclamação da República, para abrigar a primeira

sede do Poder Executivo Nacional, função que desempenhou até 1897. Existem versões contraditórias sobre a autoria do projeto arquitetônico. De acordo com Conduru (2013, p. 192), não há registro nos arquivos municipais do projeto nem de sua autoria. Segundo o autor, testemunhos recolhidos de familiares do primeiro proprietário dão conta que a planta seria de um mestre de obras português de nome José Luís. O projeto é atribuído, ainda, ao arquiteto brasileiro José Maria Jacinto Rebelo (1821-1871), que fora aluno de Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny[52] (1776-1850). A edificação apresenta características neoclássicas com inspiração italiana, incluindo pinturas murais e um valioso acervo mobiliário.

Ao todo, o Complexo do Itamaraty do Rio de Janeiro[53] é composto por quatro grandes blocos: o Palácio, a Biblioteca, o Edifício Novo e o Edifício das Cavalariças – organizados ao redor de um pátio e jardim interno. Além de seu valor histórico e arquitetônico, o local conserva um vasto acervo cultural, incluindo obras de arte, itens bibliográficos e documentais – a Biblioteca, por exemplo, abriga mais de 70.000 itens e uma coleção de obras raras.

Tombado em 1938 como um dos primeiros bens culturais protegidos no Brasil, o palacete, situado na Avenida Marechal Floriano e conhecido como Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, é atualmente sede do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty (MHD), do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), e do Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro

[52] Professor da Academia Imperial de Belas Artes, que chegara ao Brasil como integrante da chamada missão artística francesa.

[53] Encontra-se em curso a requalificação integral do complexo de edifícios e acervos do Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro, por meio do desenvolvimento de diagnósticos e projetos de restauração e modernização de instalações; da elaboração do projeto museológico e do programa de educação patrimonial; e, por fim, da criação de um plano diretor de conservação e gestão do local. Selecionado através do Chamamento Público 1/2018 realizado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Pedra firmou acordo de cooperação com o MRE visando a elaboração de projetos de preservação, conservação e divulgação do patrimônio histórico, artístico e documental do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro e dos acervos do Museu Histórico e Diplomático, da Biblioteca, da Mapoteca e do Arquivo Histórico do Ministério, mediante a captação de recursos por meio de programa de incentivo fiscal. O projeto conta com o patrocínio da Itaipu Binacional e apoio do BNDES. Fonte: Instituto Pedra. Disponível em: < https://institutopedra.org.br/projetos/palacio-itamaraty/>. Acesso: 10 jan. 2025.

(ERERIO). Criado em 1955, o MHD possui em seu acervo mais de 5.500 itens, incluindo peças de armaria, cerâmica, porcelana, desenhos, esculturas, fotografias e documentação. O Museu Histórico e Diplomático comporta o Arquivo Histórico[54] que remonta à documentação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros da Coroa Portuguesa transferida ao Brasil em 1808. Nele encontram-se cerca de 2.000 metros lineares de documentos manuscritos e impressos em papel, datados de 1575 a 1959.

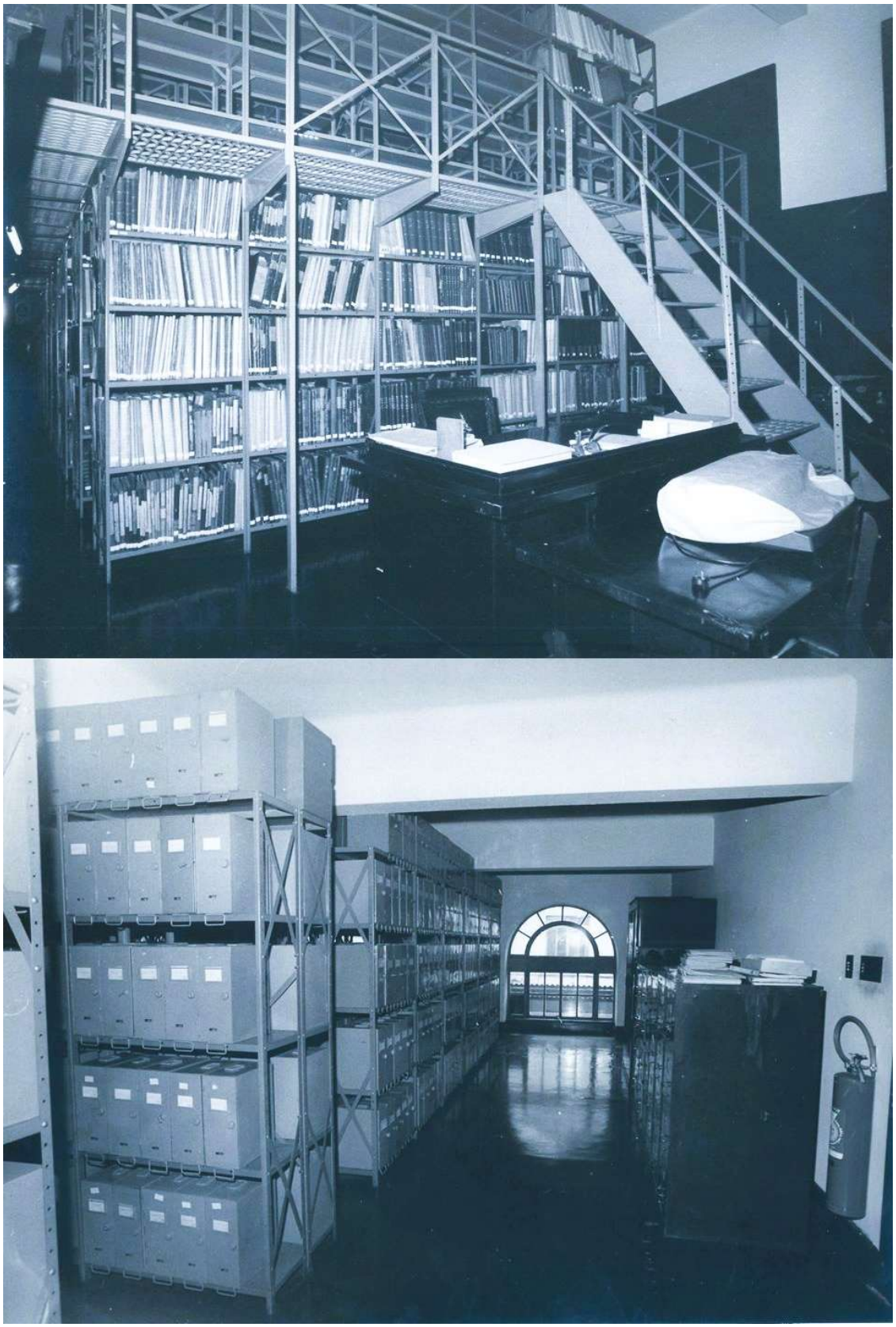
Composto por diversos fundos[55] e inúmeras coleções, o acervo abrange documentos que registram as relações diplomáticas do Brasil, além de toda a atividade interna do Ministério das Relações Exteriores e seu relacionamento com os diferentes setores da administração brasileira. Nessa unidade, também estão guardadas as coleções de arquivos particulares adquiridas por compra ou doação, como o arquivo pessoal do Barão do Rio Branco (Penna Filho, 1999, p. 117). Nela, encontram-se ainda preservadas as coleções documentais mais antigas, que abrangem desde os papéis colecionados do início do século XIX até os anos 1950. Há documentos mais antigos que remontam à época do Brasil-colônia compostos por documentos de órgãos que antecederam o MRE: a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino de Portugal (SNEGRP), de 1736 a 1822, e a Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil (SNEIB), de 1822 a 1889. A figura 5 demonstra como o Arquivo Histórico do Itamaraty na década de 1970 estava organizado.

---

[54] O Arquivo do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, assim como é conhecido o localizado no Rio de Janeiro, foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 4422, em 30 de junho de 1942, durante a gestão do embaixador Oswaldo Aranha (1894-1960). Este arquivo é considerado um dos cinco acervos documentais mais importantes do Brasil e se destaca até mesmo em comparação com seus equivalentes na América Latina. Sua origem remonta à documentação trazida por D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, durante a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Fonte: PENNA FILHO, Pio. **A pesquisa histórica no Itamaraty**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, nº 42, vol. 2, 1999, p. 117-144.

[55] "Admite-se como *fundo* "o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural". Esse conjunto não deve ser mesclado a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja a fim. Fonte: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 114.

Figura 5. Depósitos do Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro, década de 1970



Fonte: Acervo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Foto: autor desconhecido.

Antes da formação do acervo documental de Brasília, o arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro já possuía, portanto, um acervo considerável, composto por documentos históricos que remontavam, inclusive, às décadas de 1930 e 1940. Esses registros são fundamentais, por exemplo, para o estudo de momentos marcantes da história diplomática brasileira, como o Estado Novo e as negociações internacionais do pós-guerra. De acordo com Penna Filho (1999), a decisão de transferir parte desse acervo para Brasília foi motivada pela necessidade de centralizar as atividades administrativas e facilitar o acesso aos documentos para as autoridades estabelecidas na nova capital.

Com a transferência do Ministério para Brasília em 1970, parte do acervo permaneceu no Rio de Janeiro, enquanto documentos mais recentes foram levados para a nova capital. Essa operação envolveu a reorganização profunda do arquivo, destacando-se a criação da unidade de Brasília e a consolidação da Seção Antecedentes[56], integrada a outros acervos essenciais para a gestão institucional. A transferência também foi marcada por desafios logísticos e por restrições de acesso impostas durante o período da ditadura militar.

Atualmente, o Arquivo Histórico no Rio de Janeiro é caracterizado como arquivo de "fundo fechado", ou seja, não recebe mais acréscimos de documentos, em função da entidade produtora não se encontrar mais em atividade. A documentação relacionada a assuntos correntes e em andamento da Chancelaria brasileira foi transferida para Brasília (Penna Filho, 1999, p. 117). Conforme a Lei nº

[56] A "Seção de Antecedentes" refere-se a um departamento ou parte de um arquivo que é responsável pela gestão de documentos que contêm informações históricas ou contextuais sobre eventos passados e a atuação do governo, especialmente no âmbito das relações exteriores. Esses documentos podem incluir relatórios, correspondências e outros registros que ajudam a entender a política externa e as ações do Estado em períodos anteriores. A Seção de Antecedentes do Arquivo do MRE constituía uma divisão do Arquivo Histórico do Itamaraty responsável por armazenar documentos essenciais para o funcionamento do Ministério das Relações Exteriores. A Seção era composta por: "48,5% dos documentos teriam caráter administrativo, 24,5% tratariam de temas substantivos de política externa e os demais de outras temáticas, como consular ou de cerimonial. Fonte: FARIAS, Rogério de Souza. LEITE, Fernando Sousa. Uma documentação valiosa desordenadamente arquivada: A mudança do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e seu arquivo permanente. O arquivo como objeto: cultura escrita, poder e memória. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, 2023, p. 19.

8.159 de 1991, os arquivos do Itamaraty integram o Arquivo Federal, o que isenta o órgão da obrigação de enviar seu acervo ao Arquivo Nacional. O MRE busca adequar-se às resoluções do Conselho Nacional de Arquivos, avançando na gestão documental.

O Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro permaneceu como sede do Ministério das Relações Exteriores de 1899 até a sua transferência. Durante o processo de transferência, houve um esforço deliberado para preservar e transportar a carga histórica e simbólica associada ao antigo edifício-sede, reconhecido como um símbolo dos valores de nacionalidade e tradição. Esse esforço contemplou, inclusive, a transferência do nome "Palácio Itamaraty" para o novo edifício em Brasília, formalizada por meio de um decreto presidencial[57]. Portanto, as origens do Palácio dos Arcos, como é conhecido em Brasília, estão profundamente enraizadas na história do antigo Palacete Itamaraty do Rio de Janeiro (Granafei, 2020).

A transferência para a nova capital não se deu de forma simples. Iniciada em 1970, a operação envolveu a movimentação de milhares de documentos e foi acompanhada por um destacamento militar, evidenciando a importância e a sensibilidade dos materiais transportados. Esse processo resultou na criação da unidade de Brasília do Arquivo do Itamaraty, que começou a se consolidar como um importante centro de documentação sobre a história política do Brasil no século XX. A chegada da Seção Antecedentes do arquivo em Brasília, por exemplo, foi um marco na estruturação do novo fundo arquivístico. Essa seção, contendo documentos históricos essenciais, foi integrada a outros acervos considerados vitais para o funcionamento cotidiano da instituição.

De acordo com Farias e Leite (2023), vários fatores foram determinantes na formação do fundo arquivístico em Brasília e na organização e acesso aos

[57] BRASIL. Decreto nº 60.502, de 14 de março de 1967. Dispõe sobre a denominação do prédio do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 mar. 1967.

documentos. A transferência da sede do Itamaraty para a nova capital exigiu uma reorganização profunda dos acervos documentais. A interação entre a cultura institucional do Itamaraty e as pressões políticas externas, especialmente durante o período da ditadura militar, influenciaram diretamente as políticas de acesso ao acervo impondo restrições a determinados documentos. Essas restrições decorreram da reclassificação dos documentos. Antes documentos que eram considerados públicos passaram a ser classificados como sigilosos ou secretos, limitando ou não permitindo o acesso de pesquisadores, acadêmicos e público em geral. Além do sigilo imposto, estabeleceu-se critérios rigorosos para consulta:

> [...] havia, na década de 1950, certo rigor em não permitir a leitura de expedientes confidenciais e secretos. O manual de serviço em vigor indicava que somente tinham acesso ao Arquivo de Correspondência Especial os chefes de divisão e substitutos, os chefes de departamento e auxiliares, o secretário-geral e seus auxiliares e os oficiais de gabinete do ministro de Estado (Farias; Leite, 2023, p. 11).

Ainda segundo Farias e Leite (2023, p. 11), a chefe do Arquivo da época, Constança Wright, "olhos zelosos desde 1944" investigava as intenções dos pesquisadores, identificando se o solicitante desenvolvia "obra tendenciosa contra o Brasil", contudo, se a investigação indicasse que se tratava de "historiador honesto", a consulta a certos documentos era permitida. Ou seja, o manual de serviço possuía conflitos na definição das regras de acesso, sendo frequentemente desrespeitado tanto para a liberação quanto para o fechamento do acervo. Portanto, percebe-se que, durante o período ditatorial, o acesso ao acervo histórico era condicionado aos interesses de quem estava no comando, sem respeito às normas de consulta aos documentos históricos quiçá aos direitos civis de acesso à própria história e constituição social.

A experiência adquirida pela unidade do Itamaraty no Rio de Janeiro ao longo das décadas de 1930 a 1960 também desempenhou um papel importante na forma como o acervo foi gerido em Brasília. Apesar disso, a falta de uma sistematização

adequada durante esse período resultou em desafios complexos na nova capital. A desorganização inicial dos documentos, a falta de pessoal qualificado e as dificuldades logísticas enfrentadas durante a transferência resultaram em um acervo que, embora rico, apresentava graves problemas de acessibilidade e conservação.

Tal circunstância trouxe consequências para o início do funcionamento do arquivo na nova capital:

> Em março de 1970, no auge do período repressivo da ditadura (1964-1985), um grupo de militares executou uma operação planejada por vários meses. O destacamento, integrado por um tenente, um sargento e oito soldados, supervisionou o carregamento de três caminhões na sede do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), no Rio de Janeiro, e depois acompanhou o transporte por vários dias, em trajeto com pernoites em quartéis em Minas Gerais, até a chegada à Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Somente em abril de 1970 o Itamaraty formalmente instalou sua sede na cidade, apesar de a nova capital ter sido inaugurada em 1960. A carga do comboio era parte desse processo: o acervo da Seção Antecedentes do arquivo, que se juntaria a outros acervos essenciais para o funcionamento cotidiano da instituição (Farias; Leite, 2023. p. 2).

Assim, pode-se se afirmar que a transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília teve influência direta na organização do arquivo permanente de diversas formas. De acordo com Farias e Leite (2023), houve dificuldades relacionadas à falta de pessoal qualificado, resultando em desafios na execução de atividades básicas de gestão documental, como registro, descrição, armazenamento, indexação e transferência dos acervos intermediários para o permanente.

A transferência dos documentos entre as unidades do arquivo em Brasília resultou em interrupções na atividade de descrição arquivística, tornando a organização dos documentos mais desafiadora. De acordo com Farias; Leite (2023, p. 6), mesmo décadas após a mudança, apenas a Seção de Correspondência Especial possui descrição de algumas de suas séries documentais, sendo necessário ainda adaptar as planilhas de dados às normas arquivísticas para um inventário arquivístico efetivo.

Após a mudança, a falta de uma estrutura adequada e de pessoal capacitado em Brasília levou a dificuldades na instalação e organização do arquivo permanente. A redução no número de funcionários e a necessidade imediata de contratar pessoal – mesmo sem qualificação – para lidar com a documentação contribuíram para os desafios persistentes na gestão do acervo, que em muitos casos, são dificuldades que permanecem até hoje decorridas da falta de processos arquivísticos adotados para o acervo. A mudança para Brasília afetou profundamente a forma como os documentos do Itamaraty são tratados, pois não foram aplicados, à época, o devido tratamento de gestão documental.

Vale lembrar que durante esse período iniciado em 1964, ocorreram fortes restrições na documentação do Ministério das Relações Exteriores até 1970. Com o fortalecimento de setores da burocracia ligados à segurança nacional, houve um aumento nas restrições ao acesso aos documentos do Itamaraty. Isso resultou em um ambiente com mais sigilo e controle, limitando a consulta por pesquisadores externos. Sob o regime militar, documentos que antes eram considerados ostensivos[58] passaram a ser classificados como confidenciais, resultando em uma rápida inflação de expedientes na classificação confidencial. Isso dificultou a tramitação dos documentos e aumentou o grau de sigilo atribuído a eles. Em 1965, as restrições de acesso aos documentos foram reforçadas. Conforme Ferreira e Pereira (2019), a partir desse ano, apenas documentos anteriores a 1900 poderiam ser consultados. No caso de registros relativos a países do hemisfério americano, essa restrição era ampliada para documentos até o ano de 1918[59].

[58] Documentos ostensivos são aqueles que podem ser divulgados e abertos publicamente sem qualquer prejuízo para a entidade que o custodia, pois não detém informações que possam prejudicá-la ou a seus colaboradores. Ou seja, documento ostensivo é o oposto de um documento sigiloso ou confidencial. Fonte: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005).

[59] O acesso a esses materiais exigia que o solicitante da pesquisa atendesse a critérios rigorosos, como comprovação de idoneidade moral, matrícula em curso superior, publicações prévias e uma justificativa detalhada para a pesquisa. Fonte: FERREIRA, Frederico Antônio; PEREIRA, Rodrigo. O Arquivo Histórico do Itamaraty: Entre Segredo de Estado e o Acesso à Informação. In: Anais do X Seminário Internacional Políticas Culturais. Rio de janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

No final da década de 1960, apesar do contexto de forte repressão, o governo do General Garrastazu Médici[60] ampliou o período de acesso aos documentos diplomáticos, permitindo consultas a registros dos anos de 1900 a 1940. Ferreira e Pereira (2019) observam que essa medida fazia parte dos esforços da ditadura militar para projetar uma imagem de país moderno e em desenvolvimento. Contrário a essa ideia, o acesso a esses documentos ainda dependia da aprovação da Comissão de Estudos de História Diplomática. Como parte desse projeto de modernização, o governo também deu início à microfilmagem dos documentos, com o intuito de facilitar a consulta.

O quadro 13 sintetiza a formação e a evolução do acervo documental do MRE, com destaque para a transferência parcial desse conjunto do Rio de Janeiro para Brasília. Além disso, o quadro indica as fontes bibliográficas que fundamentam essas informações.

De acordo com Penna Filho (1999, p. 117), o acervo transferido para Brasília teve como marco inicial os documentos relativos ao ano de 1960. Contudo, há documentos secretos e confidenciais na capital que datam de 1947, com alguns registros anteriores encontrados ocasionalmente nos maços. No caso dos documentos ostensivos e reservados, estão arquivados em Brasília aqueles produzidos a partir de 1960, embora, eventualmente, o pesquisador possa encontrar alguns registros de 1959, considerados pelo autor, exceções à regra. O Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro permite, atualmente, a consulta e pesquisa

[60] Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), Militar de carreira, 28° presidente do Brasil, exercendo o cargo entre 1969 e 1974, foi um dos principais responsáveis pelo golpe de 1964 e pela instauração do regime militar, marcado por intensa repressão política. O governo de Médici ficou marcado por dois aspectos contrastantes: a repressão política, com o uso sistemático da tortura, e o chamado "milagre econômico brasileiro", um período de expressivo crescimento do PIB. Esse avanço econômico foi impulsionado pelo aumento das exportações, pelo fortalecimento das reservas monetárias, pelos investimentos em infraestrutura e pelo acesso a empréstimos de bancos internacionais. Vale lembrar que os benefícios desse crescimento não alcançaram as camadas mais pobres da população, ampliando ainda mais a desigualdade social.

Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/emilio-garrastazu-medici/. Acesso em: 20 ago. 2024.

pública em seu acervo[61], além de promover eventos e exposições com base em sua valiosa documentação[62], como mostra a figura 6.

**Figura 6.** Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro

I Simpósio História e Relações Internacionais: possibilidades e perspectivas
Fonte: Foto do autor, novembro 2019.

[61] Atualmente o Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro recebe consultas presenciais de pesquisadores mediante agendamento por meio de solicitação via e-mail. Preenchida, a solicitação deverá constar de período histórico a ser pesquisado; tipos e grau de sigilo dos documentos que serão objetos da pesquisa; Embaixadas, Consulados, Missões e/ou Delegações cujos documentos serão consultados. Após aprovada a solicitação, o pesquisador será contatado para agendar a data, estando a permanência fixada em até cinco dias úteis em razão da grande demanda. Fonte: Acervo do Arquivo Central do Itamaraty. Disponível em: https://design.gov.br/pt-br/servicos/consultar-acervo-do-arquivo-central-do-itamaraty. Acesso em 15 ago. 2024.

[62] O I Simpósio História e Relações Internacionais: Possibilidades e Perspectivas, realizado em 8 de novembro de 2019, na Sala de Conferências do Palácio Itamaraty/RJ, é um exemplo dessa atuação contínua. Promovido pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão e do Laboratório de Economia e História da UFRRJ, o Simpósio teve como principal objetivo explorar novas possibilidades e formas de interação entre a prática historiográfica, a pesquisa em história das Relações Internacionais e os diversos usos das fontes documentais.

Quadro 13. Formação e evolução dos acervos documentais do MRE

| Período / data | Marco institucional-documental | Significado para a formação do acervo documental | Referências bibliográficas |
|---|---|---|---|
| 1808 – chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro | Transferência da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino de Portugal (SNEGRP) e de seu arquivo. Transferência simultânea das representações estrangeiras que acompanhavam D. João VI. | A massa de correspondência diplomática que antes se dirigia a Lisboa passa a ter o Rio de Janeiro como destino; forma-se o primeiro núcleo documental de política externa em território brasileiro. | Schwarcz (2002) |
| 1821 – retorno da corte a Lisboa | Parte da burocracia regressa, mas o aparelho diplomático recém-instalado permanece no Brasil. | Mantêm-se no Rio os arquivos correntes e intermediários já acumulados, garantindo continuidade administrativa. | Schwarcz (2002) |
| 1823 | Criação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil (SNEIB) | Consolida-se um órgão próprio da diplomacia brasileira; fundos produzidos na fase joanina são incorporados | Ferreira (1943) |
| 1823 – 1889 (período imperial) | SNEIB organiza e expande o arquivo para uso exclusivo dos formuladores de política externa; acesso público é inexistente. | Caracteriza-se a lógica de acervo de trabalho: documentação a serviço do Estado, não da pesquisa histórica | Ferreira & Pereira (2019) |
| 1889 | Proclamação da República | Fim da Secretaria imperial; necessidade de reestruturação administrativa republicana. | Farias & Leite (2023) |
| 1891 (regulamento republicano) | Surge oficialmente o Ministério das Relações Exteriores (MRE), sucessor direto da SNEIB. | O novo ministério herda os fundos imperiais e institui regras internas de sigilo e tramitação que perduram até meados do século XX. | Farias & Leite (2023) |
| Século XX (primeiras décadas) | Organização, descrição sumária e guarda física concentram-se na sede do Itamaraty no Rio. Arquivo segue fechado ao público; uso restrito a diplomatas. | Reforça-se o caráter centralizador e reservado do acervo. | Ferreira & Pereira (2019) |
| **1960 – 1970** | Transferência da capital para Brasília e construção do novo Palácio Itamaraty. Parte do arquivo (documentação a partir de 1960) migra para a nova sede; fundos históricos permanecem no Rio de Janeiro. | Configura-se a dupla custódia Rio–Brasília, raiz da fragmentação atual entre acervo documental e material. Acesso restrito (Ditadura Militar) | Dados da pesquisa (cap. 3 da tese) |
| 1980 – 2000 | Início da abertura gradual à pesquisa acadêmica, microfilmagem seletiva e projetos piloto de descrição | Primeiras tentativas de conciliar função diplomática com demanda historiográfica. | Ferreira & Pereira (2019) |
| 2000 – presente | Digitalização pontual, implantação do Sistema de Gestão Arquivística (SIGA/MRE) e criação de políticas de acesso (LAI, 2011). | O acervo passa a ser reconhecido como patrimônio histórico, mas permanece parcialmente fragmentado. | Farias & Leite (2023) |

Fonte: Elaboração do autor.

### 3.1.2 O acervo documental de Arquitetura e Design no Itamaraty de Brasília

Até esta parte do texto, a questão da transferência e organização do arquivo concentra-se principalmente na documentação diplomática. Com relação ao acervo documental de arquitetura e design, preservado nos arquivos estabelecidos do MRE em Brasília, sua formação começou com os primeiros planos de construção do Palácio e continuou com a acumulação regular de documentos relacionados tanto à sua edificação quanto à sua operação diária. Esse acúmulo de registros de obras, progressivamente, foi ampliado incorporando notas ficais e recibos para comprovação de gastos.

A partir de abril de 1960, a carga do comboio com o acervo da Seção Antecedentes do arquivo foi somada aos demais documentos (Farias; Leite, 2023, p. 2). A valorização desses acervos documentais, conforme aponta Castriota (2011), permite revisitar a história da arquitetura de maneira crítica, superando leituras míticas e abordagens reducionistas, particularmente no que se refere à arquitetura moderna brasileira, amplamente celebrada com a construção de Brasília.

Nesse sentido, discorrer sobre o acervo documental do Itamaraty, demanda, obrigatoriamente, considerar a importância de Wladimir do Amaral Murtinho para a completa implementação do Palácio. Foi durante a sua ação e coordenação que a massa documental – cópias de projetos, recibos, notas, despachos, amostras de tecido e tapetes etc. – registros relativos às obras de arquitetura e desenho de mobiliário para o Palácio começou a ser guardada.

Murtinho foi designado pelo Itamaraty para liderar as ações relacionadas à transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília entre 1959 e 1961 e, novamente, entre 1963 e 1969. Como chefe da representação do Itamaraty no Congresso Nacional, foi responsável pela administração da construção do novo edifício em Brasília e pela ambientação interna do prédio. O diplomata foi uma peça-chave na concretização do Palácio, alinhando-se à situação descrita por Correia do Lago (1993),

que associa "bons arquitetos", "clientes estimulantes" e “encomenda oficial” ao sucesso de obras como o Ministério da Educação e Saúde, a primeira fase de Brasília (1956 a 1960), a Pampulha (1940 a 1943) e, nesse caso, ao Palácio Itamaraty.

Tal sucesso, que resultou em marcos da arquitetura moderna brasileira, dependia principalmente de financiamento robusto proporcionado por verbas públicas. Sem esse suporte financeiro, dificilmente os projetos alcançariam a magnitude e o reconhecimento que tiveram. A interação entre a criatividade dos arquitetos e o apoio visionário de “clientes” que compreendiam e promoviam o potencial artístico e funcional dos projetos era, sem dúvida, importante, mas dependia diretamente dessa base financeira sólida. No caso do Itamaraty, Wladimir Murtinho desempenhou o papel de um "cliente estimulante", supervisionando de perto o projeto de Oscar Niemeyer e assegurando que os objetivos estéticos e diplomáticos fossem atendidos.

Diferente de Gustavo Capanema (1900 -1985), no MES, e Juscelino Kubitschek (1902 – 1976), na Pampulha e na construção de Brasília, Murtinho só pôde exercer esse papel enfrentando desafios críticos na implementação do Palácio Itamaraty: a resistência à mudança para Brasília e os obstáculos impostos pela Ditadura Militar. Mesmo diante desses desafios, Murtinho precisava garantir que a ambiência do edifício refletisse a identidade brasileira, equilibrando tradição e modernidade.

A construção do Ministério, fundamental para consolidar Brasília como capital administrativa, enfrentou dificuldades econômicas e muitos atrasos durante as obras, o que gerou incertezas sobre sua conclusão. Resistências à mudança foram constantes. Em 1964, foi empreendida uma campanha séria e intensa defendendo o retorno da capital ao Rio de Janeiro, sustentada pela ideia de que as falhas e problemas do país eram consequência da nova localização do governo. Carlos Lacerda (1914 – 1977), então governador do estado da Guanabara, fez pressão política para que a capital fosse transferida de volta ao Rio de Janeiro. Segundo Murtinho (1998), “era comum apontar

a causa das dificuldades e crises econômicas da época como consequência da construção de Brasília".

De acordo com Graça Ramos (Rossetti; Ramos, 2017), em 1963 e 1969, além se deparar com esse cenário contrário à mudança para Brasília, Wladimir Murtinho teve que lidar com a complexidade burocrática da construção do Palácio e se dedicar a cuidar da ambientação interna do prédio, atuando efetivamente como um curador-chefe. Murtinho já mencionava esse assunto durante a fase de elaboração do projeto e de sua relação de trabalho com Oscar Niemeyer, sua frase "nós vivemos de papéis" reflete a natureza burocrática do Ministério das Relações Exteriores, que lida predominantemente com documentos, comunicações e formalidades diplomáticas.

> Há uma coisa pitoresca, entregamos todas as especificações de que nós precisávamos, ao Oscar Niemeyer que acabou perdendo... ou extraviando ou botou de lado, o fato é que quando já estávamos pedindo que ele fizesse o anteprojeto, não saía, e não saía devido a isso, ao fato de que ele achava muito cacete. O que havia na realidade era um calhamaço, não? Veja bem, é um ministério extremamente complexo. Porque nós somos ligados à parte cerimonial, a respeito da qual lhe falei, e somos muito ligados à parte de comunicações... ou seja, nós vivemos de papéis, temos pouquíssimo público, o que é outra coisa muito estranha, ao contrário dos outros ministérios, não há público, quando eu discutia esse assunto que não havia público, as pessoas: " Mas não pode ser? Como é que não há público?" Não, não há! Porque nós temos um grupo de pessoas mínimo, que são os diplomatas que vêm conversar, mas isso são pouquíssimos em comparação as dimensões de qualquer outro dos ministérios, não há processo, não há partes que vêm procurar assuntos. É, há exclusivamente esse diálogo com o corpo diplomático estrangeiro (Murtinho, 1998, p.3).

A expressão destaca a dependência do Itamaraty em relação à documentação e aos processos internos, ao contrário de outros ministérios que, de acordo com o diplomata, interagem diretamente com o público. Soma-se a isso o acúmulo considerável que se iniciou com os registros de obras e, progressivamente, o acréscimo de notas e recibos para comprovação de gastos, mencionados por Farias e Leite (2023).

A massa documental, portanto, é constituída de documentos valiosos que foram sendo acumulados durante o processo de obra, implementação e ambientação interna do Palácio.

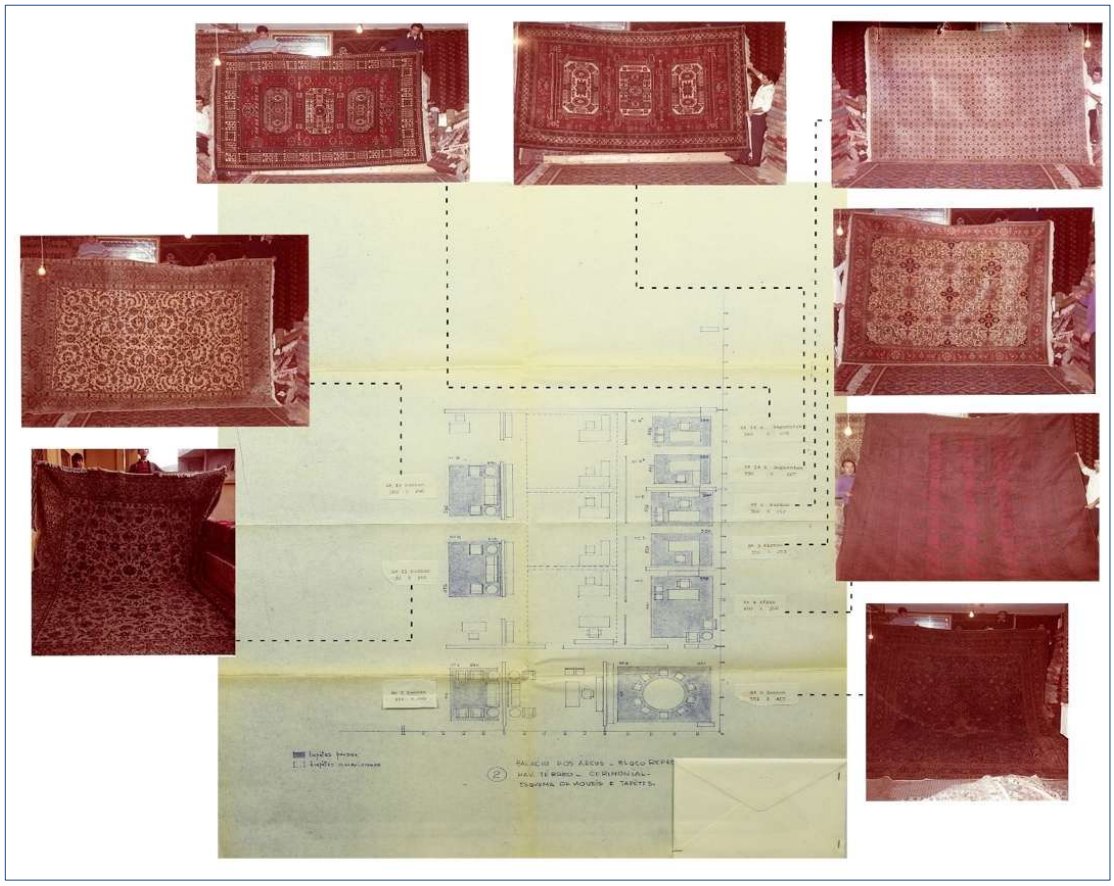
Em relação à documentação de projeto de arquitetura do Palácio, a maioria dos desenhos encontrados foi produzida em papel manteiga ou vegetal, utilizando grafite. De acordo com o Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (2008, p. 14), apenas o projeto final, de 1963, foi desenvolvido em nanquim sobre papel vegetal, conforme identificado nos documentos do arquivo do Departamento de Arquitetura e Engenharia do Itamaraty. Esses desenhos, em variados tamanhos, foram replicados diversas vezes por meio de mimeógrafo[63] para avançar no desenvolvimento do projeto ou para a execução das obras. Algumas pranchas apresentam falhas no carimbo de identificação, frequentemente omitindo informações como data, autoria, especificações ou escala, especialmente nos projetos de cálculo estrutural[64].

Como exemplos dessa documentação, a figura 7 e a figura 8 mostram a disposição dos tapetes e a relação das unidades compradas e a serem compradas.

[63] O mimeógrafo, máquina, manual ou elétrica, é utilizada para copiar e reproduzir textos e imagens em grande escala. Seu funcionamento depende de um estêncil, uma matriz feita de papel ou acetato, na qual o conteúdo era transferido por meio de um feltro umedecido com álcool. A quantidade de álcool aplicada determinava a clareza da impressão: quanto mais álcool, mais intensa e nítida ficava a cópia. As cópias produzidas pelo mimeógrafo eram inconfundíveis, com um característico cheiro de álcool e letras em um tom azul-arroxeado. Era a principal ferramenta utilizada para a reprodução e disseminação de documentos até meados do século XX. Disponível em: https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/mimeografo-historia.phtml. Acesso em: 20 out. de 2024.

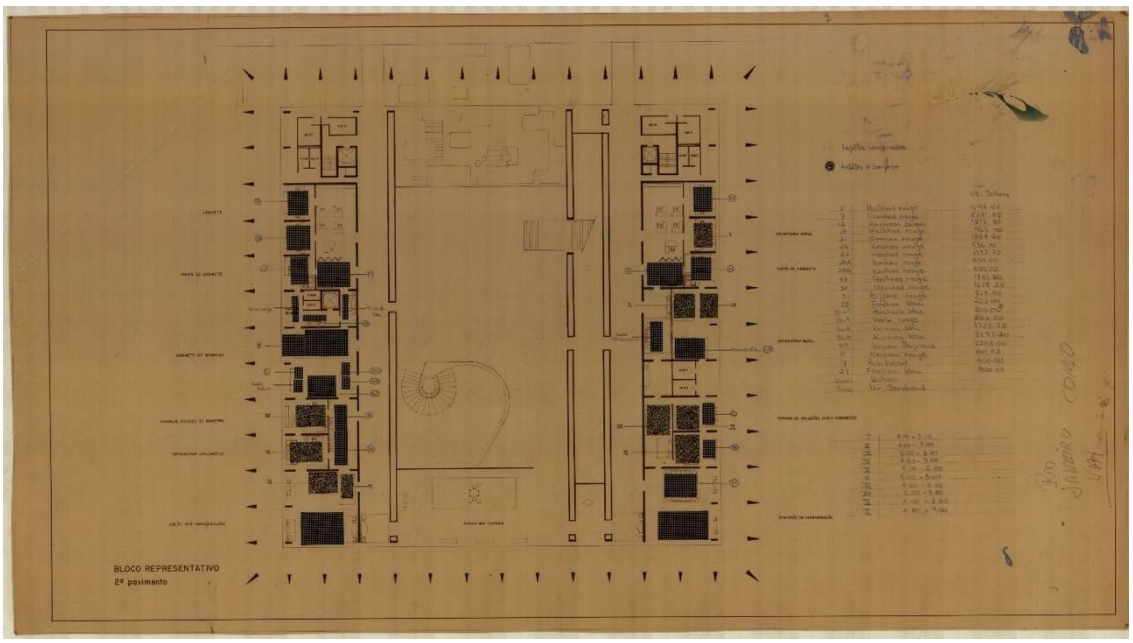
[64] A constante reprodução dos desenhos resultou em um grande acervo de pranchas de projetos, que hoje se encontra incompleto e disperso entre várias instituições. Esses desenhos estão espalhados pelos acervos do Arquivo Público do Distrito Federal, da Novacap e do Departamento de Arquitetura e Engenharia do Palácio do Itamaraty – sendo que este último possui a maior parte dos originais, também incompletos. A ausência de identificação em algumas pranchas, sobretudo as de detalhamento arquitetônico e cálculo estrutural, impede uma estimativa precisa das informações e dos desenhos perdidos. Fonte: IPHAN. Palácio do Itamaraty: parte 3; inventário de bens arquitetônicos (IBA). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2008.

Figura 7. Mapa com localização de tapetes – Bloco Representativo



Fonte: Arquivo Central do MRE.

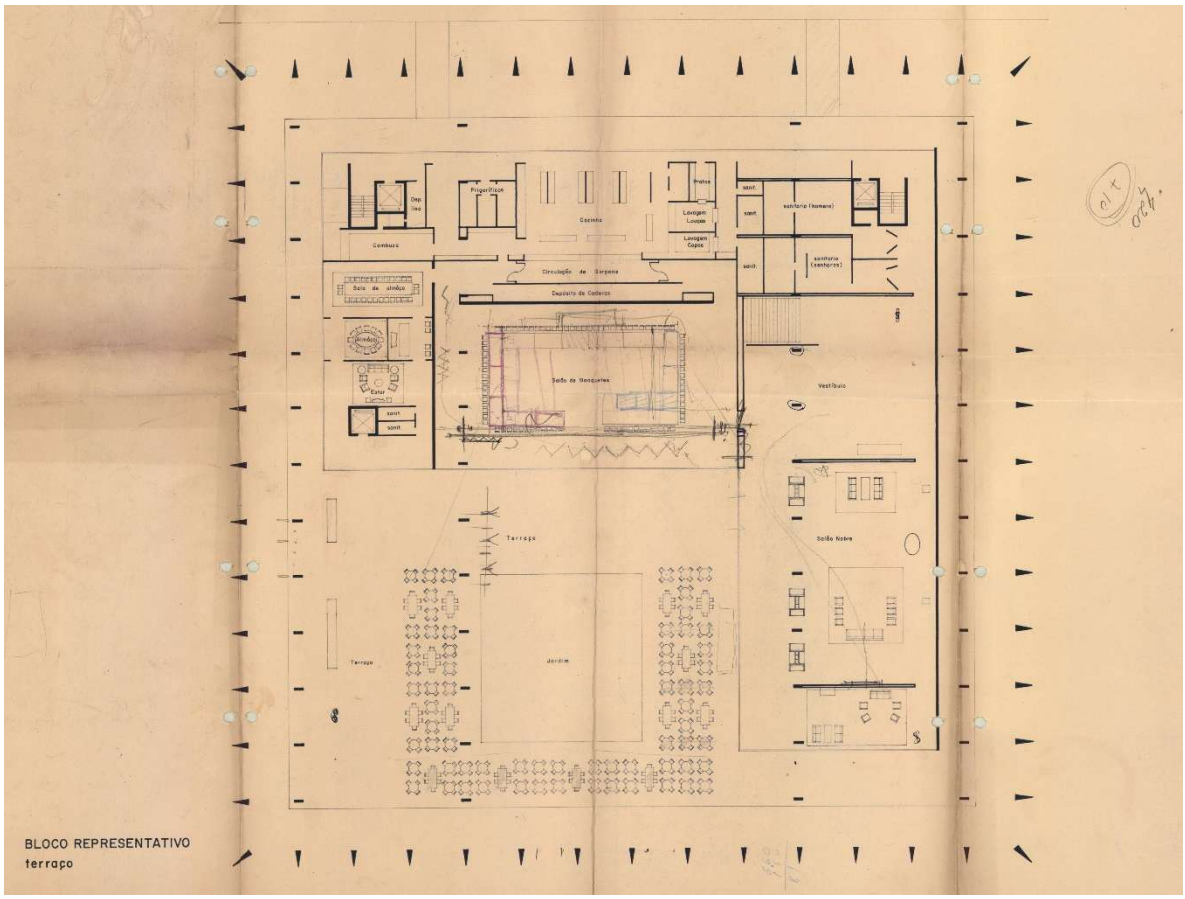
Figura 8. Planta baixa com localização de tapetes – Bloco Representativo




Fonte: Arquivo Central do MRE.

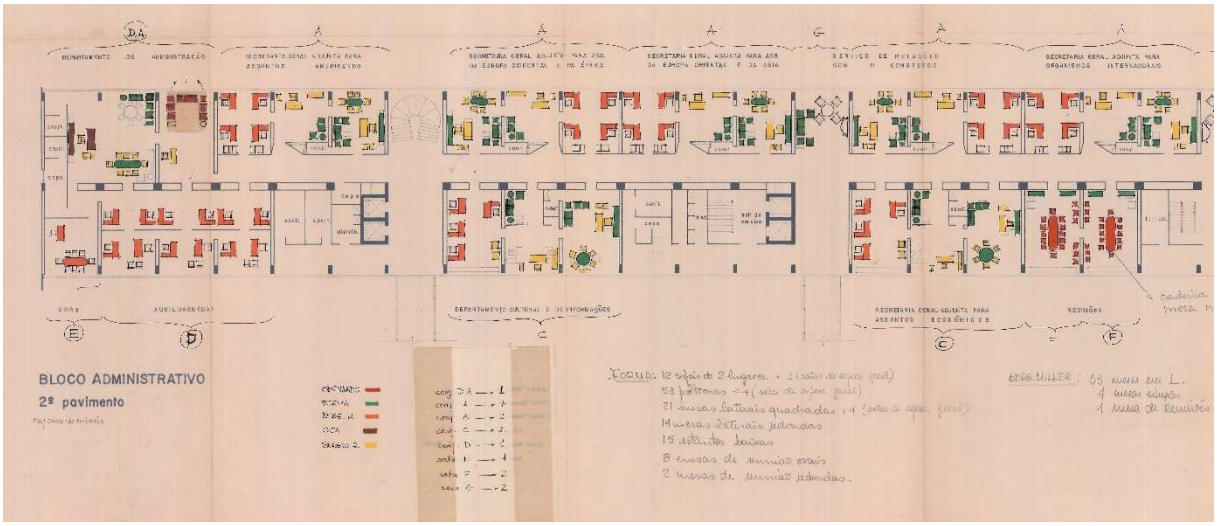
Em uma cópia de projeto do Palácio, apresentado na figura 9, nota-se a organização de mobiliário com modificações feitas a lápis, comuns em grandes partes das pranchas, no entanto não constam autoria e nem data de sua criação. A figura 10 apresenta a planta do segundo pavimento do Bloco Administrativo (Anexo I), com a organização e o quantitativo do mobiliário ali disposto. Por meio de uma legenda de cores, é possível identificar um total de 183 peças, entre móveis assinados pelos designers Bernardo Figueiredo, Sergio Rodrigues e Karl Heinz Bergmiller, além de peças fornecidas pelas empresas Forma e Oca.

Figura 9. Distribuição de móveis – Bloco Representativo




Fonte: Arquivo Central do MRE.

Figura 10. Distribuição de móveis - Bloco Administrativo




Fonte: Arquivo Central do MRE.

### 3.1.3 Problemas e desafios

Tratando-se especificamente da documentação atualmente sob guarda do MRE de Brasília, o Setor de Arquitetura, localizado no Anexo II do MRE, é responsável por armazenar os documentos relacionados aos três edifícios do Ministério – o Bloco Representativo e o Bloco Administrativo, composto pelos Anexos I e II –, bem como pela manutenção das embaixadas brasileiras no exterior. Como mencionado anteriormente, os arquivos do MRE integram o Arquivo Federal, conforme a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o que isenta o Ministério da obrigatoriedade de transferir seu acervo ao Arquivo Nacional. Ainda assim, o MRE busca alinhar-se às diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), demonstrando seu compromisso com as normativas nacionais de arquivística.

O Arquivo do MRE, da mesma forma que o Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro, recebe consultas presenciais de pesquisadores mediante agendamento por meio de solicitação via e-mail[65]. Na solicitação deve-se constar o período histórico a ser

[65] Atualmente, o primeiro acesso é feito por meio da plataforma Gov.br, do Governo Federal. Na aba Serviços> Consultar acervo do Arquivo Central do Itamaraty > Divisão de Comunicação e Arquivo. Lá estão descritas todas as etapas para a pesquisa no acervo do MRE. Fonte: Gov.br. Disponível em: https://gov.br/pt-br/servicos/consultar-acervo-do-arquivo-central-do-itamaraty. Acesso em 26, out. 2024.

pesquisado; tipos e grau de sigilo dos documentos que serão objetos da pesquisa. Após confirmação, o pesquisador pode comparecer ao arquivo e ocupar uma das pequenas salas de pesquisa individual, onde se pode permanecer durante o período de consulta, não excedendo a cinco dias, em horário de funcionamento do órgão.

Durante a pesquisa, o pesquisador não tem acesso direto aos arquivos; é sempre um responsável, geralmente estagiários de arquivologia ou museologia, que traz as pastas selecionadas por assunto para essa pequena sala – nela constam um computador, uma mesa e uma estante de ferro. Dessa forma, no desenvolvimento da tese, dois problemas centrais foram identificados no processo de pesquisa: (1) a organização dos documentos no arquivo; e (2) a ausência de integração efetiva entre os acervos material e documental do Itamaraty.

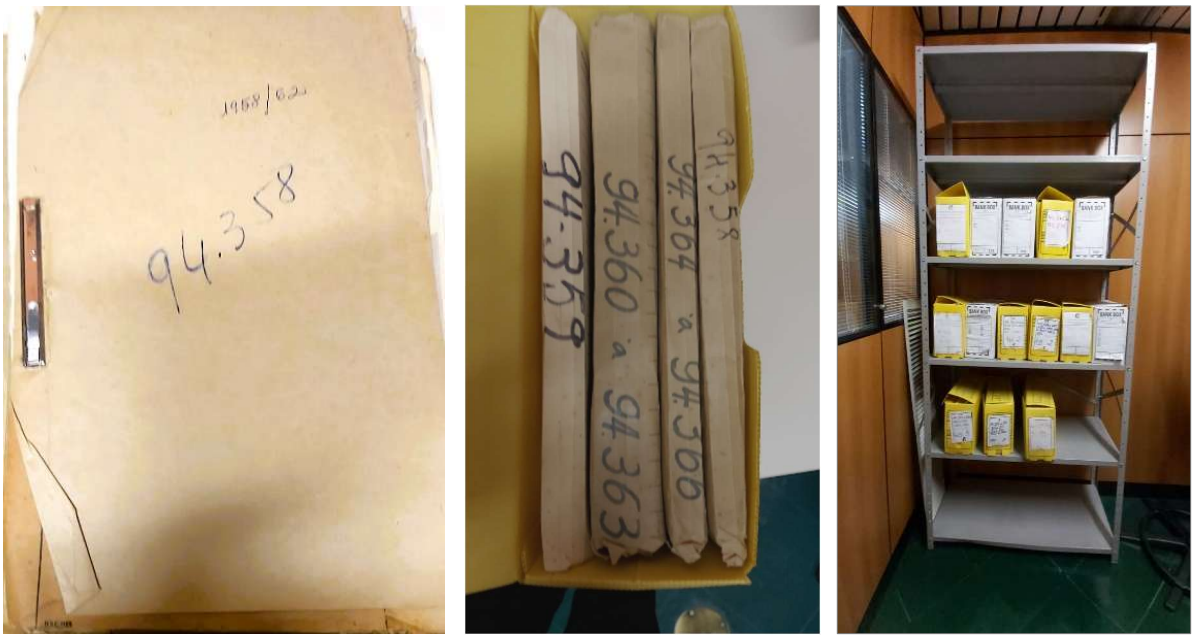
Esses problemas tornaram-se evidentes em duas situações práticas vivenciadas por este pesquisador, respectivamente durante a fase de levantamento de dados e na etapa final da redação da tese. A primeira situação, durante a fase de levantamento de dados, ao se buscar registros documentais relacionados aos móveis existentes e expostos no Bloco Representativo, constatou-se que os documentos estavam guardados em diferentes caixas de armazenamento e organizados por data, e não por assunto.

Na ocasião, foram encontradas 19 caixas contendo projetos e desenhos relativos à arquitetura, iluminação, paisagismo e mobiliário. Todo esse material data dos anos de 1963 a 1970, mas há também documentos de obras de manutenção do edifício dos anos de 1980. Foi encontrada ainda uma pequena quantidade de notas e solicitações de projetos relativas à Construtora Pederneiras, responsável pela obra do Palácio.

No primeiro dia dessa fase, em 6 de outubro de 2022, foram separadas e disponibilizadas na sala de consulta, 14 caixas, algumas fabricadas em material plástico, outras em papelão, cada uma contendo de duas a dez pastas de papel, tipo classificador, com prendedor perfurando os documentos. Para ilustrar o cenário de organização dos documentos nessas caixas, será usado o exemplo das pastas de número 94.358 a 94.366,

que se referem aos anos de 1958 a 1962, como pode ser visto na figura 11, perfazendo um total de oito pastas analisadas mais detalhadamente naquele dia, ou seja, cada pasta foi aberta e cada documento contido nelas foi analisado.

Figura 11. Arquivo Central do MRE




Fonte: Fotos do autor, outubro de 2022.

Nessas pastas foram encontradas, por exemplo, documentações relativas à Divisão de Pessoal do MRE e Divisão de Material no Rio de Janeiro, contendo relatos das atividades dessas divisões no período de 1º de janeiro a 10 de novembro de 1960. Nas pastas de número 94. 358 e 94.359, encontram-se notas relativas a material médico-hospitalar da Divisão de Pessoal. Logo em seguida, na pasta 94.360, encontram-se os relatos da compra do Palácio Doria Pamphilij para abrigar a sede da Casa do Brasil em Roma. Este exemplo demonstra que em uma mesma caixa e em uma mesma pasta, existem documentações de assuntos variados que não têm relação direta entre si.

Não é de surpreender, por conseguinte, que os documentos de assuntos sobre a arquitetura do Palácio e seu mobiliário, encontrem-se misturados com assuntos gerais da antiga atividade do MRE do Rio de Janeiro e outros temas. Isto porque, em se tratando de fundos de arquivo, os documentos pertencentes ao mesmo fundo guardam relação orgânica entre si, constituindo uma unidade distinta. Seus

componentes não podem ser separados, constituindo outros grupamentos aleatoriamente (Schellenberg, 2003).

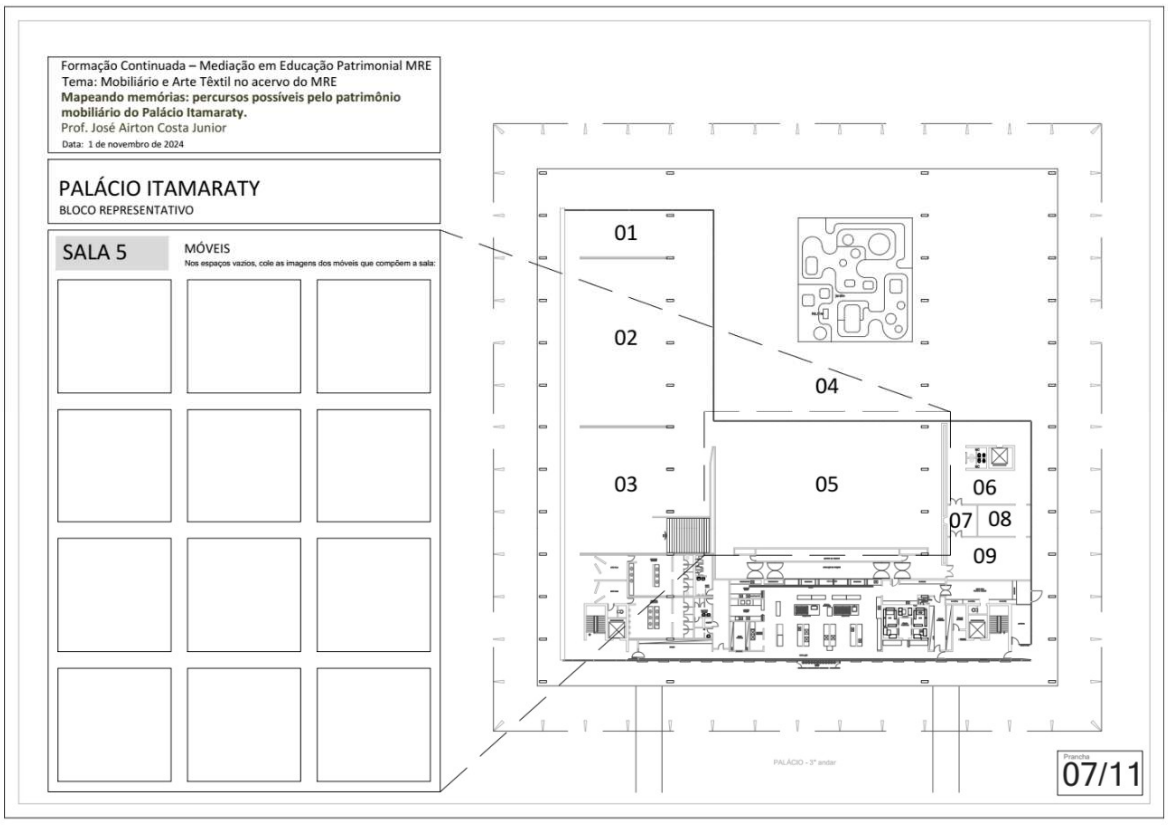
Isso justifica a variedade de documentos, de distintos assuntos, agrupados em uma mesma caixa, e em uma mesma pasta, no arquivo do MRE em Brasília. Deduz-se a partir disso que esse arquivo segue o princípio fundamental da arquivística no âmbito dos arquivos permanentes: o *respect des fonds*, ou princípio da proveniência, que consiste, como foi visto no capítulo 4, em deixar agrupado sem misturar a outros fundos, os arquivos – documentos de qualquer natureza – provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada (Bellotto, 2006, p. 114). Somente no terceiro dia, em 14 de outubro de 2022, após a abertura de uma caixa não numerada, foi encontrada a primeira pasta de importância para a pesquisa em curso. Nela estavam guardados documentos relacionados à construção do Palácio em Brasília, mencionando o arquiteto Oscar Niemeyer e o diplomata Wladimir Murtinho.

A segunda situação ocorreu durante o Curso de Formação Continuada promovido pelo MRE, em novembro de 2024, para os mediadores em Educação Patrimonial do Palácio Itamaraty. Esse evento, que coincidiu com a fase final de escrita da tese, evidenciou de forma clara o problema central identificado na pesquisa.

No curso, foi desenvolvida por este pesquisador, uma atividade intitulada *"Mapeando memórias: percursos possíveis pelo patrimônio mobiliário do Palácio Itamaraty"*, que teve como objetivo explorar o mobiliário do Palácio como elemento de memória e patrimônio cultural. A atividade consistiu em um passeio guiado pelos interiores do Palácio, no qual os participantes observaram peças de mobiliário em exposição, analisando aspectos como forma, função, materiais, estilo e autoria. Em seguida, foram distribuídos mapas com plantas baixas do Palácio (figura 12) e imagens dos móveis, que serviram como ferramentas para enriquecer a experiência e orientar os participantes. Na etapa seguinte, foi proposta uma atividade, em formato

de jogo intitulado "caça ao tesouro", na qual os participantes, baseando-se no que haviam discutido durante o percurso, deveriam localizar móveis específicos nos mapas fornecidos e responder a perguntas relacionadas às suas características, autorias, ou época de criação. Ao longo do percurso, cada móvel era acompanhado apenas pelos dados transmitidos oralmente por este pesquisador, pela observação direta da peça e por suas respectivas ilustrações.

Figura 12. Exemplo de planta baixa para identificação e localização de mobiliário

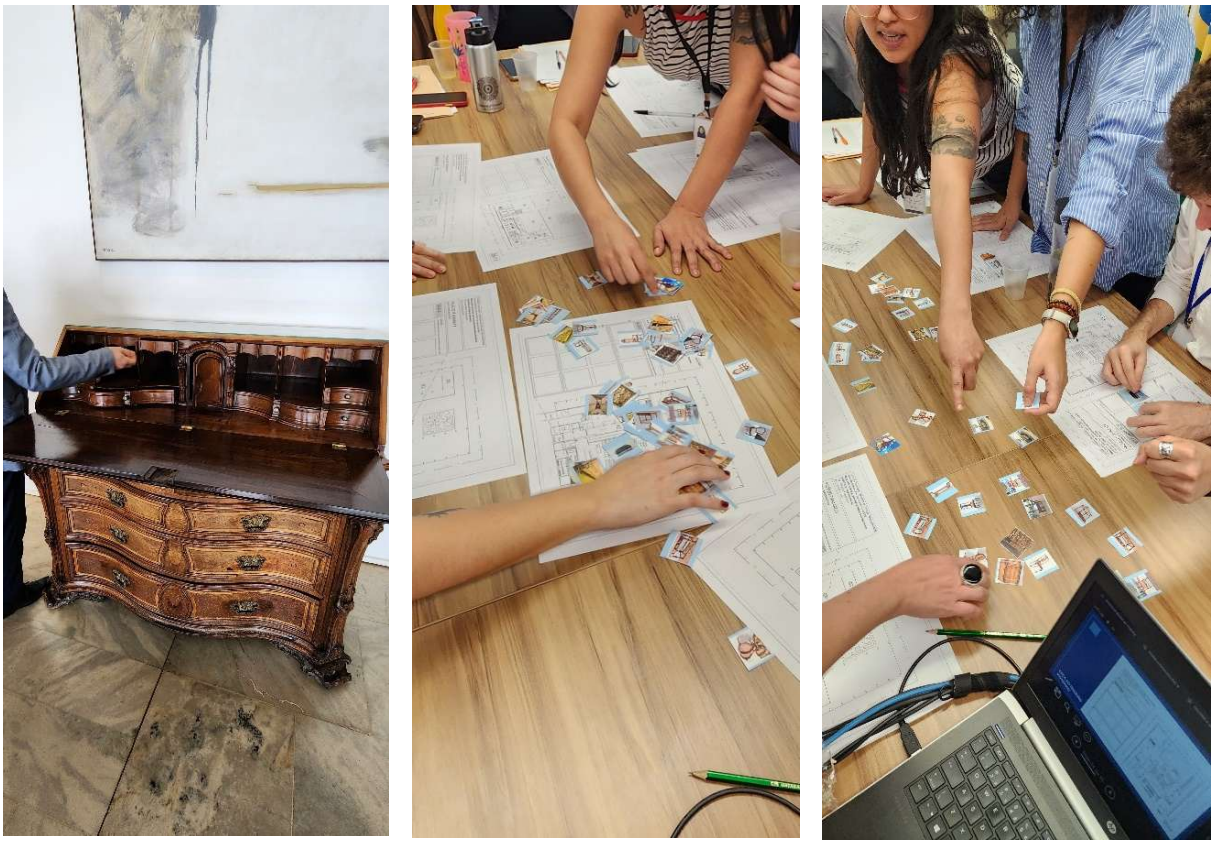



Fonte: Desenho do autor, novembro de 2024.

Na etapa final do curso, sem terem acesso aos registros históricos ou descritivos de cada peça exposta, os mediadores enfrentaram dificuldades em associar as imagens dos móveis observados no passeio às suas respectivas localizações nos mapas e em relembrar as informações transmitidas e discutidas (figura 13). Nessa etapa, a ausência proposital de documentação sobre o mobiliário exposto revelou-se como o ponto fraco da atividade.

Essa experiência evidenciou a importância de se incluir a documentação relativa ao mobiliário como recurso fundamental em atividades de mediação e educação patrimonial. A utilização de cópias de documentos detalhados poderia facilitar a identificação e a compreensão dos móveis em seu contexto histórico e enriquecer a experiência de formação dos participantes.

Figura 13. Palácio Itamaraty - Imagens da atividade "caça ao tesouro"



Fonte: Fotos do autor, novembro de 2024.

As duas situações descritas anteriormente evidenciam problemas recorrentes enfrentados por pesquisadores que acessam o arquivo do MRE, sobretudo no que diz respeito à dificuldade de acesso à informação. A ausência de fichas técnicas que descrevam detalhadamente o conteúdo das pastas e dos documentos torna o processo de pesquisa moroso e pouco eficiente. Além disso, questões relacionadas ao armazenamento e à obsolescência dos materiais de acondicionamento reforçam a urgência de um tratamento arquivístico adequado, com catalogação sistematizada.

Na primeira situação, ao buscar registros sobre os móveis do Bloco Representativo, constatou-se que os documentos estavam armazenados em caixas organizadas por data, e não por tema, o que exigiu a abertura de muitas caixas sem garantia de se encontrar o material procurado.

A segunda situação evidenciou outro desafio importante: a falta de integração entre o acervo documental e o acervo material. A inexistência de um sistema unificado de catalogação, com fichas técnicas acessíveis, compromete tanto a pesquisa quanto as ações educativas e de mediação cultural. A documentação disponível não permite associar de forma clara os objetos expostos ou em uso aos registros históricos correspondentes, o que limita a construção de narrativas coerentes sobre o mobiliário e seu contexto institucional.

Essa desconexão prejudica a compreensão do Palácio como um conjunto coeso, dificultando a articulação entre os relatos documentais e a materialidade dos objetos. Pode-se sugerir, portanto, que a fragmentação dos acervos enfraquece a valorização do patrimônio e compromete seu potencial como fonte histórica e cultural.

Diante dessas limitações de organização e acesso ao acervo documental, torna-se ainda mais relevante compreender o outro conjunto que compõe o patrimônio do Palácio Itamaraty: o acervo material, formado por móveis e objetos que integram seus espaços representativos. A análise desse acervo, iniciando-se pelos móveis e objetos da antiga sede no Rio de Janeiro, possibilita observar como diferentes períodos históricos e estratégias institucionais contribuíram para a construção da ambiência do Palácio.

## 3.2 ACERVO MATERIAL

### 3.2.1 O Palácio do Rio de Janeiro

O acervo material do Itamaraty retrata, ao longo de sua história, diferentes períodos e influências. Marcado inicialmente pela herança portuguesa, que predominou por mais de três séculos de colonização, o acervo passou, na segunda metade do século XX, a incorporar produtos e tendências importados, sobretudo da Inglaterra e França (Santi, 2013, p. 39). Essa coleção se consolidou, segundo Granafei (2018), em três momentos distintos quando o Itamaraty investiu estrategicamente em design para a sede de seus dois palácios. Esses momentos abrangem, no Rio de Janeiro, as gestões do Barão do Rio Branco, entre 1902 e 1912, a de Octávio Mangabeira, entre 1926 e 1930, e a transferência para o Palácio em Brasília, entre 1967 e 1970.

> Investindo há mais de 100 anos no design e na arquitetura como instrumentos da diplomacia, o Ministério das Relações Exteriores criou, em seus palácios-sede, no Rio de Janeiro e em Brasília, ambientes perfeitamente adaptados para o desempenho das três funções da diplomacia: informar, negociar e representar o Brasil.
> Para os designers brasileiros, as encomendas do Itamaraty foram uma oportunidade para desenvolver novas ideias: cerca de 90 modelos, entre móveis, luminárias, tapetes, tapeçarias e peças gráficas foram criados para o ministério nos últimos 100 anos (Granafei, 2018).

A formação do acervo de mobiliário, objetos e elementos decorativos, que compõem os ambientes internos do Palácio Itamaraty em Brasília remonta, portanto, inicialmente à implementação da antiga sede no Rio de janeiro em 1899, pois muitos móveis adquiridos para esse palácio foram transferidos posteriormente para o Palácio dos Arcos, em Brasília.

De acordo com Adna Gomes Oliveira (2021, p. 30), a aquisição do acervo de mobiliário para o Palacete do Rio de Janeiro inicialmente seguiu o estilo neoclássico empregado na fachada do Edifício Administrativo do Escritório de Representação no Rio de Janeiro (ERERIO). Ao gosto do então Chanceler das Relações Exteriores José

da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, priorizaram-se móveis dos séculos XVII e XIX, de inspiração portuguesa, confeccionados em madeira de jacarandá.

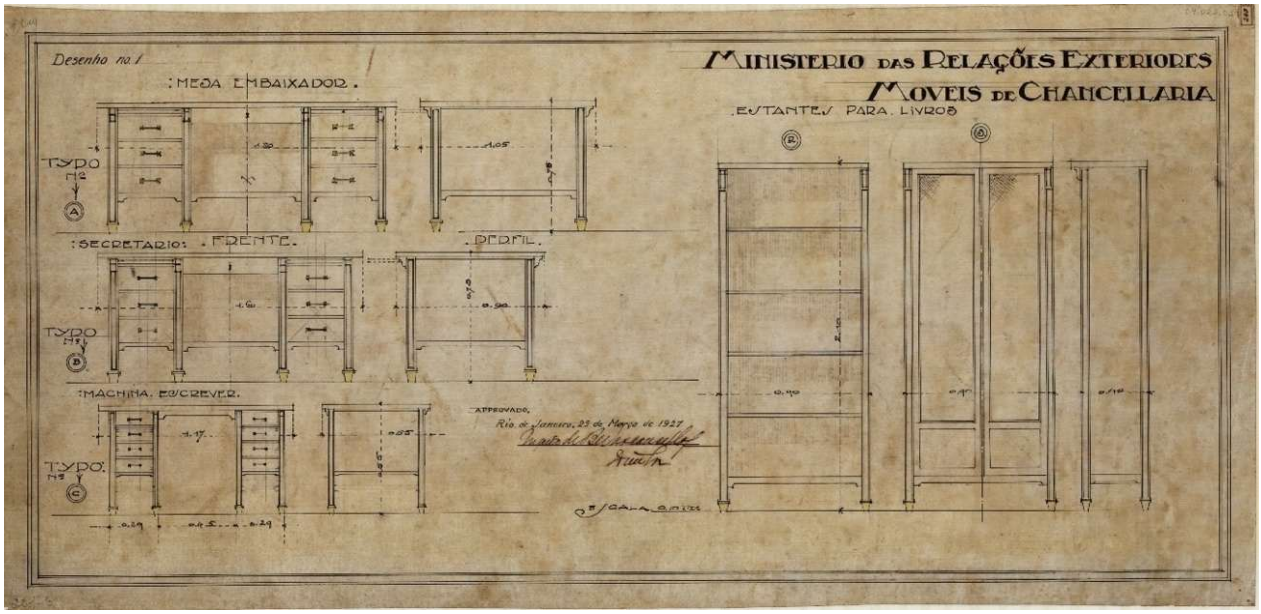
No Palacete do Rio de Janeiro, onde está localizado o MHD, registram-se, a título de exemplo, os seguintes itens de mobiliário:

> [...] conjunto de poltronas, tamboretes e cadeiras de jacarandá brasileiras do século XVIII em estilo D. João V; poltrona de jacarandá em estilo D. João V, que pertenceu a um ouvidor de Sabará/MG; sofá e poltronas de jacarandá em estilo D. José I; mobília de jacarandá luso-brasileira em estilo D. Maria I; mesa e contador filipinos com revestimento de tartaruga, de influência hispano-mourisca; divã ou meridiana, poltronas e cadeiras de mogno com forro de couro e aplicações de bronze dourado, em estilo Império, que pertenceram à Amélia de Leuchtemberg, segunda esposa de Pedro I.
>
> Das peças provenientes da coleção Bastos Dias, colocadas na Sala Rio Branco, distinguem-se, entre outras: mesa de centro de jacarandá, que pertenceu à Fazenda Imperial de Santa Cruz; cômoda em estilo D. João V com puxadores de prata; três mesas filipinas de jacarandá do século XVII com pés de bolacha; duas mesas de pés arqueados de jacarandá do século XVIII; seis cadeiras do século XVII de alto espaldar com tachões. Mencionem-se, por fim, tapete persa Ushak, adquirido em 1828, que fez parte do mobiliário do Palácio Barberini, em Roma; tapete Aubusson proveniente da residência do Marquês de Abranches; par de candelabros de bronze e cristal, de 1855, do antigo Paço Imperial; e A Primavera, de 1911, mármore de A. Sá Costa (Conduru, 2013, p. 223).

Em 1927, durante a gestão de Octávio Mangabeira (1886 – 1960), uma grande remodelação foi realizada no edifício sede, resultando em mudanças na organização interna e na aquisição de novas peças de mobiliário. Nessa época, rotinas administrativas, consulares e de promoção das exportações brasileiras foram modernizadas. A partir disso, de acordo com Granafei, uma linha de mobiliário de chancelaria foi criada para uso no Brasil e no Exterior, divulgando a indústria e as madeiras nacionais. Diferentemente do enfoque inicial, a nova configuração priorizou a funcionalidade cotidiana, introduzindo mobiliário padronizado de chancelaria que atendesse às necessidades específicas dos serviços e funções desempenhados pelos diferentes cargos do órgão. A figura 14, apresenta um projeto de mobiliário de chancelaria seguindo essa nova padronização. Entre 1967 e 1970, uma parte desses

móveis foi enviada para o novo Palácio em Brasília e continua em uso até hoje em seus gabinetes e escritórios. A figura 15 mostra uma dessas mesas padrão, ainda em uso no palácio de Brasília.

Figura 14. Cópia de projeto de mobiliário padrão de Chancelaria (1927)




Fonte: Arquivo do MRE.

Figura 15. Mobiliário padrão de Chancelaria – Palácio Itamaraty – Brasília

Fonte: Arthur Max e Matheus Costa - Assessoria de Imprensa do Gabinete – AIG – MRE.

Outros ambientes internos, como os do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca, inaugurados em 1930, foram ocupados seguindo-se a tradição de usar móveis com características dos períodos que abrangiam os séculos XVIII e XIX. Como um

"desdobramento do mobiliário português" (Costa, 2018, p. 463), esses móveis, embora fossem constituídos de materiais nacionais, seguiam as tendencias europeias e grande parte foi executada pela firma Laubisch & Hirth[66], com peças de inspiração colonial ou cópias de originais do século XVIII. A figura 16 mostra a fachada e interior do edifício da Biblioteca e do Arquivo com móveis luso-brasileiros.

Figura 16. Inauguração da Biblioteca do Itamaraty e Arquivo Histórico

Fonte: Revista O Cruzeiro. Edição de 23 de agosto de 1930.

Construído em concreto armado pela empresa, vencedora de concorrência pública, Pedro Latif & Mello Cunha (Conduru, 2013), esse edifício tem como característica a fachada com colunas jônicas que suportam entablamento e frontão triangular com tímpano liso, numa composição clássica:

[66] Laubisch & Hirth A Laubisch-Hirth, fábrica de móveis fundada no Brasil em 1914 pelos alemães Carlos Laubisch e Georg Hirth, foi uma das mais importantes do país entre as décadas de 1920 e 1950. Fonte: GALLI, Vera. Mobiliário Brasileiro: a cadeira no Brasil. São Paulo: Empresa das artes, 1988, p. 28.

> Ocupa o corpo central do edifício no pavimento térreo o Salão de Conferências, de 238 metros quadrados, decorado em estilo D. João V, com pilastras compósitas, portas internas de jacarandá, lustres e arandelas de bronze, com beirada do piso e rodapé em lioz. Cinco vãos em arco pleno, fechados por altas portas com painéis de vidro, correspondem aos intercolúnios do pórtico e dão grande luminosidade ao Salão de Conferências, cuja entrada principal se faz através do vestíbulo, ao qual se acede pelo átrio à esquerda da fachada. No Salão, portal em torno do acesso principal reproduz, simplificado e em escala reduzida, portal da igreja da Ordem Terceira do Carmo, no Rio de Janeiro. Nos fundos do térreo fica a Sala de Leitura, de 123 metros quadrados, cuja decoração inspirou-se na arquitetura religiosa luso-brasileira do século XVII (Conduru, 2013, p. 205).

No palácio do Rio de Janeiro, ao contrário do de Brasília, de acordo com Graça Ramos (Rossetti; Ramos, 2017, p. 101), não se pode afiançar a existência de um corte curatorial, no sentido de escolhas orientadas por uma ideia central e assinadas por um coordenador, mas sim de uma aglutinação de bens relacionados ao país.

Já no Itamaraty em Brasília, a formação do acervo ocorreu de maneira deliberada e controlada, privilegiando uma composição cenográfica intencional com o objetivo de reforçar a função diplomática e representativa dos espaços internos. A ênfase inicial dada ao design brasileiro das décadas de 1950 e 1960 estabelece uma distinção clara entre os dois palácios, ao mesmo tempo em que os aproxima ao utilizar e valorizar peças históricas provenientes da antiga sede. Dessa forma, a presença combinada de objetos históricos e modernos nos interiores do Palácio Itamaraty de Brasília evidencia o diálogo intencional entre tradição e modernidade, contribuindo para sua identidade como edifício representativo da diplomacia brasileira.

Esse diálogo, expresso na seleção cuidadosa dos móveis e objetos que compõem os seus interiores, faz parte de um contexto histórico e cultural que moldou sua concepção como ambiente moderno. Para compreender essa relação é necessário situar o surgimento da arquitetura moderna e sua influência direta na concepção da ambiência interna do Itamaraty, tema que será tratado a seguir.

### 3.2.2 O Palácio Itamaraty de Brasília

O modernismo, surgido entre o final do século XIX e o início do século XX, significou o esforço em alinhar a arte com o *Zeitgeist*, conectando-se às transformações tecnológicas e sociais da civilização industrial (Argan, 1992, p. 185). O termo significa, em tradução corrente, espírito da época e representa a consciência coletiva e estética de um período histórico, influenciando como as pessoas interagem com seu contexto social e compreendem o mundo. Esse conceito, introduzido por Hegel em *Filosofia da História*, expressa a unidade estética e cultural de cada época. Para Hegel (1999): "Cada homem, com seu espírito subjetivo, participa da construção desse espírito que molda a maneira dos sujeitos agirem e conceberem o mundo". Compreender esse conceito é fundamental para entender a filosofia de Hegel, pois, para ele, é impossível a delimitação do conhecimento em verdades eternas e absolutas e, ao mesmo tempo, a existência de verdades que não estejam diretamente ligadas ao tempo, ao contexto histórico[67].

Para o modernismo na arquitetura o conceito de *Zeitgeist* é especialmente relevante, pois orientava os arquitetos a responderem diretamente às demandas tecnológicas, econômicas e sociais de sua época. Ao rejeitar estilos do passado e focar na inovação, os modernistas acreditavam que sua arte deveria refletir a era industrial e as transformações sociais que a acompanhavam. Alinhada com a filosofia de Hegel, essa perspectiva pressupõe que o conhecimento e as verdades artísticas são intrinsecamente moldados pelo contexto histórico, e que compreender o *espírito*

[67] O conceito de *Zeitgeist*, em Hegel, representa uma crítica aos sistemas filosóficos anteriores, que apresentavam critérios fixos e imutáveis para o conhecimento humano, sem levar em conta o contexto histórico em que esse conhecimento seria produzido. Para Hegel, o *Zeitgeist* é o "espírito da época", uma força invisível que influencia e molda as ideias, valores e ações de uma determinada sociedade em um período específico. Esse espírito, ou "espectro", reflete as condições sociais, culturais e políticas que caracterizam e definem uma era particular. Fonte: SOUZA, André Peixoto de et al. **Para ler Hegel: aspectos introdutórios à Fenomenologia do Espírito e à teoria do reconhecimento**. Linha de Pesquisa "Leitura dos Clássicos", FCJ/UTP, 2010. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?lr=lang_pt-br&q=zeitgeist+em+hegel&hl=pt-br&as_sdt=0,5> Acesso em: 8 jun.2023.

*do tempo* é essencial para a criação artística que se pretendia relevante para a modernidade.

Nesse contexto, o arquiteto moderno precisava integrar seu pensamento ao espírito de sua época, em consonância com as grandes transformações sociais e tecnológicas trazidas pelos novos meios de produção. A noção de "obra de arte total" *(Gesamtkunstwerk),* proposta por Richard Wagner[68] no final do século XIX, torna-se essencial para o modernismo. Esse conceito influenciou fortemente o movimento modernista, que passou a buscar uma síntese entre arte, arquitetura e funcionalidade. A arquitetura moderna, portanto, direcionava-se para a tentativa de reestruturar a vida cotidiana, integrando diversos aspectos culturais e tecnológicos em um projeto que expressasse a totalidade do espírito da época.

A ideia de integração das artes tornou-se um conceito de fundamental importância na constituição da arquitetura moderna. Os artistas e arquitetos modernistas, tendo acesso a novos meios de produção decorrentes das grandes transformações da época, foram motivados a criar tudo: móveis, utensílios, automóveis etc. Assim, a concepção da arquitetura modernista, também no Brasil, está indissociavelmente ligada à ideia da "obra de arte total".

Essa busca perpassava as vanguardas do século XX, que viam na arquitetura o meio ideal para integrar diferentes disciplinas artísticas. A ideia de unir forma e função, projetando espaços que serviam a propósitos utilitários, mas também comunicavam valores culturais, estava no cerne das proposições arquitetônicas modernistas.

A noção de *Gesamtkunstwerk* presente desde os movimentos *Arts and Crafts* e *Art Nouveau*, permeou as correntes funcionalistas e racionalistas, especialmente na pedagogia da Bauhaus, que defendia o trabalho integrado entre arquitetos e artistas.

---

[68] Wagner defendia que a ópera reunia todas as formas de arte de maneira harmônica, remetendo à tragédia grega na qual música, teatro e artes plásticas coexistiam em uma manifestação artística integrada.

Nesses movimentos, a busca pela unidade, característica de períodos como o medieval e o barroco, ressurgiu na forma de "obra de arte total". Conforme Wick (1989), essa versão moderna perseguia um "objetivo utópico": o anseio por integração completa. Esse ideal de síntese implicava que a arte, o design e a arquitetura fossem projetados coletivamente para criar uma obra de arte unificada, própria à visão de uma sociedade renovada. A dimensão utópica dessa proposta se baseava na convicção de que a integração entre as disciplinas artísticas poderia influenciar diretamente a organização e os valores sociais.

Uma espécie de derivação do conceito de "obra de arte total", os termos "integração das artes" e "síntese das artes" consolidaram-se ao longo do século XX, especialmente no contexto do movimento moderno. Embora muito parecidos, esses conceitos possuem diferenças teóricas marcantes que vale explicitar.

A integração das artes posicionava a arquitetura como o núcleo que incorpora outras artes – como escultura, pintura e paisagismo – sem, contudo, dissolver sua independência estética. Segundo Lima (2013), essa concepção permitia que as artes plásticas e a arquitetura coexistissem, mantendo o valor autônomo de cada uma.

Por outro lado, a síntese das artes, defendida por vertentes como as vanguardas russas e o Neoplasticismo, propunha a fusão total dessas disciplinas. Em vez de uma coexistência independente, a síntese visava criar uma obra tridimensional em que pintura, escultura e arquitetura se unissem, formando um único objeto de arte. Essa postura, mais radical, resultava em uma total integração das linguagens artísticas, dissolvendo as fronteiras tradicionais entre elas.

Exemplos dessa dualidade entre os conceitos podem ser observados: Le Corbusier utilizou a integração das artes em edifícios como a *Unité d'Habitation*, nos quais pinturas e esculturas complementavam a arquitetura, mas sem perder sua autonomia. De forma diferente, Gerrit Rietveld aplica o conceito de síntese das artes no projeto para a Casa Schröder, onde a arquitetura e o design interior se unem em

uma composição inseparável, em que formas e cores criam um único ambiente integrado.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, em se tratando de mobiliário e objetos, sua origem enquanto desenho moderno tem uma relação direta com a arquitetura moderna. A necessidade de criar móveis compatíveis com os novos estilos de vida, junto à ausência de produtos adequados no mercado, levou os arquitetos e designers a projetarem sob a mesma linguagem estética de suas produções.

A Revolução Industrial foi um ponto de virada nesse processo ao introduzir novos materiais e técnicas de produção em massa, que influenciaram a arquitetura e o design de interiores. Os materiais usados na engenharia – como aço, o concreto e o vidro – passaram a ser aplicados tanto nas construções quanto no desenho de móveis, estabelecendo uma nova estética conhecida como "estética da máquina", caracterizada pela geometria simples, ausência de ornamentação, valorização dos materiais e, em muitos casos, pela funcionalidade dos objetos.

Os móveis e objetos, portanto, deveriam ser coerentes com os princípios estéticos e funcionais dos edifícios. Isso incluiu o uso de linhas simples e materiais inovadores que pudessem ser produzidos em série. Nesse contexto, a ideia de integração entre interior e exterior se tornava central: a arquitetura moderna introduzia fachadas transparentes, eliminando a barreira visual entre o espaço interno e o urbano, o que obrigava os arquitetos a considerarem o mobiliário como parte essencial do projeto. Ao mesmo tempo, os móveis ofereciam uma oportunidade para experimentar soluções estéticas e técnicas com mais agilidade do que em grandes edificações. Para Blake (1966), o design de mobiliário compartilhava desafios similares aos da arquitetura – como forma, função e proporção – também servia como um campo de testes para novas ideias que poderiam ser posteriormente aplicadas em edifícios.

Nesse sentido, o desenho de mobiliário tornou-se, principalmente entre os arquitetos europeus, uma extensão da arquitetura moderna, onde o mobiliário e o edifício compõem um conjunto integrado e funcional. A colaboração entre arquitetos, designers e artistas foi, portanto, essencial para consolidar uma estética moderna que unia inovação tecnológica, produção industrial e uma nova maneira de habitar os espaços. Esses conceitos, para além de terem influenciado as vanguardas do início do século XX, continuam a moldar o entendimento de como arquitetura e outras formas de arte podem se inter-relacionar.

No modernismo brasileiro, especialmente em edifícios como o Palácio Itamaraty de Brasília, essas discussões reverberam na forma como o mobiliário, os objetos e as obras de arte foram concebidos e incorporados para dialogar com a arquitetura, criando uma ambiência moderna que expressa tanto independência quanto fusão entre suas diferentes partes. Trata-se, talvez de um caso particular em que ocorre tanto a síntese quanto a integração das artes no interior de um mesmo edifício. O Palácio destaca-se pelas obras de arte integradas, como os grandes painéis em mármore, as intervenções de Athos Bulcão, e os jardins de Burle Marx, que, junto às peças de design e mobiliário, compõem a ambiência moderna pretendida.

Essa abordagem difere daquela observada por Françoise Choay (1959, p. 81) ao analisar o Palácio da Alvorada:

> *A l'opposé de celui des arts majeurs, le problème de intégration des arts appliqués m'a paru plus inquiétant, tout au moins en ce qui concerne les palais. Le visiteur qui franchit les portes de verre de l'Alvorada tombe de la féerie en pleine convention bourgeoise. Il n'y a aucune correspondance entre les meubles et tableaux de tout genre juxtaposés au hasard des deux étages et les formes pures de l'architecture. Niemeyer n'a pas traité de la demeure présidentielle comme une totalité dont l'intérieur et l' extérieur seraient indissolublement liés, ainsi que l'auraient fait Le Corbusier, Mies van der Rhohe ou Aalto. Ce désintérêt de l'architecte me semble assez significatif. Il traduit d'une part l'esprit de l'architecture brésilienne, théâtrale, spectaculaire et orientée vers l'extériorité, et, d'autre part, la carence de l' industrial design au Brésil, la pauvreté des*

> *solutions apportées dans ce pays aux problèmes de l'aménagement intérieur, domaine dans lequel règne le syncrétisme. Et sans doute ces deux faits ne sont-ils que deux faces d'une même réalité*[69] (Choay, 1959, p. 81).

Segundo a crítica de Françoise Choay, Oscar Niemeyer teria negligenciado a integração entre arquitetura e interiores, não concebendo o mobiliário, as obras de arte e o espaço interno como extensão coerente do partido arquitetônico. A ausência de correspondência entre os elementos dispostos nos ambientes e a pureza formal da arquitetura é apontada como reflexo dessa desconexão. Para Choay, ao contrário do que faziam arquitetos como Le Corbusier, Mies van der Rohe ou Alvar Aalto, Niemeyer não tratou o interior e o exterior como partes indissociáveis de um mesmo projeto. Essa crítica revela uma tensão latente no modernismo brasileiro entre a monumentalidade exterior e a funcionalidade dos interiores, além de evidenciar a carência histórica de uma cultura consolidada de design de interiores no país – o que torna o caso do Itamaraty ainda mais significativo como possível exceção.

De fato, a configuração do acervo material distribuído pelo Bloco Representativo do Palácio evidencia uma intenção clara de integração entre arquitetura, arte e mobiliário, orientada pela construção de uma representação da identidade brasileira. A seleção criteriosa dos elementos – móveis, obras de arte e objetos decorativos – reforça a ambiência moderna e diplomática do edifício, articulando referências do passado com a linguagem formal do modernismo, que à

[69] "Em contraste com as artes principais, o problema da integração das artes aplicadas me parece mais preocupante, pelo menos no que diz respeito aos palácios. Os visitantes que passam pelas portas de vidro do Alvorada mergulham nos reinos dos contos de fadas e das convenções burguesas. Não há correspondência entre os móveis e as pinturas de todos os tipos, justapostos aleatoriamente nos dois andares, e as formas puras da arquitetura. Niemeyer não tratou a residência presidencial como um todo, com o interior e o exterior indissoluvelmente ligados, como Le Corbusier, Mies Van der Rhohe ou Aalto teriam feito. Essa falta de interesse por parte do arquiteto me parece bastante significativa. Por um lado, ela reflete o espírito da arquitetura brasileira, que é teatral, espetacular e voltada para o exterior; por outro, reflete a falta de design industrial no Brasil e a escassez de soluções para os problemas de design de interiores, um campo em que o sincretismo reina supremo. Esses dois fatos são, sem dúvida, apenas dois lados da mesma moeda." Tradução livre do autor a partir do original: CHOAY, Françoise. *Brasilia: une capitale préfabriquée*. Paris: *Artclair Éditions*, nº 59, 1959, p. 76–83.

época se afirmava como expressão simbólica do Estado brasileiro por meio da construção de Brasília.

Por outro lado, contrariando a crítica de Choay quanto à ausência de um design industrial desenvolvido e à escassez de soluções consistentes para os interiores – um campo em que, segundo ela, "o sincretismo reinava supremo" –, Vera Galli (1988) identifica nos anos 1960 um período de efervescência criativa em que o design brasileiro alcançava maturidade e começava a expressar uma identidade própria. Para Galli:

> O Lunik III[70] mostrava o lado oculto da lua. Mas a imaginação do homem dos anos 60 ia bem mais longe: o mundo despertava para uma nova aventura da inteligência e fazia uma revisão crítica dos valores culturais. No Brasil, surgia um pensamento independente, dinâmico, criativo e fundamentalmente voltado para a modernidade, ainda dentro do espírito dos tempos de JK. Isso se manifestava no jornalismo, na publicidade, na música popular, na arquitetura, nas artes plásticas, e também no móvel nacional. Nesses anos, vivia-se um jeito de ver e viver as coisas de maneira bastante eclética – e muito brasileira (Galli, 1988, p. 33).

A Bossa Nova e o Cinema Novo se espalhavam além das fronteiras do país, assim como o universo criativo de Oscar Niemeyer. A maturidade no design aparecia em nomes como Sergio Rodrigues – identificada no próprio nome de sua loja: Oca – e Geraldo de Barros[71], ambos responsáveis, segundo Galli (1988), na criação do móvel brasileiro de primeira grandeza.

---

[70] Lunik III, assim chamada a sonda espacial E-2A, Luna 3, foi lançada em outubro de 1959 pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As câmeras a bordo da Luna 3 capturaram uma série de imagens da superfície da lua. Essas fotografias, tiradas a uma distância de 63.500 a 66.700 quilômetros (39.457 a 41.445 milhas), foram as primeiras fotos já tiradas do lado mais oculto da Lua. O filme exposto das câmeras foi processado a bordo e depois transmitido para a Terra como sinais de televisão. Fonte: https://design.thisdayinaviation.com/tag/lunik-3/. Acesso em: 15, set, 2023.

[71] Geraldo de Barros (1923–1998), artista e designer brasileiro, incorporou princípios da arte concreta à produção de móveis, buscando aprimorar tanto a qualidade dos objetos quanto os processos produtivos. Em 1954, participou da fundação da Unilabor, comunidade operária voltada à fabricação seriada de móveis residenciais. A Unilabor destacou-se pelo design desenvolvido por Barros e por seu modelo de gestão participativa. Fonte:

CLARO, Mauro. **Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária**. São Paulo: Editora Senac, 2004, p. 64.

Nesse contexto, após a era JK, como ficou conhecido o governo de Juscelino Kubitschek, a implementação do plano urbanístico da nova capital, bem como a construção das obras arquitetônicas, até então em ritmo acelerado, sofreram uma abrupta interrupção em decorrência do golpe militar de 1964. A construção da sede do Ministério das Relações Exteriores foi uma das obras mais afetadas por contrariedades e limitações impostas por esse governo. Mesmo assim, em 21 de abril de 1970, apesar das dificuldades, o Palácio dos Arcos de Oscar Niemeyer foi inaugurado e a sede da diplomacia brasileira foi enfim transferida do Rio de Janeiro para Brasília.

De acordo com Wladimir Murtinho, a justificativa para a criação de um prédio de grandes dimensões se deu porque, ao contrário do período da República quando era o Palácio Presidencial que assumia as funções representativas, essa responsabilidade passa a ser do Itamaraty. As funções de representação demandavam, segundo o diplomata, espaços maiores e, por isso, foi necessário a separação das atividades entre os três blocos: um representativo, um administrativo e um complementar dedicado à documentação:

> Na realidade, embora não pareça, o ministério é extremamente inspirado no palácio que nós temos no Rio de Janeiro. Com efeito, o Palácio do Rio de Janeiro é constituído de um prédio antigo do século XIX, meados do século XIX, onde está o que nós chamamos na parte representativa do ministério. Temos depois uma ala grande, onde estavam os serviços e uma segunda ala, que completava isso, que era, onde está a biblioteca e os serviços de arquivo. Essa ideia de três diferentes prédios que caracterizou o ministério: um representativo, um de administração e um complementar que abrigaria a parte de documentação. É necessário dizer o seguinte: quando se iniciou, se iniciaram os entendimentos para a construção, havia muita dúvida sobre um ponto que é desconhecido e que é interessante traçar, devido a posição adotada pelo Itamaraty no começo da República... ao contrário dos outros países, a parte representativa da Presidência da República não é feito no palácio, mas sempre feito no Ministério das Relações Exteriores. Isso dá ao Ministério das Relações Exteriores responsabilidade de um lado, mas obriga a um também muito maior, seria inexplicável o tamanho que tem o Ministério das Relações Exteriores aqui em Brasília, se não tivéssemos a parte de representação. Mas isto foi muito discutido, como estavam já construídos o Alvorada e o Planalto e as festas iniciais de Brasília, até a inauguração do edifício, foram todas dadas, ou no Alvorada ou no Planalto não havia razão de continuar com a tradição da República (Murtinho, 1998, p. 2).

Após a construção, seus interiores passaram a abrigar um vasto acervo de obras de arte, objetos e mobiliário de diferentes períodos da história do país. Muitas peças foram trazidas do antigo Palácio do Rio de Janeiro, outras foram oferecidas como presentes por embaixadas estrangeiras e visitantes ilustres, além dos móveis especialmente projetados e produzidos para o edifício, como é o caso do sofá Conversadeiras de Bernardo Figueiredo, apresentado na figura 17. Esse conjunto, composto por elementos de épocas distintas, parece ter sido cuidadosamente pensado para conferir ao Palácio uma ambiência que equilibra modernidade e tradição e, ao mesmo tempo, para atender às funções diplomáticas.

Figura 17. Palácio Itamaraty. Sofá Conversadeiras – Bernardo Figueiredo, 1967.

Fonte: Acervo Bernardo Figueiredo.

Para Graça Ramos (Rossetti; Ramos, 2017), uma obra de arte exposta no Gabinete do Ministro de Estado, de acesso restrito ao público portanto, exemplifica a constante preocupação em associar modernidade e tradição na composição do acervo material do Palácio Itamaraty. Apresentada na figura 18, essa tapeçaria, é

conhecida como Mapa-bordado de Madeleine Colaço, uma peça que sintetiza essa dualidade ao reinterpretar um elemento tradicional – o bordado – em um contexto moderno.

Figura 18. Tapeçaria de Madeleine Colaço
Bloco representativo – Gabinete do Ministro de Estado

Fonte: Foto do autor, out./2023.

A obra combina técnica artesanal com uma abordagem inovadora, transformando um meio convencionalmente associado ao trabalho manual e decorativo em uma expressão artística de forte caráter simbólico e identitário. O bordado, técnica historicamente ligada à tradição brasileira, adquire um novo significado ao representar um mapa, deslocando-se do universo ornamental para um registro visual com forte carga histórica e geopolítica.

Essa ressignificação se intensifica pela própria técnica utilizada. Marie Cuttoli, nomeou essa técnica de "Ponto Brasileiro". Para a especialista francesa em tapeçaria, o ponto de bordado criado por Madeleine Colaço evoca brasilidade por sua trama poder ser comparada ao entrelaçamento dos passos do samba – daí o seu segundo nome: "samba bordado" (Rossetti; Ramos, 2017, p. 87).

A pedido de Wladimir Murtinho, Colaço utilizou esse ponto para reproduzir, em tapeçaria, o mapa desenhado em 1512 por Jerônimo, conferindo um caráter artístico e histórico à obra. De acordo com Graça Ramos, essa tapeçaria conta muito sobre a forma de agir de Murtinho e sintetiza a concepção de mundo e de Brasil que orientou a ambientação do Palácio. A tapeçaria, cujo título do mapa original era *Orbis Typus Universalis Tabula*, apresenta uma visão geopolítica inovadora para a época, destacando o Brasil em uma posição acima da linha do Equador, como o único país identificado nas Américas.

Murtinho, enquanto chefe do arquivo do MRE no Rio de Janeiro no final dos anos 1940, já conhecia a reprodução do mapa de Marini, guardado na mapoteca do ministério, considerando-o "a peça-chave de nossa história". Ao conceber a ambientação do novo palácio Itamaraty em Brasília, Murtinho encomendou a transposição do mapa para tapeçaria, estabelecendo um diálogo entre arte e diplomacia: "Quando começou a pensar a ambientação do novo prédio, veio a ideia de transpor para a tela a primeira carta a usar o nome Brasil na identificação da então colônia portuguesa" (Rossetti; Ramos, 2017, p. 87). Isso confere um peso simbólico à peça encomendada por Wladimir Murtinho, que, ao ser instalada no gabinete do principal executivo do Ministério das Relações Exteriores (MRE) valoriza a beleza e a técnica artesanal, ao mesmo tempo em que projeta uma leitura moderna e pós-colonial das relações internacionais.

De acordo com Ramos, a narrativa da produção dessa tapeçaria demonstra que, desde sua concepção, o acervo do Palácio Itamaraty procurou atender à função

representativa. O Palácio, além de ser um espaço para recepções diplomáticas e assinaturas de tratados internacionais, reflete a identidade do Brasil. Para Ramos, a escolha de obras de arte e mobiliário por Murtinho, foi feita de modo a exaltar a brasilidade, sem provocar atritos diplomáticos com autoridades estrangeiras.

> Visionário, Murtinho, o diplomata-curador escolheu obras de autores brasileiros ou de temática brasileira que não se caracterizam por uma expressão de imposição de força do Brasil frente a outros povos. Diferentemente, por exemplo, do que ocorria no antigo Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde pinturas de cenas de batalhas eram valorizadas, chegando a provocar constrangimentos. Em abril de 1969, menos de um ano antes da mudança definitiva do Ministério para Brasília, o então secretário-geral do órgão, Mozart Gurgel Valente Júnior, solicitou a retirada de sua sala da *obra O Conde d'Eu em Campo Grande*, de Charles Sheffeck. Alegou que, embora fosse uma "evocação grata aos brasileiros", às vezes, era pouco diplomática em tempos de paz. A solução encontrada parece inspirada em Brasília – onde já pontuava a arrumação cênica orquestrada por Murtinho: o óleo foi deslocado para outra sala. E atrás da mesa do secretário-geral foi instalada tapeçaria sem teor bélico (Rossetti; Ramos, 2017, p. 88).

Em termos de mobiliário e objetos, o Itamaraty reúne uma parte importante da história e das tradições do país por meio das peças antigas, datadas entre os séculos XVII e XIX, e das peças do século XX, com ênfase nos anos de 1950 a 1960. Oratórios, mesas e cadeiras usadas em casas, fazendas e igrejas em tempos mais antigos são apresentados em seus salões, gabinetes e salas de reuniões em conjunto com móveis de concepção moderna.

Em um breve percurso pelos ambientes internos – a partir do saguão de recepção do térreo, acessado pela passarela que atravessa o espelho d'água na fachada oeste –, o que se impõe, nos 36 metros de vão livre, é o grande vazio central. Entretanto, é justamente nesse vazio que se encontram dispostas algumas das criações mais importantes para a ambiência do edifício.

Entre elas, destaca-se a obra *Ponto de Encontro*, de Mary Vieira, um polivolume concebido em 1969. Como outras obras desenvolvidas por Vieira, insere-se na proposta da artista de criar esculturas interativas, concebidas para serem manipuladas, deslocadas

e reconfiguradas pelo público. No caso do Itamaraty, e para esta tese, essa peça tem especial importância por assumir a função de mobiliário, incorporando-se ao espaço com dupla vocação: estética e utilitária[72]. De acordo com Malou von Muralt[73], a instalação do polivolume de Vieira no Itamaraty exigiu três anos de planejamento, envolvendo desde o desenho da planta e a escolha dos materiais até o transporte, cálculos estruturais e reforço do piso. A própria artista acompanhou pessoalmente a instalação da obra, cuja inauguração coincidiu com a transferência oficial do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro para Brasília.

Além da escultura de Mary Vieira, apresentada na figura 19, outros elementos reforçam a ambiência do espaço: os jardins internos de Roberto Burle Marx; a escada helicoidal com forte caráter escultórico, projetada por Milton Ramos e Joaquim Cardozo; e os painéis de mármore branco em baixo-relevo concebidos por Athos Bulcão.

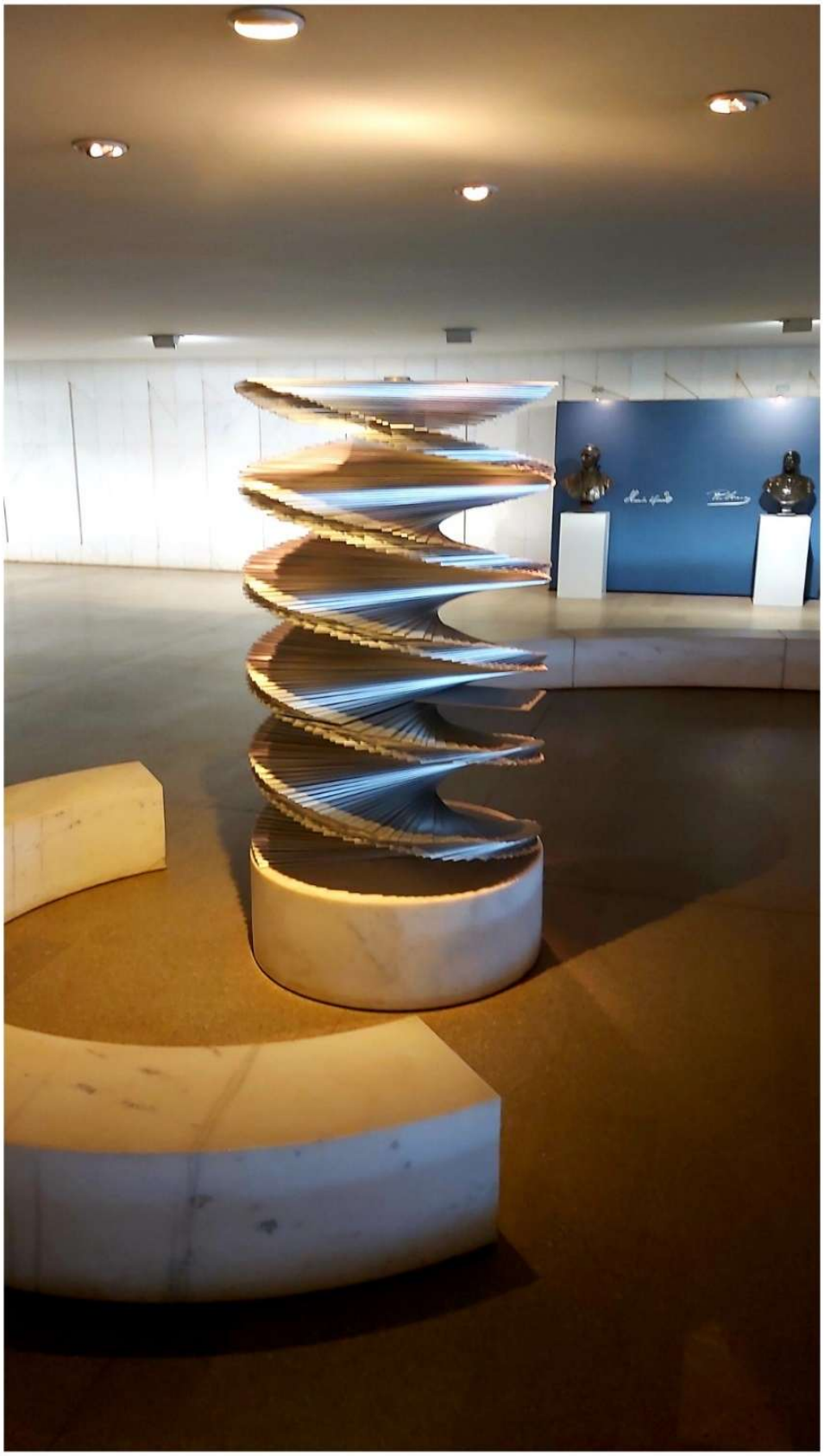
No subsolo, localiza-se o auditório, nomeado Wladimir do Amaral Murtinho, em que são realizadas palestras e conferências internacionais. Um painel escultórico, de autoria de Sergio Camargo (1930 – 1990), faz a separação entre *foyer* e auditório que é composto por poltronas desenhadas por Charles e Ray Eames e produzidas pela empresa de móveis Teperman.

O mezanino é dividido em duas partes pela treliça de Athos Bulcão: um saguão, destinado às cerimônias de entregas de condecorações, e a Sala de Tratados, com vista para o Ministério da Justiça. Nesta sala, há somente a grande mesa em Jacarandá, estilo D. João V.

[72] Essa abordagem articula princípios da arte cinética com preocupações de ordem funcional e participativa, características centrais da produção de Vieira.

[73] Malou von Muralt é pesquisadora e colecionadora suíça que se dedica à obra de Vieira. É responsável pela organização do Arquivo Brasileiro Mary Vieira, mantido por iniciativa própria em São Paulo. As informações sobre a artista utilizadas nesta tese, baseiam-se em conversas mantidas entre este pesquisador e von Muralt, bem como em seu relatório não publicado sobre o estado de conservação do polivolume instalado no Palácio Itamaraty. Atualmente, a pesquisadora trabalha na redação da biografia de Mary Vieira.

Figura 19. Escultura Ponto de Encontro – Mary Vieira, 1969
Bloco Representativo – Térreo



Fonte: Foto do autor Out./2023.

Figura 20. Luminária Revoada de Pássaros
Bloco Representativo – Sala Pedro I

Fonte: Foto do autor, 2023.

Outros móveis estão dispostos em salas cujas interligações são interrompidas por portas corrediças, usadas para dividi-las quando necessário. Destaca-se a Mesa dos Tratados, uma peça do século XIX em marchetaria francesa, estilo Napoleão III.

Na Sala Pedro I, cadeiras brasileiras e um arcaz em jacarandá do século XVIII acompanham uma tela de Jean-Baptiste Debret, Coroação de Pedro I, e outra tela, o original do Grito do Ipiranga, de Pedro Américo. Conclui o ambiente o tapete persa de 14 por 5 metros, um dos maiores do mundo e a luminária Revoada de Pássaros, apresentada na figura 20, de Pedro Corrêa de Araújo.

Na Sala Cândido Portinari, onde estão os quadros Gaúcho e Jangadeiros, do mesmo artista, encontram-se uma mesa em jacarandá e cedro com pés em pata de animal, sendo ela originária de Goiás e datada do século XVIII, época de D. João V, e um arcaz de sacristia em jacarandá lavrado.

Na Sala Duas Épocas, depara-se com duas escrivaninhas pertencentes ao Barão do Rio Branco e uma conversadeira em estilo vitoriano, do século XIX, originária da Bahia.

A Sala Brasília é uma grande sala de banquetes, cujas mesas têm capacidade para 180 pessoas. As cadeiras usadas atualmente, em jacarandá e couro, são do século XX (ver Apêndice). Nota-se que os móveis ganham destaque especial no Itamaraty de Brasília por meio do contraste entre antigo e moderno, em que marquesas, cadeiras e canapés coloniais, por exemplo, estão dispostos, ao mesmo tempo, em conjunto com peças modernas e telas de pintores contemporâneos.

Na varanda, estão localizados os jardins suspensos de Burle Marx contornados por esculturas de Alfredo Ceschiatti, Victor Brecheret, Maria Martins e os bancos de Sergio Rodrigues. À luz das considerações de Rossetti (2017, p. 59), a varanda do Palácio Itamaraty pode ser definida como uma reinterpretação monumental e institucional de um espaço tipicamente brasileiro de sociabilidade. Tal como as varandas tradicionais — vinculadas aos hábitos culturais de convivência pública,

coletiva ou familiar e caracterizadas por oferecer uma perspectiva privilegiada sobre a paisagem — a ampla galeria em arco que envolve o Palácio opera como limiar entre o interior diplomático e o exterior cívico de Brasília. Na experiência de quem olha através da varanda (figura 21), o jardim desempenha papel essencial: ele enquadra e valoriza as arcadas do Palácio. Essas arcadas, como observa Bruand (1991, p. 200), "constituem uma moldura excepcional para os principais monumentos da capital brasileira".

Figura 21. Palácio Itamaraty – Brasília. Bloco Representativo – Varanda (terceiro pavimento).

Fonte: Foto do autor. Out./2023.

Com relação ao mobiliário, duas categorias coexistem na composição da ambiência do Palácio: os móveis em uso cotidiano institucional e aqueles destinados à contemplação. Essa configuração, intencional, revela uma tensão entre funcionalidade e preservação – entre a transitoriedade imposta pelo uso diário e a permanência exigida pelas peças tratadas como museológicas.

A originalidade dessa situação reside no fato de que muitos dos móveis ainda em uso não foram projetados como elementos substituíveis, mas concebidos como

parte integrante da arquitetura, com valor simbólico e histórico. Móveis projetados por arquitetos e designers, produzidos nas décadas de 1950 e 1960, permanecem em uso nas salas cerimoniais e gabinetes do Palácio, desafiando os limites entre objeto funcional e patrimônio cultural. Essa problemática entre uso e preservação é o que será abordada a seguir.

### 3.2.3 Entre o uso e a preservação

Entre os diversos desafios que envolvem a preservação do patrimônio material, um dos mais complexos, refere-se aos bens que permanecem em uso nos espaços institucionais. Este é o caso do acervo de mobiliário do Palácio Itamaraty, cuja dupla função – de servir às práticas diplomáticas cotidianas e, ao mesmo tempo, de compor um legado histórico e estético – evidencia a tensão central no (des)equilíbrio entre uso e preservação.

Com peças assinadas por nomes de grande relevância para a história do design moderno brasileiro, o acervo ilustra os dilemas enfrentados quando objetos originalmente funcionais passam a ser também considerados testemunhos culturais. Em um contexto em que os móveis continuam a cumprir suas funções protocolares e institucionais, as questões sobre durabilidade, autenticidade e estratégias de conservação tornam-se inevitáveis.

Ao se tratar especificamente do móvel moderno, algumas questões são recorrentes à medida que se reconhece sua importância – pode-se dizer que tais questões não se restringem ao Itamaraty, mas estendem-se também aos demais palácios de Brasília, revelando problemáticas comuns relacionadas à preservação, uso e reconhecimento desse tipo de acervo. Como consequência da pouca atenção dada no Brasil à preservação do patrimônio material de natureza móvel ainda existentes em edifícios modernos, grande parte de um acervo fundamental para a história da arquitetura moderna, foi, e ainda é, perdida ou descartada. Tal circunstância é ainda mais agravada pela falta de informações precisas acerca de uma parte desses objetos e

mobiliário, já que nem todos possuem documentação comprovando autoria, datas de execução ou aquisição etc.

Além de questões relacionadas, em alguns casos, à falta de identificação, ou documentação – que ampliam a dificuldade em se constatar a autenticidade desse tipo de patrimônio, como por exemplo, a autoria dos projetos, materiais empregados e suas características modernistas – os esforços relacionados à preservação deparam-se com desafios que podem ser, em alguns casos, equiparados aos mesmos enfrentados pela conservação da arquitetura moderna.

Estendendo-se esse assunto ao debate sobre os meios contemporâneos de preservação, uma questão surge: as premissas de preservação aplicadas a edifícios da arquitetura moderna poderiam ser também aplicadas a objetos e mobiliários modernos? Acredita-se que essa indagação necessariamente integra as decisões relativas ao que preservar/restaurar e quais métodos usar para esse fim (Macdonald, 2019). No caso de mobiliário e objetos, ainda que, nos últimos tempos o assunto tenha atingido um reconhecido grau de importância[74], faz-se necessário identificar diretrizes que ofereçam suporte para essas decisões.

Considerando-se que a modernização do mobiliário no Brasil fez parte de um contexto muito abrangente, é conveniente lembrar algumas peculiaridades que envolveram o seu surgimento. Seu processo de modernização teve direta ligação com a introdução da arquitetura moderna no país e as principais ideias e conceitos relativos ao tema acompanharam de perto o processo de amadurecimento dessa arquitetura (Santos, 1995).

Essas questões necessitam de mais investigação, mas é possível perceber que quanto mais se aprofunda no estudo do móvel moderno brasileiro, mais se questiona o

[74] Algumas iniciativas de recuperação e restauro, como a que envolveu o IPHAN e o Instituto Federal de Brasília – IFB, que no ano de 2017, empreenderam a Oficina-Escola de Restauro com alunos do Curso Técnico em Moveis. Nessa oficina foram restaurados itens da UnB, da Presidência da República e do Palácio do Itamaraty e, ainda, peças do Museu Vivo da Memória Candanga. Fonte: Oficina-Escola de Restauro de Mobiliário Moderno. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; IPHAN. 1a edição. Brasília: IFB, 2018, p. 9.

consenso construído sobre o impulso que a arquitetura moderna teria dado a ele. As dificuldades e avanços ocorridos na arquitetura expressavam-se também no campo do design. Questões sobre industrialização e efetivação do produto nacional – como produção em série em confronto com produção artesanal; cópia de exemplares estrangeiros em contraponto com a busca de uma linguagem nacional – eram assuntos que dominavam as discussões no campo da arquitetura e aplicavam-se também ao incipiente design brasileiro em todas as suas vertentes. Foi predominante, no início, a importação e assimilação de ideias e conceitos internacionais, mas, aos poucos, a essas ideias foram incorporados elementos e materiais que distinguem o móvel moderno produzido no Brasil. Como exemplo de tais elementos, pode-se ressaltar a introdução de concepções incomuns para a época, a utilização de novos materiais, com ênfase para os nacionais, e o uso de processos inovadores de produção, tudo isso resultando em uma produção seriada das peças.

A utilização de elementos representativos da cultura popular na tentativa de obter-se um desenho nacional – como nas peças de mobiliário de Lina Bo Bardi, Joaquim Tenreiro, Zanine Caldas, Sergio Rodrigues e Bernardo Figueiredo, entre outros – propiciou, ao mesmo tempo, uma ruptura com os antigos "estilos" importados e a criação de uma linguagem formal própria. Muitas dessas características foram resultantes de experimentações, o que é inerente ao processo criativo. Foram experiências com a utilização do metal, principalmente o aço, em combinação com a madeira e as improvisações com o couro. No Itamaraty, as peças de mobiliário modernos ainda existentes se inserem nessa nova feição e na busca de coerência entre arquitetura e seus complementos materiais.

Os desenhos de Bernardo Figueiredo para a Cadeira Bahia (1960) e para a Cadeira dos Arcos (1967), por exemplo, deixam clara essa intenção. Figueiredo projetou também para o Palácio uma série de móveis de grandes dimensões e outros mais delicados, todos executados em madeiras nobres. A Cadeira Bahia, figuras 22 e 23, embora não tenha sido criada especificamente para o Palácio, foi usada na sala de

mesmo nome e em vários espaços mais restritos, como o gabinete do Ministro de Estado. Junto às cadeiras de Figueiredo, na figura 23, vê-se a mesa Eleh (1965) de Sergio Rodrigues, e a obra II Díptico (2010)[75]. A Cadeira Bahia, em jacarandá e palha trançada, remete às cadeiras brasileiras tradicionais e representa o avanço da indústria moveleira nacional pelo uso de máquinas para desenvolver fixações rígidas. A peça expressa a síntese entre tradição formal e inovação técnica.

Em madeira maciça de jacarandá e com estofamento em couro, a Cadeira dos Arcos foi criada em 1967 especialmente para o salão de banquetes e seu desenho não foi liberado, até então, pelo arquiteto para a comercialização[76]. A cadeira tem especial importância pela técnica utilizada na colagem de suas partes e na curvatura da madeira – recurso frequentemente explorado por Figueiredo – para obter um desenho em que o encosto e o assento se apresentam como uma peça única. O trabalho com a costura do estofamento em couro, com desenho referenciado nos arcos do palácio, também demostra o domínio de uma habilidade de acabamento mais apurada.

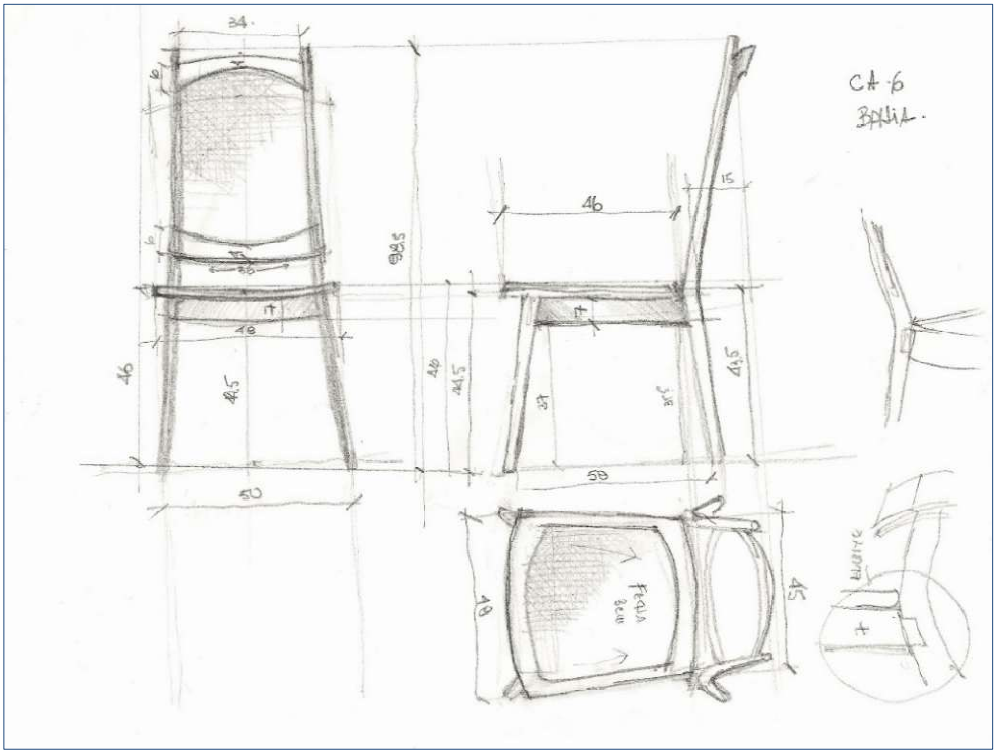
A Cadeira dos Arcos torna-se um exemplo da dualidade entre transitoriedade e permanência, proposta no título desta tese. Sua presença em ambientes diplomáticos do Palácio evidencia a tensão entre objetos submetidos ao uso cotidiano – e, portanto, mais suscetíveis ao desgaste – e aqueles destinados à contemplação, cuja preservação tende a ser mais duradoura.

---

[75] Obra de Ana Muglia (1951), artista premiada no III Concurso Itamaraty de Arte Contemporânea (2013), desenvolveu sua trajetória artística na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, Rio de Janeiro. Fonte: Exposição Virtual Elas no Itamaraty: Artistas Mulheres no Acervo do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://design.gov.br/mre/pt-br/assuntos/palacio-itamaraty/patrimonio-historico/elas-no-itamaraty-artistas-mulheres-no-acervo-do-ministerio-das-relacoes-exteriores>. Acesso em jun. 24.

[76] Em 2024, em celebração os 90 anos de nascimento de Bernardo Figueiredo (1934-2012), a cadeira Arcos foi reeditada pela fábrica de móveis Schuster e entrou, pela primeira vez, no circuito comercial. Fonte: SCHUSTER. Disponível em: https://moveis-schuster.com.br/a-schuster. Acesso em: 19 dez. 2024.

**Figura 22.** Cadeira Bahia - Croqui de Bernardo Figueiredo, 1960




Fonte: Acervo Bernardo Figueiredo.

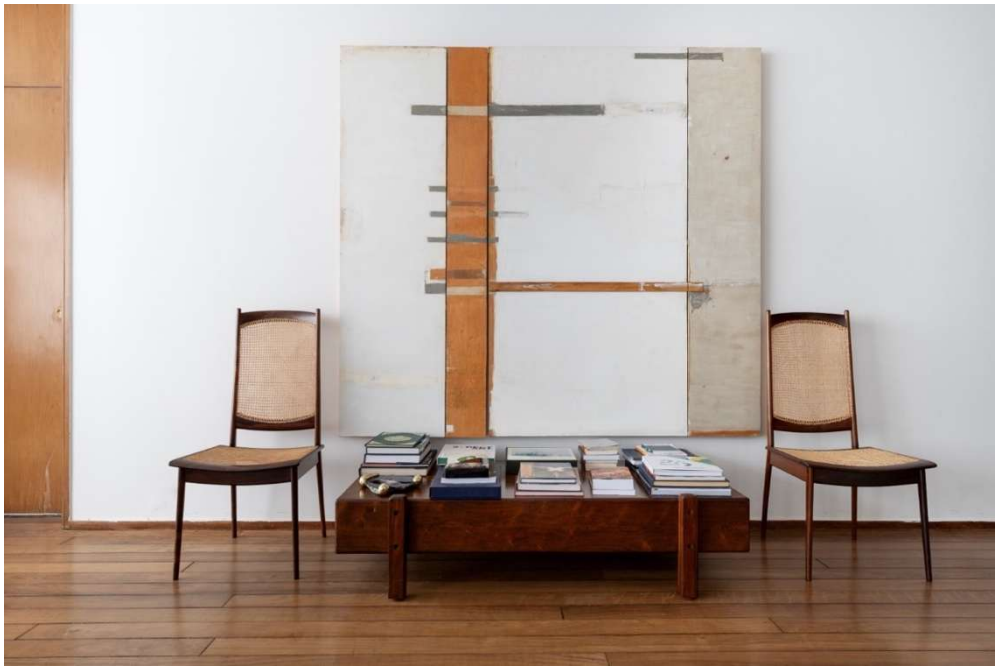


**Figura 23.** Cadeiras Bahia – Gabinete do Ministro de Estado
Fonte: Foto Paula Caruso.

Na figura 24, observa-se a ampla utilização dessa peça nos primeiros anos de funcionamento do edifício, durante o discurso do então presidente da República, Arthur da Costa e Silva, em 1968. Já na figura 25, registram-se exemplares da mesma cadeira em uso recente, indicando sua permanência ao longo do tempo, ainda que sujeita às marcas da utilização contínua.

Figura 24. Palácio Itamaraty (1968) – Discurso de Costa e Silva

Fonte: Acervo Bernardo Figueiredo.

Outro exemplo que ilustra a tensão entre conservação e uso pode ser observado no Gabinete do Ministro de Estado, mobiliado com peças modernas e exemplares mais antigos datados do século XIX. Destacam-se, nesse ambiente, a Mesa Itamaraty e um raro tapete persa, que compõem o conjunto.

Figura 25. Cadeiras dos Arcos, de Bernardo Figueiredo

Fonte: Fotos do autor, 2024.

A Mesa Itamaraty, projetada por Rodrigues, apresenta, conforme o desenho original reproduzido na figura 26, uma estrutura robusta em madeira. Seu peso considerável seria, em princípio, amenizado pelos acabamentos em latão posicionados na base das pernas, que funcionariam como elementos de transição entre a madeira e o piso. No entanto, na configuração atual, a presença da mesa sobre o tapete representa um fator de risco à sua conservação, uma vez que esses acabamentos não têm sido suficientes para atenuar a pressão exercida.

A Cadeira Kiko, também de autoria de Rodrigues, apresenta, em sua versão atual, rodízios que facilitam a movimentação, mas que igualmente oferecem potencial desgaste ao tapete. Para este caso, conforme pode ser visto na figura 27, foi adotada uma solução paliativa: a instalação de uma placa de acrílico sob a cadeira, com o intuito de reduzir o atrito dos rodízios sobre o tecido.

Essa dualidade entre transitoriedade e permanência, entre uso e conservação nos leva a questões que, mesmo relacionadas às premissas de preservação da arquitetura, podem também abranger objetos e mobiliário.

Para explorar essa possibilidade, recorre-se a Aloïs Riegl (1858-1905). Embora, no âmbito de suas reflexões, trate principalmente de bens arquitetônicos, é possível traçar um paralelo com a questão do patrimônio mobiliário.

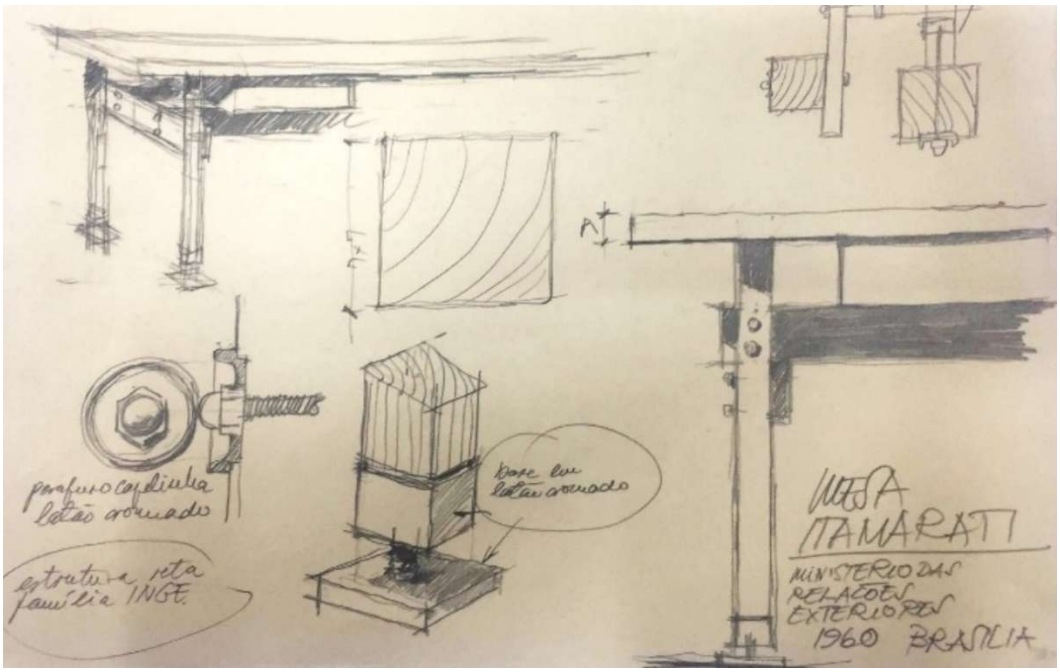
Aloïs Riegl, em seu livro *O Culto Moderno dos Monumentos* (*Der moderne Denkmalkultus*) continua a elucidar dúvidas relativas à conservação de testemunhos do passado. O autor pondera sobre os valores que incidem sobre um bem, classificando-os. Ele reconhece que esses valores são relativos a dimensões específicas do bem a ser avaliado. A tensão entre esses valores é o que auxilia a pensar a proteção de objetos como patrimônio.

Os valores distinguidos por Riegl estão divididos em Valores de Rememoração e Valores de Contemporaneidade. Os Valores de Rememoração abrangem outros três valores: o histórico, o de rememoração intencional e de antiguidade.

O valor histórico é o mais abrangente, dotado de singularidade e insubstituível, pode ser postulado para qualquer traço sobrevivente do passado. A esse valor interessa a integridade do objeto, ou seja, que suas características não tenham sido alteradas. Por isso, o valor histórico reclama os trabalhos de recuperação e restauro, garantindo perenidade do objeto como fonte histórica.

O valor de rememoração intencional, segundo Riegl, impede quase que definitivamente que um monumento sucumba no passado e o guarda sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras. Também, o postulado de base desse tipo de valor é a restauração, impedindo seu desaparecimento.

Figura 26. Desenhos de Sergio Rodrigues para a Mesa Itamaraty – 1960




Fonte: Arquivo do MRE.

Figura 27. Mesa Itamaraty e cadeira Kiko Alta – Gabinete do Ministro de Estado

Fonte: Foto do autor, 2024.

O valor de antiguidade define-se por ser aquele detentor de maior poder de sensibilização para a massa e o público culto, "[...] as marcas do tempo provocam um sentimento de piedade em relação aos velhos edifícios e objetos, e indicam, antes de qualquer valor, o sentimento da passagem do tempo" (Peixoto; Vicentine, 2006, p. 39), o valor de antiguidade opõe-se ao apagamento das marcas temporais.

Os valores de contemporaneidade respondem às expectativas dos sentidos ou do espírito e, por isso, Riegl os dividiu em dois: para responder às expectativas dos sentidos, Riegl fala de valor de uso prático, ou simplesmente valor de uso. Para atender ao espírito, ele fala em valor de arte. O valor de uso, conforme Peixoto e Vicentine (2006, p. 39), "[..] refere-se aos edifícios e obras antigas que continuam a ser utilizados e que não devem pôr em risco a vida daqueles a quem abrigam [...]", enquanto o valor de arte subdivide-se também em dois: o valor de arte relativa e valor de novidade.

O valor de arte relativa está em sintonia com sua época e significa admitir que haja nas obras de arte um valor que está relacionado ao tempo, às crenças e aos valores da época em que foram realizadas. É nesse sentido que Riegl propõe o conceito de *Kunstwollen*, que, na tradução brasileira, significa a unidade da produção de arte de uma determinada época ou a "vontade artística".

Riegl argumenta que essa classe de valor artístico relativo somente passou a ser apreciada, ao menos após o início da época moderna, por aqueles que possuem cultura estética. Ao contrário do que ocorre com o último valor, o valor de novidade, o mais acessível ao grande público, pois está relacionado à forma, cores e integridade dos objetos e, por isso pode ser apreciado por todo indivíduo, mesmo por aquele "pouco culto". O valor de novidade opõe-se, por definição, ao valor de antiguidade e só pode, então, ser preservado por meio de medidas contrárias a este, ou seja, ele exige o restauro.

Nessa perspectiva, pode-se considerar o acervo material do Itamaraty de Brasília, pertencentes às classificações mais abrangentes de Riegl, pois são verificados neles a

incidência, ao mesmo tempo, de valores de rememoração, de contemporaneidade e de arte. Sua participação nos primeiros valores de rememoração é justificada por seu próprio caráter histórico, pois os móveis modernos contam uma história, ou seja, ao se investigar sobre sua criação e execução, descobre-se muito da história de seus criadores e, consequentemente, dos primeiros anos de implementação da cidade. Portanto, eles são uma fonte histórica e, como tal, merecem salvaguarda.

Como valor de antiguidade, em um país onde a memória raramente ocupa lugar central, até mesmo testemunhos recentes adquirem relevância patrimonial; é o caso do mobiliário moderno do Itamaraty, cuja preservação se impõe. Paralelamente, tais peças mantêm valor de contemporaneidade: muitas continuam em uso institucional (valor de uso) e conservam qualidades estéticas reconhecidas por especialistas e público (valor de arte relativa), como se vê nas criações de Bernardo Figueiredo ou de Sergio Rodrigues.

O quadro 14 sintetiza a classificação dos valores distinguidos por Riegl, apresentando suas respectivas definições e características.

Esse entrelaçamento de valores encontra eco em reflexões de Carvalho (2023) sobre a arquitetura moderna: ao analisar os referenciais de Riegl, o autor observa que o valor de antiguidade torna-se menos evidente quando alterações sucessivas apagam ou complexificam a leitura original. Para que esse valor permaneça perceptível, é indispensável uma cultura de preservação que reconheça, documente e comunique a materialidade histórica dos bens antes mesmo de seu tombamento – condição que vale tanto para edifícios quanto para objetos.

Desse modo, embora os argumentos de Riegl tenham sido formulados a partir da experiência arquitetônica, seus princípios podem ser estendidos ao mobiliário institucional. Tal como nas construções, identificar e equilibrar valores de antiguidade, uso e arte pressupõe olhar sensível para a matéria, para a trajetória histórica e para a permanência simbólica das peças em seu contexto original, assegurando-lhes proteção sem desvinculá-las de sua função representativa.

Quadro 14. Valores de Riegl

| Categoria | Valor | | Definição | Características |
|---|---|---|---|---|
| Valor de Rememoração | Valor Histórico | | Singularidade de um bem como testemunho insubstituível do passado. | Salvaguarda da integridade física; recuperação e restauro, garantindo perenidade do objeto como fonte histórica. |
| | Valor de Rememoração intencional | | Manutenção deliberada do bem na memória coletiva. | Restauração para evitar perda do objeto. |
| | Valor de Antiguidade | | Emoção estética provocada pelas marcas do tempo. Detentor de maior poder de sensibilização para a massa e o público culto. | Opõe-se ao apagamento das marcas temporais: evita o apagamento de pátina e dos sinais de envelhecimento. |
| Valor de Contemporaneidade | Valor de Uso | | Capacidade do bem de atender a funções atuais com segurança. | Adequações que não comprometam valores de rememoração. |
| | Valor de Arte | Valor de Arte relativa | Reconhecimento estético dentro do *Kunstwollen* da época. | Garante legibilidade formal e material. |
| | | Valor de Novidade | Atrativo da forma íntegra, "como novo". | Restauração para reintegrar partes faltantes. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Peixoto e Vicentine (2006).

Nesse sentido, considerar o mobiliário moderno do Itamaraty – assim como os existentes em outros edifícios públicos de Brasília – a partir dos valores patrimoniais de Riegl pode justificar sua preservação. Mesmo com toda a subjetividade da sociedade moderna, de acordo com Peixoto e Vicentine (2006), Riegl ainda aponta um caminho e indica que é possível, portanto, decidir qual valor incide sobre o objeto e qual deve ser a atitude de quem o recebe: guardá-lo, deixá-lo degradar-se, usá-lo, restaurá-lo etc.

Reportando-se ao debate contemporâneo, Macdonald (2009) discorre sobre os desafios que surgem para a conservação de lugares do século XX, principalmente suas implicações nas tomadas de decisões para a conservação da arquitetura moderna. Como salienta a autora, o Comitê Especialista Internacional do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) definiu o escopo de interesse em torno de quatro questões-chave específicas para a conservação de edifícios do século XX. Elas englobam:

identificação; questões técnicas; especificidade do design e do contexto social e questões da adaptabilidade de edifícios modernos para novos usos. Para Macdonald, as dificuldades técnicas que surgem quando se conservam os lugares do século XX, foco de seu texto, decorrem da tecnologia específica de execução e de materiais utilizados.

Fazendo-se um paralelo com o caso do mobiliário, a utilização de materiais novos para a época, a produção em massa e os conflitos que surgem com a aplicação de metodologias de restauro atuais são desafios a serem enfrentados. Tais questões, não exatamente de forma genérica para todos os casos, assemelham-se às dificuldades atuais relacionadas à conservação de mobiliário moderno. Em Brasília, por exemplo, o problema de identificação, que inclui questões decorrentes da falta de reconhecimento, é um dos causadores de sua não conservação. No caso dos edifícios públicos, desconhece-se a autoria de uma grande quantidade de móveis existentes em seus interiores.

Ao transpor esses parâmetros para o contexto do Palácio Itamaraty, algumas questões se impõem. Um dos dilemas centrais envolve a substituição de peças danificadas por réplicas – prática ainda não adotada no Itamaraty quando se trata de mobiliário histórico. Restaurar ou substituir? Essa é uma questão cada vez mais presente na rotina de gestão do acervo, exigindo decisões delicadas e criteriosas. A restauração de partes desgastadas suscita o debate sobre a autenticidade dos bens culturais móveis, impondo escolhas que devem equilibrar a preservação de seus valores históricos e materiais com a continuidade de sua função simbólica nos espaços de representação.

Como exemplo das complexidades envolvidas, pode-se mencionar o caso da Poltrona Rei (figura 28), criada por Bernardo Figueiredo em 1967 para compor o mobiliário do Salão de Baile do Palácio como peça complementar ao Sofá Rei – este, atualmente inexistente. Produzida originalmente em madeira jacarandá e com estofado em tecido de padrão Marajoara, a poltrona teve várias unidades confeccionadas. Essa trajetória de alterações materiais torna evidente, além do desgaste físico, uma

transformação simbólica: a peça, antes concebida para ocupar os salões nobres e compor a ambiência cerimonial, passou a circular por espaços de uso comum, perdendo parte de sua configuração original e do significado institucional que lhe foi atribuído. Tal deslocamento reforça o dilema entre permanência e transitoriedade, entre conservação patrimonial e funcionalidade cotidiana.

Figura 28. Palácio Itamaraty. Poltronas e Sofá Rei – Bernardo Figueiredo, 1967

Fonte: Acervo Bernardo Figueiredo.

Considerando esses exemplos, o uso contínuo de peças com mais de meio século de existência levanta uma questão prática e urgente: por quanto tempo esses objetos poderão suportar o desgaste natural de seu uso institucional sem comprometer sua integridade física e simbólica?

Torna-se claro que a não existência de diretrizes capazes de oferecer suporte às decisões para a sua conservação, torna o mobiliário vulnerável a modificações não controladas, como demonstrado nas figuras 29 e 30. O acervo pode, dessa maneira, ser descaracterizado, mesmo seguindo uma prática de boas intenções em recuperá-los. É importante acrescentar que, no caso do mobiliário, outros desafios, além das questões técnicas, interferem em sua conservação.

Figura 29. Poltrona Rei (1967), de Bernardo Figueiredo.

Fonte: Acervo Bernardo Figueiredo.

Figura 30. Poltrona Rei em três momentos.

| | | |
|---|---|---|
| | | |
| 2017<br>Levantamento fotográfico | 2018<br>Exposição Desenhando para um Palácio | 2024<br>Situação atual |

Fonte: Fotos do autor.

Questões burocráticas, que retardam os processos para recuperação e restauro, e ausência, em alguns casos, de documentação que comprove a autoria dos projetos, são as mais recorrentes. Em muitos casos, a catalogação de mobiliário nesses edifícios não leva em consideração suas características modernistas, não os distinguindo, portanto, dos demais móveis, novos ou antigos, que ambientam esses espaços.

Essas questões reforçam a necessidade de que os debates sobre preservação patrimonial no Brasil passem a incluir, de forma mais sistemática, os móveis e objetos modernos ainda presentes nos interiores de edifícios públicos como o Itamaraty. No entanto, a complexidade dessa tarefa não se restringe ao mobiliário. Ao considerar a preservação do patrimônio do Palácio de modo mais abrangente, torna-se evidente que os desafios enfrentados na conservação de seu acervo material encontram paralelo direto na situação de seu acervo documental.

Tal problemática insere-se em uma tendência internacional de organização, valorização e difusão dos acervos vinculados à arquitetura, ao urbanismo e ao design. O capítulo seguinte amplia essa análise ao consolidar os principais resultados da pesquisa e propor um possível caminho para a preservação integrada dos acervos material e documental do Palácio Itamaraty. Para isso, examinam-se estratégias de preservação baseadas em metodologias contemporâneas que integram acervos documentais, materiais e, em alguns casos, os próprios edifícios. A partir desse panorama, sugere-se uma possível solução para o caso do Palácio Itamaraty.

4

# 4 DO OBJETO ISOLADO AO SISTEMA INTEGRADO

Este capítulo apresenta um panorama sobre a valorização de acervos de arquitetura, urbanismo e design, evidenciando como instituições de referência vêm ampliando o acesso público a eles por meio da digitalização e da difusão online. O caso português – marcado por iniciativas de integração e divulgação de documentos de arquitetura, urbanismo e design – é analisado como exemplo particularmente revelador dessa nova dinâmica.

Em seguida, examinam-se estratégias de preservação baseadas em metodologias contemporâneas que integram acervos documentais, materiais e, em alguns casos, os próprios edifícios. A partir dessas experiências, sugere-se uma solução aplicável ao Palácio Itamaraty, no intuito de minimizar a tensão entre uso institucional e preservação patrimonial.

## 4.1 A CRESCENTE VALORIZAÇÃO DOS ACERVOS DE ARQUITETURA

Atualmente, uma significativa quantidade de instituições espalhadas pelo mundo abriga importantes acervos de arquitetura, urbanismo e design. Esses acervos incluem uma gama variada de documentos, desenhos, maquetes, fotografias, objetos e outros suportes que juntos formam um registro da prática dessas disciplinas ao longo do tempo. Além de preservarem esse patrimônio, tais instituições proporcionam um acesso importante a pesquisadores, profissionais e público em geral, permitindo a análise e a valorização dos contextos históricos e sociais que influenciaram as suas concepções.

Em quase todas, o acesso é particularmente facilitado por meio da digitalização completa dos arquivos e da sua disponibilização na *Web*, o que gera um fluxo de informações de âmbito global. O quadro 13 representa um levantamento elaborado por continente, de instituições de relevância internacional dedicadas à documentação, preservação e estudo da arquitetura em diferentes regiões do

mundo. Essas instituições desenvolvem um papel importante na conservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, desenvolvendo pesquisas e tornando acessível acervos fundamentais para a compreensão e estudo da história da arquitetura.

O *Canadian Center for Architecture* (CCA) pode ser considerado um bom exemplo no avanço na forma como os documentos de arquitetura são descritos, arquivados e disponibilizados. A instituição busca ir além da simples catalogação de desenhos arquitetônicos, dedicando-se também em identificar e corrigir ausências e sub-representações que podem ocorrer nas descrições das documentações. Isso se torna importante porque, segundo Israel Guarda (2022), a documentação arquitetônica muitas vezes não reflete a natureza colaborativa do processo de criação arquitetônica, em que várias pessoas e diferentes disciplinas estão envolvidas.

Para Guarda, em muitos arquivos de arquitetos, a participação de colaboradores continua a ser omitida, sejam eles arquitetos, desenhistas e de profissionais de outras formações, envolvidos diretamente com a atividade do escritório, ou ateliê.

Em uma visão contemporânea sobre essa problemática dos arquivos de documentação arquitetônica, o CCA, em setembro de 2020, lançou uma catalogação crítica, conhecida como "descrição reparadora"[77], que visa abordar e corrigir injustiças e exclusões nas descrições dos objetos da coleção, promovendo uma representação mais justa e completa da história e da prática arquitetônica[78].

[77] Descrição é o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa. Fonte: Arquivo Nacional (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, Publicações Técnicas; nº 51.

[78] Fonte: *Canadian Center for Architecture* (CCA). Disponível em: https://design.cca.qc.ca/en/about-collection. Acesso em 27 jun 2024.

Quadro 15. Instituições dedicadas à documentação, preservação e estudo da arquitetura

| | | |
|---|---|---|
| 1 | América do Sul | 1. Casa da Arquitetura - Curitiba, Brasil.<br>2. Centro de Documentação Edgar Graeff (CEDIARTE) - Brasília, Brasil.<br>3. Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo (IAB) - Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil.<br>4. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, UFRJ, UFMG - Brasil.<br>5. Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana (CEDODAL) - Buenos Aires, Argentina.<br>6. Centro de Documentación de Arquitectura design Construcción (CEDAC) - Santiago, Chile.<br>7. Centro de Documentación del Instituto de Historia de la Arquitectura (FADU-UDELAR) - Montevidéu, Uruguai.<br>8. Centro de Investigación, Documentación design Asesoría Poblacional (CIDAP) - Lima, Peru. |
| 2 | América do Norte | 1. Canadian Centre for Architecture (CCA) - Montreal, Canadá.<br>2. The Getty Research Institute (GRI) - Los Angeles, EUA.<br>3. Architectural Archives of the University of Pennsylvania - Filadélfia, EUA.<br>4. The Architectural League of New York - Nova York, EUA.<br>5. The Museum of Modern Art (MoMA) - Department of Architecture and Design, Nova York, EUA.<br>6. The Art Institute of Chicago - Architecture and Design Collection, Chicago, EUA.<br>7. Syracuse University School of Architecture Archives - Syracuse, EUA.<br>8. National Museum of African Art - Smithsonian Institution, Washington, D.C., EUA. |
| 3 | Europa | 1. Casa da Arquitectura - Matosinhos, Portugal.<br>2. Architekturmuseum der Technischen Universität München - Munique, Alemanha.<br>3. The Royal Institute of British Architects (RIBA) Library - Londres, Reino Unido.<br>4. Museum of Architecture and Design (MAO) - Ljubljana, Eslovênia.<br>5. Fondazione Giacomo Matteotti - Roma, Itália.<br>6. Centre Pompidou - Bibliothèque - Paris, França.<br>7. Vitra Design Museum - Weil am Rhein, Alemanha.<br>8. The Royal Academy of Arts - Londres, Reino Unido.<br>9. The CIVA (Centre International pour la Ville, l'Architecture et le Paysage) - Bruxelas, Bélgica. |
| 4 | África | 1. Architectural Archives of the University of the Witwatersrand - Joanesburgo, África do Sul. |
| 5 | Ásia | 1. National Museum of Modern Art - Architecture Department - Tóquio, Japão.<br>2. National Museum of Modern Art - Architecture Department - Tóquio, Japão.<br>3. The Center for Architectural Research and Design (CARD) - National University of Singapore, Singapura.<br>4. Korean Architecture Archives - Korea Institute of Architecture, Seul, Coreia do Sul.<br>5. Hong Kong Architecture Centre (HKAC) - Hong Kong, China. |
| 6 | Austrália | 1. State Library of New South Wales - Sydney, Austrália.<br>2. The National Archives of Australia - Canberra, Austrália.<br>3. University of Melbourne Archives - Melbourne, Austrália. |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Costa (2019) e Ferreira (2021).

Essa iniciativa, embora pareça comum, é um dos raros casos de instituições de guarda de documentação que se preocupam com a descrição integral de documentos com o intuito de reparar, as omissões significativas. Nesse sentido, de acordo com Guarda (2022, p. 100), "é essencial desenvolver métodos de trabalho que capturem de forma mais precisa a produção arquitetônica, suas motivações e o contexto em que os documentos foram gerados". Essa crescente preocupação com a documentação mais fiel ao processo de criação da arquitetura tem impulsionado iniciativas de preservação e estudo dos acervos, valorizando os esforços para catalogar, digitalizar e divulgar documentos e objetos.

Portugal está inserido nesse debate atual de maneira notável[79]: O país tem se destacado por iniciativas que envolvem a preservação e estudo de seus acervos de arquitetura, com instituições como a Casa da Arquitectura (CA), em Matosinhos; Centro de Documentação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS); Fundação Serralves – estas localizadas no Porto; Museu da Fundação Calouste Gulbenkian e Forte de Sacavém, em Lisboa. Estas instituições acolhem arquivos de arquitetos ou arquivos de outras instituições com documentação de arquitetura. Além delas, o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e o Arquivo da Direção Geral de Construções Escolares também detém documentação de arquitetura, só que resultantes de suas próprias atividades ou de órgãos em sua dependência.

[79] Como parte do doutorado sanduiche, com bolsa da CAPES, no Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra – Portugal, de abril a junho de 2024, este pesquisador empreendeu pesquisa sobre alguma das principais instituições, em Portugal, que possuem acervos de arquitetura, urbanismo ou design, separadamente ou em conjunto. O objetivo da pesquisa não foi se aprofundar em seu funcionamento técnico e arquivístico, devido ao pouco tempo disponível, mas compreender como essas instituições conseguem se manter ativas e atrair público considerável para suas exposições. Embora os acervos pertencentes a essas instituições tenham características semelhantes, não se pode fazer um comparativo entre elas devido a grande diferença de tipos de governança e administração e disponibilização: são instituições que diferem entre privadas, públicas e acadêmicas. Ao mesmo tempo, durante esse período em Portugal, este pesquisador concluiu o Curso de Pós-graduação em Arquivos de Arquitetura, pela Universidade Autonóma de Lisboa. O presente texto se apoia nessas duas experiências.

Ganhando maior relevância, essas iniciativas refletem o reconhecimento da importância de proteger e estudar o patrimônio arquitetônico e urbanístico, ao mesmo tempo em que o conectam ao contexto global de preservação e pesquisa.

A Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitectura, localizada em Matosinhos, Porto, abriga importante acervo arquitetônico, incluindo a maior parte dos primeiros 30 projetos de Álvaro Siza, desenvolvidos antes de sua premiação com o Prêmio Pritzker. A cidade também é conhecida por obras de renomados arquitetos como Fernando Távora, Eduardo Souto de Moura, Alcino Soutinho, além do recente projeto inovador do novo terminal de cruzeiros de Leixões, assinado por Luís Pedro Silva.

Fundada com o objetivo de estabelecer no país o primeiro centro internacional dedicado à exposição, arquivo, estudo e valorização da arquitetura e da arte, a Casa se consolidou como uma referência. Atualmente, seu acervo inclui mais de 500 maquetes de projetos do arquiteto Eduardo Souto de Moura, também vencedor do Prêmio Pritzker, além dos já mencionados acervos de Paulo Mendes da Rocha e Lúcio Costa.

Tendo como principal objetivo contribuir de forma atuante para a reflexão e a pesquisa no campo da arquitetura, a Casa abriga coleções próprias que incluem espólios, acervos, projetos, bibliografias e documentos com acesso público. Sua posição é ser promotora de novas narrativas e discursos que abrangem o passado, o presente e o futuro da arquitetura, aproximando-a de públicos mais amplos, para além dos limites profissionais[80]. Um de seus focos é envolver novos públicos, especialmente jovens, por meio de abordagens claras e acessíveis, capazes de estabelecer diálogos com os visitantes. A intenção é incentivar o público a participar

[80] Nuno Sampaio, diretor-executivo da Casa da Arquitectura, em matéria do site ArchDaily Brasil, publicada em 14 de dezembro de 2016. Fonte: Equipe ArchDaily Brasil. Casa da Arquitectura: Primeira Instituição que une acervo e exposições exclusivamente de arquitetura em Portugal.

Disponível em: <https://design.archdaily.com.br/br/800932/casa-da-arquitectura-primeira-instituicao-que-une-acervo-e exposicoes-exclusivamente-de-arquitetura-em-portugal> ISSN 0719-8906. Acesso em: 19 ago. 2024.

ativamente, sendo interlocutores críticos e engajados, dentro de um espaço inclusivo e acessível.

A Casa tem como meta participar de uma Rede Nacional de Arquivos de Arquitetura, promovendo a troca de informações e auxiliando no tratamento de acervos mantidos por outras instituições.

Uma característica relevante dessa instituição, além da associação do seu arquivo com a pesquisa, é a realização de grandes exposições de arquitetura, como as exposições *Infinito Vão*[81], em 2018, *Souto de Moura: Memória, Projectos, Obras*, em 2019 (figura 31), *Paulo Mendes da Rocha: Geografias Construídas* (figura 32) e a exposição *O que faz falta: 50 anos de arquitetura portuguesa em democracia*, ambas em 2024.

Nota-se, em Portugal, a frequência crescente de público em exposições e eventos sobre documentação, abrangendo pessoas desvinculadas do meio acadêmico. Talvez por apresentarem histórias e narrativas que conectam o público com o passado, essas exposições geram um senso de identidade e pertencimento, atraindo a atenção do público. As exposições têm inovado na forma de apresentar esses acervos, utilizando tecnologias interativas, narrativas envolventes e design atrativo para alcançar um público mais amplo. Essas estratégias facilitam o entendimento e a apreciação do que está sendo exposto e contribuem para a sensibilização crescente sobre a importância dos arquivos como parte do patrimônio cultural do país.

[81] A mostra realizada em Matosinho, entre setembro de 2018 e setembro de 2019, viajou para o Brasil no âmbito de uma parceria com o SESC São Paulo e reniu cerca de 90 projetos de arquitetura de 96 profissionais, entre eles Lucio Costa, Lina Bo Bardi, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha. Foi a primeira exposição da Casa da Arquitectura a ser exibida fora de Portugal.

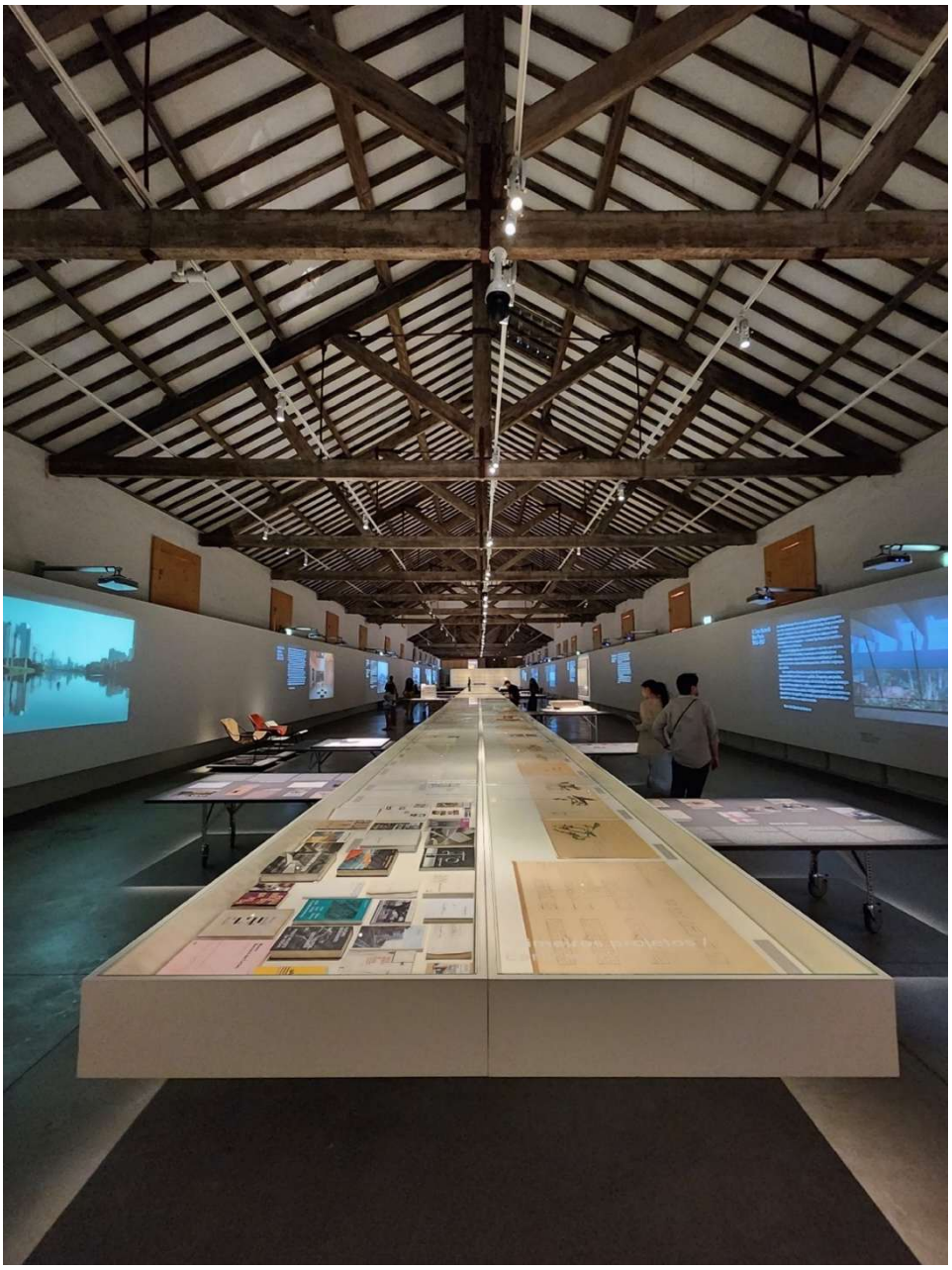
Figura 31. Inauguração da exposição Souto de Moura - Memória, Projectos, Obras

Fonte: Acervo da Casa da Arquitectura. Foto: Ivo Tavares.

Pode-se perguntar se o interesse do público precedia essas exposições ou, ao contrário, as exposições teriam formado um gosto pelo assunto. Talvez o interesse inicial tenha sido despertado por eventos específicos, como a criação da Casa da Arquitectura. A partir desses eventos, formou-se um público, cujo interesse foi aumentando e motivando mais iniciativas para preservar e compartilhar esta natureza de arquivos. O círculo é virtuoso – as exposições formam um público, o interesse desse gera mais atenção aos acervos.

Não obstante ao interesse público, os arquivistas contemporâneos que lidam com arquivos de arquitetura sinalizam problemas e enfrentam, segundo Ann Armstrong (2006), um duplo desafio: por um lado, a digitalização dos objetos tradicionais presentes nesses arquivos e, por outro, as dificuldades técnicas relacionadas à preservação dos documentos digitais.

Figura 32. Exposição Paulo Mendes da Rocha: Geografias Construídas



Fonte: Foto do autor, (2024).

Uma análise crítica, empreendida pelo historiador português Israel Guarda (2022), especializado em Arquivística Histórica, serve de guia para ser traçada uma parte da situação atual dos arquivos de arquitetura em Portugal. De acordo com Guarda, os principais desafios e dificuldades enfrentados na preservação dos arquivos de arquitetura em seu país se assemelham, guardada as devidas peculiaridades, com os demais arquivos espalhados pelo mundo, inclusive os do Brasil. São desafios que se apresentam principalmente pela grande variedade de tipologias e formatos de

documentos, o que dificulta sua preservação e descrição adequadas – diversidade que engloba desenhos, plantas, documentos escritos e outros materiais que requerem abordagens diferentes para sua conservação.

Apesar dos avanços, para Guarda, ainda há uma ausência de procedimentos normatizados para o tratamento e a descrição otimizada dos arquivos de arquitetura. Isso resulta em práticas inconsistentes entre as instituições, dificultando a interoperabilidade e a troca de informações. Segundo Guarda, as dificuldades em lidar com essas a variedade de tratamento e descrição dos acervos refletem a complexidade da gestão de arquivos de arquitetura e a necessidade de um esforço colaborativo para desenvolver melhores práticas e padrões. Ele explica que as instituições estão conseguindo lidar com a diversidade documental dos arquivos de arquitetos por meio do desenvolvimento de estratégias.

Algumas instituições, como o arquivo pessoal e profissional do arquiteto Luís Benavente (1902 – 1994), o único arquivo de arquiteto à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), têm adotado estratégias de tratamento arquivístico que consideram as condições específicas dos documentos de arquitetura. Isso inclui a criação de diretrizes que abordam a variedade de formatos e tipologias documentais, permitindo um tratamento mais adequado e eficaz.

Outro ponto importante é que, nessas instituições, há um esforço para capacitar os arquivistas e profissionais envolvidos na gestão desses arquivos, proporcionando formação sobre as particularidades dos documentos de arquitetura. Isso ajuda a garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade e complexidade desses materiais. Essas instituições seguem orientações internacionais, como as do *General International Standard Archival Description* (ISAD(G), que ajudam a padronizar a descrição e o tratamento dos documentos. A criação de grupos específicos para discutir questões relacionadas à documentação de arquitetura também tem contribuído para a troca de melhores práticas.

Nos quadros 15 a 19, encontram-se elencados por instituição, um panorama com os principais acervos em Portugal que possuem arquivos com documentos de arquitetura. Podem ser observadas algumas características gerais sobre os acervos e suas respectivas interfaces de pesquisa e acessibilidade digital, além de alguns aspectos relacionados aos problemas e desafios enfrentados pelas instituições.

**Quadro 16.** Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetónico

| SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÓNICO (SIPA) | |
|---|---|
| CATEGORIA | PÚBLICA OU PRIVADA | PÚBLICA (MINISTÉRIO DA CULTURA) |
| O QUE GUARDA | Combina funções de inventário e arquivo no âmbito do patrimônio arquitetônico. |
| CARACTERÍSTICAS | 1. Conservação, tratamento e atualização dos arquivos documentais, bibliotecas a ela confiadas e do banco de dados para o inventário do património arquitetônico e arqueológico, assim como, assegurar o acesso público.<br>2. Desenvolver e gerir o Sistema de Informação para o Património (SIPA).<br>3. Desenvolvimento de atividades de promoção e de divulgação, realização de congressos, exposições e publicações. |
| PROBLEMAS E DESAFIOS | 1. A dualidade de funções (inventário e arquivo) pode criar confusões na gestão e na organização dos documentos;<br>2. A necessidade de uma abordagem integrada que permita a inter-relação entre a documentação e os objetos arquitetônicos, conforme proposto por João Vieira, ainda não está totalmente implementada;<br>3. A documentação de projetos que não resultaram em construções pode ser negligenciada, o que limita a compreensão completa do contexto arquitetônico. |
| INTERFACE DE PESQUISA E ACESSIBILIDADE DIGITAL | Plataforma Sipa, com acervo disponível on-line. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Guarda (2022).

Quadro 17. Arquivo Histórico Ultramarino

| Arquivo Histórico Ultramarino | |
|---|---|
| Categoria | Pública ou Privada | Pública |
| O que guarda | Documentos relacionados à história colonial portuguesa, incluindo arquivos de arquitetura que resultam das atividades de construção e urbanismo durante o período colonial. |
| Características | A diversidade documental é uma característica importante, refletindo a complexidade das obras e projetos realizados. |
| Problemas e desafios | **Problema**: Ausência de normatização arquivística específica para documentos de arquitetura.<br>**Desafios**: definição de procedimentos de preservação adequados para atender à diversidade e especificidade dos documentos |
| Interface de pesquisa e acessibilidade digital | O acervo é composto por aproximadamente 15.900 monografias e 720 títulos de publicações em série, algumas datadas do século XIX. No total, a coleção reúne cerca de 35.000 volumes. As publicações com a cota AHUL- estão disponíveis para consulta na Sala de Leitura do AHU. Acesso digital parcial, distribuído da seguinte forma: Monografias: Grande parte do catálogo pode ser pesquisada on-line em: https://catalogo-bibliotecas.ulisboa.pt/cgi-bin/koha/opac-search.pl?idx=callnum%2Cphr&q=AHUL&branch_group_limi;<br>Boletim Oficial de Timor (1838-1975): Disponível na base de dados Digitarq – AHU: https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119650<br>Coleções "Legislação Antiga" e "Legislação Novíssima do Ultramar" (1446-1910): Digitalizadas no âmbito do projeto "O Governo dos Outros", podem ser consultadas em: http://design.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta |

Fonte: Elaboração do autor com base em Guarda (2022).

Quadro 18. Arquivo da Direção-Geral de Construções Escolares

| Arquivo da Direção-Geral de Construções Escolares | |
|---|---|
| Categoria | Pública ou Privada | Pública |
| O que guarda | Documentos relacionados à construção de escolas e outras infraestruturas educacionais. |
| Características | Projetos arquitetônicos e documentação técnica |
| Problemas e desafios | **Problema**: organização e catalogação defasada por ausência de normatização arquivística específica para documentos de arquitetura.<br>**Desafios**: desenvolver o acesso digital dos documentos e definição de procedimentos de preservação adequados para atender à diversidade e especificidade dos documentos. |
| Interface de pesquisa e acessibilidade digital | Apenas pesquisa presencial, ressalvando as documentações sujeitas a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei (Decreto-lei nº 16/93 de 23 de janeiro: Regime geral de arquivos e do património arquivístico). Consultado em: https://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/descriptions/76427 |

Fonte: Elaboração do autor com base em Guarda (2022).

Quadro 19. Fundação Marques da Silva

| FUNDAÇÃO INSTITUTO MARQUES DA SILVA (FIMS) | |
|---|---|
| CATEGORIA I PÚBLICA OU PRIVADA | FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO, CRIADA PELA UNIVERSIDADE DO PORTO EM 2009. |
| O QUE GUARDA | Desde a sua origem, a FIMS tem a intenção de receber arquivos pessoais de arquitetos. MARQUES DA SILVA E OS OUTROS |
| CARACTERÍSTICAS | Arquivo: tratamento arquivístico; pesquisa de documentação e organização de exposições |
| PROBLEMAS E DESAFIOS | 1. A gestão dos acervos documentais se torna complexa, especialmente na integração de arquivos de diferentes arquitetos e na manutenção da qualidade e acessibilidade da informação.<br>2. Garantir que a documentação seja devidamente tratada e catalogada para facilitar o acesso e a pesquisa |
| INTERFACE DE PESQUISA E ACESSIBILIDADE DIGITAL | *AtoM*<br>Acessibilidade parcial: limitações na quantidade ou na qualidade dos documentos disponíveis online. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Guarda (2022).

Quadro 20. Casa da Arquitetura

| CASA DA ARQUITETURA (CA) | |
|---|---|
| CATEGORIA I PÚBLICA OU PRIVADA | É UMA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS DE CARÁCTER CULTURAL |
| O QUE GUARDA | Tem um foco na documentação e na divulgação de projetos arquitetônicos e na história da arquitetura em Portugal e no Brasil. |
| CARACTERÍSTICAS | Arquivo: tratamento arquivístico; pesquisa de documentação e organização de exposições |
| PROBLEMAS E DESAFIOS | 1. A interface de pesquisa utilizada pela CA, desenvolvida por uma empresa externa, pode tornar o processo de pesquisa menos claro e acessível para os usuários.<br>2. Existe um excesso de foco nos documentos de projeto, o que pode levar à invisibilidade de outros documentos que contextualizam a produção arquitetônica. |
| INTERFACE DE PESQUISA E ACESSIBILIDADE DIGITAL | Plataforma de pesquisa própria, com acervo disponível on-line. |

Fonte: Elaboração do autor com base em Guarda (2022).

Integrantes do grupo de instituições que acolhem arquivos de arquitetos, a Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS) e o Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetónico (SIPA) enfrentam desafios relacionados à gestão e acessibilidade da documentação, à integração de diferentes tipos de arquivos e à necessidade de uma

abordagem normatizada na preservação de seu acervo. Essas duas instituições serão abordadas a seguir, a título de exemplo desta problemática.

Embora largamente apoiada em arquivos profissionais de arquitetos, a Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS), e seu arquivo digital, constitui-se também como um caso pertinente no contexto português, pelo esforço de juntar e tratar esta documentação com base em normas internacionais, tornando-a acessível digitalmente, mesmo que nesta fase, ainda de acordo com Guarda (2022), muito parcialmente. O autor sugere que existem ajustes a serem feitos na forma como os documentos são descritos. Isso inclui a necessidade de um maior equilíbrio entre a descrição de documentos compostos, que podem incluir múltiplos elementos ou partes, e documentos simples, que são mais diretos e menos complexos.

Um equilíbrio adequado é importante para que os usuários possam entender e localizar a informação de forma eficaz. Para o autor, à medida que novos documentos são incorporados ao arquivo, é essencial que a FIMS avalie continuamente a forma como esses documentos são organizados e descritos. O estabelecimento de critérios uniformizados para a descrição e catalogação ajudará a manter a consistência e a qualidade do arquivo, facilitando a pesquisa e o acesso à informação. Na figura 33 é demonstrado o processo de triagem, preparação e armazenamento de documentos na FIMS.

Quanto ao SIPA, trata-se de uma instituição que combina funções de inventário e arquivo que tem um papel importante na catalogação e preservação de documentos relacionados ao patrimônio arquitetônico. Suas principais atribuições são: a conservação, o tratamento e a atualização dos arquivos documentais, das bibliotecas a ela confiadas e do banco de dados para o inventário do patrimônio arquitetônico e arqueológico, assim como assegurar o acesso público; desenvolver e gerir o SIPA; desenvolvimento de atividades de promoção e de divulgação, realização de congressos, exposições e publicações.

Figura 33. Triagem e armazenamento de documentos – Fundação Instituto Marques da Silva

Fonte: Fotos do autor, abril, 2024.

Os principais problemas e desafios dessa instituição têem como base a dualidade de funções de inventário e arquivo, o que, segundo Guarda, pode criar confusões na gestão e na organização dos documentos. A necessidade de uma abordagem integrada que permita a inter-relação entre a documentação e os objetos arquitetônicos, conforme proposto por João Vieira, ainda não está totalmente implementada.

Sobre a documentação arquitetônica e a relação entre documentos e objetos arquitetônicos, João Vieira (2009, p. 28) propõe um sistema de informação que inter-relacione dois módulos: um dedicado à descrição e controle de objetos arquitetônicos (como edifícios) e outro à descrição de documentos e arquivos relacionados. Para Vieira, é preciso criar uma conexão mais forte entre a documentação e os objetos que ela representa. Vieira entende a documentação arquitetônica como uma forma de *metainformação*, ou seja, informações que contextualizam e descrevem a arquitetura e o patrimônio arquitetônico. Isso implica

que a documentação não é apenas sobre os objetos em si, mas também sobre o contexto, a história e os processos que os envolvem.

A proposta de Vieira busca superar as limitações existentes nos procedimentos arquivísticos atuais, que muitas vezes não conseguem capturar a totalidade da documentação relacionada à arquitetura. A introdução de dados informacionais relevantes, como georreferenciação e o estado do edifício, é uma tentativa de enriquecer a documentação. Vieira sugere a atribuição de um identificador único para cada objeto arquitetônico na base de dados, que estaria ligado ao registro documental correspondente. Isso poderia facilitar a busca e a inter-relação entre os documentos e os objetos.

Embora a ideia de Vieira seja pertinente, Israel Guarda (2022) coloca algumas críticas. Para o autor, a sua implementação é complexa e sua prática não é clara. Existe o risco de que a descrição documental seja subalternizada em favor do foco nos objetos arquitetônicos. Isso significa que, na prática, pode haver uma tendência a priorizar a descrição dos edifícios em detrimento da documentação que os acompanha. Para Guarda, pode parecer que está se lidando com dois campos autônomos: a documentação dos objetos arquitetônicos e a documentação dos projetos que não foram construídos. Isso sugere que, sem uma abordagem integrada, a relação entre os dois pode ser fraca, e a documentação de projetos não construídos pode ser negligenciada.

A documentação de arquitetura apresenta desafios específicos para as instituições arquivísticas, conforme destacado por Israel Guarda. Ele argumenta que a preservação e valorização dos espólios documentais de arquitetos é uma tarefa cultural importante, mas que não se alinha com a função do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), por exemplo, que carece dos recursos e condições técnicas necessárias para tal. Isso implica que a análise e descrição de documentos de arquitetura requerem conhecimento especializado e infraestrutura

adequada, o que muitas vezes não está disponível nas instituições tradicionais de arquivamento. A figura 34 e o quadro 21 organizam as principais instituições arquivísticas de arquitetura em Portugal e no Brasil, destacando arquivos públicos, universitários, pessoais e de associações de classe.

Figura 34. Instituições arquivísticas de arquitetura em Portugal e no Brasil

Fonte: Elaboração do autor com base em Ferreira (2021) e Guarda (2022).

A análise crítica de Israel Guarda revela que a documentação de arquitetura frequentemente é tratada de forma secundária em relação aos documentos de projeto, resultando em uma ênfase excessiva nos projetos e desenhos, enquanto outros aspectos importantes da prática arquitetônica são negligenciados. Essa situação é exacerbada pela falta de integração entre os documentos de arquitetura e os de projeto, levando a decisões arbitrárias nas políticas de aquisição e avaliação de informações.

Quadro 21. Instituições arquivísticas de arquitetura em Portugal e no Brasil – tipos de arquivo

| País | Tipo de arquivo | Instituição |
|---|---|---|
| Portugal | Arquivos públicos | Arquivo Nacional da Torre do Tombo<br>Direção-Geral do Patrimônio Cultural Forte de Sacavém (DGPC)<br>Arquivo Municipal de Lisboa |
| | Arquivos pessoais | Fundação Calouste Gulbenkian<br>Fundação Marques da Silva<br>Fundação Serralves<br>Casa da Arquitetura – Centro Português de Arquitetura |
| | Arquivos universitários | Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto |
| | Arquivos de associações de classe | Ordem dos Arquitetos |
| Brasil | Arquivos públicos | Arquivo Nacional do Brasil (AN)<br>Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)<br>Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC) |
| | Arquivos universitários | Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU/UFRJ)<br>Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP)<br>Laboratório de Pesquisa em Arquivologia, História e Patrimônio da Universidade Federal do Amazonas (ARCHIVUM-UFAM)<br>Acervo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFMG (FAU-UFMG)<br>Centro de Documentação Edgar Graeff (CEDIARTE) – FAU - UNB, Brasília |
| | Arquivos pessoais | Fundação Oscar Niemeyer<br>Instituto Bardi - Casa de Vidro<br>Casa da Arquitetura - Curitiba<br>Fundação Athos Bulcão |
| | Arquivos de associações de classe | Centro de Memória do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS) |

Fonte: Elaboração do autor com base em Ferreira (2021) e Guarda (2022).

O caso do arquivo de Luís Benavente é mencionado como uma exceção, pois oferece uma rica fonte de informações que conecta a vida pessoal e profissional do arquiteto, permitindo uma melhor compreensão da produção de documentos de arquitetura. Isso contrasta com a abordagem de outras instituições, onde a documentação pode ser fragmentada e insuficiente.

Essas discussões apontam para a necessidade urgente de mecanismos colaborativos que superem a fragmentação institucional dos acervos de arquitetura. Guarda (2022) enfatiza a importância do diálogo entre as instituições que mantêm arquivos em Portugal, sustentando que apenas uma governança compartilhada – baseada em descrições padronizadas e procedimentos coordenados de preservação – seria capaz de evitar perdas documentais e assegurar a compreensão futura desses conjuntos. Essa perspectiva torna-se ainda mais evidente ao se considerar que a documentação de arquitetura não é apenas suporte auxiliar, mas sim uma metainformação intrinsecamente ligada ao objeto construído (Vieira, 2009), condicionando tanto sua interpretação histórica quanto possíveis intervenções.

Consolidam-se, portanto, dois pressupostos centrais: em primeiro lugar, a documentação arquitetônica constitui parte inseparável do objeto que descreve; em segundo, sua dispersão entre diferentes instituições, suportes e formas de descrição ameaça tanto a conservação quanto a própria pesquisa histórica. Portanto, integrar acervos, padronizar metadados e implementar identificadores únicos são ações recomendáveis que se tornam pré-requisitos para evitar lacunas irreparáveis na história das edificações.

Partindo dessa contextualização, a seguir apresentam-se métodos e ferramentas contemporâneas que podem ser aplicados à preservação integrada dos acervos documentais e materiais.

## 4.2 Estratégias contemporâneas de Preservação

Diante da necessidade de integrar acervos documentais e materiais – conforme evidenciado em experiências desenvolvidas em Portugal –, a proposta formulada por João Vieira (2009) configura-se como um argumento valioso. Conforme discutido, o autor concebe um sistema de informação estruturado em dois módulos complementares: um dedicado à descrição e ao controle dos objetos arquitetônicos e outro voltado à gestão dos documentos que lhes dão suporte. Ao tratar essa documentação como metainformação – isto é, dados que contextualizam historicamente, tecnicamente e simbolicamente o edifício –, Vieira busca superar as limitações dos arquivos tradicionais, propondo identificadores únicos, georreferenciamento e registro de estado de conservação para assegurar a correlação direta entre objeto físico e registro digital.

No contexto brasileiro, Mônica Martins Andrade Tolentino (2018) observa que o cadastro de bens culturais se torna um recurso importante na medida em que tem como principal objetivo assegurar a preservação da memória e da imagem desses elementos. Entretanto, no Brasil, muitos bens de valor histórico ainda não foram devidamente registrados. Segundo a autora, essa lacuna é agravada, pela ausência de um sistema digital eficaz voltado à catalogação e à gestão do patrimônio arquitetônico.

Para suprir essa lacuna, Tolentino (2018, p. 29) defende que é necessário desenvolver métodos que tornem o processo de documentação arquitetônica mais ágil e preciso, especialmente nas fases de coleta e processamento de dados. Ou seja, é preciso modernizar as ferramentas e técnicas utilizadas para registrar e organizar as informações sobre o patrimônio arquitetônico, usando tecnologias que melhorem a qualidade e reduzam o tempo dessas etapas. No entanto, segundo a autora, os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ainda não definiram quais tecnologias devem

ser adotadas oficialmente para esse tipo de levantamento técnico – como, por exemplo, o uso de escaneamento 3D, drones, *softwares* de modelagem etc.

As propostas de Vieira e Tolentino convergem ao apontar a urgência de atualização dos sistemas e metodologias de documentação do patrimônio arquitetônico. Ambas dialogam diretamente com os avanços recentes no campo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e com o desenvolvimento de soluções digitais voltadas à gestão integrada do acervo construído.

Um exemplo promissor é o conceito de *Historic Building Information Modeling* (HBIM), que se apresenta como alternativa para aprimorar a documentação, a gestão e a preservação de bens culturais. Derivado do *Building Information Modeling* (BIM) – ferramenta já consolidada na modelagem e gerenciamento de edificações contemporâneas –, o HBIM é voltado especificamente para a documentação, operação e conservação de construções históricas[82].

O uso de tecnologias baseadas na plataforma BIM permite integrar, em uma única base de dados, informações diversas que seriam difíceis de consolidar por outros meios. Atualmente, essa metodologia tem sido amplamente utilizada como apoio ao processo de projeto e construção de novas edificações, por meio do desenvolvimento de modelos tridimensionais desde a fase inicial do projeto.

Segundo Groetelaars (2015), as principais vantagens do BIM incluem:

- a promoção de um fluxo de trabalho colaborativo mais avançado;
- a utilização de modelos criados a partir de informações coordenadas e consistentes;
- a capacidade de acompanhar todo o ciclo de vida da edificação, da concepção à operação e manutenção;

[82] O HBIM também é denominado *Heritage Building Information Modeling*. Mais abrangente, esse termo inclui dados históricos, políticas de conservação e outras informações importantes para a gestão e preservação de edifícios históricos. Fonte: CUPERSCHMID, A. R. M.; CERÁVOLO, A. L.; GRACHET, M. G.; FRANCO JUNIOR, J. C.; FABRICIO, M. **Casa de Vidro: BIM e Gestão do Patrimônio Histórico Arquitetônico**. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 30, p. 177-198, 2018.

- a geração automatizada de visualizações tridimensionais, animações e documentos gráficos (plantas, cortes, fachadas, entre outros);
- a emissão de relatórios de avaliação de desempenho estrutural, ambiental e energético;
- a definição de objetos paramétricos como componentes de sistemas que se integram entre si no modelo digital.

Além de sua aplicação em edificações e obras novas, a metodologia BIM passou a ser utilizada também na documentação, operação, manutenção, reforma e requalificação de edificações existentes, incluindo aquelas de valor histórico. Nesses casos, adota-se a tecnologia HBIM, na qual os modelos digitais são gerados a partir de edificações já consolidadas ou com base em documentação e registros antigos, como desenhos, fotografias e levantamentos técnicos.

Aplicada ao patrimônio, a tecnologia HBIM revela-se uma importante ferramenta para reunir, preservar e organizar as informações coletadas durante os processos de levantamento, evitando perdas e evidenciando inconsistências entre os projetos originais e a edificação existente. Além disso, promove o compartilhamento eficiente de dados entre os diversos agentes envolvidos nas ações de conservação.

O produto final HBIM constitui um modelo geométrico digital completo que integra informações detalhadas sobre os objetos representados, incluindo materiais, técnicas construtivas e atributos formais. A geração desse modelo pode ser realizada por meio de diferentes métodos de levantamento, tais como o *3D Laser Scanning,* o *Dense Stereo Match* (DSM), a fotogrametria e a medição direta.

De acordo com Groetelaars (2015, p. 100), entre essas técnicas, o *3D Laser Scanning* se configura como o método mais adequado na etapa de levantamento de dados, especialmente por sua rapidez e elevada precisão na captação de grandes volumes de informações tanto dos interiores quanto dos exteriores das edificações. Também conhecida como *High Definition Surveying*, *3D Imaging* ou varredura a laser, essa técnica utiliza feixes de laser para digitalizar tridimensionalmente cenas

complexas com elevado grau de detalhamento. O resultado do escaneamento é uma nuvem de pontos[83], formada por coordenadas cartesianas (x, y, z) e atributos associados a cada ponto, que possibilita a modelagem digital com alta fidelidade. Apesar do custo inicial elevado, a tecnologia se justifica pela eficiência em levantamentos de estruturas complexas e de grandes proporções.

Outra técnica relevante é o *Dense Stereo Match* (DSM)[84], que permite a criação de modelos geométricos texturizados de alta qualidade. Por ser de aplicação mais rápida e de custo reduzido, mostra-se particularmente eficaz para o levantamento de elementos complexos de pequena escala, como esculturas, ornamentos e detalhes arquitetônicos com textura não uniforme.

Já a fotogrametria digital – em suas versões estrita (*stricto sensu*) e esférica – é indicada para a documentação de elementos poligonais ricos em detalhes, como fachadas, esquadrias e elementos decorativos. Trata-se de uma técnica consolidada na documentação patrimonial, que permite obter imagens com elevado grau de precisão a partir de registros fotográficos calibrados e processados digitalmente.

Cuperschmid et al. (2018, p.186), aponta que o uso desejado do modelo deve atender aos objetivos específicos para os quais o modelo BIM é desenvolvido. A depender das finalidades – como projeto, construção, operação, manutenção ou conservação –, diferentes configurações podem ser adotadas, definindo os tipos de dados inseridos, sua organização e as possibilidades de extração de informações. Em

---

[83] Nuvem de pontos é um conjunto de dados tridimensionais gerados por escaneamento a laser ou fotogrametria digital, que permite representar com alta precisão superfícies, objetos ou edificações. Cada ponto possui coordenadas espaciais (X, Y, Z) e, por vezes, informações adicionais como cor ou intensidade, sendo utilizado em levantamentos técnicos, modelagens *as-built*, análises de deformações e na preservação digital de bens culturais. Fonte: HERITAGE, George; LARGE, Andrew (Org.). **Laser scanning for the environmental sciences**. Chichester: Wiley Blackwell, 2009.

[84] *Dense Stereo Matching* (DSM) é uma técnica de levantamento tridimensional baseada em correlação automática de imagens digitais para gerar nuvens de pontos densas. Utilizada como alternativa à fotogrametria tradicional, permite reconstruções precisas de superfícies complexas, sendo aplicada na documentação de bens patrimoniais sem necessidade de contato físico com os elementos analisados. Fonte: GROETELAARS, N. J.; AMORIM, A. L. **Dense Stereo Matching (DSM): conceitos, processos e ferramentas para criação de nuvens de pontos por fotografias**. In: Anais do Congreso de la Sociedad Iberoamericana de Gráfica Digital – SIGraDI. Fortaleza: SIGraDi, 2012. p. 361-365.

contextos voltados à gestão da edificação, por exemplo, os modelos tendem a agregar dados abrangentes sobre materiais, sistemas construtivos, redes elétricas e hidráulicas, condições estruturais e demais componentes relevantes, funcionando como um repositório central de informações que orienta a tomada de decisões ao longo do ciclo de vida da edificação.

Segundo Groetelaars e Amorim (2012, p. 9), no campo da documentação arquitetônica e da conservação, destacam-se dois tipos específicos de modelos: o modelo *as-built* e o modelo *as-is*. O modelo *as-built* representa a edificação tal como efetivamente construída, incluindo todas as alterações realizadas durante o processo construtivo em relação ao projeto original. Esse modelo é fundamental para novas edificações, permitindo registrar de forma precisa as modificações ocorridas no decorrer da obra. Já o modelo *as-is*, segundo os autores, é utilizado especialmente no caso de edificações existentes – históricas ou não – e baseia-se em tecnologias de levantamento como o escaneamento 3D e a fotogrametria. Esse modelo busca representar fielmente o estado atual do edifício, incluindo suas deformações, alterações ao longo do tempo e imperfeições acumuladas. Essa representação detalhada constitui uma ferramenta essencial para diagnósticos técnicos e para a formulação de estratégias adequadas de conservação e intervenção.

Modelos BIM são estruturados para ganhar complexidade de forma progressiva à medida que o edifício avança do anteprojeto à operação. Para aferir essa maturidade, emprega-se a escala *Level of Development* (LoD), sistematizada pelo BIMForum[85]. Cada patamar do LoD incorpora as exigências do anterior, definindo, assim, o grau de confiabilidade dos dados e servindo de base para

[85] O *BIMForum* constitui uma iniciativa colaborativa da cadeia de Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação (AEC/O), sediada nos Estados Unidos, dedicada a fomentar a adoção prática de processos e tecnologias digitais – em especial o *Building Information Modeling*. Organizado em comitês temáticos, o grupo produz especificações, guias e padrões, entre eles, destaca-se a *Level of Development (LOD) Specification*, amplamente empregada para definir, em contratos, o conteúdo e a confiabilidade de modelos BIM em cada fase do ciclo de vida da edificação. Fonte: BIMFORUM. Level of Development (LOD) Specification: Part I. [S.l.]: BIMForum, 2024. Disponível em: https://bimforum.org/resource/lod-level-of-development-lod-specification/. Acesso em: 17 jan. 2025.

especificar, em contratos e cronogramas, o conteúdo informacional exigido em cada fase de entrega.

De acordo com o BIMforum (2024, p. 12), na literatura especializada, é comum que se confunda o conceito de LoD com o de *Level of Detail*. Embora próximos, eles não designam a mesma coisa: enquanto o segundo limita-se a indicar a quantidade de pormenores gráficos presentes em determinado elemento, o primeiro expressa o grau de maturidade e de confiabilidade das informações que sustentam essa geometria, servindo de parâmetro para que os diversos agentes do projeto – projetistas, construtores ou gestores – possam basear decisões no modelo. Convém destacar que a terminologia internacional não é uniforme; diversos países empregam a expressão *Level of Detail* para referir-se ao que aqui se define como *Level of Development* e adotam, inclusive, sistemas de numeração distintos. A especificação adotada no BIMForum é o conceito de *Level of Development*.

Outro aspecto importante reside no caráter cumulativo dos níveis: cada novo LoD incorpora todos os requisitos dos anteriores, de modo que um elemento classificado em LoD 350, por exemplo, já satisfaz o que se exige nos níveis 300 e 200. Essa lógica garante rastreabilidade e transparência na evolução do modelo ao longo do ciclo de vida da edificação.

No plano teórico e normativo, adota-se uma gradação composta por seis níveis principais de desenvolvimento conforme sistematizado pelo BIMForum (2024). O LoD 100 corresponde a uma representação genérica ou simbólica do modelo, com dados estimativos, sendo aplicado, em geral, nas fases iniciais dos estudos e na elaboração da volumetria. O LoD 200 apresenta uma geometria esquemática com dimensões aproximadas, adequada à fase de anteprojeto. Já o LoD 300 oferece uma geometria mais precisa, suficiente para a quantificação dos elementos, sendo utilizado na etapa de projeto executivo.

Avançando no grau de detalhamento, o LoD 350 inclui as interfaces com elementos adjacentes, permitindo a verificação de interferências entre disciplinas, e é aplicado na fase de coordenação interdisciplinar. O LoD 400 incorpora os detalhes necessários à fabricação e montagem, correspondendo à produção de *shop drawings*. Por fim, o LoD 500 representa o registro fiel da condição construída (*as built*), sendo utilizado durante a operação e manutenção da edificação.

Em edificações recentes, a transição sequencial dos LoDs tende a ocorrer de maneira linear, pois os dados se acumulam desde as primeiras fases de projeto até o registro *as-built* na entrega do edifício. Entretanto, em bens históricos a realidade é mais complexa. Conforme observa Banfi (2016), muitas informações originais simplesmente não existem mais, foram dispersas ou permanecem inacessíveis em virtude das restrições inerentes à preservação patrimonial, que frequentemente inviabilizam métodos invasivos de investigação. Nessas circunstâncias, torna-se comum trabalhar com modelos híbridos, em que distintos componentes atingem níveis de desenvolvimento díspares – por exemplo, uma fachada pode alcançar LoD 400, enquanto instalações embutidas permanecem num estágio aproximado, inferior ao LoD 200.

Para lidar com tais lacunas, recomenda-se registrar, dentro do modelo, metadados que explicitem a confiabilidade de cada elemento e anotem as incertezas existentes. Essa prática reforça a transparência do processo e orienta futuras campanhas de levantamento e pesquisa, contribuindo para a progressiva elevação do nível de desenvolvimento em partes ainda deficientes. Em síntese, de acordo com BIMForum (2024), o conceito de LoD continua válido para o patrimônio histórico, desde que aplicado com a flexibilidade necessária para refletir a natureza fragmentária de sua documentação e as limitações impostas pela conservação.

Comumente, os modelos BIM são criados ainda na fase de projeto, ou seja, antes da construção da edificação, para planejar e acompanhar a obra. No entanto,

quando se trata de HBIM, o processo é diferente: o modelo é feito depois que o edifício já está construído, especialmente no caso de patrimônios históricos. Nesses casos, o uso do BIM é considerado reverso, pois o modelo é criado com base na obra concluída ao invés de antecipar sua construção. Para criar esses modelos, as informações são coletadas por meio de consultas em cadastros de bens culturais, levantamentos manuais (medição direta) e, no caso de edifícios que sofreram algum dano ou destruição, desenhos antigos e fotografias existentes, que ajudam a reconstruir digitalmente o edifício conforme ele se apresentava em sua forma original.

A reconstrução da Catedral de *Notre-Dame*, após o incêndio de 2019, demonstra o alcance dessa abordagem. Escaneamentos a laser (*3D Laser Scanning*) fotogrametria e voos de drone geraram um gêmeo digital altamente detalhado, que coordenou o trabalho de mais de duas centenas de empresas, permitiu cumprir prazos rigorosos e compensou a escassez de documentação original; simultaneamente, o modelo serviu de base para compatibilizar técnicas de engenharia contemporânea com requisitos de autenticidade histórica[86].

Nesse caso, a plataforma BIM funcionou como um banco de dados compartilhado e seguiu a uma escala predefinida, permitindo a integração das equipes de arquitetos, engenheiros, historiadores e especialistas em restauração em torno de uma metodologia colaborativa e com informações coesas. A utilização do modelo também otimizou o planejamento logístico da obra, especialmente em função das restrições de acesso e armazenamento no entorno da catedral, por meio da simulação de fluxos de materiais, rotas de trabalhadores e etapas construtivas.

[86] A modelagem tridimensional possibilitou o planejamento preciso e a simulação das fases construtivas, além da antecipação de eventuais problemas técnicos. Foram capturados bilhões de pontos para registrar com fidelidade cada elemento da estrutura, incluindo as abóbadas, a torre e outros detalhes ornamentais. Considerando que há mais de um século não se construía uma torre semelhante, o modelo serviu como base para orientar intervenções que respeitassem a integridade histórica da edificação.

Fonte: SOUZA, Eduardo. **Como o BIM ajudou Notre-Dame a ressurgir das cinzas?** ArchDaily Brasil, 24 jan. 2025. Disponível em: https://design.archdaily.com.br/br/1026120/como-o-bim-ajudou-notre-dame-a-ressurgir-das-cinzas. Acesso em: 13 mar. 2025.

A figura 35 apresenta o modelo digital gerado para reconstituir a estrutura em madeira da cobertura do coro da Catedral, destruída durante o incêndio. As figuras 36 e 37 apresentam a elevada precisão e densidade da nuvem de pontos utilizada no processo que possibilitou, inclusive, a identificação dos detritos que se desprenderam das abóbadas. Essa experiência consolidou um novo padrão de referência para intervenções em monumentos históricos, evidenciando o potencial da documentação digital como ferramenta eficaz para a proteção do patrimônio cultural. Segundo Souza (2025), a modelagem BIM aplicada a edificações históricas permite, além de intervenções mais precisas, o desenvolvimento de estratégias de conservação preventiva, fortalecendo a resiliência de bens culturais frente ao desgaste do tempo e a eventos climáticos extremos.

No Brasil, entre os estudos recentes que investigam o uso de levantamentos digitais para representar edificações históricas, destaca-se o caso da Casa de Vidro, de Lina Bo Bardi. A pesquisa, empreendida por Cuperschmid et al. (2018), teve caráter exploratório e desenvolveu um modelo BIM integrado a nuvem de pontos obtida por *laser scanning*, fragmentos de projeto original, documentos de reforma, fotografias históricas e um mapa de danos atualizado. O objetivo foi testar o BIM como plataforma de inventário, reunindo num único ambiente dados arquitetônicos, estruturais, patológicos e históricos que subsidiassem um plano de operação e manutenção do imóvel. O trabalho gerou dois modelos: um *as-built*, que busca reproduzir a intenção original da arquiteta, e um *as-is*, que registra as transformações ocorridas desde a construção. Durante o processo, foram empregadas ferramentas como Revit, Navisworks e TQS[87], além de ensaios *in situ* para estimar propriedades do concreto e das armaduras.

[87] Revit, Navisworks e TQS são softwares utilizados na modelagem de edificações, cada um com funções específicas no contexto do BIM. O Revit, desenvolvido pela Autodesk, é voltado à modelagem paramétrica de arquitetura, estrutura e instalações prediais, permitindo a integração entre vistas 2D, modelos 3D e dados

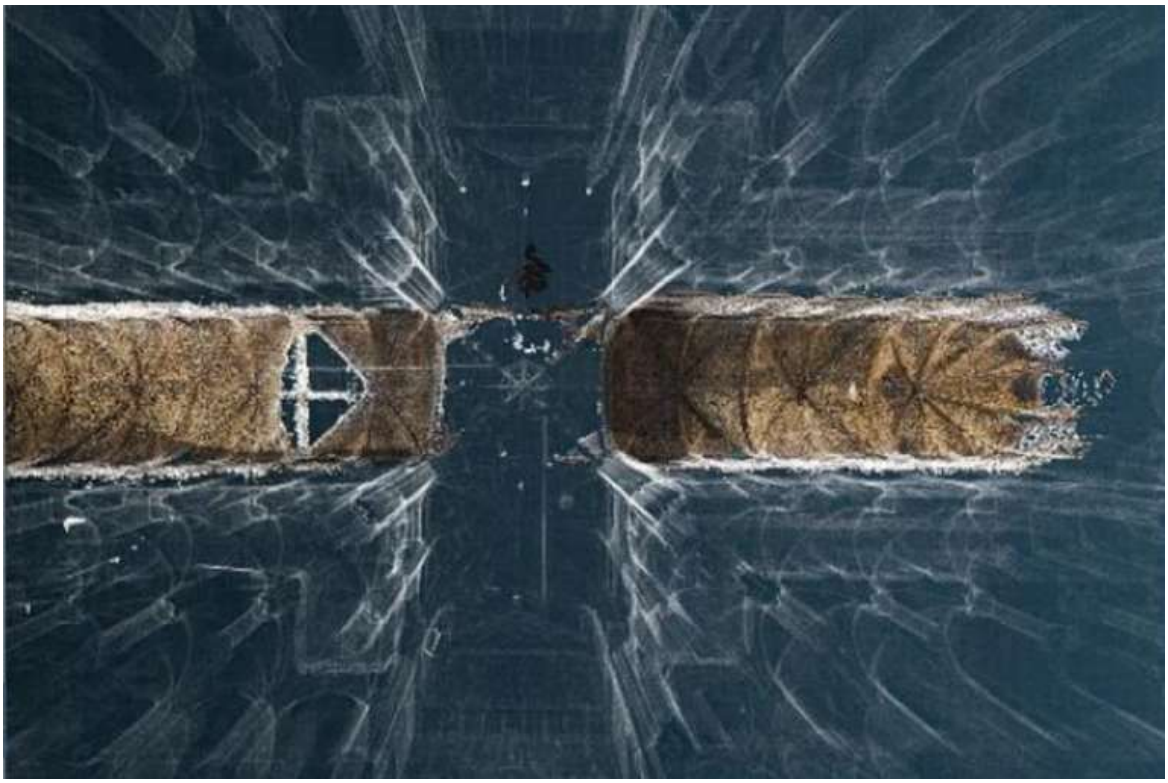
Figura 35. Vista explodida para reconstituição em 3D da estrutura do coro e das abóbadas

Fonte: *La Fabrique de Notre-Dame – Benefactors Journal 1. Connaissance des Arts. jan. 2021.*

técnicos. O Navisworks, também da Autodesk, é utilizado para simulação e coordenação de projetos, possibilitando a verificação de interferências (clash detection) e o planejamento de obras. Já o TQS é um sistema brasileiro especializado na análise, dimensionamento e detalhamento de estruturas de concreto armado e protendido, integrando-se com softwares BIM por meio de arquivos compatíveis.

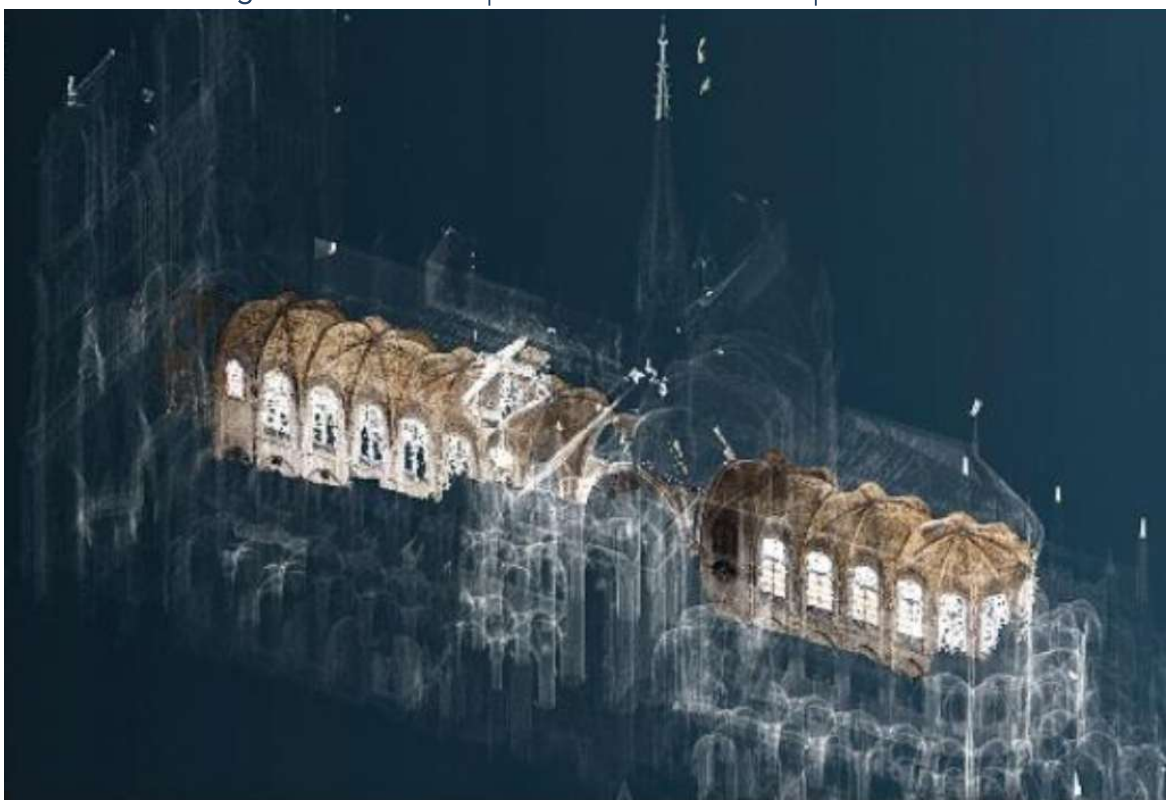
Fonte: AUTODESK. Revit 2025 – Building Information Modeling. São Francisco: Autodesk, 2025. Disponível em: <https://www.autodesk.com/products/revit/>. Acesso em: 18 abr. 2025. AUTODESK. Navisworks – Project review software. São Francisco: Autodesk, 2025. Disponível em: <https://www.autodesk.com/products/navisworks/>. Acesso em: 18 abr. 2025. TQS INFORMÁTICA. Sistema TQS – Software para estruturas de concreto armado e protendido. São Paulo: TQS Informática, 2025. Disponível em: <https://www.tqs.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Figura 36. Nuvem de pontos fotogramétricos em 3D - reconstituição de toda a edificação



Fonte: *La Fabrique de Notre-Dame – Benefactors Journal 1. Connaissance des Arts. jan. 2021.*

Figura 37. Nuvem de pontos da cobertura vista por baixo.



Fonte: *La Fabrique de Notre-Dame – Benefactors Journal 1. Connaissance des Arts. jan. 2021.*

Os resultados indicam, por um lado, o potencial do BIM para consolidar informações dispersas e apoiar intervenções futuras; por outro, revelam limitações inerentes à modelagem de um bem modernista sujeito a deformações e lacunas documentais. Componentes distintos alcançaram *LoD*s diferentes (por exemplo, escada em LoD 300 e lajes em LoD 200), exigindo a adoção de um "LoD híbrido" com metadados que explicitem incertezas. A equipe também constatou que as plataformas de gestão (BIM 360 Ops)[88] apresentam baixa usabilidade para usuários não especialistas e subutilizam o modelo geométrico, tornando necessária a pesquisa de soluções HBIM mais adequadas à natureza dinâmica e às exigências de conservação do patrimônio moderno brasileiro.

Outro estudo relevante é o de Canuto e Salgado (2020) que elaborou um modelo HBIM do Palácio Gustavo Capanema. A pesquisa estruturou-se em quatro etapas: (1) coleta de dados espaciais e documentais, recorrendo a fotogrametria digital, DSM, escaneamento a laser, levantamentos topográficos e vasta iconografia histórica; (2) processamento dessas informações para produzir nuvens de pontos e malhas 3D; (3) modelagem BIM em Archicad, gerando dois estados históricos no mesmo arquivo – a fase *as-designed* (relativa ao ano de 1937) e a fase *as-built* (relativa ao ano de 1945) – e alimentando o modelo com bibliotecas paramétricas de *brise-soleil*, esquadrias, obras de arte e acabamentos. A última etapa (4) divulgação do resultado em aplicativo BIMx[89] de acesso público, possibilitou a navegação

[88] O BIM 360 Ops, desenvolvido pela Autodesk, é uma plataforma voltada à gestão da operação e manutenção de edificações, permitindo o acesso a informações vinculadas ao modelo BIM, como histórico de intervenções, manuais técnicos e controle de solicitações de serviço. Embora tenha sido projetado para edifícios contemporâneos, vem sendo testado em contextos patrimoniais. No entanto, sua aplicação em bens históricos apresenta limitações significativas, sobretudo quanto à usabilidade por gestores não técnicos e à integração plena com modelos HBIM, indicando a necessidade de ferramentas mais adequadas à complexidade e às exigências da conservação do patrimônio edificado. Fonte: AUTODESK. BIM 360 Ops: operação e manutenção com dados BIM. São Francisco: Autodesk, 2025. Disponível em: <https://www.autodesk.com/products/bim-360-ops>. Acesso em: 18 abr. 2025.

[89] O BIMx (Building Information Modeling eXplorer) é um aplicativo desenvolvido pela Graphisoft que permite a visualização interativa de modelos BIM produzidos no Archicad em dispositivos móveis ou computadores. Voltado

interativa, extração de tabelas (esquadrias, acabamentos, esculturas) e visualização em realidade virtual.

As autoras demonstram no estudo que a plataforma BIM, quando alimentada por levantamentos 3D de alta precisão, supera as limitações do registro bidimensional tradicional, pois integra dados geométricos, históricos e patológicos em um único ambiente colaborativo. O modelo digital do Palácio Capanema funciona, ao mesmo tempo, como inventário técnico, ferramenta de análise projetual, suporte à manutenção e recurso de ensino sobre o Movimento Moderno brasileiro. Entre os desafios apontados estão lacunas documentais, restrições de acesso à obra em obras de restauro e carências dos *softwares* comerciais para lidar com deformações e incertezas próprias de bens patrimoniais; ainda assim, o caso evidencia o potencial da metodologia HBIM para outras edificações modernistas do país ao permitir reconstruções confiáveis, criação de bibliotecas paramétricas específicas e ampla disseminação de informações para pesquisadores, gestores e público em geral.

Em resumo, a literatura indica que modelos HBIM, aliados a levantamentos digitais de alta resolução, constituem atualmente a estratégia mais promissora para enfrentar a fragmentação de dados que ainda marca o patrimônio arquitetônico brasileiro. Eles oferecem um repositório único, capaz de acolher tanto a materialidade do edifício quanto a documentação técnica acumulada ao longo do tempo, além de registrar o grau de certeza de cada informação agregada.

Além disso, o uso dessa metodologia implementa um efeito direto na preservação e manutenção de documentos, incluindo os históricos e os considerados raros. O ambiente digital reduz o manuseio de originais frágeis e, ao mesmo tempo,

---

tanto a profissionais quanto a públicos não técnicos, possibilita a navegação em maquetes digitais em 3D com interface imersiva, o acesso a desenhos 2D vinculados, bem como a consulta a documentos técnicos e tabelas. Seu uso tem se expandido no campo do patrimônio arquitetônico como ferramenta de divulgação, educação e gestão, permitindo a integração visual de dados espaciais, históricos e construtivos em modelos HBIM. Fonte: GRAPHISOFT. BIMx – Explore BIM Projects Anywhere. Disponível em: https://graphisoft.com/solutions/bimx. Acesso em: 18 abr. 2025.

multiplica o acesso remoto compartilhado. Modelos *as-is*, associados a nuvens de pontos, funcionam como gêmeos digitais, possibilitando verificações de consistência entre obra construída e documentação histórica e agindo como cópias de segurança caso ocorram sinistros.

Ao transpor essa experiência para o Palácio Itamaraty, vislumbra-se a possibilidade de atenuar a tensão entre o uso cotidiano de seus acervos – mobiliário, objetos e documentação histórica – e a necessidade de preservá-los.

## 4.3 O CASO DO ITAMARATY DE BRASÍLIA

O exame sistemático dos acervos sob a guarda do Ministério das Relações Exteriores, realizado nesta tese, evidenciou dois conjuntos complementares – documental e material – cuja formação, tipologia e principais fragilidades revelam a complexa natureza patrimonial do Palácio Itamaraty.

O acervo documental, formado em grande parte pela transferência dos arquivos da antiga sede no Rio de Janeiro e pelo fluxo contínuo de registros gerados a partir de 1960, é composto por cópias dos projetos arquitetônicos e de *design*, comprovantes de obra e documentos relativos às rotinas de manutenção do edifício. Embora constitua um conjunto de elevado valor histórico, o fundo arquivístico apresenta fragilidades, como a ausência de fichas técnicas completas disponíveis aos pesquisadores e a carência de políticas de conservação preventiva. Além disso, a integração com o acervo material é inexistente, fator que dificulta a realização de leituras cruzadas entre os objetos físicos e sua documentação associada.

O Acervo material, formado deliberadamente para compor os ambientes diplomáticos, combina móveis históricos (sécs. XVIII – XIX) e criações modernistas (décadas de1950 – 1960). Usados cotidianamente, esses bens sofrem desgaste e carecem de normas específicas de manejo; lacunas documentais e burocráticas retardam intervenções corretivas ou de restauro.

O quadro 22 sintetiza a complexidade dos acervos do Itamaraty, reunindo as principais constatações observadas ao longo dessa pesquisa.

**Quadro 22.** Síntese da pesquisa nos acervos documental e material do MRE

| ACERVO | ASPECTOS | CONSTATAÇÕES |
|---|---|---|
| DOCUMENTAL | FORMAÇÃO | Recebimento de parte dos documentos da antiga sede no Rio de Janeiro (1960); formação do acervo documental de arquitetura e design a partir dos planos de construção do Palácio e da acumulação regular de registros relacionados à obra, ambientação e operação institucional. |
| | CARACTERÍSTICAS | Grande variedade de suportes, principalmente cópias de documentos e projetos. Documentos que registram desde a concepção até a manutenção do Palácio. |
| | PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES | Organização inadequada (mistura de documentos de diferentes temas em uma mesma unidade arquivística).<br>Ausência de integração com o acervo material. Dificuldade de acesso à informação devido à falta de fichas técnicas e catalogação sistematizada.<br>Problemas de armazenamento e obsolescência de materiais de acondicionamento. |
| MATERIAL | FORMAÇÃO | Formação deliberada para reforçar a função diplomática do Palácio.<br>Integração de peças transferidas do Rio de Janeiro, doações e encomendas a designers modernos brasileiros. |
| | CARACTERÍSTICAS | Grande diversidade de objetos e móveis, de diferentes épocas (séculos XVIII ao XX).<br>Ênfase no design brasileiro dos anos 1950-60, articulando tradição e modernidade. |
| | PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES | Dificuldade de identificação de autoria em algumas peças; Lacunas documentais sobre aquisição e execução dos objetos.<br>Tensão entre uso e conservação: desgaste natural em contraste com a necessidade de preservação da autenticidade.<br>Ausência de normas para manejo e documentação de intervenções.<br>Ausência de integração com o acervo documental.<br>Falta de diretrizes sistematizadas para a conservação e restauro. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A comparação entre os dois acervos revela que a complexidade estrutural e funcional do Itamaraty, evidenciada na tese, reflete-se igualmente na forma como sua documentação de arquitetura e de *design* é preservada e gerida. Os desafios enfrentados na conservação dos móveis e objetos do Palácio encontram paralelo direto na gestão dos documentos sob a guarda do Ministério das Relações Exteriores.

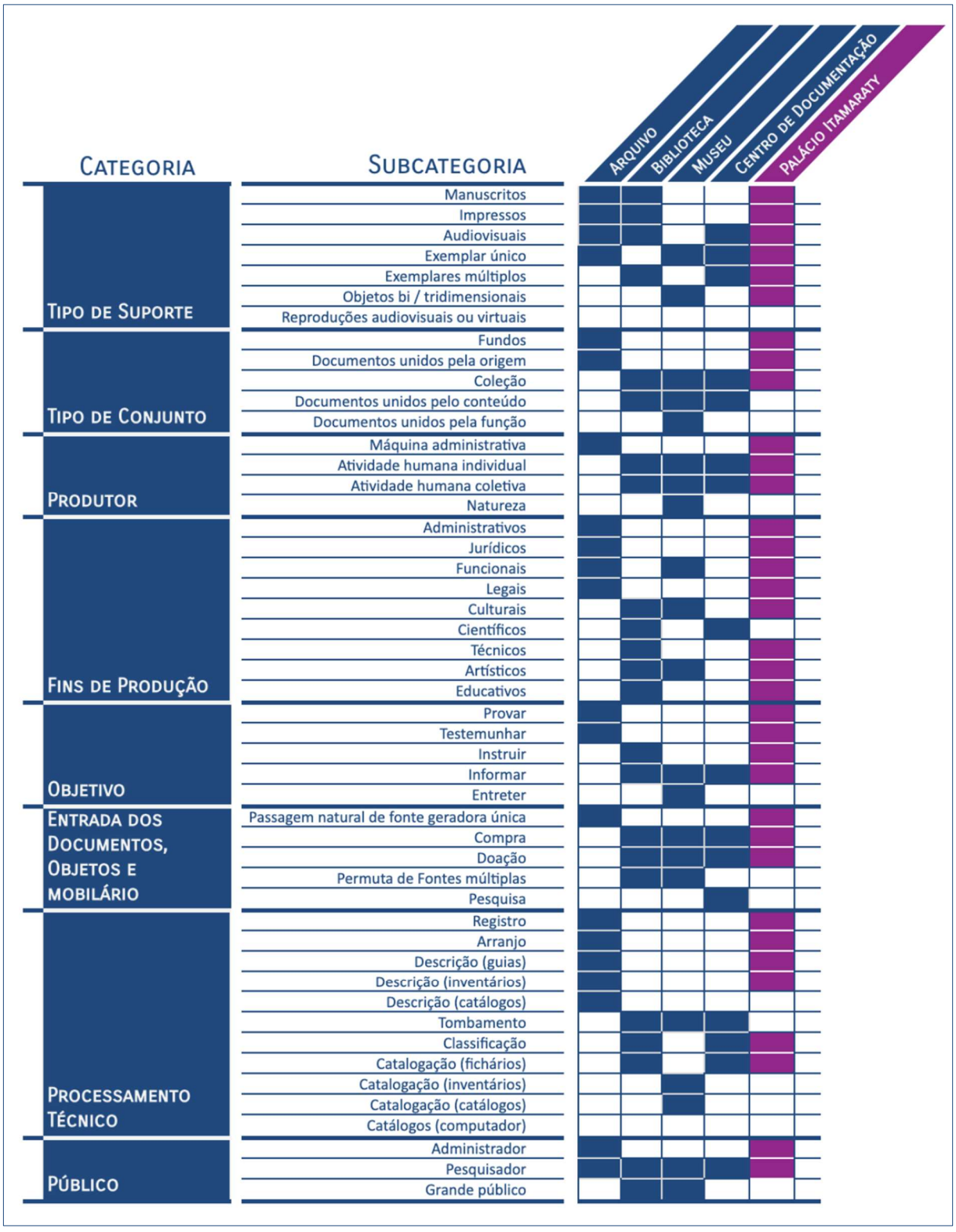
Assim como o mobiliário, os documentos produzidos durante a construção, ambientação e uso institucional do Palácio também carregam múltiplos valores e estão sujeitos à ação do tempo, ao uso cotidiano e às limitações de estrutura e organização arquivística.

No caso do acervo documental, as principais dificuldades se concentram em três aspectos já apresentados: a ausência de descrição técnica detalhada e sistemática dos conteúdos, a fragilidade dos suportes físicos (papel, cópias heliográficas, croquis) e o risco de descaracterização causado por intervenções inadequadas, como digitalizações incompletas ou mesmo perdas por má conservação.

Se no caso do mobiliário o problema da substituição de partes ou restaurações não documentadas pode comprometer o valor de autenticidade, nos arquivos alterações em documentos – sejam físicas (como rasuras ou recortes), sejam digitais (como edições sem registro de versão) – podem resultar em perda do valor probatório e histórico, comprometendo a narrativa neles contida. Além disso, a ausência de informações precisas ou de metadados completos pode fragilizar a confiabilidade do documento como fonte (Bellotto, 2006). Da mesma forma que ocorre com os móveis e objetos, alguns documentos de arquitetura e design existentes no arquivo não possuem registro completo de autoria, data de criação, contexto de uso e intervenções sofridas. A ausência desses dados pode comprometer a reconstrução da história do edifício, dos objetos que o compõem e das decisões de projeto que moldaram seus interiores.

A análise do quadro 23, reelaborado com base nas categorias propostas por Bellotto (2006), confirma que o Itamaraty reúne atributos de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, sem se enquadrar plenamente em nenhum deles.

Quadro 23. Principais funções, características e conteúdo – Palácio Itamaraty




Fonte: Elaboração do autor com base em Bellotto (2006, p. 35).

A diversidade de suportes (textos, audiovisuais, objetos bi e tridimensionais), a coexistência de fundos e coleções, a multiplicidade de produtores e públicos, e os diferentes procedimentos técnicos adotados evidenciam sua estrutura híbrida e multifuncional.

Ao ser confrontado com os modelos institucionais convencionais, o palácio Itamaraty revela-se como um equipamento cultural e institucional único, que funciona, ao mesmo tempo, como repositório histórico, espaço de representação diplomática e centro de memória nacional. Essa sobreposição de funções, a heterogeneidade dos suportes, a diversidade de origens e usos dos acervos, bem como a ausência de uma política integrada de preservação, apontam para a necessidade de soluções inovadoras.

Assim como se faz urgente o desenvolvimento de políticas de conservação preventiva para o acervo de mobiliário, também é importante a implementação de ações específicas voltadas à preservação e tratamento arquivístico dos documentos. Essas ações devem contemplar, de acordo com Bellotto (2006): plano de conservação física e digital, padronização de fichas técnicas, integração entre acervo material e documental, capacitação de pessoal e investimentos em infraestrutura adequada. Com isso, espera-se garantir que tanto os móveis e objetos quanto os documentos – elementos fundamentais para a identidade e a história do Palácio – continuem a exercer suas funções simbólicas e institucionais.

A tensão entre uso e preservação – entre a transitoriedade imposta pela função e a permanência requerida pelo valor patrimonial – manifesta-se com particular força no mobiliário moderno e antigo do Palácio. Embora essas peças ainda integrem a ambientação cotidiana do edifício e cumpram papéis protocolares, o reconhecimento crescente de seu significado histórico e simbólico impõe uma política de conservação mais abrangente.

A Estrutura diplomática e função de representação são expressas pelo uso cerimonial permanente de seus salões de banquetes e gabinetes para recepções de chefes de Estado, sessões do Conselho de Política Externa e ritos protocolares da chancelaria. Esses eventos mobilizam o acervo material "em uso" (cadeiras, mesas, tapetes, luminárias etc.), reafirmando a dimensão cênica de um lugar de representação, onde o mobiliário não é mero elemento cenográfico, mas componente ativo do ritual diplomático.

A narrativa identitária construída em seus interiores, alcançada pela curadoria de Wladimir Murtinho ao dispor peças modernas brasileiras em conjunto com objetos históricos, apresenta uma ideia de continuidade entre tradição e modernidade – discurso político-cultural que escapa à lógica museológica pura (exposição neutra) ou arquivística (prova documental), mas que é central a espaços de diplomacia (Conduru, 2013).

Esse acervo material com perfil museológico, mas em contexto de uso, apresenta uma pluralidade, própria de coleções de museus, exige tratamento conservativo especializado (catalogação, avaliação, tombamento), mas sofre desgaste cotidiano devido à função protocolar. Diferente de museus convencionais, as peças são dispostas nos mesmos ambientes onde ocorrem atos políticos, dissolvendo a fronteira entre "objeto musealizado" e "objeto em serviço". Com relação ao acervo documental, a quase totalidade do processo construtivo e de ambientação permanece arquivada, configurando o complexo como um "arquivo incorporado" ao bem físico.

Reunidos, esses argumentos reforçam a hipótese central desta investigação: o Palácio Itamaraty constitui um espaço híbrido que, embora desempenhe função primordialmente diplomática, transita entre as categorias de museu, arquivo e lugar de representação. A coexistência de um acervo documental vasto – porém pouco integrado – com um acervo material de uso cotidiano – porém de alto valor

patrimonial – revela um campo de tensões em que práticas arquivísticas, museológicas e de administração pública se sobrepõem e, por vezes, colidem. Compreender esse hibridismo é decisivo para propor soluções que conciliem preservação e funcionalidade: integrar bases de dados, estabelecer protocolos de conservação preventiva, digitalizar descrições e, sobretudo, adotar plataformas de gestão capazes de relacionar, em um mesmo ambiente, documentação técnica, condições de uso e histórico de intervenções.

A passagem do tratamento do objeto isolado (edifício e seus acervos) para um sistema integrado constitui, assim, um ponto de partida para novas soluções de preservação. Nessa perspectiva, o Palácio Itamaraty pode, para além de ser um caso singular, assumir um papel paradigmático no debate sobre a gestão de acervos complexos que articulam valor simbólico, uso institucional contínuo e múltiplas camadas documentais.

## 4.4 UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE ACERVOS: O OBJETO E SUA HISTÓRIA

Os dados apresentados neste capítulo demonstraram, de um lado, a complexidade institucional e funcional do Palácio Itamaraty, e a amplitude da carência informacional que acomete os seus acervos, documental e material; de outro, evidenciaram como experiências internacionais e nacionais – da reconstrução de *Notre-Dame* aos modelos HBIM, da Casa de Vidro e do Palácio Capanema – vêm superando a cisão histórica entre objeto, edifício e registro arquivístico.

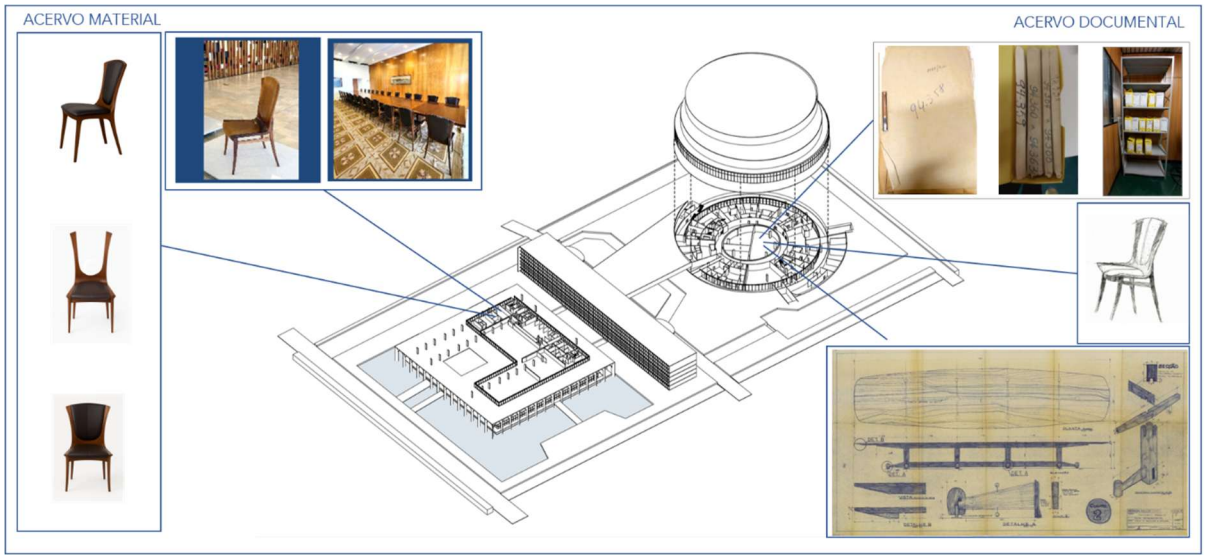
Ao longo da pesquisa ficou evidente que a preservação da autenticidade e da integridade do patrimônio do Itamaraty depende de uma ligação orgânica entre três camadas interdependentes – o edifício, os objetos que o ambientam e a documentação que lhes contextualiza. Essa conexão permanece frágil: a vasta massa documental carece de sistematização, enquanto o acervo material, usado diariamente, pouco dialoga com os documentos que poderiam orientar sua conservação. Esse desencontro sustenta o dilema central identificado

entre transitoriedade (desgaste do uso) e permanência (valores históricos e simbólicos).

À luz dessas constatações, este subcapítulo apresenta uma proposição para o Palácio Itamaraty: a adoção de um sistema integrado apoiado em *Historic Building Information Modeling* (HBIM) que conecte, num mesmo ambiente digital, o edifício, o acervo material e a documentação. Não se trata de executar um modelo digital propriamente dito – tarefa que ultrapassa o escopo desta tese –, mas de demonstrar, a partir dos casos de referência e da bibliografia especializada, como tal sistema pode oferecer respostas concretas ao dilema identificado: a tensão permanente entre o uso cotidiano dos bens e a necessidade de sua conservação patrimonial.

O esquema apresentado na figura 38 sintetiza a condição atual do Itamaraty. No centro, o corte axonométrico do edifício exibe a localização das peças no terceiro andar (salas de banquetes e salas de exposição de mobiliário e obras de arte); nas margens, os dois conjuntos independentes hoje existentes: acervo material – fotografias do levantamento e imagens da *Cadeira dos Arcos* (Bernardo Figueiredo,1967) indicam a permanência física das peças, mas, neste modelo, não se indicam nem a autoria , nem as intervenções sofridas; e o acervo documental – pastas, lombadas e cópias heliográficas mostram a dispersão de croquis, desenhos executivos e recibos de compra; a ausência de um identificador único ou metadados impede relacionar cada documento à cadeira que efetivamente resiste ao tempo e ao uso constante.

Figura 38. Situação atual – Dispersão




Fonte: Elaboração do autor.

A literatura especializada indica que HBIM pode atenuar essa fratura, pois opera como gêmeos digitais que reúne, em um único ambiente, geometria precisa, atributos semânticos e metadados documentais. Adaptadas ao caso do Itamaraty, as vantagens elencadas por Groetelaars (2015) ganham contornos específicos:

- **Documentação unificada** – cada componente do edifício ou do mobiliário recebe identificação única, vinculada automaticamente ao respectivo dossiê arquivístico.
- **Diagnóstico e monitoramento**– fichas técnicas de conservação que atualizam o estado dos materiais, apontam as intervenções anteriores e geram alertas de manutenção preventiva.
- **Gestão colaborativa** – arquitetos, conservadores, servidores e curadores – mesmo modelo, rompendo a atual fragmentação setorial.
- **Difusão** – disponibilização de vistas, perspectivas e imagens 3D, relatórios e consultas semânticas[90] alimentam portais de pesquisa, roteiros de visitação e exposições virtuais.

[90] Pesquisa semântica (ou semantic search) é um modelo de busca em que os sistemas recuperam e organizam a informação a partir do significado (semântica) das palavras, e não apenas pela correspondência exata de termos (keyword matching). Em vez de procurar cadeias idênticas de caracteres, o mecanismo interpreta o contexto, as relações conceituais e a intenção do usuário, produzindo resultados que respondem à pergunta real – mesmo que

- **Curadoria** – esta atividade pode ser facilitada pela disponibilidade de metadados consolidados reduzem o tempo de seleção de peças, cálculo de logística e elaboração de textos explicativos para mostras e exposições.

Inspirada no sistema de informação proposto por João Vieira (2009), a solução parte da ideia de documentação como metainformação – isto é, dados que explicam o objeto e o inserem em seu contexto técnico, histórico e simbólico. O sistema HBIM sugerido para o Itamaraty articula, portanto, dois módulos:

1. MÓDULO DOCUMENTAL

- reúne a descrição arquivística dos registros em conformidade com a norma ISAD(G)[91];
- preserva a informação sobre proveniência e condição física dos documentos;
- acrescenta metadados georreferenciados que apontam para o elemento material a que o documento se refere.

2. MÓDULO MATERIAL:

- concentra a representação tridimensional do palácio: parte de uma nuvem de pontos obtida por varredura a laser e a transforma em modelos paramétricos que descrevem, com precisão, o edifício, o mobiliário e os demais objetos;
- cada componente recebe um identificador único (UID)[92] que o conecta ao respectivo registro documental, garantindo rastreabilidade;

---

as mesmas palavras-chave não apareçam literalmente nos registros. Fonte: BANFI, Fabrizio. **Building information modelling: a novel parametric modeling approach based on 3D surveys of historic architecture**. In: IOANNIDES, M. et al. (Org.). Digital Heritage. Progress in Cultural Heritage: Documentation, Preservation, and Protection – EuroMed 2016, Part I (Lecture Notes in Computer Science, v. 10058). Cham: Springer, 2016. p. 116-127.

[91] ISAD(G) – *General International Standard* Archival *Description* é o Padrão Geral Internacional de Descrição Arquivística, elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA/CI-A) e publicado, em sua versão mais recente, em 2000. Seu objetivo é oferecer diretrizes normativas para a descrição de documentos de arquivo em qualquer tipo de instituição – arquivos nacionais, universitários, empresariais, pessoais e, mais recentemente, acervos híbridos que reúnem suportes tradicionais e digitais. Fonte: GROETELAARS, Natalie Johanna. **Criação de modelos BIM a partir de nuvens de pontos: estudo de métodos e técnicas para documentação arquitetônica**. 2015. 372 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

[92] Um Identificador Único (Unique Identifier – UID) é um código alfanumérico atribuído a um objeto físico ou digital para garantir que ele possa ser referenciado de modo inequívoco em qualquer sistema de informação, independentemente de seu nome, localização ou suporte. Ele é único – nenhum outro item, dentro ou fora da

- No próprio modelo ficam registrados os principais parâmetros de conservação – materiais constitutivos, patologias mapeadas, intervenções já executadas e o nível de desenvolvimento (LoD) atingido – de modo que o estado físico e o histórico de manutenção possam ser acompanhados em tempo real.

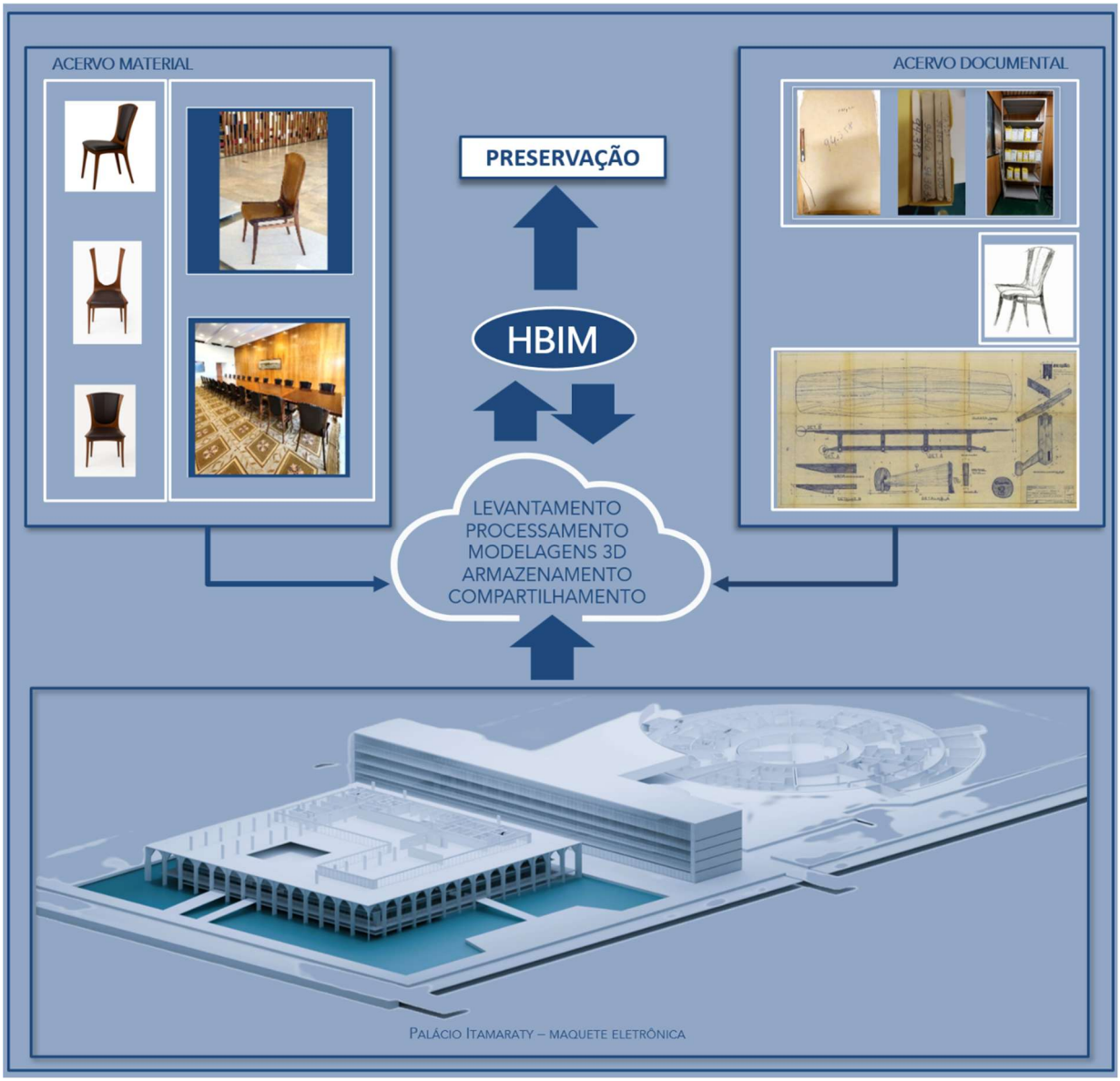
Para tornar esse sistema viável, sobretudo compatível com as rotinas e os recursos disponíveis no Itamaraty, convém tomar como referência os parâmetros metodológicos empregados nas experiências de Casa de Vidro (Cuperschmid *et al.*, 2018) e do Palácio Capanema (Canuto 2020). A primeira usa um modelo HBIM baseado em nuvem de pontos a laser, com correlação item a item entre componentes construtivos e documentação histórica, além de aplicar LoD híbrido para explicitar lacunas de informação e níveis diferentes de precisão. Já a segunda experiência, utiliza a integração de fotogrametria, DSM e digitalização de acervos gráficos, a criação de bibliotecas paramétricas específicas (*brisesoleil,* esquadrias, obras de arte) e vincula os metadados arquivísticos ao modelo.

O esquema apresentado na figura 39 projeta a situação ideal: uma "nuvem" que recebe, processa e devolve informação para todos os agentes (gestores, restauradores, curadores, pesquisadores).

A maquete eletrônica do Palácio, na base do diagrama, representa o edifício real: a partir dele partem levantamentos tridimensionais, medições e registros de campo que entram na nuvem operacional. Dos dois lados, painéis separados reúnem as informações e dados do acervo material (fotos e localizações da Cadeira dos Arcos) e do acervo documental (croquis, projetos etc.). Setas direcionadas apontam dessas três fontes – edifício, mobiliário e documentos – para a nuvem, indicando que todo o conteúdo é centralizado ali.

instituição, compartilha o mesmo código. Ele é persistente – código persistente – e permanece estável ao longo do tempo, mesmo que o objeto mude de lugar, de base de dados ou de estado de conservação. Fonte: Groetelaars (2015).

Figura 39. Sistema sugerido a partir da metodologia HBIM – Integração




Fonte: Elaboração do autor.

A palavra "HBIM", imediatamente acima da nuvem, representa o banco de dados consolidado. Nele, as geometrias do edifício e dos objetos se fundem aos metadados (descrições, proveniência, estado de conservação), criando um conjunto unificado e navegável. A ligação HBIM - nuvem é bidirecional: quando se atualiza uma inspeção ou se adiciona um novo dado, o ciclo retorna à nuvem para reprocessamento e volta atualizado ao modelo.

A partir desses parâmetros, com base em Groetelaars (2015), pode-se sugerir para a proposta do Itamaraty a aplicação dos seguintes requisitos:

- **Padrão LoD híbrido** – O modelo opera com um LoD híbrido: cada elemento recebe o nível de desenvolvimento adequado à sua complexidade e às ferramentas disponíveis à equipe, evitando sobrecarregar o sistema com detalhes dispensáveis ou, inversamente, perder informação crítica.

- **Três camadas de dados** – Toda a informação é estruturada em três camadas complementares. A primeira, geométrica, contém a nuvem de pontos e os modelos paramétricos; a segunda, documental, reúne os metadados arquivísticos ligados a cada UID; a terceira, de gestão, agrega dados de manutenção, restauro e curadoria, permitindo que decisões sejam tomadas com base em informações atualizadas.

- Fluxo operativo

    1. LEVANTAMENTO: inicia-se com o levantamento tridimensional – *laser scanning*, *dense stereo matching* e fotogrametría, que captura a realidade material com alta precisão.

    2. MODELAGEM: em seguida, a malha de dados serve de base para duas modelagens paralelas: o modelo *as-is*, que registra o estado atual, e o modelo *as-built*, que recompõe a intenção original do projeto.

    3. VINCULAÇÃO DOCUMENTAL: roteiros (scripts) associam cada identificador único do modelo aos respectivos registros arquivísticos, garantindo rastreabilidade entre forma e documento.

    4. DIAGNÓSTICO: A correlação alimenta painéis de análise que monitoram intervenções passadas e prioridades de conservação transformando o modelo em um instrumento de gestão preventiva.

    5. DIFUSÃO: as estruturas de dados são disponibilizadas por meio de APIs[93] dedicadas, visitas virtuais e suportes para exposições, ampliando o acesso de pesquisadores, gestores e público em geral ao acervo integrado.

[93] API é a sigla de *Application Programming Interface* – um "conjunto de portas" que um sistema abre para que outros softwares possam ler ou gravar dados de forma segura e padronizada. No contexto de um repositório HBIM voltado ao patrimônio, disponibilizar uma API significa que o repositório deixa de ser fechado e passa a funcionar como plataforma de pesquisa colaborativa, permitindo que universos distintos (historiadores, cientistas da conservação, modeladores 3D) conversem com a base de dados sem comprometer a integridade do acervo. Fonte: Groetelaars (2015).

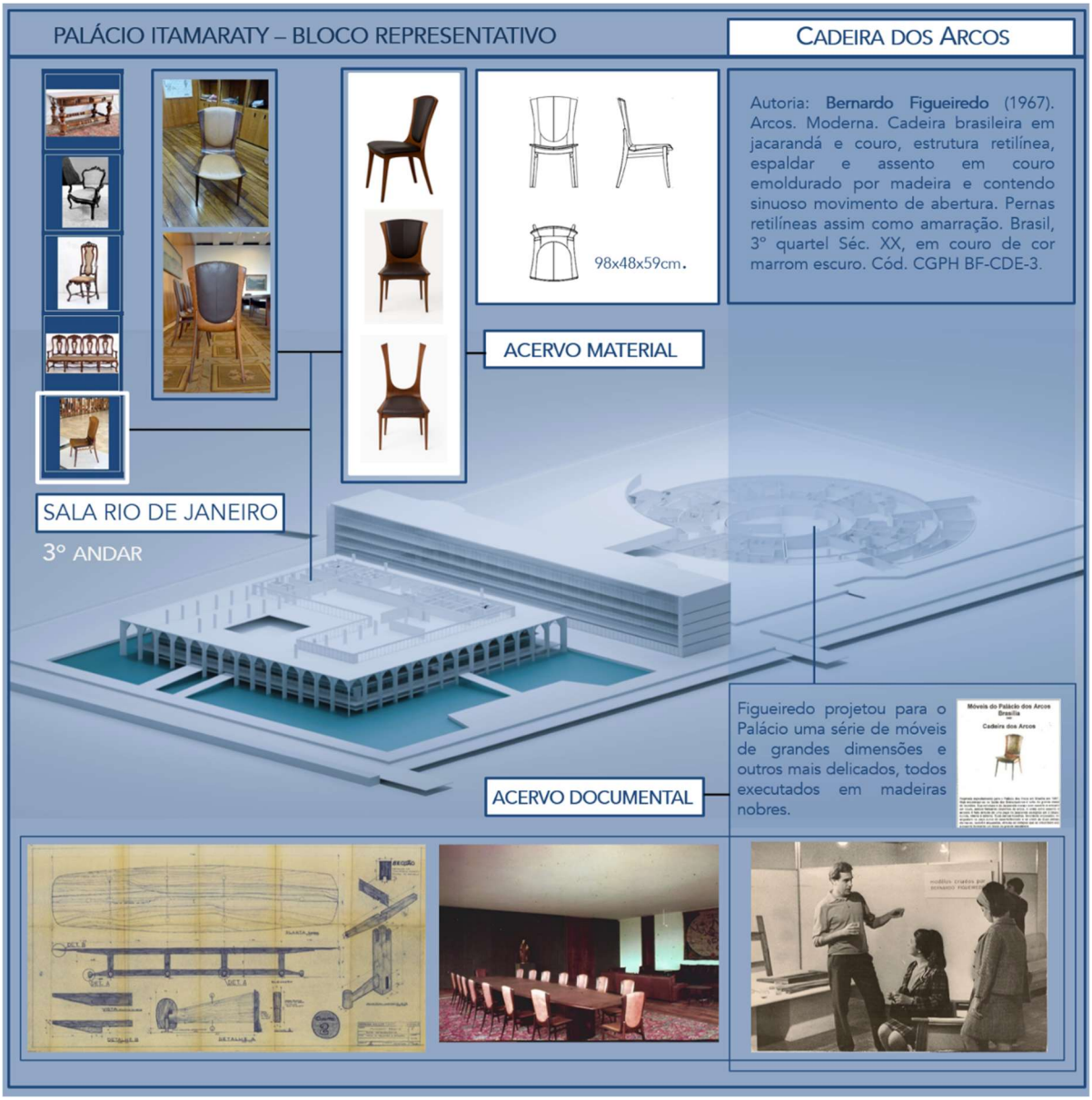
Parte-se de um projeto piloto concentrando-se no terceiro andar do Palácio, onde convivem peças de épocas distintas; a Cadeira dos Arcos de Bernardo Figueiredo pode servir como protótipo de objeto-referência para testar a correlação entre modelo 3D, ficha arquivística e plano de conservação.

O diagrama da ficha digital apresentado na figura 40 demonstra que, quando o objeto (cadeira), o edifício (Itamaraty) e a documentação (desenhos, fotos, fichas) compartilham a mesma plataforma HBIM, dissolvem-se as fronteiras entre o acervo material e o documental. O Palácio passa a ser lido como sistema integrado, onde decisões de uso protocolar ou de conservação se alimentam de informações completas, rastreáveis e interoperáveis. No plano inferior, a maquete digital do Itamaraty recebe marcadores paramétricos que localizam cada exemplar da *Cadeira dos Arcos* no terceiro pavimento, Sala Rio de Janeiro. Esse ponto de inserção pode conter o UID do objeto, permitindo que o modelo seja varrido por filtros (por autor, data ou estado de conservação) e que intervenções sejam simuladas em ambiente virtual sem deslocar o móvel fisicamente.

Nesse caso, a ideia é que a correlação "cadeira–documento" (metainformação) possibilite atravessar o banco de dados em ambos os sentidos: do objeto físico às provas de autenticidade ou do desenho original ao seu estado atual na sala onde ela se encontra. No entanto, existem limitações que não podem ser negligenciadas.

De acordo com as observações de Groetelaars (2015), as principais limitações e riscos relacionados à implantação de um sistema baseado em HBIM, englobam fatores como: o custo inicial elevado – aquisição de hardware, licenças; a capacitação de pessoal – o treinamento especializado, a necessidade de formar ou contratar equipe multidisciplinar e a adoção gradual – migração de dados que exige revisão de metadados, adaptação de normas internas e validação iterativa dos resultados. O quadro 24 sintetiza os potenciais benefícios e limitações ao se adotar esse sistema.

Figura 40. Sugestão de ficha digital para dados compartilhados – Palácio Itamaraty




Fonte: Elaboração do autor

Quadro 24. Potenciais benefícios e limitações de se adotar HBIM

| BENEFÍCIOS | LIMITAÇÕES |
|---|---|
| REDUÇÃO DE MANUSEIO DE ORIGINAIS FRÁGEIS; RASTREABILIDADE INTEGRAL | CUSTO INICIAL ELEVADO (HARDWARE + LICENÇAS) |
| PLANEJAMENTO DE MANUTENÇÃO BASEADO EM DADOS; ORÇAMENTO PREDITIVO | NECESSIDADE DE CAPACITAR SERVIDORES EM HBIM E ARQUIVOLOGIA DIGITAL |
| BASE PARA EXPOSIÇÕES VIRTUAIS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE | RISCO DE OBSOLESCÊNCIA TECNOLÓGICA (EXIGE PLANO DE MIGRAÇÃO PARA FORMATOS MAIS ATUALIZADOS) |
| INTEGRAÇÃO DE EDIFÍCIO, DOCUMENTAÇÃO E MOBILIÁRIO EM UM SÓ REPOSITÓRIO | GOVERNANÇA DE DADOS: DEFINIR QUEM ATUALIZA O MODELO E VALIDA AS REVISÕES |

Fonte: Elaboração do autor com base em Groetelaars (2015).

No caso do Palácio Itamaraty, a implementação de um sistema HBIM, embora promissora para integrar edifício, acervo material e documentação arquivística, esbarra em dificuldades de natureza tecnológica, organizacional e patrimonial que não podem ser minimizadas. Em primeiro lugar, a infraestrutura disponível no Ministério das Relações Exteriores está aquém das exigências de processamento e armazenamento inerentes a nuvens de pontos de alta densidade e modelos complexos. A aquisição de hardware de alto desempenho, licenças especializadas e uma rede, *on-line*, de banda larga compatível implica em grandes investimentos. Soma-se a isso a particularidade da rede interna do MRE, orientada por rígidos protocolos de segurança diplomática, que limita o tráfego de grandes volumes de dados e, consequentemente, pode limitar a sincronização contínua do modelo.

Mesmo que se resolvam as barreiras tecnológicas, subsiste o problema da capacitação de pessoal. O quadro de servidores do Itamaraty é majoritariamente composto por profissionais da área de Relações Internacionais; especialistas, como arquitetos, conservadores e arquivistas treinados, talvez precisem ser demandados especificamente para esse fim. Sem um programa de formação continuada – que inclua rotinas de escaneamento, modelagem, parametrização e governança de dados – qualquer modelo tende a se tornar obsoleto em curto prazo, gerando dependência de consultorias externas e perda de coerência entre o gêmeo digital e a realidade construída.

Outra dificuldade reside no próprio estado de fragmentação dos acervos. Os documentos de arquitetura e design permanecem dispersos em pastas de diferentes assuntos e são descritos segundo critérios heterogêneos. Com relação ao mobiliário em uso cotidiano carece, em muitos casos, de cadastro consistente. Essa desarticulação compromete a vinculação de identificadores únicos (UID) a cada peça e o respectivo dossiê arquivístico, etapa essencial para que o HBIM opere como plataforma de correlação entre materialidade e metainformação (Groetelaars, 2015).

A situação se agrava com a carência de normas internas que regulem o manuseio do mobiliário histórico: sem protocolos claros de catalogação, manutenção e restauro, qualquer tentativa de automatizar o histórico de intervenções esbarra em dados incompletos ou inexistentes.

Também a proteção de informações sensíveis representa um obstáculo. Plantas de circulação, rotas de autoridades e detalhes de áreas restritas possuem caráter sigiloso, o que obriga a criação de camadas de acesso diferenciadas dentro do próprio modelo digital. Se, por um lado, tal solução resguarda a segurança institucional, por outro, limita a colaboração plena e a difusão científica, demandando rigorosos filtros de exportação e a produção de versões públicas com menor nível de detalhe (LoD).

A operacionalização do levantamento tridimensional confronta ainda a agenda diplomática. O escaneamento a laser requer equipamentos volumosos e acesso prolongado a ambientes que, muitas vezes, estão em uso cerimonial. Janelas de trabalho noturnas ou em fins de semana reduzem o tempo de captura e elevam o custo das campanhas, ao passo que superfícies refletivas, grandes vãos e obras de arte integradas impõem processamentos mais complexos para a eliminação de áreas difusas e a criação de bibliotecas paramétricas específicas.

Finalmente, a questão da governança permanece a mais sensível. A ausência de um manual interno inspirado em normas definindo papéis, métodos de gerenciamento e fluxos de aprovação – pode fazer com que o modelo se desatualize em poucos meses. Sem um BIM gerenciado, qualquer substituição de mobiliário, retoque de tapeçaria ou reforma de infraestrutura tenderá a ficar fora do gêmeo digital, dissolvendo gradualmente o elo entre uso corrente e preservação patrimonial.

Nesse cenário, torna-se evidente que os desafios vão muito além da compra de equipamentos, como *scanners*, ou da contratação de *software*: envolvem políticas de financiamento, formação técnica, padronização arquivística, gestão de riscos e,

sobretudo, a consolidação de uma cultura organizacional que reconheça o HBIM como instrumento estratégico de memória e preservação institucional. Somente a articulação desses vetores – tecnologia, pessoas e processos – permitirá que o Itamaraty transforme a atual fragmentação informacional em um sistema integrado de conhecimento, preservação e representação.

Ainda assim, a adoção de HBIM, além de uma inovação tecnológica, pode se configurar como um salto metodológico: convertendo a administração reativa – hoje baseada em documentos dispersos e intervenções emergenciais – em uma gestão preditiva, apoiada por dados consolidados e visualização integrada. Tal solução responde diretamente à tensão entre uso protocolar intenso e exigência de preservação que singulariza o Palácio Itamaraty. Se bem-sucedido, o piloto poderia servir de modelo para implementação completa aos demais ambientes do Palácio e, quiçá, aos demais edifícios públicos brasileiros dotados de acervos complexos, inaugurando uma política de preservação que reconheça, na convergência de dados e geometrias, a chave para a sustentabilidade do patrimônio cultural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso inicial da tese, descreveu-se como a construção de Brasília impulsionou um ciclo industrial que evidenciou o mobiliário moderno; nele, o acervo do Palácio Itamaraty surgiu como testemunho material de uma política cultural que articulava design e arquitetura.

Inicialmente, buscou-se fazer uma contextualização histórica, conceitual e operacional sobre os arquivos e sua relevância na preservação da memória. O capítulo dedicado à formação e aos conceitos de arquivo revelou a polissemia do termo – ora entendido como lugar físico, ora como instituição, mobiliário ou conjunto documental – e recuperou os fundamentos teóricos de proveniência, organicidade e descrição. Examinou-se o debate contemporâneo sobre os arquivos de arquitetura, urbanismo e design com o intuito de aprofundar a compreensão das práticas, desafios e possibilidades que envolvem a documentação dessas áreas. Nesse sentido, a pesquisa sobre arquivos revelou-se essencial para explicar as características do arquivo do MRE.

A análise comparativa das diferentes acepções de arquivo (instituição, fundo documental, centro de memória) mostrou, ainda, que o Palácio não cabe nas categorias clássicas de custódia. Tal constatação reforçou a hipótese central da tese.

Em continuidade, apresentaram-se os acervos documentais e materiais do Itamaraty em Brasília e identificaram-se suas complexidades e os desafios para a sua preservação. A pesquisa partiu de um dilema já perceptível nos primeiros levantamentos de campo: como garantir a permanência dos acervos material e documental do Palácio sem comprometer o uso cotidiano que lhes confere legitimidade histórica e diplomática? Ao longo dos capítulos demonstrou-se que tal tensão – aqui nomeada "transitoriedade x permanência" – advém de uma condição estrutural: o Itamaraty é um organismo híbrido que exerce, simultaneamente, funções de arquivo, museu e lugar de representação.

Reconhecer essa singularidade foi importante para redefinir a própria pergunta problema e orientar o objetivo geral da tese: demonstrar que, ao estabelecer uma conexão efetiva entre o edifício, seu acervo material e sua documentação histórica arquivada, o Palácio pode ser compreendido como um conceito inovador de edifício: um complexo no qual preservação, exibição museológica e representação simbólica coexistem de maneira interdependente.

Sob o apoio de levantamento fotográfico e análise *in situ,* revelaram-se fragilidades recorrentes: ausência de fichas técnicas completas, lacunas de autoria, descrições minuciosas, em peças-chave e inexistência de política de conservação preventiva, tanto para o acervo documental, quanto para o material.

Afirmou-se a hipótese sobre o caráter híbrido da instituição e mapeou-se soluções já testadas no exterior – da Casa da *Arquitectura* (PT) ao gêmeo digital da Catedral de *Notre Dame* –, apresentando o HBIM como metodologia capaz de superar a cisão histórica entre objeto, edifício e registro. Frente à investigação, propôs-se a criação de um sistema HBIM, que atualmente se mostra como o mais adequado, para o Itamaraty.

Como contribuição, em termos teóricos, a tese adensou a discussão sobre edifícios complexos e seus acervos, propondo a categoria híbrida como chave interpretativa para situações em que museologia, arquivística e uso institucional são coexistentes.

Apresentou-se uma experiencia prática (caça ao tesouro) que evidenciou de forma clara o problema central identificado na pesquisa: a falta de integração entre os acervos documental e material.

Metodologicamente, a tese ofereceu uma matriz de análise (quadro 22) que cruza tipologias de suporte, proveniência e público-alvo. Adiante, sugeriu um roteiro em cinco etapas – levantamento, modelagem, vinculação, monitoramento, difusão – que pode orientar possíveis planos HBIM para o Palácio e em outras instituições.

Nesse âmbito foi sugerido um plano-piloto, usando o terceiro andar do Palácio como exemplo, e tomando a Cadeira dos Arcos de Bernardo Figueiredo como unidade teste, criou-se um modelo de ficha digital que, por ser incipiente, pode ser revista e ampliada.

Como limitações do estudo, deve-se considerar que a investigação baseou-se em séries documentais às quais foi possível obter consulta durante o período da pesquisa. Todavia, restrições institucionais e lacunas de catalogação impediram o exame maior do fundo arquitetônico e de design. Isso gerou um recorte amostral que, embora representativo, não cobre toda a massa documental potencialmente relevante.

Sobre o acervo material, não foi possível realizar monitoramento prolongado (registros de movimentação de móveis, medições de microclima, registro fotográfico sistemático) que quantificasse o desgaste diário das peças. Consequentemente, a tensão entre uso e preservação foi analisada em grande medida por meio de observação pontual, mas que se estende a todo o acervo material.

Na concepção do plano-piloto sugerido recorreu-se sobretudo à literatura sobre HBIM e integração de bases de dados em patrimônio arquitetônico, pois ainda são raros os estudos que aplicam essa metodologia a objetos e mobiliário modernista ou que tratam de padrões de metadados interoperáveis entre sistemas arquivísticos e plataformas BIM. O estudo reconhece o tema, mas, dentro dos limites da tese, não o desenvolve em profundidade. O reconhecimento dessas limitações não invalida as conclusões; antes, delimita seu alcance e aponta possíveis desdobramentos.

Uma Investigação, em escala comparativa, que identifique situações análogas de tensão entre transitoriedade e permanência, por exemplo, pode ser uma possibilidade. Em conjuntos complexos, como palácios governamentais ou museus, podem ser analisadas tecnologias emergentes capazes de conciliar uso cotidiano e preservação patrimonial.

Outra possibilidade de ampliação é executar, ainda em nível de pesquisa acadêmica, o modelo aqui proposto: gerar um gêmeo digital que integre edifício, acervo material e fundo documental à semelhança das pesquisas conduzidas para a Casa de Vidro (Cuperschmid et al., 2018) e para o Palácio Capanema (Canuto & Salgado, 2020). Nesse caso, empreendendo-se um estudo de como essas metodologias e plataformas digitais mais emergentes podem ser aplicadas a objetos e mobiliário.

Como um desdobramento "visionário", em um horizonte mais ambicioso – e assumidamente sonhador – seria a adoção efetiva do HBIM, ou de outra metodologia emergente, como plataforma institucional de preservação. Para isso, a criação de um comitê intersetorial do MRE (englobando Cerimonial, Arquivo Histórico, Setor de Patrimônio e Divisão de Engenharia e TI etc.) e a elaboração de uma política integrada de preservação (com tabela de temporalidade, protocolos de restauro e diretrizes de manuseio) seria necessário. Aliado a isso, poder-se-ia estabelecer parcerias técnico-científicas entre instituições afins, como Capes, Iphan, e instituições de pesquisa como PPG-FAU-UnB, PPG -DESIGN-UnB, entre outros, para propiciar a digitalização massiva da documentação e elaboração do modelo virtual. Também seria necessário adotar programas continuados de capacitação em modelagem paramétrica, curadoria digital e gestão de riscos para servidores, arquitetos, museólogos, pesquisadores e bolsistas, entre outros, garantindo autonomia local na atualização do gêmeo digital.

Importa reconhecer, porém, que as ferramentas e metodologias hoje consideradas de ponta – BIM, HBIM, bancos de dados relacionais – podem tornar-se insuficientes num futuro próximo. O avanço exponencial da computação em nuvem e da análise preditiva por inteligência artificial tende a exigir formatos mais abertos que ultrapassem o escopo de um único *software* ou fabricante. Assim, a adoção do HBIM deve ser encarada como etapa evolutiva, não como solução definitiva.

Em suma, planejar a integração digital do Itamaraty implica admitir que a "metodologia do presente" é, por natureza, transitória. Apenas um desenho institucional flexível, respaldado por políticas de preservação e por alianças acadêmico-profissionais, garantirá que o gêmeo digital do Palácio acompanhe a velocidade das inovações, evitando que a solução de hoje se converta em obsolescência amanhã.

Apesar disso, ao buscar transformar um patrimônio fragmentado em sistema integrado de informação, o Itamaraty pode resolver seu próprio dilema entre uso e conservação, e estabelecer um paradigma replicável para outras instituições que lidam com acervos complexos, unindo edifício, mobiliário e arquivo sob uma mesma plataforma de gestão patrimonial.

Como o percurso desta tese demonstrou, preservar bens em uso exige reconhecer sua natureza híbrida – funcional e patrimonial – e adotar estratégias que atendam simultaneamente a esses dois valores. A documentação técnica rigorosa, a possibilidade de produção de réplicas, a implementação de planos de manuseio e conservação preventiva, além da criação de políticas específicas são ações fundamentais para assegurar a integridade desse acervo no longo prazo.

Mais do que um dilema técnico, a tensão entre uso e preservação revela uma oportunidade conceitual: pensar os acervos não apenas como suporte da vida institucional, mas como parte integrante da memória arquitetônica e cultural do edifício. Nesse sentido, o Palácio Itamaraty pode representar um modelo para a formulação de práticas que articulem, de maneira inovadora, patrimônio, funcionalidade e continuidade histórica.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ARMITAGE, David. **The Declaration of Independence: A Global History**. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 2008.

ARMSTRONG, A. R. E. (2006). Architectural Archives/Archiving Architecture: **The Digital ERA. Art Documentation**. Journal of the Art Libraries Society of North America, 25(2), 12-17. Disponível em: https://jstor.org/stable/27949434?seq=1#metadata_info_tab_contents.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Acervo: revista do Arquivo Nacional: **Estado da Arte da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, set./dez., 2018, vol. 31, n. 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, Publicações Técnicas, nº 51.

AZEVEDO, Marlice N. S. de. **Una visión preliminar de la situación de los archivos brasilenõs de arquitectura, inginiería y urbanismo – un nuovo campo de studio**. In COMMA. International Journal on Archives. Paris: International Council on Archives, 2010, p. 37– 44.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.B (Org.) **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 22–79.

BAILYN, Bernard. **Atlantic History: concept and contours.** Cambridge, Massachusetts. *London, England: Harvard University Press*, 2005.

BANFI, Fabrizio. **Building information modelling: a novel parametric modeling approach based on 3D surveys of historic architecture**. In: IOANNIDES, M. et al. (Org.). *Digital Heritage. Progress in Cultural Heritage: Documentation, Preservation, and Protection* – EuroMed 2016, Part I (*Lecture Notes in Computer Science*, v. 10058). Cham: Springer, 2016. p. 116-127.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BIMFORUM. **Level of Development (LOD) Specification: Part I**. [S.l.]: BIMForum, 2024. Disponível em: https://bimforum.org/resource/lod-level-of-development-lod-specification/. Acesso em: 5 jan. 2025.

BLAKE, Peter. **Le Corbusier e o domínio da forma.** Coleção Os grandes Arquitetos, Volume 1. Rio de Janeiro: Record, 1966.

BRANDÃO, Carlos Roberto Comas. **O Palácio Itamaraty em Brasília: uma análise a partir da sintaxe da linguagem visual**. Revista Paranoá. n.29, jan./jun. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital**. Brasília, DF: Conarq, 2005. Disponível em: https://design.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 4 de maio a 31 de dezembro de 1926: exposição e anexos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANUTO, C. L.; SALGADO, M. S. **Modelo BIM do Palácio Gustavo Capanema 1937-1945: pela preservação digital do patrimônio moderno.** *Gestão & Tecnologia de Projetos*, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 101-116, jan. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.116/gtp.v14i1.15282.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Arquitetura e Documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura.** São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDES, 2011.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e; COSTA, Eduardo Augusto. **Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo**. Coleção Caramelo Volume 1, Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2021. Disponível em design.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/723. Acesso em 20, mar. 2024.

CAVALCANTI, L. **Quando o Brasil era moderno: Guia de Arquitetura 1928 – 1960**. Org. Lauro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2001.

CHAIM, G. M. C. **A Arquitetura da Diplomacia: Projetos das Embaixadas do Brasil no Exterior (1962-1981)**. Tese de Doutorado. Brasília: FAU – UnB, 2024.

CHOAY, Françoise. ***Brasilia: une capitale préfabriquée***. Paris: ***Artclair Éditions***, n° 59, 1959. p. 76–83.

CLARO, Mauro. **Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

CONDURU, Guilherme Frazão. **O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização**. Brasília: FUNAG, 2013.

CONNAISSANCE DES ARTS. **La Fabrique de Notre-Dame Benefactors Journal 1.** Paris: Connaissance des Arts, n. 1 (UK), jan. 2021. Disponível em: https://www.calameo.com/read/00557636894eb0332971f. Acesso em: 4 jan. 2025.

COSTA, Eduardo Augusto. **Arquivos e Coleções de Arquitetura: A revisão historiográfica em debate.** 13° Seminário DOCOMOMO – Brasil. Salvador, 2019.

COSTA, Fernanda Freitas; HUDSON, Fred. **Oficina-Escola de Restauro de Mobiliário Moderno**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; IPHAN. 1ª edição. Brasília: IFB, 2018.

COSTA, Heliara Aparecida et al. **Modelagem BIM para o registro digital do patrimônio arquitetônico moderno**. Revista Projetar, v. 6, n. ja, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2448-296X.2021v6n1ID21331. Acesso em: 01 mai. 2024.

COSTA JUNIOR, José Airton. **Arquitetos-designers: o mobiliário moderno da Universidade de Brasília.** Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA JUNIOR, José Airton. **Sergio Rodrigues e o mobiliário da Universidade de Brasília**. Brasília: Tagore Editora, 2021.

COSTA JUNIOR, José Airton.; Peixoto, E.; Saboia, L. **National Identity and Modern Furniture in Brasilia´s Itamaraty Palace. In: Flore, Fredie; McActee, Cammie. (Org.)** The Politics of Furniture: Identity, Diplomacy and Persuasion in Post-War Interiors. 1 ed. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2017, v. 1, p. 147.

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: SESC, Editora 34, 2018 (1ª edição 1995, 2ª edição 1997).

COX, Richard. J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CUPERSCHMID, A. R. M.; CERÁVOLO, A. L.; GRACHET, M. G.; FRANCO JUNIOR, J. C.; FABRICIO, M. **Casa de Vidro: BIM e Gestão do Patrimônio Histórico Arquitetônico**. CADERNOS DO PROARQ (UFRJ), v. 30, p. 177-198, 2018.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana.** Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Editora Relume Dumará, 2011.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ESCOREL, Silvia. **Palácio Itamaraty Brasília: Brasília, Rio de Janeiro.** São Paulo: Banco Safra, 2002.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo.** Tradução Fátima Murad. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FARIAS, Rogério de Souza. LEITE, Fernando Sousa. **Uma documentação valiosa desordenadamente arquivada: A mudança do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e seu arquivo permanente.** O arquivo como objeto: cultura escrita, poder e memória. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-29, set./dez. 2023.

FERNANDES, Ana. **Organizar, operar, pensar acervos: onde as coisas tomam sentido?** [Palestra on-line]. In: II Seminário Arquivos, Historiografia e Preservação: Perspectivas Contemporâneas, São Paulo, 2021. Disponível em: https://youtube.com/watch?v=Ve_lO4_7I-8. Acesso em: 19 jan. 2022.

FERREIRA, Carlos Alberto. **O regresso dos arquivos das secretarias dos Ministérios do Reino, Marinha e Ultramar, Estrangeiros e Guerra, do Rio de Janeiro** . Brasília: revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, v. 2, p. 641-647, 1943.

FERREIRA, Frederico Antônio; PEREIRA, Rodrigo. **O Arquivo Histórico do Itamaraty: Entre Segredo de Estado e o Acesso à Informação**. *In*: Anais do X Seminário Internacional Políticas Culturais. Rio de janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. **Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes Arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, C.B (Org.) **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 81 – 110.

GALLI, Vera. **Mobiliário Brasileiro: a cadeira no Brasil**. São Paulo: Empresa das artes, 1988.

GOMBRICH, Ernst. **A História da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GOODWIN, Philip L. **Brasil Constrói: arquitetura moderna e antiga** (1652-1942) / *Brazil Builds - Architecture New and Old* - 1ª ed. 2023.

GRANAFEI, Heitor Sette Ferreira Pires. **O projeto do Palácio dos Arcos e a cultura material do Ministério das Relações Exteriores (CAE).** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2020.

GROETELAARS, N. J.; AMORIM, A. L. **Dense Stereo Matching (DSM): conceitos, processos e ferramentas para criação de nuvens de pontos por fotografias .** In: Anais do *Congreso de la Sociedad Iberoamericana de Gráfica Digital* – SIGraDI. Fortaleza: SIGraDi, 2012. p. 361-365.

GROETELAARS, Natalie Johanna. **Criação de modelos BIM a partir de nuvens de pontos**: estudo de métodos e técnicas para documentação arquitetônica. 2015. 372 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GUARDA, Israel. **Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios**. In: XXXV Boletim do Arquivo da universidade de Coimbra – V. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.

GUTIÉRREZ, Rámon. **Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano**. Vitruvius, São Paulo, 2001. Não paginado. Disponível em: <http://design.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/933/pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História.** 2.ed. Tradução Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HERITAGE, George; LARGE, Andrew (Org.). **Laser scanning for the environmental sciences**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

HUE, Jorge de Souza: **Jorge Hue**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

IPHAN. **Palácio Itamaraty: parte 3; inventário de bens arquitetônicos (IBA).** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2008.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Desenho Industrial**. In: ZANINI, Walter (org.) História geral da arte no Brasil. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1983.

LEÃO, Leandro. **Um diplomata-curador para um palácio-museu: Wladimir Murtinho e o Itamaraty em Brasília**. Revista ARA, Volume 6. Grupo Museu/Patrimônio. São Paulo: FAU-USP, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2013.

LIRA, José; DELECAVE, Jonas; PRÓSPERO, Victor; FIAMMENGHI, João Bittar. **Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação**. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Sede, vol. 29, 2021, p. 1-31

MACEDO, Danilo Matoso. **Destruição da arquitetura: crônicas de um país em demolição**. Recife: Ruptura, 2022.

MACEDO, Danilo Matoso. **Documentação e patrimônio edificado recente.** I colóquio sobre história e historiografia da arquitetura brasileira. Disponível em: https://danilo.arq.br/2008/08/01/documentacao-e-patrimonio-edificado-recente. Acesso em: 12 ago, 2022.

MCDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places.** Los Angeles, USA, Getty Conservation Institute, 2009.

MENDES, Manuel. **O Cerrado de Casaca**. Brasília: Thesaurus, 1995.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 45, p.11- 36, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** In: (Anais; v. 2, t. 1) I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. - Brasília, DF: Iphan, 2012.

MURTINHO, Wladimir. (entrevistado). **O Itamaraty: entrevista com Wladimir Murtinho.** Boletim Associação dos Diplomatas Brasileiros, Brasília: ADB, v. 37, p.18-21, jul. 1998.

MURTINHO, Wladimir do Amaral. **Depoimento – Programa de história oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal**, 1998. 43 p.

MURTINHO, Wladimir. **Toda a história, na palavra do embaixador Wladimir Murtinho.** José - Jornal da Semana Inteira. Brasília, 22 – 28 out. 1977, p. 13.

NIEMEYER, Lucy. ***Design* no Brasil: origens e instalação**. Rio de janeiro: ZA, 1987.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília.** Rio de janeiro: Revan, 2006.

OLIVEIRA, Adna Gomes. **O acervo mobiliário para além de patrimônio cultural: fonte histórica, a memória nacional no interior do edifício do Escritório de Representação no Rio de Janeiro do Palácio Itamaraty**. In: Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra, Elvis Silveira Simões. (Org.). História em foco: abordagens, discussões e perspectivas históricas. 01ed.Porto Alegre: Casaletras, 2021, v. 01, p. 28-42.

PENNA FILHO, Pio. **A pesquisa histórica no Itamaraty**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, nº 42, vol. 2, 1999, p. 117-144.

PENJOR, Tshering; BANIHASHEMI, Saeed; HAJIRASOULI, Aso; GOLZAD, Hamed. **Heritage building information modeling (HBIM) for heritage conservation: Framework of challenges, gaps, and existing limitations of HBIM.** *In*: *Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage*. Elsevier, Dez, 2024, V. 35. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.daach.2024.e00366. Acesso em 23 mar, 2025.

PEREIRA, Renata Baesso. **Uma abordagem histórica dos conceitos de morfologia urbana e tipologia arquitetônica**. Ímpeto: Revista de Arquitetura e Urbanismo da UFAL, Maceió, v. 2, n. 1, p. 21-25, dez. 2009. Disponível em: https://design.seer.ufal.br/index.php/revistaimpeto/article/view/9836/7224. Acesso em: 12 jan. 2023.

PERROTA, Isabella. **Bergmiller / Goebel – Uma Escola de Design: ou Um Laboratório Avançado da EISDI** (12° Congresso Brasileiro de pesquisa e Desenvolvimento em *Design*. Belo Horizonte, Minas Gerais. 04 a 07 de outubro de 2016).

RAMOS, Graça. **Escolhas do Esteta Pragmático**. In: Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia. Brasília: ITS, 2017.

RICOEUR, Paul. **Fase Documental: a Memória Arquivada**. In: A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007. p. 155-192.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** Tradução: Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RODRIGUES, Adriana Lopes. **Cartografia e as novas representações de tempo e espaço**. In: Revista Ciência e Cultura, vol.70, no.2. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), abr/Jun 2018.

RODRIGUES, Ana M. L. **A teoria dos arquivos e a gestão de documentos**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 11, p. 102-117, 2006.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Arquitetura em transe, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi: nexos da arquitetura brasileira pós-Brasília (1960-85).** Tese de Doutorado. São Paulo: FAU – USP, 2007.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **A Arquitetura do Palácio Itamaraty.** Portal de Arquitetura Vitruvius, 2009.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Palácio Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-1970).** Portal de Arquitetura Vitruvius, 2009.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **O Itamaraty além da arquitetura: documentação, acervos e arquivos.** In: Brasília – Confronto entre a iluminação do passado e a reflexão

sobre um presente em evolução constante. I Encontro Nacional de pesquisa e pós-graduação em arquitetura e urbanismo, ENAPARQ, Rio de Janeiro, 2010.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti; RAMOS, Graça; SELIGMAN, Graça. **Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia.** Brasília, ITS, 2017.

SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos. **Móvel moderno no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos; SAKURAI, Tatiana. In: VICENTE, Alberto; VASCONCELLOS, Marcelo[org.] **Móvel Moderno Brasileiro**. 2017.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Modern Archives: Principles and Techniques**. Estados Unidos da América: *Society of American Archivists*, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Elcio Gomes da. **Os Palácios Originais de Brasília**. Brasília: Câmara dos Deputados Edições Câmara, 2014.

SILVA, Margareth. **A Polissemia do Termo 'Arquivo'.** In: Anais do XVII Encontro Nacional de pesquisa em ciência da informação. Salvador: PPGCI / UFBA, 2016. p. 96-114.

SILVA, Margareth. **O Arquivo e o Lugar: Custódia Arquivística e a Responsabilidade pela Proteção aos Arquivos.** 1. ed. Niterói: EDUFF, 2017. v. 1.

SOUZA, André Peixoto de *et al.* **Para ler Hegel: aspectos introdutórios à Fenomenologia do Espírito e à teoria do reconhecimento.** Linha de Pesquisa "Leitura dos Clássicos", FCJ/UTP, 2010. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?lr=lang_pt-br&q=zeitgeist+em+hegel&hl=pt-br&as_sdt=0,5> Acesso em: 8 jun.2023.

SOUZA, Eduardo. **Como o BIM ajudou Notre-Dame a ressurgir das cinzas?** ArchDaily Brasil, 24 jan. 2025. Disponível em: https://design.archdaily.com.br/br/1026120/como-o-bim-ajudou-notre-dame-a-

VASCONCELLOS, Mário de Barros e. **Motivos de história diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

VIANA, Claudio Muniz. **Da Concepção ao Projeto de Execução: a gênese documental dos arquivos de arquitetura.** Ponto de Acesso, v. 9, n. 2 (2015), p. 123-155.

## Endereços eletrônicos consultados


ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL (AN). **Página institucional**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://gov.br/arquivonacional/pt-br. Acesso em: 25 mar. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). **Página institucional.** São Paulo, SP. Disponível em: https://design.arquivoestado.sp.gov.br/web/. Acesso em: 06 out. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO OSCAR DE ARRUDA PENTEADO. **Página institucional.** Rio Claro, SP. Disponível em: https://aphrioclaro.sp.gov.br/. Acesso em: 15 abr. 2024.

CASA DA ARQUITETURA DE CURITIBA. Curitiba, PR. Disponível em: https://www.cac.arq.br/acervo. Acesso em: 2 fev. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EDGAR GRAEFF (CEDIARTE). Brasília, DF. Disponível em: https://anuario-estatistico-unb-2020.netlify.app/org. Acesso em: 31 jan. 2024.

ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (EAU/UFMG). Belo Horizonte, MG. Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/ea/museu-da-escola-de-arquitetura/. Acesso em: 22 jan. 2024.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FAU/USP). São Paulo, SP. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.147/7580. Acesso em: 15 jan. 2024.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (FAU/UFRJ). Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/nucleo-de-pesquisa-e-documentacao-da-faculdade-de-arquitetura-e-urbanismo-da-ufrj. Acesso em: 20 jan. 2024.

GRUPO DE PESQUISA ARQUITETURA E LUGAR (FAU/UFCG). Campina Grande, PB. Disponível em: https://design.grupoarquiteturaelugar.com/. Acesso em: 17 fev. 2024.

INSTITUTO BARDI – CASA DE VIDRO / INSTITUTO LINA BO E P.M. BARDI. São Paulo, SP. Disponível em: https://institutobardi.org.br/o-acervo/sobre-o-acervo/. Acesso em: 28 jan. 2024.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). Disponível em: https://iabsp.org.br/nosso-acervo/. Acesso em: 23 jan. 2024.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO (IAB-SP). São Paulo, SP. Disponível em: https://design.iabsp.org.br/acervo-iab/. Acesso em: 14 mar 2024.

INSTITUTO PEDRA. São Paulo, SP. Disponível em: https://institutopedra.org.br/projetos/palacio-itamaraty/. Acesso em: 12 fev. 2024.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: https://designwww.gov.br/iphan/pt-br. Acesso em: 18 mar. 2022.

LABORATÓRIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (ARCHIVUM-UFAM). Manaus, AM. Disponível em: https://archivum.ufam.edu.br/. Acesso em: 25 mar. 2024.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (NPDFAU/UFRJ). Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://npd.fau.ufrj.br/. Acesso em: 20 fev. 2024.

REDE DE ACERVOS DE ARQUITETURA E URBANISMO. Disponível em: https://design.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/. Acesso em: 19 abr. 2024.

SEÇÃO TÉCNICA DE MATERIAIS ICONOGRÁFICOS DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FAU/USP). São Paulo, SP. Disponível em: https://design.acervos.fau.usp.br/page/inicio. Acesso em: 25 mar. 2024.

# 7 APÊNDICE

Apresenta-se a seguir a catalogação resultado da pesquisa realizada nos acervos documental e material do Palácio Itamaraty, com ênfase no Bloco Representativo.

O quadro 24 lista as peças de mobiliário expostas e acessíveis ao público em geral. Tratam-se, em sua maioria, de peças mais antigas, oriundas do antigo Palácio do Rio de Janeiro ou recebidas por meio de doações, que raramente mudam de lugar. No entanto, o conjunto inclui também peças modernas.

Foram catalogadas 36 tipologias de mobiliário exposto, distribuídas em quatro pavimentos e treze ambientes.

Não foram incluídos os móveis localizados nas áreas de acesso restrito ao corpo diplomático, convidados e servidores do MRE, cujos usos não são acessíveis ao público externo. Nessas áreas, as peças são ocasionalmente realocadas, conforme as demandas funcionais ou preferências de servidores e diplomatas.

A pesquisa apoiou-se, além da documentação existente no arquivo, no antigo Inventário de Bens Culturais, realizado pela Divisão de Patrimônio do MRE em 1982.

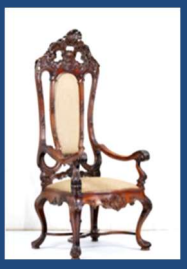
O quadro de catalogação é composto por cinco colunas, que indicam: o pavimento onde os móveis estão localizados, o ambiente específico, com o nome das salas; o nome conhecido do móvel; uma breve descrição e uma imagem representativa.

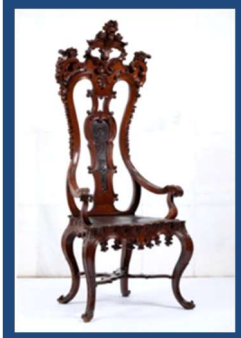
Os dados levantados indicam que a maioria dos móveis projetados por arquitetos modernos encontra-se em áreas de uso restritos, enquanto peças de períodos anteriores ao modernismo permanecem expostas nos ambientes de acesso público.

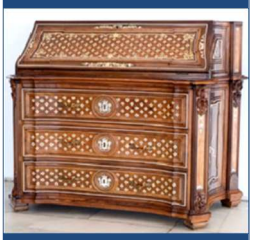
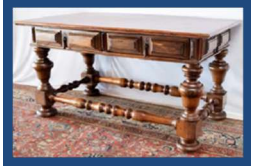
Quadro 25. Palácio Itamaraty - Bloco Representativo - Catalogação de mobiliário.

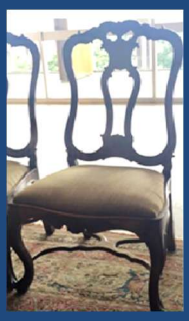
| PAV. | LOCAL | ITEM altura x largura x profundidade | DESCRIÇÃO TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| SUBSOLO | HALL | Arquibanco brasileiro 103x517x40cm. | Autoria Desconhecida, século VXIII-Século XVIII. Arquibanco brasileiro em jacarandá, manufatura semi-rústica, estrutura retilínea. Espaldar em madeira única com recortes em curvas sinuosas ao gosto Rococó e pequenos entalhes fitomorfos. Prumadas quadrangulares com arremate em madeira, braços curvilíneos, pernas quadrangulares. Assento e respectiva barra também em madeira única, com recortes em curvas sinuosas ao gosto Rococó. Presença de tarugos, entalhe raso. Brasil, Sécs. XVIII / XIX. | |
| | | Banco / Canapé 80x223x57cm. | Autoria Desconhecida. Título Desconhecido. Séc. XIX. Canapé estofado século XIX, Canapé brasileiro em vinhático e tecido (forração posterior), estrutura retilínea, braços curvos para fora ao gosto Império. Espaldar contendo travessa superior reta e outra em recortes curvilíneos, os quais prosseguem nas laterais. Pernas quadrangulares afinando para baixo. Móvel de cunho semi-rústico. Presença de tarugos. Brasil, Séc. XIX. | |
| | | Banco para os pés 32x76x76cm. | Autoria: Ana Maria Niemeyer (Design). Título Desconhecido. Banqueta estofada em couro preto com base em placas de metal curvadas. | |
| | AUDITÓRIO WLADIMIR MURTINHO | Poltronas | Poltronas desenhadas por Charles Eames e produzidas por Hermann Müller. Medidas e datas não especificadas. | |

| PAV. | LOCAL | ITEM<br>altura x largura x profundidade | DESCRIÇÃO<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| TÉRREO | SALÃO | Escultura<br>Altura da obra: 2 m; diâmetro: 1,05 m;<br>Diâmetro total da obra (com os bancos): 8,64 m | Mary Vieira (1922-2001)<br>polivolume : ponto de encontro<br>Brasília 1967-1970<br>Alumínio anodizado e mármore<br>O diâmetro total corresponde ao diâmetro da escada helicoidal.<br>230 lâminas de alumínio móveis articulam-se em torno a um eixo central.<br>Bancos em mármore branco de Cachoeiro de Itapemirim (ES) | |
| 2º ANDAR | SALA DOS TRATADOS | Mesa<br>90x109cm | Autoria desconhecida. Título desconhecido. Séc. XVIII (1ª metade). Mesa de centro brasileira em jacarandá e vinhático, estrutura mista (retilínea e curvilínea), ao gosto do estilo e época Barroco Joanino (período D. João V). Tampo retangular em vinhático circundado por moldura em jacarandá, caixa contendo três gavetas emolduradas de cada lado e no mesmo registro. Barra da saia em recortes curvilíneos formando volutas, pequenos entalhes de inspiração fitomorfa e, ainda, ovalados esculpidos na própria madeira. Talha funda. Pernas em curvas e contra-curvas acentuadas, próprios do estilo, joelheiras entalhadas. Pés em garra e bola, almofadas nas ilhargas. Puxadores em bronze. Gavetas contendo encaixes em "rabo de andorinha". Tarugos na construção do móvel. Possui vestígios de pintura, assim como sinais de restauração. Brasil, Séc. XVIII (primeira metade). | |
| 3º ANDAR | SALA BAHIA | Cadeira<br>97,5x50,5x55,5cm | Vermeil Móveis (Design e Fabricante). Cadeira Dania. Antiga. Cadeira em madeira, com assento estofado revestido em tecido, e espaldar em palhinha (dupla face). | |
| | | Mesa<br>79x320x140cm | Autoria Desconhecida. Título Desconhecido. Mesa de jantar em madeira, com tampo antigo e pés modernos. 16 assentos. | |

| PAV. | LOCAL | ITEM<br>altura x largura x profundidade | DESCRIÇÃO<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| 3º ANDAR | SALA BRASÍLIA | Cadeira<br>100x51x43cm. | Autoria: Otto Schutte Filho - Marcenaria Suissa - RJ (Fabricante). Cadeira Chippendale. Séc. XX. Cadeira brasileira em Jacarandá e couro, ao gosto do estilo Rococó Inglês do Ebanista Thomas Chippendale. Espaldar em prumadas retilíneas e cachaço saliente, típico do estilo, entalhado com motivos em inspiração fitomorfa. Tabela vazada e recortada em movimento sinuoso, rosáceas entalhadas. Assento trapezoidal em couro pirogravado com temática Rococó, contornado por taches em metal. Barra do assento em discretos torneados, pernas dianteiras em curvas e contra-curvas vigorosas, joelheiras em folhagens entalhadas, pés dianteiros em garra e bola. Pernas traseiras em sabre. Estampilha de identificação do ebanista no interior do assento. | |
| | SALA D. PEDRO I | Cadeira de Estado / Trono brasileiro<br>180x75x60cm. | Laubisch e Hirth - RJ (Fabricante). Título Desconhecido. Séc. XX (1ª metade). Trono brasileiro em jacarandá e tecido, numa interpretação tardia do estilo Rococó. Estrutura curvilínea, espaldar em forma de violão, cachaço entalhado em feixe de plumas e outros elementos de inspiração fitomorfa e vazado. Braços e coutos curvilíneos e entalhados, pernas em curvas e contra-curvas, pés de voluta enrolada e folhagens sobre sapata, amarração curvilínea. Assento e tabela em tecido. Manufatura Laubisch e Hirt - Rio de Janeiro. Brasil, Séc. XX (primeira metade). |  |
| | | Mesa Auxiliar<br>95x180x94cm. | Autoria Desconhecida. Título Desconhecido. Séc. XVIII (1ª metade). Mesa de centro brasileira em jacarandá, vinhático e bronze.<br>Tampo retangular em vinhático contornado por moldura em jacarandá, caixas contendo duas gavetas no mesmo registro, puxadores em bronze na forma de argolas e espelhos de fechadura em losango (latão). Pernas em curvas, lisas, e pés de burro. | |

| PAV. | LOCAL | ITEM<br>altura x largura x profundidade | DESCRIÇÃO<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| 3º ANDAR | SALA D. PEDRO I | Trono<br>90x72x54cm. | Autoria Desconhecida. Trono do Ouvidor de Sabará (atribuído). Séc. XVIII (meados). Trono brasileiro em jacarandá e couro lavrado, transição entre o estilo e período Barroco Joanino / D. João V e Rococó / D. José I. Estrutura do móvel curvilínea em movimentos vigorosos, típico do Barroco Joanino, assim como a estrutura do espaldar (alto, descendo a prumada e a tabela até o assento). Espaldar em forma de violão, cachaço em abundantes entalhes de inspiração fitomorfa, feixes de plumas e volutas diversas, tabela vazada e em couro lavrado também com motivos rocalhas, guirlandas de pequenas flores descendo pelas prumadas. Braços e coutos curvilíneos, sendo aqueles terminados em folhagens, assento também em couro lavrado com motivos rocalhas, trapezoidal. Barra do assento em abundante entalhe de inspiração fitomorfa, recortes em volutas e pequenas flores, típicas do Rococó. Pernas dianteiras e traseiras em movimento curvilíneo ao gosto Barroco Joanino, vigoroso, terminadas em pés de volutas enroladas com folhas de acanto esculpidas subindo pelas pernas. Amarração curvilínea em movimento sinuoso e vazada. Provavelmente móvel de autoridade civil ou religiosa. Presença de tarugos. Brasil, Séc. XVIII (meados). |  |
| | | Cômoda<br>107x134x72cm. | Autoria Desconhecida. Título Desconhecido. Séc. XVIII (3º quartel). Cômoda brasileira em jacarandá. Estrutura curvilínea, ao gosto e período Rococó / D. José I. Corpo contendo quatro gavetões em altura crescente, tampo liso e emoldurado com quebras nas quinas (ditas "em arco"), gavetas também emolduradas e com quebras na sua estrutura. Laterais do móvel (dianteiras) em entalhes rasos de inspiração fitomorfa, puxadores e espelhos de fechadura em prata decorados ao gosto Rococó, pés de peanha e saial em delicados entalhes fitomorfos. Apresenta encaixes em "rabo de andorinha" | |
| | | Biombo<br>214x41/328x41 cm. | Autoria Desconhecida. Título desconhecido. s.d.Biombo chinês em madeira esculpida e lavrada em laca de coromandel, decorado em policromia sobre fundo em tons marrom chocolate. | |

| PAV. | LOCAL | ITEM<br>altura x largura<br>x profundidade | DESCRIÇÃO<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| 3º ANDAR | SALA D. PEDRO II | Mesa Auxiliar<br>90x123x72cm. | Autoria Desconhecida. Sem título. Séc. XVIII (meados). Mesa de encostar brasileira em vinhático, estrutura curvilínea, numa transição do período Barroco Joanino (sua estrutura) e Rococó (sua decoração). Estrutura em pernas de curvas e contra-curvas vigorosas, barra do tampo em entalhes de inspiração salomônica (torcidos), sobreposto. Corpo em entalhes de inspiração fitomorfa em manufatura abundante e mista (talha rasa e funda). Saial vazado contendo guirlanda de pequenas flores entalhada, ao gosto Rococó, assim como joelheiras e peruas. Amarração em madeira recortada entalhada. Presença de tarugos. Possui gaveta interna (adaptação). Possivelmente remanescente de igreja ou convento. Móvel de caráter palaciano. Brasil, Séc. XVIII (meados). | |
| | | Cômoda / Papeleira<br>118x66cm. | Autoria Desconhecida. Sem título. Séc. XVIII (3º quartel). Cômoda-papeleira brasileira em jacarandá, marfim e metal, estilo e época Rococó / D. José I. Estrutura curvilínea, tampo de arriar, escaninhos diversos e oito gavetinhas, entalhes fitomorfos rasos e puxadores em bronze. Corpo contendo três gavetões emoldurados e marchetados em marfim, num trabalho de inspiração fitomorfa, cornucópias com flores e medalhões. Laterais em entalhes fitomorfos e marchetarias, assim como parte posterior/lateral do móvel. Móvel de cunho palaciano, erudito. Presença de tarugos, encaixes em rabo de andorinha e abundante marchetaria em marfim. Possui compartimento dissimulado (segredo). Brasil, Séc. XVIII (3º quartel). |  |
| | | Mesa Auxiliar<br>83x160x90cm. | Autoria Desconhecida. Título Desconhecido. Séc. XVIII (1ª metade). Mesa de apresentação / centro brasileira em jacarandá, estrutura retilínea da caixa e formas em torneados, no estilo do mobiliário dos primórdios da colonização brasileira Felipício e influências Barrocas. Caixa em tampo emoldurado, contendo duas gavetas(duas almofadas emolduradas em cada), pernas e amarração em torneados de inspiração Barroco Inicial. Pés em bolacha, saindo dois posteriores. Puxadores em ferro. |  |

| Pav. | Local | Item<br>altura x largura x profundidade | Descrição<br>texto universal de item de acervo | Imagem |
|---|---|---|---|---|
| 3º ANDAR | SALA D. PEDRO II | Cadeira<br>103x55x46cm | Autoria Desconhecida. D. José I com amarração em X (atribuído). Séc. XVIII (3º quartel). Cadeira brasileira em jacarandá e tecido, (posterior), estilo e época Rococó / D. José I. Estrutura curvilínea, espaldar em forma de violão, cachaço contendo entalhes fitomorfos (talha rasa), tabela vazada. Assento trapezoidal forrado em tecido, pernas em curvas e contra-curvas suaves terminadas em voluta enrolada sobre sapata e amarração curvilínea em X. Presença de tarugos, talha rasa. |  |
| | | Cadeira de Braços<br>105x54x48cm | Thomas Chippendale (Design). Cadeira de Braços Chippendale (atribuído). Séc. XVIII (2ª metade). Cadeira de braços em madeira escurecida e palhinha, estilo Rococó em interpretação do ebanista inglês Thomas Chippendale, assento em palhinha. Espaldar retilíneo contendo acabamento em volutas na parte superior das prumadas, cachaço em pequenos entalhes fitomorfos, tabela vazada em entrelaçados típicos do estilo. Braços e cantos em curvas vigorosas, joelheiras entalhadas, pés em garra e bola. Amarração curvilínea em X com rosácea ao centro entalhada, pernas traseiras em sabre. Presença de tarugos, entalhe raso. | |
| | | Mesa Auxiliar<br>81x113x55cm. | Autoria Desconhecida. Título Desconhecido. Séc. XVIII (3º quartel). Mesa de encostar brasileira em jacarandá, e metal, época e estilo<br>D. José I / Rococó. Estrutura curvilínea, caixa em curvas e quinas em arco, duas gavetas no corpo do móvel (encaixes de rabo de andorinha na construção), saial em entalhes fitomorfos rasos e delicados. Pernas em curvas e contra-curvas alongadas terminadas em pés de volutas enroladas<br>e folha de acanto. Laterais entalhadas em rocalhas. Presença de tarugos. | |
| | | Poltrona<br>04x62x64cm | Autoria Desconhecida. Título Desconhecido. Antiga. Cadeira de braços em madeira ornamentada com assento e encosto em palhinha (mesma família de Ant76). Acrescida de assento em madeira estofado e revestido em tecido. | |

| PAV. | LOCAL | ITEM<br>altura x largura x profundidade | DESCRIÇÃO<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| 3° ANDAR | SALA DO ORATÓRIO | Trono episcopal<br>127x55x55cm. | Autoria Desconhecida. Trono de Bispo, estilo D. João V (atribuído). Séc. XVIII (1ª metade). . Trono brasileiro em jacarandá e tecido adamascado (posterior), no estilo e época Barroco Joanino/período D. João V. Estrutura curvilínea, típica do período, em vigorosos movimentos. Espaldar alto com cachaço em entalhes profundos de inspiração fitomorfa (descendo pelas prumadas, inclusive) e vazados. Braços em curvas reviradas para cima, formando o perímetro da palma da mão. Assento trapezoidal forrado em tecido, tal como o espaldar, barra do assento em recortes com pequena flor centralizada, ao redor de todo o assento. Pernas (quatro) em curvas e contra-curvas vigorosas e lisas, pequeno entalhe no interior das joelheiras lembrando um concheado. Amarração curvilínea em frisos e volutas, unida por pinha central invertida em folhagens. Pés em pata de animal (burro). Possivelmente móvel de autoridade civil ou eclesiástica. Apresenta tarugos na construção. | |
| | | Cadeira<br>116x51x43cm | Autoria desconhecida. Cadeira estilo D. José I (atribuído). Séc. XVIII (3° quartel). Cadeira brasileira em jacarandá e tecido, estilo e época Rococó / D. José I. Estrutura curvilínea, espaldar em forma de violão, cachaça apresentando vazados e delicados entalhes de inspiração fitomorfa assim como feixe de plumas. Assento trapezoidal ondulado, saial entalhado e recortado, pernas em curvas e contra-curvas sinuosas, amarração ondulada em DESIGN e torneada na parte posterior do móvel, pés dianteiros em bolacha, pernas traseiras em sabre. Sinais de restauração. Tarugos na construção. | |
| | | Mesa de Encostar<br>83x69cm. | Autoria desconhecida. Título Desconhecido. s.d. Mesa brasileira em cedro e jacarandá, estrutura retilínea, ao gosto do mobiliário dos primórdios de nossa colonização, dito "Felipício". Tampo em cedro, gaveta única com decoração retilínea, puxadores em ferro na forma de pingentes. Pernas retilíneas, amarração em volta das pernas. Apresenta tarugos. Restaurações. | |

| Pav. | Local | Item<br>altura x largura x profundidade | Descrição<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | Imagem |
|---|---|---|---|---|
| 3º ANDAR | SALA DUAS ÉPOCAS | Cômoda<br>121x124x70cm. | Autoria desconhecida. Título desconhecido. Séc. XVIII. Cômoda - papeleira brasileira em jacarandá, outra madeira e bronze, numa interpretação tardia do estilo Rococó. Papeleira contendo tampo móvel, dividida em gavetas, escaninhos e cofre, decorada com entalhes de inspiração fitomorfa e frisos. Corpo do móvel contendo duas gavetas e três gavetões em altura crescente, filetes embutidos e puxadores de bronze. Pilastras laterais entalhadas, pés de peanha em entalhe raso fitomorfo, sendo estes fragmentos originais do Séc. XVIII. | |
| | | Cômoda<br>127x113x70cm. | Autoria desconhecida. Título desconhecido. Séc. XVIII (3º quartel). Comoda-papeleira brasileira em jacarandá e bronze, no estilo e época Rococó / D. José I. Parte superior em tampo móvel contendo escaninhos, gavetinhas e cofre no seu interior. Corpo do móvel contendo quatro gavetões em altura crescente, puxadores e espelhos de fechadura em bronze recortado, liso e vazado. Pés dianteiros em peanha, decorados com volutas. Presença de tarugos e encaixes em rabo de andorinha. | |
| | | Poltrona<br>129x62x60cm | Laubisch e Hirth - RJ (Fabricante). Título desconhecido. Séc. XX (1ª metade). Poltrona brasileira em jacarandá e tecido, numa interpretação tardia do estilo Rococó. Estrutura curvilínea, espaldar em forma de violão, cachaço em abundantes entalhes de inspiração fitomorfa, rocalha desdobrada e feixe de plumas, tabela recortada e vazada, braços e coutos curvilíneos. Assento forrado em tecido, na forma trapezoidal, pernas em curvas e contra-curvas suaves, entalhadas na barra do assento, amarração curvilínea e pés em voluta enrolada. | |

| PAV. | LOCAL | ITEM<br>altura x largura<br>x profundidade | DESCRIÇÃO<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| 3º ANDAR | SALA DUAS ÉPOCAS | Sofá<br>128x245x57cm | Laubisch e Hirth - RJ (Fabricante). Título desconhecido. Séc. XX (1ª metade). Canapé brasileiro em jacarandá e tecido, estrutura curvilínea, numa interpretação tardia do estilo Rococó. Espaldar contendo quatro seções em forma de violão ligadas entre si, cachaços entalhados com motivos de inspiração fitomorfa, tabela vazada e recortada. Braços e coutos curvilíneos, assento único em tecido, barra de assento em entalhes fitomorfos. Pernas em curvas e contra-curvas suaves, amarração curvilínea e ligação traseira em torneados. | |
| | | Marquesa<br>74x233x53cm. | Autoria desconhecida. Título desconhecido. Séc. XIX (1ª metade). Marquesa brasileira em jacarandá claro e palhinha vegetal, estilo e época Império brasileiro. Laterais em madeira e palha, reviradas para fora, típico do estilo, assento em palhinha, pernas também reviradas para fora e pés de leão. Na barra do assento, fazendo ligação com as pernas, elemento decorativo da interpretação ingênua. | |
| | | Conversadeira<br>89,5x140x140cm<br>. | Autoria desconhecida. Conversadeira. Séc. XIX (2ª metade). Conversadeira brasileira em Jacarandá e palhinha, rodízios, três assentos interligados.<br>Cód. CGPH ANT-CONV-1. | |
| | | Cadeira<br>127x50x41cm. | Autoria desconhecida. Trono D. João V. s.d.Cadeira brasileira em jacarandá e tecido, estilo e época Barroco Joanino / D. João V, estrutura curvilínea, movimentos estruturais vigorosos, decoração em entalhes rasos de inspiração fitomorfa já ao gosto Rococó. Espaldar alto com cachaço entalhado em feixe de plumas, pequenas flores e folhas, prumadas em curvas, assim como a tabela, sendo esta estofada em seu interior. Assento trapezoidal estofado, barra em concheado estilizado e pequenas flores entalhadas, sobre recorte em seu perímetro sinuoso. Peruas em curvas e contra-curvas acentuadas, joelheiras saindo bruscamente da barra do assento, entalhadas, pés em bolacha lisa sobre sapata, amarração curvilínea. Tarugos na construção do móvel. | |

| PAV. | LOCAL | ITEM<br>altura x largura x profundidade | DESCRIÇÃO<br>TEXTO UNIVERSAL DE ITEM DE ACERVO | IMAGEM |
|---|---|---|---|---|
| 3° ANDAR | SALA PORTINARI | Arcaz<br>116x444x110cm. | Autoria desconhecida. Título Desconhecido. Sécs. XVII/XVIII. Arcaz brasileiro em jacarandá, estrutura retilínea, estilo e época Barroco Inicial/nacional português. Tampo do móvel em jacarandá emoldurado por jacarandá, caixa contendo duas portas nas laterais e duas séries de 3 gavetões cada, decorada por losangos etremidos preenchendo todos os espaços, típico do período. Espelho de fechadura em bronze vazado e recortado (influência indiana), argolas também em bronze. Base do móvel em moldura de jacarandá. Móvel sacro. | |
| | SALA RIO DE JANEIRO | Cadeira<br>98x48x59cm. | Autoria: Bernardo Figueiredo (Design). Arcos. Moderna. Cadeira brasileira em jacarandá e couro, estrutura retilínea, espaldar e assento em couro emoldurado por madeira e contendo sinuoso movimento de abertura. Pernas retilíneas assim como amarração. Brasil, 3° quartel Séc. XX, em couro de cor marrom escuro. | |
| | | Mesa<br>75x139cm. | Autoria desconhecida. Título desconhecido. s.d.Mesa de jantar longa em madeira, com 5 módulos e 32 lugares. | |
| | VARANDA | Banco<br>45x300x87cm. | Autoria: Sergio Rodrigues (Design). BQ-IT-8 Banco Eleh grande em madeira. Moderna. Banco grande em madeira (jacarandá) com assento em formato retangular (caixote, paralelepípedo), com quatro pernas em madeira, em formato de prisma quadrangular, afixadas nas laterais do banco, com a ponta superior ultrapassando um pouco acima do nível superior do assento. | |